



Redações e artigos
científicos premiados

Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres





4° Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero

Redações e artigos
científicos premiados

www.igualdadedegenero.cnpq.br

Luiz Inácio da Silva
Presidente da República

Nilcéa Freire
Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

4° Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero

Redações e artigos
científicos premiados



Brasília 2009

©2009. Presidência da República
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Elaboração, distribuição e informações
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República
Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes – Zona Cívico-Administrativa
70150-908 – Brasília-DF
Fone: (61) 3411-4330
Fax: (61) 3327-7464
spmulheres@spmulheres.gov.br
www.spmulheres.gov.br

Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Projeto Gráfico

Aldo Ricchiero

Revisão

Luana Nery Moraes

Distribuição gratuita

Tiragem: 5.000 exemplares

Impressão: Imprensa Nacional

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Biblioteca/SPM/PR

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

4º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações e artigos científicos vencedores – 2009. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009.

204 páginas

1. Igualdade de gênero. 2. Estudos de gênero. I. Título.

CDU 396.1

Programa Mulher e Ciência • 4ª Edição

4º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero



Promoção

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM/PR
Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
Ministério da Educação – MEC
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM

Co-promoção

Assessoria de Comunicação Social do CNPq /Serviços de Prêmios
Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM





Sumário

Apresentação

Categoria Graduado

Artigos científicos premiados

Muito além dos estereótipos: teatro, gênero e Direitos Humanos na cultura infantil 19

Jorge Dorfan Knjnik – Universidade de São Paulo (USP)

Ser palestina no Brasil: memórias de guerra, experiências de gênero 35

Sônia Cristina Hamid – Universidade de Brasília (UnB)

Loucas mulheres alemãs 56

Zelinda Rosa Scotti

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Categoria Graduado

Relação dos artigos científicos premiados com Menção Honrosa 77

Categoria Estudante de Graduação

Artigos científicos premiados

A participação das mulheres na luta armada no Cone Sul 81

Andrei Martin San Pablo Kotchergenko

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

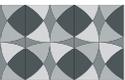
Mulheres em quadra: o futsal feminino fora do armário 99

Caroline Silva de Oliveira

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Justiça restaurativa nas relações de gênero: recurso adicional na mediação de conflitos envolvendo mulheres em situação de violência doméstica 129

Quelen Brondani de Aquino – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)



<i>Categoria Estudante de Graduação</i> Artigos científicos premiados com Menção Honrosa	144
--	-----

Categoria Estudante de Ensino Médio
Redações premiadas na Etapa Nacional

BAHIA – Tanquinho Hoje é o meu dia... <i>Ketlin dos Santos Cerqueira</i> – Colégio Estadual Novis Filho	151
MARANHÃO – Dom Pedro Sementes no chão <i>Jefferson Rocha</i> – Associação Educacional Professora Noronha	155
RIO DE JANEIRO – Resende Mãe cadê minha liberdade? <i>Amanda Vieira Guimarães Frias</i> – Colégio Resende – Anglo	159

Categoria Estudante de Ensino Médio
Redações premiadas na etapa por Unidade da Federação

DISTRITO FEDERAL – Brasília A figura feminina e masculina através dos tempos <i>Jéssica Fernandes de Oliveira</i> – Centro Educacional Leonardo da Vinci	165
ESPÍRITO SANTO – Viana Nada de “sexo frágil” <i>Iago Abdalla Fantin</i> – Centro de Ensino Charles Darwin	169
GOIÁS – Goiânia Carta à Ministra <i>Luiz Fernando Neto Silva</i> – Colégio Dinâmico	171
MINAS GERAIS – Viçosa Despertador <i>Raquel Heckert César Bastos</i> – Colégio de Aplicação da UFV	174
PARAÍBA – Guarabira Tristes Reprises da Realidade <i>Igor Isídio Gomes da Silva</i> – Executivo Colégio e Curso	176
PARANÁ – Curitiba Mulheres, cada vez mais em destaque <i>Renato Sellaro Dorighello</i> – Colégio Dom Bosco	180



PIAUÍ – Parnaíba	184
A revolução das mulheres e a sua influência	
<i>Karolline Maria dos Santos Paiva</i> – Colégio Nossa Senhora das Graças	
RIO GRANDE DO NORTE – Natal	187
Mais simples do que usar saias	
<i>Rita Pinto Amorim das Virgens</i> – Colégio Henrique Catriciano	
RIO GRANDE DO SUL – Pelotas	189
Quem foi que disse que um tapinha não dói?	
<i>Caroline Drawanz Dias</i> – Colégio Sinodal Alfredo Simon	
RORAIMA – Boa Vista	191
As mulheres de ontem e de hoje	
<i>Karen Rebecca Camurça do Nascimento</i> – Objetivo Macunaíma	
SANTA CATARINA – Jaraguá do Sul	194
Transforme sua vida	
<i>Aline Engicht</i> – Senai	
SÃO PAULO – Osasco	197
Eu, elas, nós	
<i>Maira Fessardi</i> – Escola de Educação Fundamental e Médio, Educação Profissional e de Jovens e Adultos Embaixador Assis Chateaubriand – Fundação Bradesco	
<hr/>	
<i>Categoria Estudante de Ensino Médio</i>	
Relação das redações premiadas com Menção Honrosa	201

Apresentação

Esta apresentação escrita “a dez mãos” representa o esforço de articulação do governo federal e do sistema ONU na promoção da igualdade de gênero. Neste campo, para que resultados se façam sentir são necessários investimentos continuados e crescentes. Por isso, é com alegria que divulgamos, nesta publicação, os trabalhos vencedores da quarta edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero.

O Prêmio é dirigido a estudantes de escolas de Ensino Médio e a universitários em nível de graduação, mestrado e doutorado e integra o Programa Mulher e Ciência. O Programa é desenvolvido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República em parceria com os Ministérios da Educação e Ciência e Tecnologia, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM). Trata-se de um conjunto de ações que objetivam estimular a reflexão sobre as relações de gênero e as desigualdades derivadas da discriminação por sexo, raça, cor e orientação sexual na sociedade brasileira, seus impactos nas carreiras acadêmicas, e fomentar a produção de conhecimento na área.

O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero tem sido um exercício contínuo de repensar as representações de gênero na sociedade, por alunos/as e professores/as que participam a cada ano desta iniciativa tão simples quanto potencialmente transformadora, inserida no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres no capítulo “Educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica e não lesbofóbica”.

Em sua quarta edição, o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero recebeu 3002 inscrições, entre 2299 redações e 703 artigos científicos. Destas, 71,15 % foram encaminhadas por autoras e 28,85 % por autores. Foram recebidos trabalhos oriundos de todas as unidades federativas.

Nessa edição, cabe ressaltar o crescente envolvimento de escolas e universidades de todas as regiões do país. As inscrições desse ano representaram um aumento global de 247% com relação à edição anterior.

Como resposta a esta participação, será incluída na edição de 2009 uma nova categoria – Escola Promotora da Igualdade de Gênero – que irá premiar as escolas que estejam desenvolvendo, na comunidade escolar, projetos e ações pedagógicas para a promoção da igualdade de gênero.

Nunca será demais agradecer o empenho de todas as pessoas que têm, permanentemente, contribuído para o sucesso do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Queremos especialmente registrar o entusiasmo das comissões julgadoras, o esforço de divulgação por parte de dirigentes e professores/as nas escolas e universidades e o estímulo diligente de orientadores/as para que seus alunos e alunas participem.

Como nas demais edições, garantimos que o mergulho na leitura desta publicação proporcionará aos leitores e leitoras reflexão, prazer e emoção pela constatação do quanto é possível fazer através da educação brasileira.

Nilcéa Freire

Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Sergio Rezende

Ministro da Ciência e Tecnologia

Fernando Haddad

Ministro da Educação

Marco Antonio Zago

Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Ana Falú

Diretora do Escritório Regional do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas
para a Mulher para os Países do Cone Sul



Categoria Graduado e
Categoria Estudante
de Graduação

Categoria Graduado e Categoria Estudante de Graduação

O 4º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero recebeu, em 2008, a inscrição de 3002 trabalhos. Deste total, 764 foram inscritos para concorrer nas categorias Estudante de Graduação e Graduado. Na primeira, 218 artigos científicos escritos; e na segunda, 483 inscrições. Em relação à terceira edição houve um aumento de 56 % nos trabalhos inscritos nas categorias Estudante de Graduação e Graduado

Do total de trabalho inscritos nessas duas categorias, uma equipe de técnicos do CNPq pré-selecionou 481, sendo 148 da categoria Estudante de Graduação e 333 da categoria Graduado.

A Comissão Julgadora dessas categorias foi composta por Lucila Scavone, da Universidade Estadual Paulista (presidente da comissão), pelas professoras Ligia Bellini, da Universidade Federal da Bahia; Claudia Pereira Vianna, da Universidade de São Paulo; Wivian Heller, da Universidade de Brasília; Zeidi Araújo Trindade, da Universidade Federal do Espírito Santo; Viviane Maria Heberle, da Universidade Federal de Santa Catarina; e pelo professor Russel Parry Scott, da Universidade Federal de Pernambuco.

Reunida em 8 de abril de 2009, a Comissão Julgadora selecionou os ganhadores para a categoria Graduado (2 mulheres e 1 homem) e homenageou dez participantes (9 mulheres e 1 homem) com a Menção Honrosa. Para a categoria Estudante de graduação outros três ganhadores (2 mulheres e 1 homem) receberam a premiação, e seis participantes (4 mulheres e 2 homens) a homenagem com a Menção Honrosa.

Todos esses artigos científicos foram selecionados obedecendo aos critérios de: qualidade do texto quanto ao conteúdo e à forma de apresentação; originalidade da abordagem; contribuição ao conhecimento sobre o assunto; e adequação teórica e metodológica.

As premiadas e premiados na categoria Graduado receberam R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e, se estiverem cursando e adequados aos critérios do CNPq, bolsas de mestrado ou doutorado. Na categoria estudante de graduação R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e, se adequados aos critérios do CNPq, bolsa de Iniciação Científica.

Os departamentos a que pertencem as(os) premiadas(os) receberam um computador e uma assinatura anual da Revista Estudos Feministas e do Cadernos PAGU. As duas publicações também foram ofertadas às professoras e aos professores orientadores.



Categoría Graduado

Artigos científicos
premiados

Muito além dos estereótipos: teatro, gênero e Direitos Humanos na cultura infantil¹

Jorge Dorfman Kruijnik²

Universidade de São Paulo / Universidade Presbiteriana Mackenzie

✂ 1. Um mundo dividido

*Hoje eu acordei me sentindo tão bem, tão bem.
Também pudera a minha vida ta tão boa,
logo que acordo já me pego rindo à toa.*

A cultura infantil, em suas diversas manifestações, tem sido pródiga em criar um mundo dividido, no qual há o campo das meninas, onde reinaria uma calma absoluta, uma passividade na construção de corpos e condutas vinculados àquilo que Connell (2005) chama de *feminilidade almejada*; e o campo dos meninos, de lado oposto e antagônico, no qual imperaria a violência, a brutalidade, na busca de atitudes corporais que denotariam o que o autor denomina de masculinidade *hegemônica*.

Assim, todo um sistema de construção generificada na cultura infantil tem sido erigido, no sentido da manutenção da ordem e do *status quo* na hierarquia de gêneros na sociedade - demonstrando que as relações sociais de gênero também trazem em seu bojo complexas relações de poder.

Uma das principais teóricas do conceito de gênero, Joan Scott (1995) é categórica ao mostrar a questão de poder aí imbricada:

O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma primeira forma de significar relações de poder. (Scott, 1995, p. 86)

Por meio desta definição de Scott, podemos afirmar que a produção de

1 As epígrafes deste texto saíram das músicas das peças “Felizardo” compostas por Tata Fernandes, Nô Stopae e Zeca Baleiro, e “O menino Teresa”, compostas por Tata Fernandes e Marcelo Romagnoli. Os trechos das falas dos personagens que aparecem reproduzidos entre aspas estão conforme aparecem nos textos das peças de Marcelo Romagnoli, a quem agradeço pela generosidade com que tratou esta pesquisa, desde o início franqueando o nosso acesso a quaisquer informações solicitadas. Expresso minha gratidão também aos atores da Banda Mirim, em particular a Claudia Missura, pela disponibilidade para com esta pesquisa. Meu carinho especial ao meu filho Alexandre e as minhas filhas Juliana, Luiza e Marina, que me levam para assistir a peças de teatro tão bonitas.

2 Professor doutor da Escola de Educação Física e Esporte da USP, autor de “A mulher brasileira e o esporte - seu corpo, sua história” (ed. Mackenzie), organizador e autor de “O mundo Psico-social da Mulher no Esporte” (ed. Aleph), organizador e autor de “Meninas e meninos na Educação Física - corporeidade e gênero no século XXI” (ed. Fontoura), organizador e autor de “Gênero e Esporte - Masculinidades” (ed. Apicuri) e coordenadora da coleção de livros “Agon - o Espírito do Esporte” (Odysseus editora).

generificações (as quais, de forma rígida e binária, separam os mundos de meninos e meninas) já é uma forma de poder, pois enquanto retira e torna passíveis algumas, empodera outras.

Poderíamos citar inúmeros exemplos que mostrariam como os diversos níveis da cultura vêm a cada dia reafirmando estas divisões, acreditando que a identidade humana possa ficar mais clara caso este binarismo perdure. No entanto, ao contrário da identidade sexual/biológica, a identidade de gênero não pode ser meramente traduzida por meio de uma equação com o sinal “diferente” no meio. Há variações, sutilezas, transformações que são claras e conhecidas na espécie humana. Na década de 1970, Oakley já escrevia que

‘Sexo’ é uma palavra que faz referência às diferenças biológicas entre machos e fêmeas (...). ‘Gênero’, ao contrário, é um termo que remete à cultura: ele diz respeito à classificação social em ‘masculino’ e ‘feminino’(...). Deve-se admitir a invariância do sexo tanto quanto se deve admitir a variabilidade do gênero. (Oakley, 1972, p.16)

Mesmo assim, os operadores culturais se mantêm firmes na busca por enquadrar as identidades de gênero nos padrões binários pré-estabelecidos. Certamente, a educação formal possui um papel essencial neste quadro. Vianna e Unbehaum, ao discutirem a questão de gênero no Plano Nacional de Educação (sancionado pela Presidência da República em 2001), apontam que, apesar da diversidade (racial, social, de orientação sexual e de gênero) presente na escola, geralmente esta não está preparada e tampouco respeita esta diversidade, tendo práticas marcadas pela desigualdade. Para as autoras,

A educação escolar embora devesse educar para a cidadania e para a igualdade, tende a reproduzir valores e costumes dominantes da sociedade, na qual se expressam as discriminações, dentre elas as de gênero e de raça. (Vianna e Unbehaum, 2007, p. 124)

2. Gênero: educação e cultura unidas... para desunir.

*Eu gosto do que eu
penso,
eu gosto do que eu
faço,
às vezes não faço
bem feito e me
embaraço, tropeço
feio mas depois
acerto o passo...*

Assim, vê-se que na escola, instituição por excelência imbuída da transmissão da cultura acumulada pela comunidade, a própria expectativa sobre meninas e meninos é diferente... Espera-se que meninos baguncem e sejam irrequietos, e há todo um estranhamento quando isto não ocorre; no caso das meninas, ao contrário, a passividade e a submissão são até mesmo premiadas.

Carvalho (2001) em estudo sobre expectativas de docentes de Ensino Fundamental, relativas ao desempenho de meninos ou de meninas, argüiu que as professoras, em sua maioria, esperam e constataam que os meninos a cada ano têm um desempenho escolar pior do que aquele das meninas; curiosamente, porém, a pesquisadora notou que este trabalho abaixo da média é uma espécie de profecia auto-realizada, pois nos garotos são apreciadas - e indiretamente estimuladas - atitudes e condutas que não ajudariam a se ter boas notas, tais como, cadernos sujos ou desorganizados, bagunça entre colegas, letra feia, pouca disponibilidade para a concentração; já das meninas, as professoras têm uma grande expectativa - e realmente recebem isto de volta, pois as crianças se adéquam a esta - em relação à passividade, à menor assertividade que os meninos, à quietude corporal e à organização dos cadernos, bem limpos, desenhados, com flores e desenhos, que em um caderno de menino seriam prontamente identificados depreciativamente como "frufu". Com estes exemplos, é possível vislumbrar-se o quanto a escola participa desta generificação dicotômica e precoce das crianças.

Também existem em nossa sociedade outros vetores que influenciam diretamente a construção de sujeitos sociais, e no caso infantil, a sua própria educação e construção de valores. Recentemente, Zanolla (2007) estudou a formação de valores em crianças por meio de videogames, descortinando o êxito da indústria cultural no mundo infantil. O cinema, a televisão, a indústria fonográfica, o circo, a literatura e o teatro, todos em seu forte veio dirigido ao público infantil, transmitem igualmente valores e visões de identidade de gênero, muitos querendo a seu bel-prazer definir o que é e como deve se conduzir um menino, ou uma menina. Geralmente, estas

produções constroem corpos e condutas antagônicas, que reforçam as noções de gênero construídas ao longo dos séculos.

Pupo (1991) já destacava a questão da desigualdade existente no teatro infantil em estudo sobre as encenações paulistas da década de 1970. Citando percentuais que comprovavam a desigualdade entre os sexos sobre os palcos, a autora afirmava que havia uma grande deformação preconceituosa em relação à mulher no teatro infantil.

A discriminação sofrida pela mulher aparece, portanto, ao mesmo tempo refletida e acentuada pela desproporção entre a importância atribuída a um e a outro sexo dentro da nossa dramaturgia infantil. (Pupo, 1991, p.117)

Stearns (2007), em sua historiografia sobre as relações de gênero em diversas culturas, analisou o quanto a crescente globalização interferiria nos padrões de gênero, devido ao intenso fluxo de turistas pelo mundo e também ao aumento do consumo de produtos culturais como filmes, e concluiu que:

(...) não há evidências de que os filmes e programas realmente desafiem os padrões básicos de gênero de forma intensa. (...) Ao contrário, pode-se afirmar que apenas exageram as implicações de padrões bastante convencionais. Assim, a cultura ocidental há muito vem insistindo que um dos papéis das mulheres é ser atraente: os filmes apenas realçam isso. A cultura há muito reforça o comportamento agressivo dos homens: os filmes apenas dão à agressão uma coleção de armas fora do comum e efeitos especiais. (Stearns, 2007, p. 263)

Portanto, são poucas as produções particularmente voltadas às crianças, nas quais se quebram os velhos estereótipos do que seria “coisa de menina ou de menino” e apresentam alternativas de “coisas de criança”, independentemente do seu sexo; é extremamente difícil encontrar obras que se coloquem como portadoras de novas mensagens, de uma nova época em que ninguém precise andar separado.

✂ 3. Nosso rumo: o que, como e porque fizemos

Neste oceano de estereótipos, um caso se destaca, remando contra esta maré edesafiando o estado atual da educação para a hierarquia de gêneros. Exatamente pela força e qualidade que este trabalho cultural possui, o objetivo deste estudo é avaliar como se desenvolvem as relações de gênero na infância no interior do teatro do autor e diretor Marcelo Romagnoli, encenado pela Banda Mirim, em cartaz há alguns

anos no circuito do SESC/SP; a partir deste objetivo geral almejamos analisar em que medida esta produção teatral vem apontando novas formas de se relacionar com o mundo, em contextos que meninas e meninos possam se desenvolver e se divertir livremente, sem os constrangimentos gerados por uma ordem rígida de gênero; por fim, é nosso objetivo perceber se este universo teatral poderia se integrar ao esforço mundial conhecido como “Projeto do Milênio”, coordenado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e encampado por todos os 191 países - membros desta organização. Este Projeto traçou, em 2002, os *oitos objetivos do milênio*³ - que deverão ser cumpridos pelos signatários do projeto até o ano de 2015 - dentre os quais se encontra aquele de “promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres”.

Neste trabalho, mais especificamente, investigamos duas das peças do autor e do grupo: as montagens intituladas “Felizardo” e “O menino Teresa”.

Para cumprirmos nossos objetivos seguimos alguns passos metodológicos: inicialmente, assistimos quatro vezes a cada um dos espetáculos, fazendo anotações e conversando informalmente com os atores, ao final das encenações; observando as reações do público, sobretudo o infantil que frequenta estas peças; posteriormente, entramos em contato com o diretor, o qual foi entrevistado eletronicamente e nos cedeu os textos de cada peça, na íntegra, os quais foram analisados sob a ótica da construção social das relações de gênero; também escutamos diversas vezes o cd com a apresentação completa de “Felizardo”, bem como estudamos o “Livro do Menino Teresa”, diário da personagem, e que era distribuído ao público antes do início da peça; por fim, entrevistamos a protagonista de ambas as peças, Claudia Missura. Com esta trilha metodológica e ampla coleta de dados, pudemos obter uma visão completa dos trabalhos e do teatro que objetivamos analisar.

A comunicação teatral possui uma força única, que provém, conforme Martins, Picosque e Guerra (1998), de sua diferenciação em face dos outros tipos de linguagem. A linguagem cênica, enquanto um sistema simbólico próprio, munido de códigos diferenciados daqueles empregados no cotidiano, pode ampliar o modo de ver e interpretar o mundo de quem aprende a usufruir desta linguagem. Segundo as autoras, esta rica experiência de sentar-se no escuro de um auditório e ver aquelas personagens, fantasiadas e maquiadas, passando em carne e osso perto de nossos olhos e corpos, pode ser transformadora do modo de ser e estar no mundo.

Peças como as de Marcelo Romagnoli, que percorrem o circuito do SESC/SP, a preços populares⁴, têm, assim, uma clara influência sobre a formação do imaginário

3 Os oitos objetivos do milênio são, em resumo: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; igualdade entre os sexos; redução da mortalidade infantil; melhoria da saúde materna; combater o HIV/AIDS e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer parcerias mundiais para o desenvolvimento.

4 Os ingressos variam da gratuidade para comerciários a até no máximo R\$ 5,00 para o público em geral.

infantil. Analisá-las e apresentar aquilo que elas trazem de conteúdo significativo para a educação pode ser um jeito de promover ações culturais que, de uma maneira lúdica e educativa, estejam integradas com as Plataformas de Direitos Humanos, as quais o Brasil vem aderindo, especialmente a um dos princípios promulgados pela Convenção pela Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher⁵, explicitado no item “C” do artigo 10 desta Convenção – o qual trata especialmente da educação de meninos e meninas – e que dita que os “Estados-parte tomarão todas as medidas (...) para assegurar (...) a eliminação de todo conceito estereotipado dos papéis masculino e feminino em todos os níveis e em todas as formas de ensino (...)” (CEDAW, 2002, p. 139).

Se as questões de gênero na educação ainda são pouco estudadas (Vianna e Unbehaum - 2006); e considerando que o teatro infantil é uma forma de educação não-formal fundamental na cultura atual, destacamos o interesse desta análise das peças e de suas implicações no quadro da formulação de políticas de equidade de gênero.

☞ 4. Felizardo⁶ – ou a singeleza das relações de gênero na infância

*Sonho ser pipa
voando no céu, sonho
ser gente sonhando no
chão, gente com pé de
vento
que venta que voa correndo no chão.*

“Felizardo” é uma peça alegre, um musical. A Banda Mirim, composta por 11 atores, canta, dança e faz acrobacias circenses sem parar pelo palco. As questões de gênero se entremeiam no texto e nas atitudes das personagens. Elas estão lá, para quem conseguir enxergá-las. Gênero parece tão banal, as operações culturais são tão fortemente engendradas no sentido de se naturalizar aquilo que é social, que, como colocam Vianna e Unbehaum, “ainda temos os olhos pouco treinados para ver as

5 As Convenções, no quadro do movimento internacional dos Direitos Humanos, são instrumentos que pretendem dar respostas às questões particulares de privação de direitos, como a violência contra a criança, a discriminação racial e da mulher, entre outras (PIOVESAN, 2003). Foi com o avanço do entendimento que as mulheres necessitavam mundialmente serem enxergadas em suas especificidades e peculiaridades, que em 1979 as Nações Unidas aprovaram a Convenção pela Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher, a qual foi ratificada pelo Brasil em 1984 – CEDAW é sua sigla em inglês. Segundo Piovesan (2003), a CEDAW se assenta no duplo objetivo de eliminar a discriminação e assegurar a igualdade.

6 “Felizardo” estreou em novembro de 2004 em São Paulo, tendo realizado até o momento (junho/2008) aproximadamente 160 apresentações, segundo o diretor; a peça foi agraciada com o prêmio da Associação Paulista dos Críticos de Arte (APCA) na qualidade de melhor musical infantil de 2005; no mesmo ano, ganhou o prêmio Coca-Cola FEMSA na categoria trilha sonora de teatro infantil.

dimensões de gênero nas políticas públicas de educação e no dia a dia escolar” (Vianna e Unbehaum, 2007, p. 122). Assim, há de se colocar aquilo que Auad chama de “óculos de gênero para enxergar a realidade” (Auad, 2006, p. 17). Munidos desta lente especial, analisamos esta peça infantil.

Apesar de seu título ser o nome do menino-protagonista, a montagem começa com uma menina em cena: é Aurora, que irá dividir o palco e as aventuras com Felizardo! Dividir não é um termo bom: de fato, ela irá se multiplicar com ele, ambos irão *compartilhar* o mesmo mundo mágico que a peça traz: um mundo povoado por personagens do folclore brasileiro (a mula-sem-cabeça, o saci); um universo no qual todos e todas dançam e cantam sem parar.

Uma vida compartilhada – aliás, porque separar? Parece ser esta a pergunta que atravessa toda a peça. É neste universo mágico, equânime, lúdico e colorido que as personagens se relacionam e se constroem. Pequenos excertos mostram o quanto as construções das concepções de gênero são diferenciadas. Não há binarismos, mas sim complementaridades: das dúvidas de uma, nascem as idéias de outro; dos medos deste, nasce a coragem daquela. Para Claudia Missura, que interpreta Aurora, esta personagem é “mais Yang, enquanto o Felizardo é mais feminino, mais Yin, ele recebe mais”.⁷

A ação da peça se inicia com a Banda tocando para Aurora acordar. Aos poucos, a “preguiçosa minhoca” levanta-se, espreguiça-se e apresenta-se para o público.

“Meu nome é Aurora. Não é Maria Aurora. Nem Aurora Cristina. É Aurora e só”.

E ela também dá conta das proezas que sabe fazer, como ler as letras, murmurar, andar de costas... Indicando que ali há uma menina muito esperta e que tem um amigo! Esta primeira ação já mostra, de forma sutil, o universo de Romagnoli no que tange ao gênero: a menina começa com uma identidade própria, e ela tem um amigo! Ela não se encontra em um campo oposto, ela compartilha com este amigo, com um menino, pois ele, dentre tantas qualidades, como dançar e cantar, *“tem um rio por dentro”*. E Aurora anuncia e vibra com a chegada deste companheiro, *“Felizardo!”*. O qual chega cantando e dançando, muito feliz, pronto para um dia de brincadeiras. Aqui, o inesperado acontece: Felizardo reclama do cheiro de Aurora... Isto mesmo, ela não é uma menina como as outras. Quem esperaria uma menina “fedida”? O ideal feminino é alguém sempre cheirosa, perfumada, limpa. Mas Felizardo a manda para o banho, o que ela vai a muito contragosto, chorando. A Banda Mirim toca e dança o tempo todo, construindo um universo cada vez mais lúdico.

7 Depoimento concedido ao autor em 23/06/2008 – a atriz consentiu na utilização de seu nome e de suas falas. Aqui, ela utiliza a terminologia da filosofia taoísta, que mostra o lado Yang (masculino) do mundo em eterna complementaridade com o lado Yin (feminino) do universo, simbolizados por uma figura circular, cada qual sendo a metade indissociável e imprescindível a outra.

Na saída, agora limpa, Aurora ganha um vestido do seu amigo. Sim, são amigos, e ele lhe dá um vestido (“*de passeio!*”), que não a impedirá de brincar, é um vestido de algodão, leve, confortável. Não é para exibir pretensas formas femininas – aquelas que as professoras analisadas por Carvalho (2001) acham que as meninas devem exibir, pois haveria um interesse “natural” na sedução, a partir de certa idade, por parte das meninas. O vestido presenteado não “força” uma sexualização precoce, mas é um gesto de carinho e de amizade.

Os dois saem para uma aventura pelas redondezas. Antes de brincar, entretanto, ocorre o que poderíamos chamar de o grande momento de tensão relacionada à questão de gênero entre ambos. Os dois amigos caminham conversando sobre seus brinquedos, a boneca Valentina de Aurora, e a pipa de Felizardo. Ele menciona algumas dúvidas sobre a pipa, ao que Aurora retruca: “*Disso eu entendo! É que nem boneca. As bonecas parecem com a gente...*” Felizardo fica nervoso, e replica: “*Eh! Comigo não*”. A tensão parece estar presente, afinal, um menino não pode ser parecido com uma boneca! Porém, Aurora continua seu raciocínio sobre a boneca, dizendo que esta parece com a gente

“... só que por dentro... não têm nada. A gente não. A gente tem um monte de coisa dentro da gente. (e os amigos riem, pensando e murmurando sobre o que eles têm dentro do corpo. “Quanta coisa a gente tem no corpo”, exclamam. E Aurora continua) A gente tem sangue. E é um tanto bom... quando começa a sair parece o chuveiro, que também tem um tanto bom, só que de água. Boneca não tem água nem sangue. Logo, boneca não tem nada. Por isso o que interessa na boneca é o por fora. Aí tem que ser bonita, que nem besouro. Entendeu?”

Felizardo relaxa. As questões centrais estão postas – nas bonecas, o que importa é o exterior. Sem precisar dizer nada, Aurora de fato afirma que o importante no ser humano deveria ser o interior, o que o corpo tem por dentro. Não importa a forma. As diferenças só seriam relevantes se estas nos transformassem em desiguais – mas não somos - não na peça. A partir desta interação, onde a questão de gênero, por meio de um brinquedo que sempre é vinculado às meninas, veio à tona de forma poderosa, mas resolvida por meio da acentuação daquilo que os une, e não na ênfase daquilo que poderia separá-los, os amigos partem para uma série de brincadeiras. Juntam-se aos atores da Banda Mirim, e numa viagem fantasiosa, brincam de ‘mês’ (“*quem adivinhar a cor, a flor, o mês, vai poder brincar mais uma vez!*”) de passa anel, de pipa...

Longe do reducionismo binário, o texto resolveu a situação - que poderia produzir uma desigualdade de gênero, em termos de hierarquia e de poder entre os amigos,

uma vez que gênero, conforme Connell (1995), fundamentalmente se incorpora nas atitudes e símbolos corporais - apontando para uma semelhança importante, pois todos têm sangue, não é uma exclusividade de ninguém. Assim, temos coisas em comum, e continuamos brincando. O caminho aqui é o de não reforçar as dicotomias, não focar nas tradicionais diferenças de meninos e meninas, mas sim buscar o que eles têm em comum, para, no conhecimento do outro, ocorrer a compreensão e a troca de experiências enriquecedoras de todos.

A historiadora francesa Louise Tilly (1994), ao analisar o percurso histórico do conceito de gênero, afirma que muitos estudiosos/as começaram a empregá-lo para contrapor-se a tudo aquilo que dividia binariamente homens e mulheres. Usar o conceito de gênero passou a ser uma forma de engajamento político para impulsionar a igualdade dos gêneros e maior acesso das mulheres às diversas instâncias de poder.

E o passeio dos heróis continua, ao som de muito xote e xaxado. Parece que eles colocam em prática a utopia do sociólogo Alberto Melucci, o qual refletiu sobre a ludicidade possível na vida entre diferentes e o necessário aprendizado para esta vida: “O jogo da diferença e da convivência requer de todos a travessia através do desconhecido com coragem e esperança” (Melucci, 2000, p. 155).

Aurora e Felizardo realizam este jogo, no palco. Ao som de um realejo bem brasileiro, a pipa de Felizardo começa a voar, voar... E cai no matto do seu Joaquim, onde dizem que tem onça... Felizardo demonstra medo, mas Aurora insiste “*Vamos aí, se aparecer onça pintada, eu levo um papo colorido com ela... Mas vai na frente!*”. Ao ver o medo que agora ataca a companheira, Felizardo retruca: “*Ué, mas os amigos não vão juntos?*” Recobrando a coragem, incentivada pelo amigo, Aurora se enche de si: “*Isso, os amigos vão sempre juntos, mas presta atenção em mim, eu é que estou no comando!*”.

Aqui é o momento mais explícito em que as múltiplas possibilidades de reconstrução de sentimentos, sob uma perspectiva de gênero, aparecem na peça. Ambos têm medo de uma possível onça; aquilo que tradicionalmente seria impossível, isto é, o menino demonstrar medo, aqui é feito com ‘naturalidade’ – com a mesma naturalidade que, ato contínuo, a menina também quase se curva a este sentimento possivelmente paralisante, mas que, com a força do amigo, supera esta paralisia e vai à direção do perigo, assumindo o comando! Mulheres no comando, meninas mandando! Para determinadas concepções estereotipadas de gênero, isto seria impossível, pois a masculinidade hegemônica jamais se curvaria ao comando de uma mulher, e os meninos têm que aprender isso desde cedo.

Não no teatro de Romagnoli. O autor apresenta novas formas de ser e estar no mundo, tanto para meninos como para meninas, novos jeitos de agir, de se conduzir, que levam a expressões corporais inusitadas, a sentimentos desconhecidos, que não

se enquadram nas expectativas tradicionais. Influenciando de forma decisiva o seu público, Felizardo e Aurora são duas crianças que brincam e se divertem; e extrapolam as polaridades exigidas e esperadas para a sua identidade de gênero, em virtude de seu sexo. Se como quer Scott (1995) as identidades individuais subjetivas também são construtos sociais, elas são passíveis de mudanças, desde que apresentadas em outras circunstâncias, literalmente por outros atores que proponham configurações diferenciadas.

Com mais músicas e brincadeiras, os dois amigos enveredam pelas florestas, encontrando-se com sacis e mulas sem-cabeça... Até que se deparam com uma árvore, cheia de passarinhos. A primeira reação de Felizardo é aquela que ele aprendeu, destrutiva, vinculada àquilo que se espera dele enquanto menino: quer matar os bem-te-vis, com o uso do estilingue. Ato contínuo, Aurora o reprime, ensinando-lhe que devemos amar a natureza – quem sabe, ele não comece a construir uma daquelas masculinidades alternativas, estudadas por Connell (2005) dentro dos movimentos ambientalistas, as quais recusam qualquer tipo de violência, dão suporte às mulheres e ao feminismo, e lutam pelo desenvolvimento sustentável do ser humano com a natureza?

A brincadeira já está acabando. A mãe de Aurora começa a chamá-la de volta para casa; os dois amigos, juntos, encaram o “perigo” da mãe e tentam explicar, cada qual a seu modo, os motivos pelos quais devem permanecer brincando. Nada, entretanto, convence a mãe de Aurora, é hora de ir embora! Felizardo e Aurora correm na direção um do outro, e dão um forte abraço de despedida:

Eu acho aquele abraço do Felizardo no final do “Aurora” tão lindo, me emociono toda vez que dou esse abraço, é tão singelo, é uma relação de amor entre as crianças, bonito de ver essa relação entre crianças. (Claudia Missura)

Antes do final, contudo, a Banda convida a todos para uma grande dança, um forte xaxado em que todos cantam e brincam, atrás da “onça pintada”. O público, as crianças “de verdade”, dança com todos os atores da Banda Mirim, sem distinção alguma. É festa, é vida, é pluralidade. Não é um mundo separado, no qual há rodas diferentes. É um mundo compartilhado, onde cada qual entra com suas pernas, seu jeito, seu ritmo, e fazem um festival de alegria. Quem pintou a onça? Por que ela não é vermelha?

5. O Menino Teresa⁸ – por uma política de gênero.

*Filha das
flores ofertadas para a
rainha do mar. Da
natureza princesa
Teresa.*

Diferentemente de “Felizardo”, esta peça, em seu próprio nome, já deixa claro que irá lidar com a questão de gênero. Quem vê o título, fica na dúvida: um menino com nome de menina? Uma menina que se fantasia?

Enquanto as questões de gênero em “Felizardo” acontecem nas entrelinhas – são necessárias “lentes especiais” para enxergá-las - aqui Romagnoli explicita: vamos discutir gênero, vamos trocar identidades e ampliar possibilidades. Vamos criar uma menina que irá subverter a ordem ao entrar no quarto dos meninos. Quem encarna a personagem é a mesma atriz que atuou como Aurora, em “Felizardo” – Claudia Missura. Há somente mais uma personagem em “O menino Teresa”, representada pela compositora e instrumentista Tata Fernandes, que empunha uma guitarra, canta e ajuda Teresa a desenvolver seu texto, quase um monólogo.

Um libreto entregue antes do início da peça, feito pela Banda Mirim, como fosse um diário de Teresa, traz escritos que deixam ainda mais claras as intenções daquela encenação: *“Teresa é uma menina que nunca aceitou esta coisa de ser só menino ou só menina”*. A questão está explícita, aqui há alguém que vai romper fronteiras rígidas, entrar em um mundo proibido.

Enquanto em “Felizardo” há uma festa constante, a questão em “O Menino Teresa” é intimidade; há um convite para se entrar no espaço privado de alguém – no quarto; um chamado para se conhecer o que há dentro daquela pessoa tão especial e aparentemente diferente – o menino dono do quarto. Um convite de fato para desvendar a identidade – e gênero, indubitavelmente, faz parte da identidade das pessoas, é aquilo com que todos se preocupam em saber e comentar - e discutir os padrões ou a falta deles.

E lá vem Teresa. Com uma vela na mão, e na outra um mapa. Ela aparece em cena, com pouca luz, já falando de suas dúvidas e certezas, de seus pensamentos e de suas atitudes sobre as questões de gênero.

“Teresa, eu sou Teresa. Desde que nasci eu tenho certeza que sou menina. Quando a gente nasce parece tudo igual.

8 “O menino Teresa” estreou em 2007, tendo conquistado no mesmo ano o prêmio da APCA de melhor cenário de peça infantil. Já foi encenada cerca de 50 vezes.

Começa bebê. De roupa ninguém sabe se é menino-bebê ou menina-bebê. Depois vira criança e eu desconfio que é aí que muda: um vira menina e o outro vira menino. Hoje eu resolvi virar menino. Só hoje. Pra descobrir o que eles escondem. Porque os meninos escondem muitas coisas... mas eles não sabem que eu sou Teresa, a maior descobridora de coisas da Terra. Teresa en-fren-te! A Caminho do Quarto dos Meninos”.

Nossa heroína segue para o quarto dos meninos. Morrendo de medo, tremendo, está tudo escuro, não se enxerga direito, e ela bate com força a canela em um baú, começando a chorar copiosamente. Na primeira das apresentações a que assistimos, neste exato instante do choro, um menino pequeno gritou bem forte da platéia “Homem não chora!”, ao que a protagonista rapidamente responde, com um sorriso maroto: “*Mas eu sou menina!*” Ela parece satisfeita, a problemática está mais do que colocada para as crianças: menino ou menina? Assim, jogando de forma divertida com diversos estereótipos, Teresa vai descortinando um mundo em que há mais igualdades do que diferenças – sempre anotando tudo em um caderninho que leva no bolso, e no qual fará um detalhado “placar” de igualdades e diferenças entre os sexos.

Com uma pequena mágica conduzida pela guitarrista, a luz aparece, *Fiat Lux!* O universo é onírico, musical, um pouco misterioso – ao fundo, pequenos acordes de guitarra lembram o tema de *Indiana Jones*. Ela já consegue enxergar totalmente o mundo proibido, desejado, escondido, que é o quarto dos meninos. Ali prossegue descobrindo semelhanças e diferenças. “*Eles gostam de esconder as coisas*”, ela pensa, quando vê um alçapão trancado – igual às meninas, como ela, que escondem seus diários. Neste quesito, meninos e meninas são iguais, ela escreve no caderninho.

Mexendo mais no alçapão, ela começa a jogar com os estereótipos do corpo. Chulé, que “só os meninos teriam”; e uma primeira grande diferença: os meninos têm pelos no corpo todo, seus parentes homens têm tanto pelo que nem vassoura... já as mulheres são lisinhas...tal qual tomates. E isto também vai para a anotação “*Logo, no assunto ‘pêlo’ e ‘chulé’, menina é de menos e menino é de mais.*” Sobre os estereótipos, Claudia Missura comenta que a peça lida bem com isso, provoca mudanças, Teresa faz inúmeras descobertas. Ela “começa com os estereótipos, do menino e da menina, mas depois mostra que é tudo igual, vai dissolvendo ao longo da peça o estereótipo, principalmente na descoberta do coração de cada pessoa.”

A questão da dicotomia dos estereótipos de gênero é marcante e ronda a peça e a platéia constantemente durante as encenações. Em outra de nossas visitas, coincidentemente, havia uma excursão de um colégio de freiras, um semi-internato.

Dezenas de garotas, aproximadamente entre oito e treze anos, conduzidas pelas suas tutoras, as freiras, foram assistir à peça, todas trajando o seu uniforme de “moleton”, cujas calças, camisetas e casacos emblematicamente eram inteiramente cor-de-rosa. O contraste desta visão na peça era marcante: símbolos vivos de estereótipos de meninas na platéia, enquanto do outro lado, no palco, Teresa aos poucos vai encenando e quebrando os “pilares” das diferenças “inexoráveis” entre meninos e meninas.

Como no momento em que Teresa, remexendo em uma tampa de um alçapão, o qual ela não consegue abrir, fala que ali deve estar escondido “(...) *um pote de chulé, porque só menino tem chulé*”. É a própria atriz que reconhece que as crianças questionam isto, botam abaixo o estereótipo de gênero; Claudia Missura nos conta que “vários filhos de amigos meus me dizem, ‘menina também tem chulé’”.

A tensão de gênero vai aumentando. Teresa agora consegue abrir o alçapão, com uma chave mágica, e encontra um boné: “*Boné serve pra esconder e mais nada. Logo, mesmo o que não serve pra nada serve para os meninos*”. Ao colocá-lo na cabeça, entretanto, Teresa exclama: “*Agora, já estou pensando como um menino!*”. E segue no alçapão, até chegar ao momento em que o paradoxo de gênero é tensionado ao máximo: “*Uma cueca! Coisa esquisita que cueca é. Parece coador de café. Só que com dois buracos. Tem a parte de trás, igual calcinha pra segurar a bundinha. E a parte da frente tem um negócio a mais, redondinho. Pra guardar o pintinho.*”

Ao som da música “Cueca”, e reclamando da cor dela (“*bege é sem graça, poderia ser cor-de-rosa*”), Teresa veste por cima de seu macacão a roupa: “*Pronto. Já tô quase parecendo um menino. Porque nesse assunto tem diferença. Menino é de cueca, menina é de calcinha. Menino faz xixi de pé e menina sentadinha.*”

Com alguns retoques no figurino feitos sobre o palco – boné, cueca, recolhimento das tranças – temos agora “o” Teresa, que remexendo o alçapão, encontra agora um livro de menino. “*Deve ser de mulher pelada, não, de futebol!*”, ela pensa. Mas então descobre que o livro tem história, e geografia, e matemática, e filosofia... Que é um livro sobre tudo! E que “*o assunto `livro` é livre. Menino ou menina pode ler qualquer coisa*”. Chegamos ao ponto: Teresa, vestida de menino, descobre que meninos e meninas podem ler, pensar, fazer e ser o que quiserem. Ainda brincando com os figurinos, com os sapatos e tênis encontrados, cantando e conversando com a outra personagem, Teresa vai tirando aos poucos o boné, a cueca, e conversando com os objetos, concluindo que “*já entendi. Cada um é o que é, e pronto. Menino é diferente, eu já desconfiava. Ser menina, menino, bicho ou coisa, tudo é importante.*”

Estereótipos definitivamente jogados ao vento – e em meio a este vento, que apaga a vela, que Teresa vai se despedindo e saindo de cena. Levando consigo a certeza de que ninguém mais será igual após ter visto a menina que virou menino – mas o

importante não é ser igual, mas sim respeitar as diferenças, pois, segundo ela (e ele), tudo é importante, todos têm valor.

✂ 6. Último ato – uma vida leve

*Leve como uma
pena, leve na cuca
o pensamento, na
boca palavra,
no peito um coração
mais leve que te
fará mais leve.*

O mundo lúdico da criança brasileira é muito rico. Composto por inúmeras atividades, motoras, esportivas, artísticas, musicais, as crianças constroem constantemente a sua cultura de brincadeiras. Entretanto, muitas destas práticas acabam por se defrontar com barreiras de gênero quase intransponíveis. Atividades esportivas são exemplos constantes desta situação. Ao pesquisarem diversas práticas lúdicas na escola, tanto Altmann (2002) quanto Darido (2002) concluíram que o futebol era a mais querida entre todas as crianças; contudo, ambas também perceberam que, longe de ser uma prática gostosa, o futebol era vivido como um peso para as crianças; de um lado, as meninas tinham muita dificuldade em jogar futebol, pois os espaços sempre foram majoritariamente dos meninos. Estes, por sua vez, não se sentiam bem com a presença de meninas jogando futebol na escola, sozinhas ou entre eles, pois muito mais que uma novidade, ou um desafio para estes, as meninas representavam na verdade uma ameaça para a construção de padrões e formas de masculinidade mais aceitas em suas comunidades. Assim, longe de ser uma atividade gostosa, o futebol, em virtude da generificação dicotômica, virou um jogo pesado para as crianças.

Já no teatro da Banda Mirim, a vida fica leve. Da menina fedida àquela que usa cueca; do menino com medo àquele que é comandado pela menina; dos personagens que correm, cantam e brincam juntos à Teresa que tem idéias de meninos, que vira um menino. Um a um, os estereótipos de gênero vão sendo quebrados, e outro mundo é construído nos palcos. Um mundo leve, sem estereótipos que engessam e limitam, ao contrário, com possibilidades de descoberta, de vida em comum, com diferenças, mas com muita coisa para trocar e aprender, evoluir.

Como propõe a CEDAW, paulatinamente estes espetáculos da Banda Mirim vão eliminando os estereótipos na vida infantil: contrariamente a diversos ícones da

cultura das crianças - que sempre expõem “naturalmente” e *a priori* a diferença entre os sexos, absolutamente preconcebida, excluindo, afastando e restringindo - o teatro de Marcelo Romagnoli aposta na valorização das pessoas, contrapondo a um mundo rígido e dicotômico, encerrado nas fronteiras dos estereótipos, outro mundo, em que os direitos são ampliados, pois a vida nestas peças é livre; segundo o autor, trata-se de “(...) espetáculos bem diferentes, mas os temas são recorrentes, da igualdade, da diversão e do espírito imaginário da criança e da liberdade em ser o que se quer ser.”⁹

Desta forma, estas peças, de jeitos diferentes, com uma encenação de um lado festiva, de outro intimista, mas que dialogam constantemente com a questão de gênero e das diferenças, acabam por ser um libelo cênico-lúdico-musical a favor dos direitos humanos de todas as crianças, por um mundo com menos preconceitos e discriminações, no qual as pessoas não fiquem encerradas nos espaços simbólicos ou físicos em que os estereótipos sociais as colocam e aprisionam. Para o autor, “o mundo é duplo; não dá para entendê-lo sendo apenas homem ou mulher.”¹⁰

Esta proposta parece vir ao encontro daquela que Robert Connell (1995) já colocava há alguns anos, ou seja, que nas escolas o interessante seria que os meninos vivenciassem as atividades comumente mais associadas e voltadas para as meninas, como cozinhar, costurar, entre outras, ao passo que as meninas também realizassem aquelas que historicamente eram mais ligadas aos meninos, como por exemplo, esportes. Viver na pele do outro, ser o outro, para o autor, seria o primeiro passo para o entendimento mútuo das dificuldades e prazeres da vida alheia. Se esta é a utopia de Connell, certamente a da Banda Mirim é que todos passem com todos, e possam “visitar o quarto” do outro ou da outra sem medo, no sentido de se descobrirem, de se conhecerem melhor, e com isto ampliem as suas possibilidades de vida.

Consolidar as questões de gênero nas políticas públicas de educação é uma tarefa que exige, segundo Vianna e Unbehaum (2006), uma grande reforma curricular, que possa ajudar a formar os professores sobre esta, dentre “(...) todas as dimensões responsáveis pela construção das desigualdades, como elementos centrais de um projeto de superação de desigualdades sociais (...)” (Vianna e Unbehaum, 2006).

O teatro, com seu poder quase mágico de trazer à tona discussões e emoções de forma ímpar junto ao público, especialmente o infantil, deve fazer parte desta reforma. Certamente, e jogando um papel central no interior das mudanças

9 Depoimento de Marcelo Romagnoli prestado via correspondência eletrônica trocada com o autor em 09/06/2008.

10 Esta frase aparece no diário de Teresa entre aspas, atribuída a Virginia Woolf. Durante a entrevista, Claudia Missura confessou a “travessura” de Marcelo Romagnoli em relação a esta epígrafe: “O mundo é duplo e não dá para entendê-lo sendo apenas homem ou mulher, foi o Marcelo mesmo que escreveu, ele inventou que foi a Virgínia, e ele faz isso para as pessoas acharem que a gente pesquisou...”

educacionais, peças como as da Banda Mirim deveriam ser encenadas para todas as escolas, no contexto desta transformação, e como parte integrante deste grande projeto de enfrentamento das desigualdades. Assisti-las, apreciá-las e entendê-las a partir da dimensão de gênero é uma tarefa prazerosa e que se coloca de forma necessária e urgente no sentido de se garantir e mesmo de se construir novos direitos para meninas e meninos.

Referências

- ALTMANN, H. Meninas e meninos jogando futebol. **Verso & - Reverso**. Ano XVI, 34, jan/jun, 2002, p. 89-100.
- AUAD, D. **Educando meninas e meninos**: relações de gênero na escola. São Paulo, Contexto, 2006.
- CEDAW: **Relatório Nacional Brasileiro**: Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Protocolo facultativo/ coordenação de Flávia Piovesan e Silvia Pimentel. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, Secretaria de Estados dos Direitos da Mulher, 2002.
- CONNELL, R.W. **Masculinities**. Crows Nest. Australia: Allen & Unwin, 2005.
- _____. Políticas de masculinidade. **Educação & Realidade**. 20 (2), jul-dez/1995, p. 185-206.
- DARIDO, S. C. Futebol feminino no Brasil: do seu início à prática pedagógica. **Motriz**. Rio Claro, abr-ago/2002, v. 8 (2), p. 43-9.
- CARVALHO, M. P. Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas. **Rev. Estud. Fem**. 2001, vol. 9, n. 2, p. 554-574.
- MARTINS, M.C.F.D.; PICOSQUE, G.; GUERA, M. T. T. **Didática do ensino de arte**: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer a arte. São Paulo, FTD, 1998.
- MELUCCI, A. **Culture in gioco**: differenze per convivere. Milão, Saggiatore, 2000.
- OAKLEY, A. **Sex, Gender and Society**. New York, Harper Colophon Books, 1972.
- PIOVESAN, F. **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo, Max Limonad, 2003.
- PUPO, M.L.S.B. **No reino da desigualdade**: teatro infantil em São Paulo nos anos 1970. São Paulo, Perspectiva, 1991.
- ROMAGNOLI, M. **Texto de “Felizardo”**. São Paulo, junho de 2004.
- _____. **Texto de “O menino Teresa”**. São Paulo, julho de 2007.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. 20 (2), jul-dez/1995, p. 71-99.
- STEARNS, P. N. **História das Relações de Gênero**. São Paulo, Contexto, 2007.
- TILLY, L. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**. (3), 1994, p. 29-62.
- VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. Diferenças, desigualdades e conflitos de gênero nas políticas educacionais: o caso do PNE. In. Tânia S. A. Marcelino Brabo (org). **Gênero e Educação**: lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas futuras. São Paulo: Ícone Editora, 2007.
- _____. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. **Educ. Soc.** V. 27 n. 95. Campinas, maio-ago/2006.
- ZANOLLA, S. R. S. Indústria cultural e infância: estudo sobre formação de valores em crianças no universo do jogo eletrônico. **Educ. Soc.** V. 28, n. 101 Campinas, set.-dez/2007.

Ser palestina no Brasil: memórias de guerra, experiências de gênero

Sônia Cristina Hamid¹

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília

Orientadora: Ellen F. Woortmann

No dia 29 de novembro de 1947, uma votação na Assembléia Geral das Nações Unidas decidiu o futuro do território palestino: a criação de dois Estados, um árabe e um judeu, onde Jerusalém ficaria sob cuidados internacionais². Embora, nesse período, os judeus formassem menos de um terço da população total e habitassem cerca de 6,5% do território palestino, a partilha concedeu-lhes mais de 55% das terras, levando a total reprovação dos países árabes (Sivolella, 2001). Tal resolução foi o estopim de um longo conflito entre judeus e palestinos e o início, entre estes últimos, da formação de um grande contingente de refugiados.

Com a criação oficial do Estado de Israel, em 15 de maio de 1948, o conflito ganhou novas proporções: Egito, Jordânia, Síria, Líbano e Iraque avançaram sobre a Palestina, tentando conter o avanço judeu. Somente em 1949, com os acordos de armistício entre Israel e os países árabes, a nova configuração dos territórios mostrou-se clara: na guerra, os israelenses conquistaram cerca de 75% da Palestina; a Faixa de Gaza e a Cisjordânia foram anexadas, respectivamente, ao Egito e à Jordânia; e Jerusalém foi dividida entre Israel e Jordânia (Hourani, 1994:364)³. Como resultado, estima-se que 700.000 palestinos deslocaram-se de suas casas, principalmente para as cidades árabes vizinhas. Em conflitos subseqüentes, como a Guerra dos Seis Dias ocorrida em 1967, somou-se a esse número aproximadamente outros 350.000 refugiados⁴.

Esses acontecimentos, aparentemente tão distantes da realidade brasileira, são fundamentais para a compreensão das memórias e construções identitárias de imigrantes palestinas em nosso país, seja no que toca ao tema das motivações ou contexto de

1 Graduada em Pedagogia pela Universidade de Brasília (2003) e Mestrado em Antropologia Social pela mesma instituição (2007), desenvolvendo pesquisa sobre imigração, memória e identidade de mulheres palestinas da cidade de Brasília. Atualmente, cursa o doutorado no mesmo programa de pós-graduação, tendo como tema de pesquisa o processo de reassentamento de refugiados palestinos no Brasil.

2 Com a desintegração do Império Otomano (1918), França e Grã-Bretanha passaram a exercer mandatos na região do Oriente Médio. A Palestina ficou sob Mandato inglês até a criação do Estado de Israel em 1948. Devido a fortes pressões árabes e sionistas em relação à Palestina, a Inglaterra, enfraquecida com a 2ª Guerra Mundial, e não conseguindo conciliar seus interesses com os de ambos os povos, entregou, em 1947, o caso para as Nações Unidas. Na Assembléia Geral das Nações Unidas, a votação sobre a partilha da Palestina contou com a participação de 56 países: 33 votaram a favor da partição (entre eles EUA, URSS e Brasil); 13 votaram contra (todos os países árabes e/ou muçulmanos envolvidos); e 10 se abstiveram (entre eles o Reino Unido).

3 Após a guerra, a Resolução 181 das Nações Unidas concernente à partilha da Palestina jamais entrou em vigor.

4 A Guerra dos Seis Dias, marcada pelo confronto entre Israel e os países árabes (Egito, Síria e Jordânia), teve como conseqüência a ocupação dos territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, além da Península do Sinai egípcia, das Colinas de Golã na Síria e de Jerusalém Oriental.

migração, seja no entendimento dos diferentes jogos de identidade e usos de documentos que as identificam como sendo provenientes de outras nacionalidades (Jardim, 2006). Com efeito, a imigração palestina para o Brasil tornou-se significativa na década de 1950 com a vinda de homens oriundos da Cisjordânia. Uma vez que, como vimos, este território foi anexado à Jordânia em 1948, a maioria dos que ingressaram no país não o fizeram como refugiados, mas como imigrantes em busca de melhores condições de trabalho. De fato, a agricultura de subsistência, principal base econômica, passou a ser insuficiente para o sustento familiar, dadas as bruscas mudanças ocorridas no território. Ressalte-se, ainda, que a entrada no país deu-se por meio de passaporte jordaniano, tornando difícil qualquer possibilidade de se precisar o número de palestinos no Brasil. Buscando traçar uma estimativa, o presidente da Sociedade Palestina de Brasília, entrevistado por mim em 2006, sugeriu que aqui haveria, entre imigrantes e descendentes, cerca de 20.000 palestinos.

Atualmente, nas ciências sociais, são poucos os estudos que abordam precisamente a imigração palestina e o seu processo de formação de identidade étnica no Brasil. Se as pesquisas históricas sobre a imigração síria e libanesa cristã do início do século passado gozam de numerosas investigações⁵, a imigração palestina muçulmana tem chamado a atenção de alguns poucos pesquisadores concentrados no sul do país, local onde o número de palestinos tem se mostrado mais expressivo⁶. Quando se trata de apreender a imigração feminina, a necessidade de estudos aprofundados torna-se ainda mais premente, seja porque o relato da imigração tem classicamente se apresentado a partir de uma ótica masculina, seja porque tem se projetado, desde o “11 de setembro”, uma visão global reducionista e reificada das mulheres muçulmanas como vítimas da dominação masculina (Cardeira, 2008).

Partindo dessa breve reflexão, o objetivo deste artigo é o de analisar como mulheres palestinas muçulmanas pensam a migração e constroem suas identidades em nosso país. Para tanto, me basearei em pesquisa de campo realizada entre 2005/2006 com seis palestinas moradoras de Brasília. A análise de suas memórias, recolhidas em entrevistas aprofundadas, foi o meio privilegiado para a observação de seus variados processos de identificação. A memória é aqui apreendida como um fenômeno social, passível de flutuações e mudanças, uma vez que o passado sempre é reconstruído

5 Sobre a imigração síria e libanesa cristã, ver: Truzzi (2005), Knowlton (1961), Nunes (2000), Safady (1972). Ressalta-se que, embora muito pouco estudada, também houve, no início do século XX, uma imigração palestina cristã ao Brasil, principalmente para o Rio Grande do Norte e para Pernambuco (Asfora, 2002). Esta imigração palestina cristã, ocorrida durante o Império Otomano, é expressiva no Chile (Baeza, 2003) e em Honduras (Marín-Guzmán, 2006), países que contam com as maiores comunidades palestinas da América Latina.

6 Em relação às pesquisas com palestinos nas ciências sociais, destaca-se o trabalho precursor de Jardim (2000) sobre os palestinos na fronteira Chuí/Chuy; a pesquisa desenvolvida por Espínola (2005) sobre a comunidade árabe muçulmana de Florianópolis, cujos principais grupos abordados foram os libaneses e os palestinos; e a recente investigação de Peters (2006) sobre família e rituais de casamento entre palestinos da cidade de Porto Alegre. Embora concentradas no Sul do país, há comunidades palestinas em vários estados brasileiros, como São Paulo, Amazonas, Goiás, Brasília etc. No que toca à Brasília, ver: Hamid (2007).

a partir das relações assumidas pelo sujeito no presente (Halbwachs, 1950). Nesse âmbito, a identidade do sujeito é entendida como influenciada por suas lembranças, já que elas fornecem um sentido de continuidade e coerência no tempo, permitindo-lhe uma representação de si mesmo.

Neste artigo, apontaremos que as distintas gerações a que pertencem essas mulheres e as variadas formas de inserção na sociedade de acolhida culminaram em diferentes modos de identificação e relação com os brasileiros: embora todas as interlocutoras façam parte de uma mesma “família extensa” da cidade de Safa, excetuando a que emigrou em 1977 da aldeia de Deir Balout, percebeu-se que enquanto as que chegaram ao país em 1968 se auto-identificam como refugiadas, as outras três, imigrantes de diferentes períodos (1977, 1994, 1995), denominam-se somente como palestinas. No que toca à relação com os brasileiros, todas se percebem como pertencentes a uma “cultura árabe”, o que nem sempre implica dizer que há total consenso sobre o que isto significa. Não obstante, será fundamental perceber que tanto nas memórias da imigração quanto nas relações com os brasileiros, a questão de gênero apresenta-se como crucial na apreensão de suas identidades.

De modo a contemplar estas distintas dimensões, na primeira parte do trabalho indico como estas palestinas tornaram-se imigrantes em nosso país. Para tanto, recorro à imigração masculina, uma vez que inicialmente essas mulheres não migraram sozinhas, mas foram migradas pelos homens de suas famílias⁷. Na segunda parte, aponto como suas identidades estão fortemente vinculadas às memórias do conflito entre israelenses e palestinos, expondo como tais lembranças indicam uma experiência de guerra específica conforme o gênero. Por último, sublinho como pertencer a uma “cultura árabe” no Brasil tem significado seguir certas prescrições e proscricções de gênero, de forma a diferenciá-las das brasileiras.

✂ Dos imigrantes às *migradas*: a vinda das mulheres palestinas à Brasília

A compreensão da imigração feminina à Brasília requer, de fato, o conhecimento do processo migratório masculino. Isso porque a vinda de todas as palestinas entrevistadas foi antecedida pela de seus pais, maridos ou parentes próximos. É importante esclarecer que, embora bastante situadas nas experiências dessas mulheres de Brasília, como não poderia deixar de ser, uma vez que se trata de uma abordagem antropológica, suas memórias da migração não deixam de revelar certos aspectos mais gerais da imigração palestina ao Brasil. Como mostra o relato da refugiada Nágile⁸:

7 A idéia de que para certos grupos “as mulheres não migram, mas são migradas” foi desenvolvida por Woortmann (1995) em seu estudo sobre a imigração japonesa ao Brasil.

8 Todos os nomes apontados são fictícios, conforme pedido de algumas interlocutoras.

“Olha, a vida lá era muito difícil, e muitos palestinos saíam da Palestina à procura de uma vida melhor, à procura de trabalho, e não de uma imigração definitiva, até porque eles saíam da Palestina e deixavam os familiares lá. No caso do meu pai, ele me deixou, deixou a minha mãe e os meus irmãos, e veio para o Brasil trabalhar uns três ou quatro anos.

E o seu pai fazia o que lá?

Meu pai? O pai dele era agricultor. Ele plantava, tem terras, inclusive tem até hoje as terras. E o meu pai também serviu o exército na época dos ingleses, quando os ingleses ainda dominavam a Palestina. (...) Meu pai participou na guerra de 1948, você sabe, quando depois foi delimitado o Estado de Israel” (06/11/2006).

O pai de Nágile, assim como os demais parentes das palestinas entrevistadas, migrou ao país na década de 1950. Proveniente de Safa, uma vila próxima à Ramallah, na Cisjordânia, ele buscava ascender economicamente no país e, posteriormente, regressar à Palestina. Isso porque nem a agricultura, atividade herdada de seu pai, nem a participação no exército eram suficientes para o sustento familiar. Da mesma forma, homens solteiros também seguiram esse trajeto, como foi o caso do atual marido de Amira (migrada em 1977) que, na época, buscava ajudar sua mãe e irmão na Palestina. Inicialmente, portanto, essa imigração configurava-se como masculina, temporária e com objetivos econômicos.

Ao chegar ao país, o pai de Nágile foi direto ao Rio Grande do Sul, onde tinha o contato de parentes e amigos palestinos que já haviam imigrado. Iniciando sua vida como “mascate”⁹ e estabelecendo-se como dono de comércio, ele, em momento algum, mudou-se do sul do Brasil. Por sua vez, o pai da refugiada Malak passou por vários estados brasileiros (Goiás, Brasília e Rio Grande do Sul), na busca do local que oferecesse a melhor possibilidade de ascensão social. Outros, ainda, iniciaram o trabalho em São Paulo, mas diante das notícias que chegavam sobre Brasília, na década de 1960, para cá vieram logo após a inauguração. Com efeito, Brasília apresentou-se como uma das várias possibilidades de ascensão econômica, configurando-se tanto como um local de estadia definitiva, após experiências em outros estados, quanto como um ponto de passagem/experimentação. Assim, de imigrantes no Brasil, muitos tornaram-se migrantes no território, deslocando-se tão logo percebiam chances em outras localidades. Tal deslocamento, contudo, não deixava de ser mediado pela ajuda de parentes e amigos, de forma que é possível afirmar que se eram os motivos

9 A palavra mascate, cuja origem é árabe, faz referência à cidade de Mascate do Golfo de Ácaba (atual Omã), conquistada pelos portugueses entre 1507 a 1658. Considerada um grande ponto comercial, os portugueses que regressavam de lá com seus produtos, eram chamados de mascate (Khatlab, 2002).

econômicos que impulsionavam a imigração e a migração, eram as relações de parentesco e amizade que as organizavam, ordenando suas rotas e oferecendo-lhes oportunidades (Woortmann, 1995).

Ressalte-se que, embora os parentes das mulheres tenham migrado à Brasília após sua inauguração, a vinda de palestinos para a capital iniciou-se entre 1956 e 1960, momento em que um grande contingente de trabalhadores adentrou o planalto central para a sua edificação. Os palestinos concentraram-se na então “Cidade Livre”, local onde se incentivava o estabelecimento de comerciantes através da isenção de impostos para atender à população que chegava¹⁰. Em 1958, dada a presença de aproximadamente 100 palestinos no local, foi criada a Sociedade Palestina de Brasília com o intuito de fortalecer a discussão política sobre a Palestina e “preservar” a cultura árabe. Atualmente, Brasília comportaria cerca de 2000 palestinos, considerando imigrantes e descendentes, sendo a metade de mulheres.

O início da imigração feminina ao Brasil somente passou a ocorrer quando aquela imigração masculina, a princípio temporária, foi ganhando ares mais “definitivos”. A decisão pela permanência no país adveio de duas importantes motivações: ascensão econômica e guerra. No primeiro caso, devido à melhoria das condições sociais e financeiras no Brasil, principalmente por meio da aquisição de comércio próprios, muitos imigrantes optaram por estabelecer-se no país, buscando, então, a constituição de uma família. Para tanto, muitos foram à Palestina casar-se com primas ou membros da comunidade. As palestinianas que adentraram o Brasil nos anos de 1977, 1994 e 1995 o fizeram a partir do casamento¹¹. Ao chegarem, elas estabeleceram-se em Brasília, local onde já moravam seus esposos. São essas as mulheres que, no presente, se auto-identificam somente como “palestinianas”. No segundo caso, alguns imigrantes que viviam no Brasil, ao saberem que suas cidades haviam sido ocupadas durante a Guerra dos Seis Dias, em 1967, e temerosos pela segurança física e moral dos parentes, decidiram trazê-los ao país, fixando-se aqui de forma menos temporária. As três entrevistadas que migraram um ano após o conflito, a pedido de seus pais, o fizeram quando ainda eram crianças, ingressando primeiramente no Rio Grande do Sul e estabelecendo-se em Brasília nas décadas de 1980/90. São essas as palestinianas que se auto-identificam como “refugiadas”, uma vez que consideram o conflito como determinante de suas vindas.

Para as mulheres que vieram ao Brasil após se casarem com palestinos que aqui viviam, a emigração é concebida como uma escolha feita no momento em que decidiram aceitar o pedido de seus pretendentes. Tal deslocamento representava

10 Para maiores informações sobre a construção de Brasília, ver: Ribeiro, 1980.

11 No caso das que migraram na década de 1990, o casamento se deu com uma segunda geração de imigrantes. Elas casaram-se com seus primos paralelos patrilaterais, ou seja, com o filho do irmão do pai. Neste caso, foram os seus tios que emigraram ao Brasil na década de 1950.

tanto a possibilidade de afastar-se da difícil vida na “roça”, conforme nos conta Amira (1977), quanto a efetivação do “sonho” de conhecer o local onde já moravam muitos parentes, como relata Sadíe (1995):

“A minha avó vivia dizendo que eles (os quatro primos) aqui (no Brasil) iam casar com as quatro mulheres de lá. Então, a gente cresceu escutando isso. (...) E eu vou confessar uma coisa pra você, eu tinha era vontade de conhecer o Brasil. Porque meus tios moram todos aqui, só tem dois tios lá, e eles são 11 no total. Minha avó vinha pra cá, meu pai... Então todo mundo que saía daqui e voltava pra terra falava bem daqui, que era uma terra bonita” (03/11/2006).

Assim, ao apontar que as mulheres palestinas são “migradas” não pressupomos uma falta de agência feminina na decisão de deslocar-se. Como bem ponderou Jardim (2007), principalmente no que toca à segunda geração de imigrantes, as mulheres (tias, avós) seriam as responsáveis por tramar os casamentos entre parentes que moram em países distantes, “vindo primeiro” no processo imigratório. No relato de Sadíe, por exemplo, fica claro como sua avó já tecia os encontros entre primos do Brasil e da Palestina. Não obstante, é preciso reconhecer que as palestinas não “migram sozinhas”. A possibilidade do deslocamento feminino somente ocorre diante de uma presença masculina.

As refugiadas, por sua vez, não encaram a emigração como uma escolha, mas como uma condição do conflito. O contexto de guerra as teria obrigado a sair de suas “terras” e a estabelecer-se num país, cuja estadia se pretendia passageira por seus pais. Ao ingressarem no Brasil com idades de 7, 8 e 13 anos, essas mulheres socializaram-se, em alguma medida, entre dois contextos sócio-culturais. É importante ressaltar que a identidade de refugiada assumida não está pautada em um pedido formal feito ao governo brasileiro, tendo elas ingressado no Brasil como imigrantes comuns. Tampouco está relacionada à perda das casas, uma vez que seus parentes seguiram vivendo no território ocupado. Além disso, elas não fazem qualquer menção à definição de “refugiado” proposta por organismos internacionais criados para lidar com a questão palestina, como é o caso da UNRWA (United Nation Relief and Work Agency for Palestine Refugees in the Near East)¹². Como veremos, tal identidade baseia-se, principalmente, nas lembranças do medo vivenciado nos dias do conflito e do receio de que o corpo feminino pudesse ser vítima de uma violência particular.

Para ambos os grupos de mulheres, o conflito israelo-palestino é integrante de seus

12 Criada em 1949, a UNRWA propõe uma definição de “refugiado palestino”: refugiados são todas as pessoas que possuíam casas e viviam na Palestina entre junho de 1946 e maio de 1948, mas que, devido ao conflito israelo-palestino de 1948, perderam suas casas e seus meios de sustento.

processos de construção identitária, não devendo ser desprezado na análise. No entanto, as diferentes gerações a que pertencem e as diversas dinâmicas migratórias resultam em variadas formas de narrar e avaliar esse mesmo cenário¹³.

☞ Memórias do conflito

Ao longo de todas as conversas com as mulheres, a criação do estado de Israel e o conflito permanente entre judeus e palestinos eram constantemente apontados na descrição de suas trajetórias. Essas questões apareciam como “marcos” ou “pontos invariantes” da memória, sendo essenciais na compreensão de como se percebiam (Pollak, 1992).

Com efeito, o processo de construção identitária das imigrantes não pode ser entendido apenas nas relações que estas desenvolvem com os brasileiros, devendo-se considerar os múltiplos vínculos estabelecidos continuamente com a Palestina. Isso porque as migrações estão inseridas num contexto *transnacional*, no qual é possível atravessar fronteiras nacionais e ao mesmo tempo manter extensas relações familiares, econômicas e culturais com a terra natal. Esse fenômeno permite ao migrante “estar lá e aqui” simultaneamente (Espínola, 2005). Entre as palestinas, tanto as memórias passadas quanto as atualizações presentes (viagens, encontros comunitários e notícias da mídia) são as bases para a ligação com a terra de origem.

A “identidade de refugiada”, como mencionado, longe de pautar-se em aspectos formais, baseia-se num conjunto de lembranças que, ao serem articuladas, dão sentido ao que se assume atualmente. Nesse sentido, elas conjugam a idéia de provisoriedade da imigração paterna e a lembrança de uma infância feliz experimentada na Palestina, com uma memória detalhada do conflito de 1967.

No que toca às primeiras recordações, elas enfatizam que a decisão de seus pais pela permanência no Brasil e a interrupção de um período feliz na Palestina foram causados pela ocupação de suas terras durante a Guerra dos Seis Dias. Em suas memórias, nem a boa ascensão econômica alcançada por seus pais em nosso país, nem a difícil situação social na Palestina que os levou a emigrar são considerados como aspectos importantes em suas vindas, sendo a guerra e a ocupação as grandes propulsoras deste deslocamento.

As memórias do conflito de 1967 são marcadas pela riqueza de detalhes dos aconteci-

13 No momento das entrevistas, enquanto as palestinas que migraram nas décadas de 1960/70 tinham entre 45 e 52 anos, as que vieram na década de 1990 tinham entre 27 e 28 anos. Todas eram casadas com primos, tendo uma média de 3 a 4 filhos. Dentre elas, apenas duas mulheres que se auto-identificavam “refugiadas” haviam ingressado no sistema superior, o fazendo já mais velhas. Nenhuma possuía uma profissão independente. O ingresso ao país se deu com passaporte jordaniano e, na década de 1990, com documentação palestina.

mentos e das sensações experimentadas, como mostra o depoimento de Malak:

“Eu não lembro o que eu almocei ontem. Agora o que eu passei lá, eu sei tudo. Incrível como ficou registrado na minha mente. (...) E aí quando eles falaram assim: ‘oh, nós vamos ter que sair da cidade porque os judeus tão entrando!’. E o nosso medo é que em 1948, quando deu a partilha, os israelenses dominaram uma parte da Palestina. (...) Foi daí que deu aquelas chacinas que os guerrilheiros judeus entraram na cidade, abriam barriga de grávida pra adivinhar se era homem ou se era mulher, havia estupro. Então, nosso desespero: ‘nossa, eles vão entrar na nossa cidade e vão fazer a mesma coisa’. Então a gente ficou muito assustada, e saímos. A minha avó ficou dentro de casa pra eles não a destruírem. Então, eles chegaram lá e ela abriu as portas pra eles entrarem, fazerem o que quiser, mas não destruírem a casa” (03/08/2006).

Ao relatarem sobre os conflitos, as palestinas não trazem somente recordações vividas diretamente por elas, entrelaçando-as com lembranças vividas pela comunidade e com memórias históricas aprendidas sobre a Palestina¹⁴. Nos relatos de Malak, as lembranças sobre o conflito de 1948, momento em que não era nascida, fundamentaram a fuga em 1967. Os acontecimentos retidos, é importante perceber, dizem respeito principalmente à violação do corpo feminino por meio de estupros e à violência contra grávidas. Temerosos de que isso voltasse a ocorrer, a família da refugiada e os seus vizinhos não hesitaram em fugir da cidade.

De fato, desde a resolução referente à partilha da Palestina, em 1947, houve o recrudescimento do conflito entre árabes e judeus. Nesse contexto, dentre as várias operações de ocupação das cidades palestinas levadas a cabo pela Hagana (principal grupo armado judeu) ou por organizações militares como o Irgoun e o Lehi, aquela que causou maior terror entre os árabes foi, sem dúvida, o massacre ocorrido na aldeia de Deir Yassin, em 9 de abril de 1948. De acordo com Sivolella (2001), a despeito de um “pacto de não agressão” firmado em 1942 entre judeus e palestinos, nessa cidade, as forças sionistas a invadiram, matando 254 pessoas de uma comunidade de 800 habitantes. Além disso, os relatos apontam que as mulheres que sobreviveram foram esturpadas e muitas tiveram seus corpos expostos nus em aldeias próximas (Hasso, 2000). A repercussão desse massacre fez com que milhares de palestinos de cidades vizinhas fugissem de suas casas com medo.

“The possibility of attacks on Palestinian girls and women

14 Pollak (1992), ao apontar os elementos constitutivos da memória individual e coletiva, fala sobre a importância dos *acontecimentos vividos*, dos *vividos por tabela* (experenciados pela comunidade a que o indivíduo pertence) e dos *acontecimentos herdados* (frutos de um processo de socialização política e histórica).

similar to those reported to have occurred in Deir Yassin worried many refugees and affected their decisions to leave during the war, according to many accounts. These narratives indicate that part of the Deir Yassin massacre's impact was not *only* that a 'peaceful village' had been so brutalized by Zionist forces, but that girls' and women's bodies were violated through 'non-sexual' physical violence, sexual assault, and undressing, thus transgressing honor norms and creating great fear among families" (Hasso, 2000: 498).

Para a autora, embora pouco ressaltados na historiografia, os rumores sobre os estupros foram cruciais na decisão de fuga de muitos palestinos em 1948, sendo até mesmo retomados como justificativa por refugiados do conflito de 1967. Com efeito, para as famílias das entrevistadas, como vimos, as memórias de 1948 subsidiaram a decisão pelo deslocamento. O receio em relação à sexualidade ficará evidente em variados trechos do relato de Malak. Porém, antes de avançarmos nessa discussão, apontaremos outros aspectos de sua narrativa:

“Então, quando eles entraram na cidade, digamos assim, 90% da população já não estava mais lá. Já tinham se refugiado em outras cidades vizinhas. Mas, antes de a gente chegar nesta cidade, tinham no caminho as grutas subterrâneas. E era bombardeio direto. Então a gente via os aviões passar por cima, jogar bomba. E a minha mãe grávida! Nós fizemos esta caminhada toda e ela grávida. E o Nasser, pequenininho, e eu, muito pequenininha, e meu avô. Eu fiquei com bolha nas pernas de caminhar. Um calor muito forte, de 45 graus. Depois saímos das grutas e fomos pra esta cidade. Nesta cidade a gente ficou num casarão, nunca me esqueço, era um casarão enorme. As famílias que moravam lá saíram do casarão, foram pra outras cidades mais a frente, achando que os judeus iam chegar lá. Então, quando a gente chegou, o casarão estava aberto e a gente entrou lá. É assim, em época de guerra as casas ficam abertas, é de quem chegar e quiser se abrigar ali. Nós ficamos um bom tempo ali. Nós ficamos aproximadamente uns 15 dias. Daí: 'oh, pode voltar que a coisa melhorou'. Aí nós voltamos, só que quando nós voltamos os judeus permaneciam lá. Só que a promessa era de que eles não iriam fazer nada. Só que eles levaram a gente pra um campo de concentração que era a escola”.

Embora a refugiada tivesse somente sete anos de idade em 1967, suas lembranças não deixam de revelar detalhes da fuga: os sons ouvidos na retirada (bombas e aviões sobrevoando o céu), as dores físicas sentidas durante o deslocamento (pés com bolhas), a sensação de calor intenso e o percurso longo de caminhadas. Além dessas, a preocupação com os familiares e as memórias retidas dos espaços percorridos, como a “gruta subterrânea” e o “casarão”, compõem o cenário da fuga, reforçando continuamente a idéia de refúgio.

“Aí a gente ficou um bom tempo lá (ela se refere à escola). O meu tio apanhou muito dos judeus na época, que a cada vez que ele levantava pra pedir água ou pra dizer que minha mãe não tava passando bem, ele levava uma corinhada na cabeça. Então a gente ficou um bom tempo ali naquele sofrimento. Depois: ‘oh, cada um volta pra sua casa. Só que o seguinte: tem toque de recolher. Tal hora todo mundo dentro de casa’. (...) Só que eu fui até a horta em horário que podia ir. Eles colocaram o binóculo, viram a gente lá de cima da escola, acho que não quiseram nos acertar, quiseram é assustar. E aí eu me lembro muito bem que começaram a atirar em cima da gente. As balas acertavam a terra que a terra fazia assim, sabe? E a gente se jogou no chão, eu e minha irmã, e dali nós conseguimos pular o muro, assim, se arrastando pra entrar numa casa perto ali pra gente se abrigar. E aconteceu também com uma vizinha nossa. O banheiro deles era fora de casa. Então ela tinha que ir no banheiro e a mãe levou ela lá. E o infeliz viu ela no binóculo. Era hora de toque de recolher. Aí ela saiu pra ir ao banheiro, ele deu um tiro lá de cima e acertou na vagina dela. A menina estava sentada e a mãe parada em pé ao lado. A bala perfurou a perna da mãe e acertou os grandes lábios. E eu fiquei, assim, horrorizada com aquilo, e aí, realmente, a gente não saía mesmo. Então, a gente vivia com medo. A minha mãe tinha muito medo porque a minha irmã mais velha era bonita, assim, então tinha medo de estuprar. E até minha mãe na época, quando nós voltamos pra casa, ela teve o Amir em casa também. E o judeu não queria que chamasse a parteira. Queria que morresse mesmo, ela e a criança. E meu tio implorava. Eles diziam que não, que não, que não. Aí lá pelas tantas, eu acho que ele mesmo não agüentou os gritos da minha mãe e permitiu que meu tio fosse buscar a parteira”.

Para Malak, as cenas de violência são as que marcam o período de retorno para casa sob ocupação militar. A agressão contra o tio, os tiros em sua direção com o intuito de assustar e os disparos contra mãe e filha que contrariavam as regras do toque de recolher são colocados um após o outro, transmitindo a idéia de “repetitividade” e “normalidade” de atos violentos contra os palestinos. Não obstante, em suas memórias, a violência, muitas vezes, poderia tomar características distintas, conforme o gênero do sujeito. Enquanto a lembrança em relação ao tio era a de que apanhava dos militares, em relação às mulheres, a precisão da memória sobre o tiro de raspão nos “grandes lábios” ou a exposição do temor de que sua irmã fosse estuprada mostram que, além do risco de serem mortas, havia o receio e a possibilidade da violação dos corpos.

A literatura demonstra que em contextos de guerra haveria uma associação entre território e corpo feminino, na medida em que a conquista territorial costumaria ser seguida e expressa pela violação corporal. Para Segato (2004), esta funcionaria como uma *linguagem* ou um *ato comunicativo* que informaria sobre uma dupla dominação: superioridade masculina expressa no controle do corpo feminino e domínio irrestrito e totalitário sobre a localidade diante de seus pares e da população local. O amplo significado assumido pela violação sexual estaria no fato dela conjugar, em um único ato, a dominação física e moral do outro.

Entre os palestinos, conforme nos havia mostrado Hasso (2000), os estupros na aldeia de Deir Yassin não atentavam apenas sobre os corpos das mulheres, comprometendo fortemente o valor da “honra familiar”. Para a autora, a “honra” se configuraria como um dos elementos centrais para a compreensão do grande êxodo ocorrido durante os conflitos de 1948 e 1967. Uma prova disso foi a tentativa de mudança de seu sentido empreendido pelo discurso nacionalista: se durante o mandato britânico, o sentido da honra estava intimamente ligado à posse da terra e à manutenção da virgindade das mulheres da família, após o conflito de 1948, dada a grande perda das terras e o entendimento de que isto estava relacionado ao desejo de proteção das mulheres, os nacionalistas passaram a defender um “moderno conceito de honra” ancorado na idéia de autonomia nacional e controle sobre a terra.

“According to this nationalist discursive reworking, men could succeed individually in ‘protecting’ women (‘ird) and still not possess honor (sharaf) if they did not protect national land claims - thus, the development of the slogan ‘land before honor’ (al-ard qabl al-‘ird). The slogan became prominent in Palestinian nationalist discourse particularly after the 1967 war” (Hasso, 2000:495).

A criação do slogan “a terra antes da honra” demonstra a grande importância que esta última assumia entre os palestinos, influenciando em suas decisões de fuga. Entre as mulheres entrevistadas, as repetidas referências à sexualidade sugerem que a honra foi um dos fatores a influenciar a decisão familiar de “refugiar-se” no Brasil.

A identidade de refugiada, dessa forma, baseia-se tanto na idéia de que a emigração de seus pais era provisória e da recordação de uma infância feliz na Palestina quanto de uma memória detalhada do conflito de 1967, momento em que o receio da violação sexual era permanente, influenciando as decisões pelo deslocamento.

O conflito israelo-palestino, não obstante, também está presente nas memórias daquelas que migraram ao Brasil por outros motivos que não a guerra. Se nas memórias das refugiadas enfatiza-se especificamente a Guerra dos Seis Dias e as suas conseqüências, entre as que migraram pelo casamento ressalta-se, sobretudo, a cotidianidade do conflito, expressa pela dificuldade de deslocamento e pela humilhação.

“Porque lá a gente não tem liberdade pra andar. Não é igual aqui. Aqui você pode pegar seu carro e ir até Taguatinga e ninguém vai te parar no meio da rua, pegar seu documento, sua identidade, olhar se você pode entrar. Lá na minha terra não tem isso. Então os judeus, ou deixam você passar ou não, pela boa vontade deles. Tipo na mesquita, lá em Jerusalém, se você quiser rezar, depende da boa vontade deles. Se eles não quiserem, eles não deixam você entrar. (...) Lá em Israel os judeus deixam a gente no sol durante duas ou três horas. Era assim! Eles tratam a gente igual a cachorro! A gente fica duas ou três horas no sol, a minha cabeça fica quase estourando lá! Eles tratam a gente muito, muito mal: ‘desce, anda!’. É assim que eles mandam! Os judeus humilham os palestinos demais, demais” (Sadie, 03/11/2006).

Os postos de fiscalização israelenses, em muitas estradas da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, verificando documentos e controlando a entrada de pessoas e carros, é uma dura realidade enfrentada pelos moradores diariamente. Nesse contexto, é a necessidade de apresentar as identidades aos militares e a expectativa de que não sejam aceitas que as fazem lembrar o processo de ocupação dos judeus na região. Mais do que isso, as memórias das palestinas sugerem que eles seriam tratados como se humanos não fossem, sendo humilhados e lembrados que a decisão de ir e vir não está em suas mãos.

As diferentes memórias referentes à Palestina, trazidas por ambos os grupos de mulheres, não estão, contudo, apenas relacionadas às épocas e contextos distintos em que viveram, mas também à idade que tinham no momento da migração e às possibilidades que tiveram de retorno. Entre as migradas pelo casamento, as viagens à Palestina ocorrem com grande freqüência. Sara, por exemplo, já viajou a sua cidade quatro vezes desde que chegou, em 1994. As refugiadas, em contrapartida, quase

não vivenciaram a experiência do retorno. Suheim não voltou à sua terra desde 1968 e Malak somente a visitou uma vez em 1999. As viagens à Palestina, no primeiro caso, permitiram uma atualização do discurso sobre as dificuldades cotidianas e os acontecimentos atuais. As refugiadas, tendo migrado ainda crianças, guardaram, na maioria das vezes, as lembranças marcantes do conflito.

Mas, se as refugiadas tiveram poucas chances de retorno à Palestina, como conseguiram manter uma identidade política tão forte no Brasil? Para as mulheres, a ausência da terra de origem foi preenchida cotidianamente em nosso país através do espaço familiar, dos encontros com a comunidade e do acompanhamento das notícias veiculadas pela mídia.

“Quando eu morava no Rio Grande do Sul, eu trouxe essa revolta junto comigo. Assim, eu passei a guerra lá de 67, e depois disso lá nunca parou. É, deu a guerra de 67, depois 68, depois 70, depois 80, Intifada. Então eu fui crescendo vendo isso aí. E sempre revoltada com aquilo. Então no Rio Grande do Sul, o que eu podia fazer eu fazia. Eu montava grupos de folclore, pra não morrer a nossa causa. Então minha vida inteira lá, além de ter negócios, eu sempre procurei me manter assim, sempre divulgando a causa palestina” (Malak, 03/08/2006).

Além de vivenciar no seio familiar as discussões referentes à Causa Palestina, a refugiada, em sua adolescência, organizou um grupo de dança folclórica árabe – Dabke –, o qual se apresentava publicamente, divulgando a questão aos brasileiros. Nesse contexto, é fundamental compreender como a ausência de um Estado palestino não impossibilitou a organização das comunidades em diáspora. Ao contrário, a “Causa Palestina”, como minhas entrevistadas a chamam, as motivou a formar grupos folclóricos, a participar de passeatas e a montar grupos de discussão, propiciando o fortalecimento identitário.

Além disso, o acompanhamento das guerras que se sucediam na Palestina, através das notícias veiculadas pela mídia, possibilitava a manutenção do vínculo com a terra de origem. Como aponta Ribeiro (1996), a televisão e as redes de computadores seriam os principais suportes simbólicos e ideológicos para a emergência da cultura e representações transnacionais. Como exemplo, aponto como o acompanhamento das notícias sobre a invasão do Líbano por Israel, em 2006, estimulou a organização da comunidade palestina de Brasília, incluindo as mulheres, para uma manifestação em frente à Embaixada dos Estados Unidos.

As identidades das palestinas, portanto, devem ser pensadas tanto a partir de suas memórias do conflito, quanto do atual contexto de diáspora marcado pela reivindicação

de um Estado palestino. No Brasil, entretanto, a partir das relações estabelecidas com os brasileiros, elas também acionam certos traços, concebidos como próprios de uma “cultura árabe”, de forma a diferenciá-las das brasileiras, como será visto adiante.

☞ A construção de uma “cultura árabe” no Brasil

Desde o “11 de setembro” de 2001, com o ataque às “Torres Gêmeas” americanas, fortaleceu-se “no ocidente” uma imagem negativa do “mundo árabe islâmico”, na medida em que passaram a associá-lo ao “terrorismo”, ao “fundamentalismo religioso” e à “submissão feminina”. Tal criação do “oriente” pelo “ocidente”, denominada “orientalismo” por Said (1990), não seria um fato apenas decorrente dos últimos acontecimentos. Como defende o autor, desde o século XVIII, tem havido um *comércio considerável* que *define, opina e negocia* o Oriente, *dominando-o*. No que diz respeito às mulheres, muitas antropólogas feministas alertaram que a utilização de noções ocidentais de opressão, longe de contribuírem para a compreensão do status feminino em diversas localidades, tem funcionado como instrumento de colonização e apropriação de culturas não-ocidentais. Distanciando-se da idéia de uma essência feminina ou de um patriarcado universal, essas feministas defendem que as mulheres devem ser entendidas tanto a partir de suas múltiplas identidades de classe, raça, nacionalidade, etnia e religião, como do contexto que as engendrou (Butler, 2003).

Entre as imigrantes entrevistadas, a dimensão étnica assumiu grande relevância na pesquisa. Se as lembranças da Palestina foram essenciais na conformação de quem são, não se pode deixar de considerar que é a partir das relações estabelecidas no presente com os brasileiros que se aciona o que será lembrado. Grupo étnico é aqui compreendido no sentido que Barth (1998) emprega ao termo, como um tipo de “organização social”, marcado pela “auto-atribuição” e “atribuição dada pelos outros”. Dentro dessa perspectiva, não são os traços culturais que definem um grupo étnico. Os sinais ou valores diacríticos variariam de acordo com a situação de contato, sendo ativados para conformar uma identidade contrastiva frente a outros grupos. Diante dos brasileiros, as palestinas não hesitavam em afirmar que faziam parte de uma “cultura árabe”. No entanto, era preciso entender que conteúdos desta cultura eram acionados para marcar essa diferenciação.

“Eu fui criada com os valores totais de lá. A minha mãe não era apegada à religião. O meu pai e a minha mãe deixavam claríssimo pra mim e minhas irmãs: ‘olha, nós somos palestinos, nós somos árabes, os nossos costumes são assim! (...)’ E eu acho que eu fui bem criada. Eu sabia que só podia casar com palestino, com parente ou com um palestino qualquer, mas que não fosse brasileiro. Exatamente por esse motivo para que eu pudesse conservar

os costumes, as tradições e a língua. (...) Os valores eram a tradição, a obediência, a educação, o não namorar, o não vestir roupas curtas. Eu nunca usei minissaia. Porque eu não podia usar. Eu nunca usei alcinha. Porque eu não podia usar. Agora, lenço na cabeça, não” (Nágile, refugiada, 06/11/2006).

A religião islâmica, entre as palestinas, não é o elemento mais fortemente ativado publicamente para a afirmação de uma identidade coletiva. Como explica Nágile, sua mãe não era apegada à religião e ela não foi educada para usar o “lenço”¹⁵. Seguir uma “cultura árabe” implicava, por um lado, ser obediente e educada, respeitando as hierarquias familiares; por outro, indicava seguir certas prescrições de gênero, como não vestir roupas curtas, não namorar e casar-se apenas com palestinos. Com efeito, um dos principais “costumes” acionados para criar uma diferenciação de “nós” frente aos “outros” envolvia certas regulamentações relacionadas ao gênero. Longe de com isso querer reduzir uma teia de símbolos compartilhados a essa dimensão, apontamos apenas que, diante dos brasileiros, elas tendem a estabelecer uma identidade marcada pela maneira específica como se dão essas relações. O que se percebe, ainda, é que a ênfase nas normas referentes ao gênero era feita no sentido de contrapor-se à imagem tida das brasileiras, como mostra o depoimento de Sadie:

“Essas brasileiras não têm respeito com a gente, não têm respeito com homem casado, dão em cima direto! A maneira delas se vestirem, elas bebem, elas fumam! Eu não gostei do jeito delas. (...) O certo é mulher noivar, casar e depois namorar! Que tenha o teu filho, tua casa, tua família! Aqui as mulheres são muito perdidas. As mulheres brasileiras não têm valor porque os homens pegam elas, e pronto! Tem um monte de mulher grávida, sem marido! Têm filhos abandonados que elas jogam no lixo. Lá na minha terra não existe isso. Porque lá, a família é uma coisa sagrada, você tem que casar, a mulher não é largada pela família” (03/11/2006).

15 É interessante perceber que se a religião não esteve tão presente durante o processo de socialização das palestinas que migraram até a década de 1970, entre as que migraram na década de 1990 o discurso e as práticas religiosas tiveram maior importância em suas vidas. A explicação desta mudança está, em parte, no fortalecimento do “islamismo político” ocorrido no “mundo árabe” na década de 1980. Além de ter sido incorporada politicamente, a religião se materializou através das escolas religiosas, das mesquitas e da assistência aos pobres. Apesar de, atualmente, as palestinas não tomarem a religião islâmica como o principal símbolo da identidade étnica, verifica-se que, internamente, o prosseguimento ou não das obrigações religiosas tem sido usado como critério para avaliar aqueles que estão “se abraileirando” ou que continuam “árabes”. O véu é usado por somente duas palestinas, embora as demais esbocem o desejo de utilizá-lo no futuro. Para elas, tal acessório expressa tanto o alcance de uma maturidade espiritual quanto a tentativa de estabelecer fronteiras entre homens e mulheres. Ver: Hamid (2007b).

Ao se oporem às práticas e idéias encaradas como sendo próprias das brasileiras, as palestinas vão revelando que a “virgindade”, o “casamento” e a “família” são as bases para a compreensão de como se vêem e o que valorizam. Contrapondo-se a um modelo individualista, no qual a importância está no indivíduo e em sua liberdade; seus discursos apontam para um modelo em que o acento incide na família. Nesta perspectiva, caracterizada por alguns autores como holista (Dumont, 1997), os membros se organizam hierarquicamente e com distintas funções com vistas a alcançar os objetivos de caráter coletivo.

Entretanto, se a importância atribuída à família é comum entre as migradas pelo casamento e as refugiadas, a forma como se referem ao suposto “individualismo” e “liberdade sexual” das brasileiras é variada. As que migraram na década de 1990 tendem a falar das brasileiras como se estas formassem um grupo homogêneo, descartando as características e diferenciações internas e reduzindo-as à estereótipos de “mulher sem valor” ou “liberadas sexualmente”. Sentindo-se muito distantes deste modelo, elas afirmam não ter amigas brasileiras. Já as refugiadas e a migrada em 1977 possuiriam discursos menos totalizantes. Por um lado, elas afirmam que não julgam negativamente as mulheres daqui, uma vez que estas seguiriam preceitos de sua própria “cultura”. Por outro, as refugiadas apontam a pluralidade de modos de ser das brasileiras, indicando uma semelhança entre os “valores” e “costumes” das famílias árabes e de certas famílias brasileiras mais tradicionais. Estas, inclusive, teriam várias amigas no país com as quais compartilhariam afinidades.

O fato das palestinas identificarem-se como um “nós” diante de “outros” ou afirmarem que seguem princípios de uma “cultura árabe” em Brasília, não implica dizer que não haja divergências internas nas posições assumidas, mesmo quando são provenientes da mesma família extensa. Como mencionado, o contexto da migração influencia em diferentes inserções na sociedade de acolhida. As refugiadas socializaram-se entre os brasileiros, o que possibilitou experimentar a sua diversidade e perceber semelhanças e diferenças em seus valores e princípios. Por outro lado, é preciso reconhecer que tais divergências internas surgem porque de fato não existe uma “tradição” ou “cultura árabe” cristalizada e imutável de onde se possam tirar manuais de comportamento e de interação. Ao contrário, elementos da “cultura” são constantemente selecionados, modificados ou ressignificados à luz das interações no presente. Estas distintas “escolhas” culminam em diferentes status, legitimidade e reconhecimento dos membros diante de sua comunidade.

Não obstante as diferenças internas, as palestinas, ao tentarem diferenciar-se das brasileiras, apontam, principalmente, as especificidades dos comportamentos e valores relacionados ao gênero. Contudo, se são nestas distintas prescrições que encontramos o ponto de tensão entre as duas realidades sócio-culturais, é no sentido dado à “família palestina” que alcançamos maiores explicações.

Todas as mulheres entrevistadas casaram-se com seus respectivos primos¹⁶, o que reforça a idéia de que o casamento endogâmico é um valor cultivado em suas famílias¹⁷. Tal casamento é preferencial não somente porque possibilita a reprodução dos costumes, das tradições e da língua, como é enfatizado por elas, mas porque permite a continuação do “sangue”, do “nome” e da “raça”, princípios estes fortemente valorizados no contexto migratório.

Como explica Abreu Filho (1982), a raça, quando entendida como “famílias”, designaria um todo de ascendentes e descendentes que se diferenciaria de outros por qualidades próprias perpetuadas pela hereditariedade. O sangue, nesse contexto, seria visto como um transmissor não só de atributos físicos, mas também morais de seus ascendentes. Por um lado, a raça seria impressa pelo homem, sendo ele a referência de seus descendentes em relação à raça-família, cujo emblema seria o nome de família. Por outro, a mãe seria a responsável pela transmissão da *raça-moral* (comportamentos e conduta moral).

Com efeito, uma vez que os palestinos organizam suas relações de parentesco através de princípios patrilineares, a “raça” seria transmitida de pai para filho. Isto fica marcado pela reprodução dos nomes de sua linhagem (nome, nome do pai, nome do avô e nome da família). Por seu turno, é a mãe que transmite a “moral” dos filhos e, neste sentido, é seu corpo que deve ser resguardado de qualquer “impureza”. Se um “filho não é bom ou não presta” a culpa será sempre daquela que transmite as características morais à prole. Casar-se com palestinos é, portanto, a garantia de que se estará dando continuidade à raça-família-palestina. O casamento com homens brasileiros, ao contrário, implicaria em abdicar dessa continuidade. Prescrever normas concernentes ao gênero é, portanto, o meio de assegurar a boa moral da futura esposa e de garantir uma melhor reputação à família.

A importância da família entre as palestinas se mostra presente, ainda, quando estas revelam seus projetos em relação aos filhos. O desejo de que se casem com palestinos tem, no entanto, ganhado novos sentidos na diáspora.

“Eu quero que ela se case com gente da tradição dela, justamente porque a gente é um povo que vive em guerra, vive em conflito. Então, veja se eu vou permitir que ela se case com um italiano, alemão, judeu ou brasileiro... Deus me livre! Se eu permitir isso, mais tarde ela vai ter um filho

16 Entre elas, quatro se casaram com o filho do irmão do pai; uma casou-se com o filho do irmão da mãe; e a outra com seu primo de terceiro grau. No caso de duas das refugiadas, foram seus maridos que migraram pelo casamento, deslocando-se da Palestina para o Brasil.

17 Para nenhuma das palestinas o casamento endogâmico foi vivido como uma imposição familiar ou paterna. Embora não haja namoro, nos moldes ocidentais, expressões tão familiares em nossa sociedade, como “foi amor à primeira vista”, “eu gostei dele” ou “fiquei atraída”, estiveram presentes em seus discursos, sendo essenciais para que decidissem aceitar o pedido de casamento. Malak, por exemplo, recusou dois outros primos que lhe propuseram união, casando-se apenas com aquele que lhe despertou algum interesse.

e vai permitir a mesma coisa. E cadê os palestinos, cadê os árabes e cadê a nossa raça? A cultura se perde. Então, nós nos apegamos muito a isso. Pra você ver, eu fui criada aqui no Brasil. Não que meu pai impusesse pra mim, mas eu, até pelo que eu passei lá e por tudo que eu queria passar aqui pro povo brasileiro, eu cresci botando na minha cabeça que eu queria casar com árabe e eu quero ensinar os meus filhos a serem árabes e eu quero também que eles se casem com árabes” (Malak, 03/08/2006).

O depoimento de Malak mostra a forte preocupação com a existência e continuidade de um “povo”. Assim, casar-se, endogamicamente na diáspora, implica não só reproduzir costumes, tradições ou atributos físicos e morais entre os descendentes, mas, principalmente, possibilitar a perpetuação de um grupo e de uma “causa política”. Ou seja, a importância do “sangue”, do “nome” e da “raça” na família palestina é ressignificada e redimensionada no contexto diaspórico.

Com efeito, a atual situação sócio-político-cultural referente à terra de origem faz com que a “causa palestina” e aquilo que é concebido como a “tradição cultural árabe” se apresentem profundamente imbricados, influenciando e recrudescendo aspectos um do outro. Assim, percebemos que, sem atentar para o contexto – local e transnacional – em que estas relações simbólicas são processadas, não é possível compreender as identidades de “refugiada” e “árabe-palestina” na cidade de Brasília, ou mesmo, arriscamos dizer, em várias outras situações de diáspora.

✂ Conclusão

Neste artigo, as identidades assumidas pelas palestinas foram analisadas tanto a partir das lembranças que elas tinham do passado quanto da situação específica em que elas se encontram no presente, isto é, uma situação marcada pela relação com uma “outra” sociedade e por um contexto transnacional em que é possível “estar” no Brasil e na Palestina simultaneamente. Portanto, tais identidades só puderam ser compreendidas em seu sentido amplo quando inseridas nas histórias que as originaram e no contexto atual que as engendram.

Ocorrendo por intermédio de seus maridos ou pais, homens que já haviam emigrado ao Brasil, a vinda das mulheres deu-se em épocas e contextos variados, o que culminou em distintas formas de identificação, de memórias da terra de origem e de relações com os brasileiros. Não obstante as especificidades, a guerra entre israelenses e palestinos e a dimensão de gênero foram fatores importantes para compreender tanto o passado quanto o presente da vida de ambos os grupos de imigrantes.

Nas memórias trazidas sobre a Guerra dos Seis Dias, evidenciou-se que os corpos palestinos não eram sexualmente indiferenciados, uma vez que o tipo de agressão, potencial ou efetivamente sofrida, envolvia a diferença de gênero. O receio de estupros contra as mulheres levou não só seus familiares a buscarem refúgio nas cidades vizinhas, mas também se conformou como um dos fatores essenciais para a compreensão do êxodo palestino ocorrido em 1948 e em 1967. Utilizado como tática de guerra, tal ato levava terror às aldeias, uma vez que afetava diretamente a honra familiar. Em suas memórias, as repetidas menções sobre o receio de violação sexual sugerem ser este um dos principais fatores que influenciaram na decisão dos pais de trazerem seus familiares.

Entre as que migraram devido ao casamento, a atenção não foi dada a um conflito específico, mas à cotidianidade do mesmo. A dificuldade de deslocar-se livremente pelo território palestino e a humilhação a que eram submetidas apareceram como símbolos ostensivos da ocupação e do domínio israelense da região.

Tais memórias do conflito, trazidas pelas mulheres, não podem ser desvinculadas do intenso trabalho de rememoração desenvolvido, no Brasil, pelos familiares e pela comunidade. Não podem, ainda, estar dissociados do que se convencionou chamar de “Causa Palestina”, movimento que objetiva a criação de um Estado Palestino livre. As memórias e identidades dessas mulheres, portanto, apenas podem ser compreendidas quando as tomamos como parte dessa realidade sócio-histórica.

As questões de gênero também se fizeram presentes nas relações desenvolvidas com os brasileiros, integrando um dos principais conteúdos da identidade étnica ou do que significa pertencer a uma “cultura árabe” em nosso país. A necessidade de prescrever os comportamentos de gênero pôde ser melhor compreendida a partir do sentido atribuído à “família”, ancorado na importância do “sangue”, do “nome” e da “raça”. Contudo, mais fundamental foi perceber que tal discurso é ressignificado no atual contexto de diáspora: casar-se com palestinos passa a ser justificado politicamente, com vistas à manutenção de um “povo” e de uma “Causa”. O que nos parece fundamental nessa associação entre “causa palestina” e “cultura árabe” é pensar nas implicações que um discurso pela manutenção de um povo pode ter para o recrudescimento de normas e prescrições quanto ao gênero, ou mesmo ao sentido que é atribuído à família.

Apesar desta não ter sido a questão que orientou as reflexões aqui presentes, as diferenças de ênfase entre “refugiadas” e “árabes-palestinas” sobre o que significa uma “cultura árabe”, bem como as possíveis tensões decorrentes dela, indicam que um movimento contra tal recrudescimento, longe de ser encarado como uma “batalha” entre Oriente e Ocidente, surge no seio das próprias relações sociais entre palestinos. Com tais reflexões, esperamos ter contribuído para uma visão menos estereotipada

e abstrata das mulheres palestinas, mostrando que os traços que a caracterizam não derivam de nenhum suposto caráter intrínseco à “cultura árabe”, mas são invocados relacionadamente, isto é, no confronto com alteridades marcadas por formas de organização social específicas, dentro de um marco histórico também particular. No caso em tela, tais relações engendraram memórias e identidades fortemente marcadas pela guerra e pelo gênero.

Referências Bibliográficas

- ABREU FILHO, Ovídio de. 1982. Parentesco e identidade social. In: **Anuário Antropológico/80**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- ASFORA, João. 2002. **Palestinos**: a saga de seus descendentes. Indústria Gráfica, Recife.
- BAEZA, Cecília. 2003. **De la conscience diasporique à la mobilisation transnationale**: le cas des palestiniens du Chili. Memoire/Relations Internationales. Paris: Institut d'Études Politiques de Paris.
- BARTH, Fredrik. 1998. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FEN-ART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Fundação da Unesp.
- BUTLER, Judith. 2003. Feminismo e subversão da identidade. In: **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- DUMONT, Louis. 1997. **Homo Hierarchicus** - O sistema das castas e suas implicações. 2ª ed. São Paulo: Edusp.
- ESPINOLA, Claudia Voigt. 2005. *O véu que (des)cobre*: Etnografia da comunidade árabe muçulmana em Florianópolis. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- ALBWACHS, Maurice. 1990. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice Editora.
- HAMID, Sônia C. 2007. **Entre a Guerra e o Gênero**: Memória e Identidade de Mulheres Palestinas de Brasília. Dissertação de Mestrado, PPGAS, UnB.
- _____. 2007b. Mudanças na Palestina, reflexos no Brasil: o islamismo entre as palestinas de Brasília. In: **Anais Reunião de Antropologia do Mercosul**. Porto Alegre. VII RAM: Desafios Antropológicos.
- HASSO, Frances S. (Nov., 2000). Modernity and Gender in Arab Accounts of the 1948 and 1967 Defeats. **International Journal of Middle East Studies**. Vol. 32. No. 4. p. 491-510.
- HOURANI, Albert. 1994. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Comp. das Letras.
- JARDIM, Denise Fagundes. 2000. **Palestinos no Extremo Sul do Brasil**: identidade étnica e os mecanismos sociais de produção da etnicidade. Chuí/RS. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional. Rio de Janeiro.
- _____. 2006. Os Imigrantes Palestinos na América Latina. **Estudos Avançados**. V. 20, p. 171-181.
- _____. 2007. Famílias palestinas no extremo sul do Brasil e na diáspora: experiências identitárias e aduaneiras. **Cadernos Pagu** (UNICAMP). V. 29, p. 193-225.

- KHATLAB, Roberto. 2002. **Mahjar**: Saga Libanesa no Brasil - sociologia iconográfica. Líbano: Ed. Mokhtarar.
- KNOWLTON, Clark. 1961. **Sírios e Libaneses**: mobilidade social e espacial. São Paulo: Anhembi.
- MARÍN-GUSMÁN, R. Los inmigrantes palestinos y judíos en Centroamérica en los siglos XIX y XX. In: KLICH, Ignacio. 2006. **Árabes y Judíos en América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana.
- NES, Heliane Prudente. 2000. **A imigração árabe em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG
- PETERS, Roberta. 2006. **Imigrantes Palestinos. Famílias Árabes**. Um Estudo Antropológico sobre a Recriação das Tradições através das Festas e Rituais de Casamento. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Univ. Federal do Rio Grande do Sul.
- POLLAK, M. 1992. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 10.
- RIBEIRO, Gustavo L. 1980. **A capital da Esperança**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, DF.
- _____. 1996. Globalización y Transnacionalización: Perspectivas Antropológicas y Latinoamericanas. **Série Antropológica**. Brasília. Vol. 199, p. 1-16.
- SAFADY, Jorge. 1972. **A imigração árabe no Brasil**. São Paulo: Edições Garatuja
- SAID, Edward W. 1990. **Orientalismo**: O oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras.
- SEGATO, Rita. 2004. Territorio, Soberanía y Crímenes de Segundo Estado: La Escritura en el Cuerpo de las Mujeres Asesinadas en Ciudad Juarez. **Série Antropológica**. Brasília. V.362, p.1-16.
- SILVA, Maria Cardeira da. **As mulheres, os outros e as mulheres dos outros**: feminismo, academia e Islão. Nº 30. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332008000100011&lng=e&nrm=i so>. Acesso em: 15/11/2008.
- SIVOLELLA, Cristina Angela Retta. 2001. **Los Palestinos**: Historia de una Guerra sin Fin y de Una paz Ilusoria en el Cercano Oriente (1947-1995). Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília (UnB).
- TRUZZI, Oswaldo. 2005. **Sírios e Libaneses**: Narrativas de História e Cultura. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- WOORTMANN, E.F. 1995. Japoneses no Brasil/Brasileiros no Japão: tradição e modernidade. **Revista de Antropologia da USP**. V.38, nº 02.

Loucas mulheres alemãs¹

Zelinda Rosa Scotti²

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Orientador: René Gertz

Introdução

A escrita deste artigo aborda questões relativas à loucura (internamentos em hospício), ao discurso de poder/saber (a fala do psiquiatra nos prontuários analisados) e ao gênero (mulheres alemãs).

Primeiro, a loucura vista aqui é entendida como uma construção cultural, e como tal, pode ser localizada no tempo e no espaço já que o aprisionamento da mesma tem data marcada para seu início³. É possível sim escrever, não uma, mas várias histórias da loucura.

Segundo, como as fontes que conduzem a escrita são atípicas, pretendo “transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel [prontuários médicos], em alguma outra coisa que funciona diferentemente [fontes históricas]”⁴. Isto é possível quando a linguagem do médico-psiquiatra é vista como uma criação/construção. A fala médica, calcada em um determinado saber que é construído pelo próprio médico, vem revestida de um poder: sobre a sociedade, impedida de contestar, pois é ignorante deste saber; e sobre o louco, impedido de ter voz, pois é desautorizado⁵. Os diagnósticos nos prontuários e a condução da terapêutica (quando ela existe) traduzem este saber/poder.

Por fim, a abordagem de gênero terá um duplo enfoque. Ao utilizar o gênero sob o aspecto relacional (o estudo quando prioriza a mulher deve necessariamente contemplar o homem, a compreensão de um estaria “relacionada” ao outro), apresentarei informações também sobre os internamentos dos homens alemães para que ocorra comparação. Evitar o equívoco de visualizar a mulher como uma realidade uniforme, como se todas fossem idênticas, existem mulheres múltiplas,

1 Este artigo é um recorte do terceiro capítulo da Dissertação de Mestrado *Loucas mulheres alemãs: a loucura visitada no Hospício São Pedro (1900-1925)*, apresentada em 2002 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

2 Gaúcha de Porto Alegre, graduada em História pela UFRGS, mestra em História pela PUCRS e atual doutoranda em História pela UFPR. Trabalha com a temática loucura, inscrita no Hospício São Pedro de Porto Alegre/RS no período de 1900 a 1925. Experiência docente em educação básica (Ensino Fundamental e Médio), EJA e ensino superior.

3 FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

4 CERTAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 83.

5 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

assim como o são as culturas⁶.

✂ *Metodologia e Objetivos*

Os prontuários médicos do Hospício São Pedro (Porto Alegre/RS), inaugurado em 1884, localizados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, serviram de fonte para a escrita do presente artigo. Compreendendo o período que vai de 1900 a 1925⁷ foram encontrados 1.016 documentos (550 homens e 466 mulheres) acondicionados em caixas de papelão. Destes prontuários, 142 são de germânicos internados: 89 mulheres e 53 homens.

As informações extraídas sistematicamente dos prontuários foram: nome, idade, estado civil, classe⁸, ano de internação e ano da alta, cidade de origem, profissão e encaminhamento⁹. Além destes dados revertidos em quantificação/percentual, outras informações foram extraídas e transformadas em categorias no intuito de aplicar uma Análise de Conteúdo¹⁰.

As anotações feitas nos prontuários pelos alienistas¹¹, em regra, só iniciam a partir de 1925, antes disto não há observações escritas no corpo destes documentos médicos, embora existisse um espaço reservado para tanto. Apenas os dados pessoais dos alienados, algumas raras anotações e algumas cartas. Muitas das observações feitas e utilizadas aqui como referências são do período posterior, mas serão complementares ao que for exposto. Por exemplo, não foram encontrados dados a respeito do exame inicial feito nos pacientes que entravam no HSP. No entanto, este exame realizado em um alemão, em 5-12-1940, poderia revelar indícios de como era o procedimento.

6 CUNHA, Maria Clementina Pereira. De historiadoras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX). In: *Tempo*. Jan. 1998.

7 O Hospício São Pedro continua em atividade. Parte das documentações foi doada ao Arquivo Público, mas necessita de autorização do Conselho de Ética do Hospício para ser manipulada.

8 As classes 1ª, 2ª e 3ª eram de pensionistas, necessitando de fiança, um documento a mais mostrando envolvimento de familiares ou mesmo empresas no internamento. A grande maioria, porém, era da 4ª classe (pobres ou indigentes).

9 Além da Chefatura de Polícia, observa-se também a incidência de particulares e outras instituições que encaminham os insanos (Santa Casa e Casa de Correção, por exemplo).

10 Sobre *Análise de Conteúdo* ver MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência e Educação*. V. 9, n. 2, Bauru: 2003; CONSTANTINO, Núncia Santoro. *Pesquisa Histórica e Análise de Conteúdo*: pertinência e possibilidades. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS. V. XXVIII, n. 1, Porto Alegre: jun. 2002.

11 Aquele que cuida de alienados. A palavra alienado está hoje em desuso, mas até meados do século XX o termo era sinônimo de *loucura*, de perturbação mental grave (*psicose*) com perda da ligação e sentido da realidade. PESTANA, Emanuel; PÁSCOA, Ana. *Dicionário Breve de Psicologia*. Lisboa: Presença, 1998, p. 16.

“Foi enviado pela (...), sem nenhum dado de anamnese¹² objetiva. Apresenta-se inquieto, respondendo com morosidade ao interrogatório. (...) É um indivíduo (...) desnutrido. Apresenta arranhões nos antebraços e no lado direito da face. (...). Pêlos pubianos com implantação. Face quase sem barba. (...). Alguns pêlos axilares. Testículos descidos nas bolsas escrotais. Pênis pequeno. Pulso tenso, amplo, rítmico – 94”¹³.

Pelo exposto, pode-se verificar que o exame compreendia a observação do paciente totalmente nu. Se esta prática ocorreu no período pesquisado, é uma possibilidade, mas a reação do paciente ao exame obrigatório (“pulso tenso, amplo, rítmico”), denotando constrangimento, é atemporal.

Os objetivos que encaminham este artigo são três:

1. Poderiam ser apontadas motivações diferentes para o envio, por parte das comunidades alemãs, de mulheres e homens ao Hospício São Pedro?
2. Foram os alemães (homens e mulheres), devido a sua etnia, tratados de forma distinta dos outros internos no HSP¹⁴?
3. As alemãs internadas, no período analisado, podem ser observadas em “bloco”, como um conjunto homogêneo, ou apresentaram diferenças entre si?

☞ *Alemãs: uma sutil diferença*

Localizei um total de 142 prontuários de internos de origem alemã que ingressaram no HSP no período de 1900 a 1925¹⁵. Destes, 53 eram homens e 89 mulheres, encaminhando para a primeira constatação: era maior o número de alemãs internadas do que de alemães, 62,6% de mulheres contra 37,3% de homens.

O encaminhamento era feito através da Chefatura de Polícia. Esta determinava tanto a reclusão do louco quanto sua soltura. O mesmo procedimento aplicado aos insanos

12 Anamnese ou anamnésia: informação ou histórico dos antecedentes de uma doença. In: FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. *Dicionário Brasileiro Globo*. 14 ed. São Paulo: Globo, 1994, s/p.

13 PHSP de Carlos Max K., 26 anos, casado, de Porto Alegre, contido na caixa n. 31. Por tratar-se de prontuário com 1ª internação posterior aos prontuários contidos na caixa 31, pode ser ele, no futuro, remanejado pelas arquivistas, sendo necessário procurá-lo por índice. A sigla PHSP se refere a: Prontuário do Hospício São Pedro.

14 HSP: sigla para Hospício São Pedro.

15 Foram pesquisados os prontuários contidos nas caixas de número 4 a caixa de número 39. Para o levantamento de alemães dois aspectos foram observados: o sobrenome e a nacionalidade. Nesta lista não foram acrescentados polacos, russos, austríacos e húngaros, quando vinham especificadas as nacionalidades nos prontuários.

de outras nacionalidades era executado de forma idêntica com os alemães:

Do gabinete médico-legal da Chefatura de Polícia em maio de 1907:

Atestamos que Maria F., (...) remetida pelo delegado de polícia de Taquari, está em condições de ser recolhida ao Hospício São Pedro, a fim, de ser devidamente observada e tratada [grifos meus]¹⁶.

A alienada foi remetida por alguém (neste caso uma instituição), e passa por uma primeira triagem no Gabinete Médico da Chefatura. Esta ocorrência, isto é, o envio através da Chefatura de Polícia, é a mais comum.

Em caso de o enfermo ser encaminhado por particulares, em se tratando de mulheres, a figura que predominantemente se responsabiliza pela internação é a masculina. Para a obtenção da alta para sair do HSP, uma vez mais se cumpre a regra de envio de um ofício ao hospício, onde a Chefatura de Polícia se faz presente novamente quanto à decisão final do destino do interno:

Da Chefatura de Polícia em 1908. Ao sr. Diretor do Hospício São Pedro

De ordem do sr. Dr. Chefe de Polícia, autorizo-vos a entregar ao portador deste (...), a reclusa Margarida K, que acha-se em condições de ter alta desse estabelecimento, conforme vosso ofício¹⁷. [grifos meus]

Em muitos dos prontuários pesquisados esta era a norma: entrada e saída de alienados passando pelo controle da Chefatura de Polícia.

Os números a seguir podem indicar alguns indícios quanto à forma com que as comunidades alemãs tratavam seus insanos do sexo masculino e os do sexo feminino.

O maior percentual de internos germânicos do sexo masculino é de solteiros, com 60,3%, contra 35,8% de casados. Já entre as mulheres alemãs observa-se um equilíbrio: 46,0% são solteiras e 41,5% são casadas; levando-se ainda em conta um dado bastante significativo: há uma presença muito maior de viúvas (10%) do que de viúvos (1,8%).

Existe uma concentração de internos homens nas idades entre 15 e 39 anos, justamente em um período dado como altamente produtivo, no que diz respeito à força de trabalho; verifica-se o mesmo entre as mulheres, apenas em menor valor percentual (75,4% dos homens para 65,1% das mulheres). E somente alemãs com menos de 10 anos (o internamento de meninos não foi verificado) foram internadas (uma menina

16 PHSP de Maria F., 32 anos, solteira, de Taquari, contido na caixa n. 6.

17 PHSP de Margarida K., 23 anos, solteira, de Santa Cruz, contido na caixa n. 6.

de 5 anos e outra de 9 anos) no período ora observado.

Levando-se em conta que a saída do alienado para “Assistência” não significava cura, e sim ser assistido pela família¹⁸, e que o “Falecimento” também era uma forma de o alienado obter alta do HSP, observo a seguir as altas dos alienados.

Para ambos os sexos, a alta não se dá em maior número por cura ou melhora, mas sim por “Assistência” ou “Falecimento”. Entre as mulheres internadas no Hospício São Pedro, 50,5% saíram apenas depois do falecimento, índice próximo apresentado pelos homens: 47,1%. A fuga, outra forma de deixar os recintos do hospício, foi praticada por dois alemães, um homem e uma mulher.

Entre as alemãs o maior número de falecimentos pode ser contabilizado entre as solteiras: 56% destas mulheres saem por falecimento, sendo que 39%¹⁹ das insanas solteiras obtêm alta para serem assistidas em domicílio (por melhora ou cura). Já dentre as casadas, pode-se observar que enquanto 43,2% falecem no HSP, um número superior sai por melhora, cura ou assistência: 48,6%.

Entre os homens, observa-se que os falecimentos são em maior número entre os solteiros (53,1%), saindo para assistência 37,5%. O dado mais interessante fica por conta das altas concedidas aos casados. Enquanto o número de falecimentos entre estes homens fica em 36,8%, o de alta por assistência, cura ou melhora fica em 52,6%.

Posso depreender destes dados que o maior índice de falecimentos fica entre a população de alemães solteiros, tanto mulheres quanto homens, levando-nos a supor que seus familiares preferem deixar aos cuidados de um hospício seus entes que não são arrimo de família, ou tenham prole para criar. O contrário pode ser percebido entre aqueles que já contraíram matrimônio. O número significativo de alemães casados que saem para assistência, possivelmente esteja relacionado ao fato de as famílias, tanto maridos quanto esposas dos pacientes internados, dependerem destes, quer para o sustento, quer para o trato dos filhos.

Parte desta percepção pode estar correta, quando se observa o número de insanos que foram internados mais de uma vez, isto é, que foram retirados por familiares, talvez numa tentativa de reestruturá-los no meio de onde partiu.

18 Poderia ocorrer que a retirada não fosse realizada por familiares, mas por pessoas que se responsabilizavam pelo insano.

19 Quando o percentual não fecha em 100% é devido à ausência de dados. Neste caso específico das mulheres, duas solteiras e duas casadas não possuem em seu registro de que forma obtiveram alta. Além de que uma das alemãs não informa o estado civil. A título de informação: são 41 mulheres solteiras, 37 casadas, 9 viúvas e uma que não consta estado civil. Para os homens são: 32 solteiros, 19 casados, 1 viúvo e um prontuário em que não consta estado civil do insano.

Entre os homens casados verifica-se um percentual de 47,3% de retiradas, isto é, quase a metade dos alemães casados foram retirados ao menos uma vez por seus familiares para serem tratados em domicílio. Já das 37 alemãs internadas (casadas), apenas 9 (24,3%) delas tiveram a mesma sorte de despertar a preocupação de familiares em querer assisti-las em casa.

Na tentativa de evitar tratar todos os alemães em bloco, isto é, igualá-los, entendo que devam ocorrer diferenciações também quanto ao lugar de origem. Talvez alguns dados possam parecer quase imperceptíveis, mas denotam que as comunidades pensavam de forma diferenciada entre si. Uma observação, porém, há que ser feita. Cidade de origem nem sempre significa que o alienado morava no dito local, ele pode ter sido apreendido em um espaço e enviado para o HSP, mas proceder de outra localidade. Não há como saber, através da documentação manipulada, a real procedência dos internos; seria necessária uma pesquisa em outras fontes para apurar-se com precisão tais dados.

Observa-se que o maior contingente de mulheres era proveniente de Porto Alegre. Enquanto o sexo feminino conta com 21 mulheres alemãs oriundas da capital, os homens participam com 9 insanos. Algumas cidades que aparecem enviando mulheres, como Santa Maria (com 7 alienadas) e Santa Cruz (com 6 alienadas), não figuram na lista de homens enviados por cidade.

Da cidade de Montenegro, todas as mulheres que foram internadas no HSP eram solteiras, assim como os homens procedentes de São Leopoldo, a maioria era de solteiros.

O maior número de alemães de ambos os sexos é proveniente do interior, tanto de solteiros quanto de casados. Existe ainda uma diferenciação a ser feita, que a cidade de procedência pode ocultar: o nível sócio-econômico dos alienados alemães internados no HSP. Este dado pode ser obtido tanto através da quantificação daqueles que entraram no hospício como sendo da 4ª classe/ou pobres, quanto por intermédio do registro das profissões²⁰.

Verificou-se que 73% das mulheres e 73,5% dos homens alemães foram internados na 4ª classe, categoria reservada a indigentes ou pobres (linguagem utilizada nos prontuários).

Quanto à profissão, pode-se verificar que a presença da atividade de agricultor entre os homens é predominante. Além de outras profissões distintas daquela que normalmente se entende inerente aos imigrantes alemães: guarda-livros, cabeleireiro (não

20 Embora existam nos relatórios enviados à Secretaria do Interior e Exterior do início do século XX queixas dos responsáveis pelo HSP de que eram enviados insanos como indigentes, mas em verdade possuíam recursos financeiros (nos relatórios não há a especificação de nacionalidade), acredito que a profissão dos germânicos, poderia ser fator de comprovação de que a maioria ali internada não tinha recursos para ser pensionista.

barbeiro), industrial, curandeiro, fabricante de bebidas. Entre as mulheres, existe a possibilidade de um possível descaso por parte do alienista quanto a perguntar a qual atividade estaria ligada a insana. A presença de 3 agricultoras sugere que o alienista, possivelmente por comodismo, não extraía as informações de forma correta, uma vez que grande parte das insanas vinha do interior. Ademais, não há uma especificação para serviços domésticos e doméstica. Dentre estas é provável que houvesse além que trabalhassem fora do lar como empregadas remuneradas, ou mais provavelmente eram colonas, que também cuidavam das lidas domésticas.

☞ *A questão do idioma*

A questão relativa ao idioma é das mais delicadas, pois é a partir do interrogatório, conversas com o paciente, que o alienista poderia exprimir um diagnóstico e encaminhá-lo para tratamento pertinente. A ausência de uma comunicação adequada entre aquele que apreende o louco do espaço público, já pode ser observada desde a Chefatura de Polícia:

(Do Gabinete Médico Legal da Chefatura de Polícia em junho de 1925):

(...) vai ser internada no Hospício São Pedro, a fim de ser observada (...) não deu mostras [imediatas] de alienação, sendo indiferente ao nosso exame, por não dar uma palavra em nossa língua, apesar de nascida e casada neste estado²¹. [grifos meus]

Não havia pessoas qualificadas na Chefatura de Polícia para recepcionar os insanos que se expressavam apenas em alemão. Estes eram recolhidos e encaminhados ao hospício, mesmo sem dar mostras de alienação. Outro detalhe é o espanto de quem escreveu o documento, pois a alienada não falava português apesar de nascida e casada neste estado. Esta situação poderia ser entendida: quer pelo isolamento em que algumas comunidades viviam, quer pelo fato de a mulher estar mais restrita ao espaço privado, tornando-se impossibilitada de um conhecimento, mesmo que rústico do idioma português. Um terceiro fator pode estar relacionado à ausência de escolas em determinadas localidades, como demonstra a anotação feita no prontuário de Josephina B., de Venâncio Aires, internada com o diagnóstico de delírio paranóide (...) debilidade mental:

(Na observação psiquiátrica de abril de 1932):

Logorrea²². Expansividade. Põe-se a falar em alemão: como nós lhes pedimos que se exprima em português, ela retruca que não pode se exprimir bem em dois idiomas;

21 PHSP de Margarida S., 48 anos, casada, de São Sebastião do Caí, contido na caixa n. 36.

22 Ação de falar muito e sem nexos. FERNANDES, Francisco, et. ali., op. cit., s/p.

que no lugar onde residia não há escolas etc.²³

O bilingüismo seria possível para aqueles que freqüentassem escolas com professores que dominassem ambos os idiomas: o português e o alemão. Portanto, mais que a ausência de escolas, é provável que na maioria das vezes faltassem profissionais que pudessem integrar as crianças através do idioma falado no Brasil. Já para os homens alemães, com maior trânsito no espaço público, havia uma possibilidade maior em conhecer os dois idiomas, situação que só seria possível à mulher alemã quando esta freqüentava a escola.

Se é possível levantar dúvidas acerca da capacidade dos profissionais que recepcionavam os insanos na Chefatura de Polícia, mais difícil ainda é entender o procedimento dos médicos que tinham por finalidade prestar tratamento aos que chegavam ao HSP em busca do mesmo. Sobre a alienada Margarida S., de 48 anos, casada, de São Sebastião do Caí, foi escrito na observação psiquiátrica:

Em abril de 1931:

Atitude inerte, fisionomia apática. Exprime-se em alemão não sendo possível conhecer o conteúdo de seu discurso. Parece incoerente e desorientada.

Em julho de 1932:

Mutismo, distraída, (...) irritada.

Em maio de 1935:

(...) apresenta-se calma, não respondendo, entretanto, às nossas perguntas.²⁴ [grifos meus]

Esta alienada foi internada em 1925 sob o diagnóstico de estado melancólico. No entanto, como as anotações acima demonstram, não existia real comunicação entre médico e paciente. Suas reações podem refletir o desânimo dela em relação a ser entendida: inércia, mutismo, irritabilidade, desistência de responder às perguntas elaboradas pelo alienista. Viria a falecer em 1940, possivelmente sem jamais ter sido entendida.

O procedimento médico fica mais claro neste exemplo abaixo, que embora longo, se faz necessário para uma melhor visualização referente ao tratamento que era dispensado ao insano que não conseguia comunicar-se. Maria E. foi internada pela primeira vez em 1919, sai em 1921, retorna em 1922 e viria a falecer em 1935. No ano em que foi internada possuía 31 anos. O diagnóstico anotado foi de psicose epiléptica:

Na observação psiquiátrica de fevereiro de 1931:

23 PHSP de Josephina B., 44 anos, solteira, de Venâncio Aires, contido na caixa n. 21.

24 PHSP de Margarida S., 48 anos, casada, de São Sebastião do Caí, contido na caixa n. 36.

A paciente não se exprime em português [tornando] impossível o interrogatório. Encontra-se em atitude instável, fazendo gestos e dizendo frases em alemão. (...). A enfermeira informa que a paciente nunca *apresentou* no Hospital crises convulsivas.

13 de novembro de 1931: Sem modificação.

4 de maio de 1933: Estado mental sem alteração.

13 de julho de 1933: Sem alteração.

6 de setembro de 1933: Idem, idem.

9 de janeiro de 1934: Idem, idem.

6 de abril de 1934: Idem, idem.

4 de maio de 1934: Idem, idem.

5 de julho de 1934: Idem, idem.

6 de setembro de 1934: Idem, idem.

9 de novembro de 1934: Idem, idem.

28 de dezembro de 1934: Idem, idem.

25 de janeiro de 1935: Mesmo estado mental.

[?] de fevereiro de 1935: Idem, idem.

11 de abril de 1935: Idem, idem.

21 de maio de 1935: Revisada, sem modificação do estado mental.

22 de junho de 1935: Revisada, apresenta-se (...), responde muito pouco, sempre de cabeça baixa.

26 de outubro de 1935: Faleceu às 7 horas de hoje. Estado de mal epilético. Colapso cardíaco.

26 de outubro de 1935: Alta por falecimento.²⁵ [grifos meus]

O primeiro dado que salta aos olhos é o absoluto descaso do médico com o estado da paciente, que sequer registra alguma impressão dos diversos encontros efetuados entre os anos de 1931 a 1935. As consultas acabam reduzidas a intermináveis *Idem, idem*. O primeiro encontro registrado no prontuário de Maria E. já informava que, ao contrário do diagnóstico expresso de *psicose epilética, ela nunca apresentou no Hospital crises convulsivas*.

Com o passar dos anos, ao que parece, continuou a não apresentar crises ligadas à epilepsia, assim mesmo só recebeu alta quando faleceu. Outro dado importante foi a frequência com que a paciente foi assistida: 2 vezes no ano de 1931, 3 vezes no ano de 1933, 7 vezes no ano de 1934, 6 vezes no ano de 1935. Suspeito que, como não há dados informativos nos prontuários antes de meados da década de 20 do século XX, é possível que as consultas no início do século fossem ainda mais rarefeitas. Portanto, é provável que esta paciente jamais tenha sido examinada, e quando o foi, ocorreu de

forma superficial, como se estivesse a obedecer a um ritual burocrático.

Parece que nem sempre os médicos acreditavam que estas mulheres só dominassem o idioma alemão, e o tratamento recomendado acaba tomando a forma mais de castigo do que prescrição terapêutica, conforme o relatado no prontuário de Maria Guilhermina J.:

Na observação psiquiátrica de novembro de 1930:
Apresenta-se excitada, logorréica, *recusando-se a falar o português* e a executar as ordens simples que lhe damos. Crises de choro. *Prescrição: punção lombar (...)*²⁶ [grifos meus]

A *punção lombar*²⁷ originava dois agravantes. Primeiro a possível dor que era sentida pela paciente (haveria anestesia para os que não eram pensionistas?); e segundo, a probabilidade de infecção deveria ser bastante alta, pois existe registro de que as condições sanitárias do HSP não eram das melhores, conforme a carta de um engenheiro ali internado, Demétrio M. J.²⁸ à sua noiva:

Tu não calculas o que tenho sofrido aqui no hospício. Acho-me no meio de doidos e sem o menor conforto. Imagina que ando quase nu apenas com um calção de brim, que trouxe como ceroulas, sem camisa e de pés no chão. [Ando] no meio dos loucos e doentes alguns até *sofrendo de horríveis moléstias contagiosas.*²⁹ [grifos meus]

Outro dado observado é que na ausência de sintomas mentais, os alienistas procuravam concentrar a observação nos sintomas físicos:

Na observação psiquiátrica de dezembro de 1931:

A paciente não fala o português, *o que torna difícil o exame. Atenção conservada. Irritabilidade, impulsos agressivos? (...) Somaticamente tremor ritmado (...) em todo (?) direito, mais acentuado no membro superior*³⁰ [grifos meus].

Cada paciente reage de uma maneira a este tipo de agressão, a não observação de sua identidade e o desrespeito à forma que cada qual tem de expressar-se - que se traduz

26 PHSP de Maria Guilhermina J., 32 anos, casada, de Santo Ângelo, contido na caixa n. 24.

27 "Introdução de uma agulha entre as apófises espinhosas da 4ª e 5ª vértebras lombares ou a 5ª lombar e a 1ª sacra, com o objetivo de retirar um pouco de líquido (...) para praticar diversos exames neurorradiológicos ou introduzir um anestésico" [grifos meus]. *Grande Enciclopédia Larousse Cultural*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987, p. 4931.

28 Este alienado não é alemão, mas sua carta informa alguns dados complementares quanto ao trato aos doentes no HSP.

29 PHSP de Demétrio M. J., 26 anos, solteiro, contido na caixa n. 17. Carta escrita em 15-02-1918.

30 PHSP de Anna L., de 36 anos, solteira, de Venâncio Aires, contido na caixa n. 12.

em ser entendido no idioma materno - faz com que algumas emudeçam, baixem a cabeça, gesticulem distraídas, irritadiças, chorem ou tornem-se agressivas. Tremem de possível nervosismo diante da não compreensão do que falam, do que pedem. Muitas devem ter se unido na adversidade de saber uma língua que era estranha para aqueles que tinham por missão a cura destas mulheres.

Existia também a possibilidade de que o exame estivesse sendo anotado em prontuário de outro paciente. A mesma paciente acima examinada e que o alienista informa que por não saber o português *torna difícil o exame*, em algumas linhas abaixo, no mesmo prontuário, em abril de 1932, observa-se o seguinte comentário: “Tranqüila. Enfraquecimento psíquico. Responde com solicitude o interrogatório. (...). Vagas idéias delirantes de inferiorização. Manifesta desejo de alta (...)”. Levando-se em conta que o alienista que assina os dois exames é o mesmo e o espaço de tempo é curto para que pudesse o médico aprender alemão, fica a dúvida de como pode ele ter entendido o relato da paciente sobre suas *vagas idéias delirantes de inferiorização*.

Existe a possibilidade de que houvesse um intérprete informal dentro do HSP, que auxiliava os alienistas, mas só foi ele mencionado uma única vez em prontuário de um único alemão:

Na observação psiquiátrica de maio de 1932:
Apresentação *tranqüila, olhar sereno*, profundos vínculos na testa. Responde ao interrogatório *por intermédio de um intérprete* dando algumas respostas incoerentes, mostrando-se orientado no tempo, lugar e na pessoa (...) ³¹.
[grifos meus]

A reação deste alemão, tranqüilo, olhar sereno, foi quase uma constante entre os homens teutos cujos prontuários apontavam sobre a utilização do idioma alemão em detrimento do português. Observações, tais como, *o paciente não se expressa bem em português*³² ou *o interrogatório não pôde ser realizado satisfatoriamente, devido à dificuldade com que o paciente maneja o português*³³, sugerem que apesar da existência de obstáculos quanto à se expressarem, estes eram, mesmo que de forma precária, contornados pelos homens devido a um conhecimento, rústico talvez, do idioma português.

⚡ Diagnósticos

Das 6 alemãs em que pude apurar nos prontuários que tiveram dificuldades quanto à comunicação, 5 delas faleceram no hospício, e os diagnósticos apontam, *estado*

31 PHSP de Ernesto R., 31 anos, casado, de Lageado, contido na caixa n. 14.

32 PHSP de Bernardo L., 25 anos, solteiro, de Cachoeira, contido na caixa n. 39.

33 PHSP de Henrique Jorge K., 38 anos, solteiro, de Estrela, contido na caixa n. 25.

melancólico (17 anos - solteira), delírio notadamente melancólico (32 anos - casada), demência precoce (36 anos - solteira), delírio paranóide... debilidade mental (44 anos - solteira), psicose epiléptica (31 anos - solteira), estado melancólico (48 anos - casada).

Outras mulheres alemãs apresentaram o diagnóstico de melancolia:

- melancolia ansiosa pré-senil (51 anos - viúva);
- estado de melancolia ansiosa (43 anos - casada);
- melancolia por psicose maníaca depressiva (32 anos - casada);
- acesso de ansiedade melancólica (46 anos - casada);
- estado melancólico... com idéias de perseguição ligado a involução (55 anos - casada);
- melancolia (43 anos - solteira);
- acesso melancólico (29 anos - casada);
- estado melancólico (34 anos - viúva);
- melancolia involução (52 anos - casada);
- debilidade mental acesso de melancolia (50 anos - casada);
- estado melancólico com tendências... e demência precoce (31 anos - solteira);
- estado melancólico por psicose maníaco depressiva (37 anos - casada);
- depressão melancólica (23 anos - solteira).

Observam-se dois detalhes na lista acima: de um lado, não existia uma padronização para os diagnósticos. Por outro lado, a maioria era de mulheres, casadas e acima dos 30 anos, que se apresentavam melancólicas em diversos graus. Acredito que possivelmente a causa estivesse ligada ao fato de que o período para a procriação e parte de seu papel fundamental de prover a família de braços já não poderiam ser cumpridos. A melancolia pode ser assim descrita:

Perturbação afetiva caracterizada por estados prolongados de *humor* triste, depressivo (...). Pode surgir na seqüência de um desgosto, por exemplo, da morte de um ente querido, decepção amorosa, etc. Distingui-se do *luto* pela incapacidade de aceitar a perda e ultrapassar o desgosto³⁴.
[grifos do autor]

Ela não é uma manifestação exclusiva do sexo feminino, pois observei 10 (dez) teutos que sofriam do mesmo mal, sendo que cinco eram casados, quatro solteiros um interno que não constava o estado civil no prontuário. Mas enquanto a mulher se amua, “o homem pode recorrer à bebida, à violência ou a outros meios para extravasar sua angústia”.³⁵

34 PESTANA, Emanuel; PÁSCOA, Ana. *Dicionário Breve de Psicologia*. Lisboa: Presença, 1998, p. 131-132.

35 CARROL, Stephen; SMITH, Tony. *Guia da Vida Saudável*. ZERO HORA/UNISINOS, s/d. editado pela primeira vez na Grã-Bretanha em 1992, p. 201.

O alcoolismo era um mal que atingia em maior número os homens, porém, acabava por alcançar indiretamente muitos que sequer ingeriam bebidas. No século XVIII era disseminada a idéia da família patológica, segundo a qual a noção de hereditariedade conduzia os observadores das doenças mentais a acreditarem “que o alcoólatra arrisca-se a engendrar monstros”.³⁶ A questão da hereditariedade, cara aos alienistas no início do século XX, permite discussões polêmicas do que é adquirido por herança ou pelo meio, um dualismo entre *natureza e cultura*,³⁷ o certo é que os médicos acreditavam no estigma de certos hábitos e o alcoolismo desembocavam na degeneração hereditária. Existem dados que indicam que o álcool era um companheiro assíduo entre os germânicos. Na Sociedade Germania de Curitiba, fundada em 1869, em seu estatuto, previa-se auxílio financeiro caso os membros adoescessem ou ficassem sem trabalho. Porém, os que estivessem ligados a dita sociedade teriam que demonstrar um comportamento disciplinado, isto é, “não gozará de auxílio (...) o enfermo cuja enfermidade provier de embriaguez ou de brigas”.³⁸

Foram registrados 8 casos de alemães internados no HSP por alcoolismo, dando origem a diagnósticos como:

- loucura tóxica por alcoolismo;
- demência alcoólica e paranóide combinadas;
- estado delirante dos tarados agravado pelo álcool;
- enfraquecimento mental de natureza tóxica – álcool num degenerado psicopata.

A degeneração hereditária estaria atrelada a heranças genéticas, mesmo sendo difícil precisar se esta degeneração era de origem alcoólica, existe uma probabilidade de que tenha influenciado o diagnóstico dos alienistas nos casos de familiares ligados a bebidas. Quando trata-se das mulheres alemãs, a degeneração hereditária aparece combinada com algum outro diagnóstico, isto é, acaba respaldando a origem da enfermidade que está sendo apontada:

- **enfraquecimento mental, degeneração hereditária (28 anos, casada);**
- **mania crônica, degeneração hereditária (54 anos, casada);**
- **confusão mental com degeneração hereditária (18 anos, solteira);**
- **degeneração hereditária, idiotia (9 anos, solteira).**

A idade da última alemã apontada nos remete a outro ponto quanto aos internamentos: a idade muito precoce em que alguns se encontravam. Esta criança sofria de *psicose epiléptica*, mal que acometia mais mulheres alemãs do que homens:

Mulheres

Loucura epiléptica:

- (não consta idade nem estado civil) – permaneceu internada de 1907 a 1917 vindo

36 PERROT, Michel. *História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Vol. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 565-566.

37 PESTANA, Emanuel; PÁSCOA, Ana. op. cit., p.100.

38 Apud: MAGALHÃES, Marionilde B., op. cit., p. 34.

a falecer;

Psicose epiléptica:

- 5 anos, solteira – permaneceu de 1915 a 1929, vindo a falecer;
- 19 anos, casada – permaneceu de 1921 a 1922, quando saiu para assistência, retornou em 1932 ficando até 1937, vindo a falecer;
- 21 anos, solteira – permaneceu de 1921 a 1928, vindo a falecer;
- 23 anos, solteira – permaneceu de fevereiro de 1918 a outubro de 1918, vindo a falecer,
- 31 anos, solteira – permaneceu de 1919 a 1921, quando saiu para assistência, retornou em 1922 ficando até 1935, vindo a falecer;
- 34 anos, casada – permaneceu de 1923 a 1928, vindo a falecer;
- (não consta idade nem estado civil) – permaneceu de 1923 a 1925, vindo a falecer;
- 37 anos, casada – permaneceu de 1921 a 1922, saiu para assistência, retornou em 1923; ficou até 4 de junho de 1924, saindo uma segunda vez para assistência, retornou em 15 de junho de 1924, ficando até 1935, vindo a falecer;
- 50 anos, viúva – permaneceu de 1925 a 1928, vindo a falecer.

Homens

Psicose epiléptica:

- 24 anos, solteiro – permaneceu de 1919 a 1920, vindo a falecer e
- 29 anos, casado – saiu uma vez para assistência e outras duas por apresentar-se curado, não faleceu no hospício.

Curiosamente o número de epiléticos do sexo masculino é inferior ao de mulheres que tinham a mesma enfermidade, levando a supor que os homens epiléticos permaneciam em casa em maior número do que as mulheres, que eram conduzidas ao hospício. Outros aspectos podem ser visualizados.

Primeiro, observa-se que o diagnóstico possivelmente seja o único dentre todos que apurei que segue uma padronização. Isto pode estar relacionado ao fato de que os próprios médicos da época vissem na epilepsia uma forma de doença distinta da loucura: “É infelizmente verdade e de observação diária que para muitos ter na família *um louco ou um epilético constitui um desar, que procuram ocultar a todos, às vezes mesmo ao próprio médico*” [grifos meus]³⁹. *Observa-se, com este exemplo, a clara distinção entre loucura e epilepsia. Segundo, percebe-se que o índice de falecimentos sem nunca ter sido resgatado pela família para assistência em domicílio é muito alto, provavelmente porque a epilepsia à época era um estigma.*

Por fim, há casos de parentesco entre os enfermos. Como o número de internos de origem alemã é menor, fica mais fácil observar pacientes que são parentes entre si. Um dos casos que mais estranheza causou foi o internamento de duas senhoras, irmãs,

vindas de São Sebastião do Caí. Não existem muitos dados a respeito das dementes, mas suspeito que possa haver alguma história para além da escassez de informações. Catharina K, 54 anos, casada, foi internada com *mania crônica degeneração hereditária*; e Margarida K., 40 anos, solteira, “faleceu durante o período de observação”.⁴⁰ Catharina entrou em março de 1906 e faleceu em maio do mesmo ano, “de esgotamento (...) por agitação”. Quanto a Margarida, entrou no mesmo dia que a irmã, 22 de março de 1906, e faleceu de “marasmo” poucos dias depois, em 30 de março. O fato de a Chefatura ter enviado as duas pode ocultar que na realidade foram encaminhadas possivelmente por algum parente à entidade policial. O bizarro é que parece improvável que tenham “enlouquecido” simultaneamente, bem como o falecimento logo após o internamento para ambas sugere que já vinham “predispostas” para tanto da cidade natal.

Teimosas, abandonadas, eróticas: as muitas alemãs no hospício

Hospital São Pedro, 11-03-41

Meu muito estimado genro Germano! Com a licença do Ilmo. Sr. Dr. Décio de Souza venho escrever-lhe estas linhas participando que estou boa, completamente restabelecida da grave enfermidade à qual fui cometida (sic).

Além de o senhor Décio é um (sic.) médico muito inteligente também é um homem humano, e me deu hoje alta, e por isso venho lhe pedir com os mais profundos sentimentos de gratidão e de *sympatia* à ti meu bom genro que venhas me retirar desta *casa triste*, venhas assignar requerimento na Sexta-feira as 2 ½ horas da tarde.

Para a torta que mandastes no dia de meus annos eu te agradeço de todo o coração. Tenho muitas saudades da boa filha Jenny que me contou que és um bom marido.

Agora vou terminar. Mais uma vez venho lhe pedir que me atendes (sic) e me levas para casa. *Não serei mais teimosa e revoltosa*. Quero ser grata e útil. *Pois reconheci que és um homem verdadeiramente de respeito e de boas qualidades*. Lembranças e abraços de sua mãe que lhe estima.⁴¹ [grifos meus]

Não há marcação de alta nesta data ou próximo a ela, seu genro não a retirou. Frida P., de 34 anos, viúva foi internada pela primeira vez em 1918 pela mãe, apresentando

40 PHSP de Catharina K., de 54 anos, de São Sebastião do Caí, casada, contido na caixa n. 5; Margarida K., de 40 anos, solteira, de São Sebastião do Caí, não possui prontuário individual, a papeleta de internação está contida no prontuário da irmã.

41 PHSP de Frida P., 34 anos, viúva, de Porto Alegre, contido na caixa n. 16.

estado melancólico. Sua cidade de origem: Porto Alegre. Retirada em 1919, voltara a ser internada a partir de 1932 mais oito vezes, sendo internada ou retirada pelo filho, ou pela filha, ou ainda pelo genro. Sua estadia no lar poderia durar de poucos meses a apenas 3 dias. Como no ano de 1937, em que saiu em 23 de fevereiro e voltaria em 27 do mesmo mês/ano, ou ainda, retirada em 10 de julho de 1940, retornando em 13 de julho de 1940. Embora a carta tenha sido escrita em 1941, ela somente obterá alta novamente em 1943, e não mais retornara ao HSP. Outro ponto que não pode ser negligenciado é o fato de que Frida tem parentes em Porto Alegre, o que facilitaria a retirada para assistência em domicílio, evitando-se, assim, o falecimento do insano no hospício.

Frida *reconhece* que o genro é um homem de qualidades, e promete não ser mais *teimosa e revoltosa*, a partir de então, deverá mostrar um comportamento de gratidão e ser útil à família. Seu *estado melancólico* provavelmente atrapalhava sua possível serventia como mão-de-obra na casa. Não havia espaço para amuos ou tristezas prolongadas. Antes da viuvez não havia sido internada, após a perda do marido sua vida passara a ser comandada por outros, mas ao que parece, sempre lutando para não se submeter. Após anos de internações ela enfim *entende* que deve curvar-se às possíveis exigências familiares, tudo o que estivesse fora deste âmbito poderia ser caracterizado por teimosia ou rebeldia. A *teimosia* em manter um comportamento inadequado pode ser possível quando observei as reentradas de algumas internas retiradas para assistência em domicílio. Alguns exemplos:

Martha M., internada por *confusão mental*

Entra em 1910 – em junho de 1922 sai para assistência.

Retorna em novembro de 1922 e sai por falecimento em 1942;⁴²

Maria Paulina S., internada por *excitação maníaca*

Entra em 1905 e sai em 1906 para assistência.

Retorna em 1907 e sai por falecimento em 1936;⁴³

Leopoldina B., internada por *psicose sistematizada*

Entra em maio de 1913 e sai em setembro de 1913 para a assistência.

Retorna em outubro de 1913 para sair por falecimento em 1946;⁴⁴

Otilia Maria S., internada por *confusão mental*

42 PHSP de Martha M., 21 anos, solteira, de Porto Alegre, contido na caixa n. 28.

43 PHSP de Maria Paulina S., 32 anos, viúva, de São Leopoldo, contido na caixa n. 6.

44 PHSP de Leopoldina B., 42 anos, viúva, de Porto Alegre, contido na caixa n. 10.

Entrou em 1920 e saiu em abril de 1921 para assistência.

Retorna em junho de 1921 e sai por falecimento em 1935.⁴⁵

Das 25⁴⁶ alemãs que tiveram mais de uma internação pudemos observar que 16 (64%) delas retornaram apenas uma vez, vindo a falecer após esta segunda internação. Seis (24%) alemãs tiveram mais que um reingresso e apenas 2 germânicas tiveram apenas uma reentrada, no entanto ambas não faleceram no HSP.

Para os homens o grau de tolerância com mais de um reingresso é superior. Dos 19⁴⁷ alemães internados que tiveram mais de uma internação, 7 (36%) tiveram apenas uma reentrada, vindo a falecer no hospício. Igual número para os que tiveram mais que um retorno: sete. E apenas quatro alienados tiveram apenas uma reentrada, mas não faleceram no HSP.

Acredito que às vezes as informações anotadas pelo médico possam revelar uma história verdadeira, que de alguma forma tenta ser ocultada pela família. Catarina Cecília W., de 19 anos, solteira e moradora do município de São Luiz Gonzaga, foi internada pela primeira vez em 1923, saindo ainda no mesmo ano para assistência em domicílio. Retornaria ao HSP em 1945, saindo em 21 de maio 1946; reentra em 23 de maio de 1946 e sai em julho do mesmo ano; volta em agosto de 1946 e permanece até setembro de 1946. Por fim, em sua última internação, entra em dezembro de 1946 e sai para provisoriedade, que se tornaria saída definitiva, pois não mais retornou.⁴⁸

As primeiras anotações constam de 1945 na observação psiquiátrica:

Fala com grande loquacidade, desenvolvendo as suas idéias delirantes, baseadas em interpretações mórbidas. Conta que dos 13 aos 18 anos, manteve um namoro com o vigário de sua paróquia. Em torno dessa história expande o seu delírio.⁴⁹

A primeira internação em 1923, com 19 anos, possivelmente ocorreu logo após a descoberta deste romance. Na segunda internação, passara por diversas sessões de eletro-choque durante os meses de dezembro de 1945, janeiro e fevereiro de 1946. Em março de 1946 o alienista escreve: “proponho uma licença por 120 dias, a título de experiência. Restabelecida da *crise*” [grifo meu]. Em 1946 o alienista escrevera:

45 PHSP de Otilia Maria S., 19 anos solteira, Porto Alegre, contido na caixa n. 23.

46 Faltaram dados de uma alienada.

47 Faltaram dados de um alienado.

48 PHSP de Catarina Cecília W., 19 anos, solteira, de São Luiz Gonzaga (informado como Colônia Guaraní em São Luiz Gonzaga), contido na caixa n. 29. A data de saída de maio de 1946 não bate com a informação na capa. As saídas para assistência em domicílio não significavam o retorno do paciente a casa familiar. Na última saída de Catarina, ela sai para trabalhar em uma casa familiar.

49 PHSP de Catarina Cecília W., 19 anos, solteira, de São Luiz Gonzaga, contido na caixa n. 29.

(em 27/5/46):

Embora restabelecida da crise maníaca, *não foi procurada* por pessoas da família. Continua em satisfatório estado mental e por este motivo julgo que não deve permanecer no hospital, efetivando-se a alta.

(em 27/6/46):

A família da paciente não a quer receber e insiste em deixá-la neste estabelecimento. Proponho colocá-la como servente, na família de uma enfermeira do Hospital, a fim de ensaiar o seu reajustamento social. Alta provisória por 90 dias.

Ao regressar em agosto de 1946 passara novamente por sessões de eletro-choque, pois reingressou “com idéias vagas de culpabilidade”. Em dezembro, o médico registrara: “Delírio de perseguição sistematizado e idéias delirantes eróticas: foi perseguida por sua família e por todas as pessoas da localidade em que vivia, pelo fato de ter sido amada pelo vigário”.

A rejeição da família e a insistência por parte da alienada em afirmar que tivera um romance com o vigário no passado podem encaminhar à possibilidade de que o fato tenha ocorrido, que não fosse delírio. Outra informação vem complementar esta suspeita. Nos *dados comemorativos* ela é descrita, por alguém não identificado⁵⁰, mas que poderia ser um membro da família, como caluniadora, uma forma de desautorizar o seu discurso. Se na primeira internação foi apontada como *confusa*, agora era *erótica*, pois externou claramente seu passado, neste caso ela passa a ser rotulada de *caluniadora*, pois insiste numa mesma versão não aprovada.

Talvez a imprecisão dos médicos em diagnosticar ou afirmar a melhora do paciente contribuisse para que familiares não retirassem os seus. Evitava-se levar de volta para casa um louco que ainda poderia vir a perturbar a normalidade do lar. No prontuário de Carolina R. B., de 37 anos, internada por *estado melancólico por psicose maníaco depressiva*, há o seguinte registro que pode confirmar esta idéia:

Em papel assinado pelo Dr. José Carlos Ferreira, do HSP em 1913:

A Diretoria deste estabelecimento informa que D. Carolina R. B. continua em observação, não sendo atualmente possível dizer *se a sua moléstia mental terminará pela cura radical ou cronicidade*.⁵¹ [grifos meus]

50 Nos Dados Comemorativos o alienista anota informações prestadas por alguém que conhece a pessoa a ser internada.

51 PHSP de Carolina R. B., de 37 anos, casada, de Estrela, contido na caixa n. 9.

Carolina era crônica, permaneceu de 1913 a 1928, vindo a falecer nas dependências do hospício sem nunca ter saído nem para assistência em domicílio.

Comportamentos inoportunos julgados pelos familiares são endossados pelo alienista. Teimosia, fanatismo, melancolia, quando não tolerados pela família, podiam condicionar a internação das “enfermas” por longos períodos, muitas vezes, permanecendo até a morte na instituição.

A mulher, espaço por excelência da loucura, possuía fisiologia específica e predisposta à doença mental. As mudanças físicas inerentes ao corpo feminino, como a menstruação, a gravidez e o parto, seriam fatores possíveis de desencadeamento de perturbações: “o início e o fim do período menstrual seriam, freqüentemente, considerados como momentos extremamente propícios à manifestação dos distúrbios mentais”.⁵² Segundo a anotação realizada por médico quanto a uma alemã casada:

Em atestado médico expedido em Camaquã em 1902:
Acha-se atacada de alienação mental há três meses; tem momentos lúcidos prolongados, nunca ficou completamente furiosa. Sua doença não é hereditária. Atribui-se, e com seguros fundamentos, que a causa de sua enfermidade, além do desgaste que lhe causou o abandono do marido, seja uma suspensão prolongada.⁵³

O médico enfatiza que *nunca ficou completamente furiosa*. Para alguns médicos, o período menstrual predispunha a mulher à violência e à loucura, além de que a abundância, escassez ou mesmo ausência da menstruação, segundo especialistas à época, seriam indícios de alienação mental.⁵⁴ Foram selecionados dois exemplos relativos à questão da menstruação:

Observação psiquiátrica de Matilde Y. F. em 1936:
Suas crises datam dos 13 anos, época de sua 1ª menstruação.⁵⁵

*Dados Comemorativos*⁵⁶ de Paulina L. D. em 1930:
Consta ter tido amenorréia⁵⁷ por longo tempo. Menstruou aos 13 anos.⁵⁸

Matilde Y. F. foi diagnosticada como portadora de *psicose epiléptica*, sendo internada

52 ENGEL, Magali. Psiquiatria e Feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary. (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 333-334.

53 PHSP de Fausta U., 27 anos, casada, (sem outras informações) contido na caixa n. 4.

54 ENGEL, Magali, op. cit, p. 334-335.

55 PHSP de Matilde Y. F., 19 anos, casada, de Santa Maria, contido na caixa n. 24.

56 Ficha de encaminhamento com uma série de perguntas acerca do estado do paciente.

57 Ausência de menstruação.

58 PHSP de Paulina L. D., 17 anos, solteira, de Montenegro, contido na caixa n. 22.

por duas vezes: de 1921 a 1922 e de 1932 a 1937, quando viria a falecer. Já Paulina L. D., adentrou o HSP com o diagnóstico de *estado melancólico*, foi internada por duas vezes, em ambas saiu para a assistência. Na observação psiquiátrica de Paulina feita em 1931, poucos meses antes de sair para a assistência:

Estado mental melhorado. A paciente responde relativamente bem ao interrogatório. Torna-se um tanto difícil apreciar melhor as suas respostas pela falta de maiores conhecimentos do português. *Julgo mesmo, que se acha* em condições de alta sensivelmente melhorada. [grifos meus]

Os sintomas de epilepsia que Matilde devia manifestar, na possível ausência de ter conseguido expressar-se, pode ter sido o diferencial que Paulina teve: ela não falava bem o português, mas também não tinha crises convulsivas. Nenhuma anotação marca que o conhecimento de saber *quando* as pacientes menstruaram tenha contribuído, e em que medida, para a alienação. Era como seguir uma cartilha: sendo mulher, o melhor era anotar quando menstruou, pois poderia ser um indício a ser aproveitado mais tarde.

Quanto à maternidade, observei que esta poderia ser uma predisposição da própria comunidade em enviar para o HSP as grávidas solteiras. Maria Emília M. de 25 anos foi internada em 24 de agosto de 1925 e deu à luz em 24 de outubro do mesmo ano, dois meses depois de ter entrado no hospício com o diagnóstico *de imbecilidade com crises episódicas, impulsividade e angústia*. Permaneceu até o ano de 1936, vindo então a falecer. Não consta que alguém a tivesse retirado para assistência antes da data de sua morte.⁵⁹

✂ Conclusão

O dado que mais chama a atenção é o número significativo de mulheres alemãs internadas (62%) em comparação ao número de homens (37%) para o mesmo período. É provável que a loucura (comportamentos inadequados) feminina nas comunidades germânicas incomodasse mais que a loucura (comportamentos inadequados) masculina.

A etnia contribuiu para um tratamento diferenciado quando é lembrada a questão do idioma germânico, que não era compreendido pelos alienistas. Simplesmente os médicos não entendiam o que os teutos falavam, e foram muitos os exemplos coletados entre os alemães. O psiquiatra montava o diagnóstico através de inferências do que via: mulheres agitadas, desesperadas por não saberem dos seus, por terem deixado para trás laços afetivos, enfim, na gesticulação desordenada o médico encontrava jus-

59

PHSP de Maria Emília M., 25 anos, solteira, de Estrela, contido na caixa n. 36.

tificativas para internamentos perpétuos.

As mulheres alemãs melancólicas com idade acima dos 30 anos foram uma incidência. As epiléticas, em maior número que os homens com a mesma moléstia, faleciam no hospício. Esta foi uma enfermidade com a qual os germânicos que possuísem parentes que sofressem de epilepsia, possivelmente, não conseguiram conviver. O afastamento por atos inadequados no campo sexual foi observado no exemplo da moça que “foi amada pelo vigário”. Era mais fácil desautorizar o depoimento dela do que criar atritos com o poder da igreja local.

Uma vez que as alemãs não foram internadas pelas mesmas razões, entendo que são múltiplas as mulheres germânicas que foram encaminhadas ao hospício: teimosas, eróticas, alcoólatras, melancólicas, etc. Cada qual não foi entendida pelos seus, pois não cumpria a ela criar problemas aos familiares e sim trabalhar e prover o lar de braços. Se algum destes compromissos falhava, não importando o motivo, aí sim poderiam ser elas observadas em bloco: não passavam de loucas que deveriam ser afastadas do convívio normal do lar.

☞ Bibliografia

- CARROL, Stephen; SMITH, Tony. **Guia da Vida Saudável**. ZERO HORA/UNISINOS, s/d. editado pela primeira vez na Grã-Bretanha em 1992.
- CERTAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro. **Pesquisa Histórica e Análise de Conteúdo**: pertinência e possibilidades. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXVIII, n. 1. Porto Alegre, jun. 2002.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. De historiadoras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX). In: **Tempo**. Jan. 1998.
- ENGEL, Magali. Psiquiatria e Feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. **Dicionário Brasileiro Globo**. 14 ed. São Paulo: Globo, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- _____. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- PERROT, Michel. **História da Vida Privada**: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Vol. 4. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- PESTANA, Emanuel; PÁSCOA, Ana. **Dicionário Breve de Psicologia**. Lisboa: Presença, 1998.
- MAGALHÃES, Marionilde. **Pangermanismo e Nazismo**: a trajetória alemã rumo ao Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998.
- MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e Educação**, v. 9, n. 2, Bauru, 2003.
- SCOTTI, Zelinda R. **Loucas Mulheres Alemãs**: a loucura visitada no Hospício São Pedro (1900-1925). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC/RS, 2002.

*Categoria Graduado***Relação dos artigos científicos premiados com Menção Honrosa**

A íntegra dos artigos pode ser acessada em www.igualdadedegenero.cnpq.br

“Batuque de Mulheres”: Etnografando feitorias de Tamboreiras de Nação no**Batuque gaúcho**

Ana Paula Lima Silveira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Orientadora: Prof^{ta} Maria Elizabeth da Silva Lucas

Mulheres “gaieiras”: fofoca e infidelidade conjugal nas redes de vizinhança em**Nova Guanabara-PE**

Francisca Luciana de Aquino

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Orientadora: Prof. Luis Felipe Rios

Considerações a respeito de gênero na formação de rapazes e moças na Casa**Familiar Rural de Sulina - PR**

Giovana Martinelli

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Orientadora: Prof^{ta} Hieda Maria Pagliosa Corona

**Arqueologia do feminismo no Brasil: origem e usos do vocábulo “feminismo”
entre as décadas de 1890-1920**

Maira Luisa Gonçalves de Abreu

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Orientadora: Prof^{ta} Ângela Maria Carneiro Araújo

Sexualidade e prevenção do HIV em parceiros sorodiscordantes

Maria Cláudia Moreira de Alcântara

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Orientadora: Prof^{ta} Lucilane Maria Sales da Silva

As mulheres escrevem a pátria: gênero e nação em a Pátria Mineira

Mirian Cristina dos Santos

Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)

Orientadora: Prof^{ta} Maria Ângela de Araújo Resende

**A Questão de Gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de
participação da mulher**

Neiva Furlin

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Orientadora: Prof^{ta} Ângela Duarte Damasceno Ferreira

Novas visões sobre o ser mulher: mulheres que optaram por não ter filhos

Patrícia Zulato Barbosa

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Orientadora: Prof^a Maria-Lúcia Rocha-Coutinho

A “Casa de Bonecas”: onde a punição é aprender a ser mulher

Rochele Fellini Fachinetto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Orientadora: Prof. Rodrigo Ghiringhelli

Sexualidade, gênero e abjeção: uma reflexão sobre direitos humanos e LGBTs no Brasil contemporâneo

Tiago Duque

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

Orientador: Prof. Richard Miskoci



Categoria Estudante
de Graduação

Artigos científicos
premiados

A participação das mulheres na luta armada no Cone Sul

Andrei Martin San Pablo Kotcherenko¹

Orientadora: Profª. Dra. Cristina Scheibe Wolff

Ao focar o contexto histórico referente ao período entre as décadas de 1960 e 1980, percebe-se que a ditadura militar brasileira não foi um acontecimento único na história da América Latina, mesmo porque outros regimes semelhantes surgiram nos países do Cone Sul, neste mesmo período, com a implantação de regimes políticos repressivos e com as Forças Armadas assumindo o poder, ocasionando um rompimento nas suas Constituições: no Brasil (1964), na Argentina (1976), no Uruguai (1973), no Chile (1973) e diferenciando no Paraguai, que já vinha de 1954.

A participação das mulheres nos grupos de esquerda armada, atuantes no Brasil e no Chile, durante suas respectivas ditaduras, a forma pela qual essa participação era vista e considerada pelos guerrilheiros atuantes nessas mesmas organizações, assim como, o sentimento das mulheres militantes em relação às dificuldades enfrentadas em suas trajetórias como guerrilheiras, são a temática desse artigo.

Será utilizada uma abordagem comparativa entre os conteúdos produzidos pelas organizações de esquerda armada desses dois países, principalmente da ALN (Ação Libertadora Nacional), do Brasil e do MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria), do Chile, como manuais, memórias, relatos autobiografados e bibliografia referente ao assunto.

✂ Contexto Histórico, Político e Social: Brasil e Chile

É importante ressaltar que a existência de um governo ditatorial militar caracteriza-se pela supressão de direitos constitucionais, pela censura, pela perseguição política e pela repressão aos que se opõem ao regime militar. Portanto, neste contexto, podemos identificar que o período em que o regime militar atuou no Brasil e no Chile foi marcado pelo autoritarismo e pelas desigualdades sociais, relegando as questões especificamente femininas, a um plano secundário.

No Brasil, o Regime Militar (1964-1985) atravessou pelo menos, três fases distintas².

1 Graduação da 5ª fase do curso de licenciatura e bacharelado em História da UFSC. Bolsista PIBIC/CNPq, orientado pela Professora Doutora Cristina Scheibe Wolff. Integrado ao projeto, coordenado pela Profª. Dra. Cristina Scheibe Wolff, intitulado: Relações de Gênero na Luta da Esquerda Armada: Uma Perspectiva Comparativa entre os Países do Cone Sul (1960-1979). Membro da Comissão Organizadora do Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder (UFSC - 2008) e do Colóquio Internacional: Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul (UFSC - 2009).

2 BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.c / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos

A primeira, em 1964, quando a direita apoiada pelas Forças Armadas aplica o Golpe de Estado, retirando João Goulart da presidência. A segunda inicia em dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), causando os chamados Anos de Chumbo, com a repressão atingindo seu ápice. E a terceira, com a posse do general Ernesto Geisel, em 1974, marcada pelo freqüente desaparecimento de seus opositores.

Todos esses acontecimentos geraram certa intranqüilidade quanto ao futuro do Brasil, desencadeando um descontentamento que motivou a reunião de diferentes grupos guerrilheiros, compostos por estudantes em sua grande maioria, mas incluindo também antigos militantes comunistas, militares nacionalistas, sindicalistas, intelectuais e religiosos, de forma clandestina. Alguns grupos de esquerda mobilizaram velhos e novos militantes, na adesão de organizações como a ALN (Ação Libertadora Nacional), o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro)³ e muitos outros, apostando na luta armada, não só, como uma forma de resistir à opressão mantida pela Ditadura, mas de caminhar rumo ao fim de uma exploração de classe.⁴

No Chile, o Governo Militar (1973-1990) foi considerado um dos mais violentos da América Latina. A política do General Augusto Pinochet era baseada na repressão e no medo, utilizando-se freqüentemente de discursos e ações que acuavam a população. Seu Governo deixou marcas profundas na população que vivenciou inúmeras perseguições, desaparecimentos, prisões, assassinatos e torturas, obrigando a milhares de pessoas, brasileiros inclusive, lá acolhidos em função do golpe de Estado de 1964, a deixarem o Chile e partirem para a Europa, principalmente para a França, como única solução para os problemas e crises que começavam a se desencadear. Para auxiliá-lo na implantação de seu governo, em 1973, Pinochet cria a “Dirección de Inteligencia Nacional” (DINA), a polícia secreta, mas em 1977 a substitui pela “Central Nacional de Inteligencia” (CNI).⁵

Assim como no Brasil, para combater a repressão que se instalava, o Chile contou com

Humanos, 2007 p. 21. Disponível em:

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/.arquivos/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf
Acesso em: julho de 2008.

3 BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à Memória e à Verdade**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 27. Disponível em:
http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/.arquivos/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf. Acesso em: julho de 2008.

4 RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p. 63.

5 COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. Informe de la comisión nacional de verdad y reconciliación. **Estudios Públicos** – Revista do Centro de Estudios Públicos de Santiago, n. 41. Santiago, 1991. p. 326. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/doc_1183.html>. Acesso em: junho de 2008.

diferentes Organizações, entre elas: o PS (Partido Socialista), o MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria), o PC (Partido Comunista), o MAPU (Movimiento de Acción Popular Unificado), a FPMR (Frente Patriótica Manuel Rodriguez), o PR (Partido Radical), a Democracia Cristiana, a Izquierda Cristiana e outros grupos.⁶

É interessante destacar que a participação das mulheres nos grupos de esquerda armada atuantes, tanto no Brasil quanto no Chile, representou uma marcante transgressão, um rompimento com os padrões que a Família e a Sociedade esperavam delas nessa época. Seus papéis femininos tradicionais foram rompidos duplamente: ao tornarem-se militantes, opondo-se à Repressão Militar e ainda ao tentarem conquistar um espaço público, onde pudessem discutir, participar das decisões e debater assuntos especificamente femininos. Esse momento é definido por Ridenti, como sendo o início de um rompimento com “o estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino”.⁷

Podemos dizer que algumas mulheres, ao atuarem como militantes, saem dos seus espaços privados, relegados pela Sociedade, e ingressam no espaço público, marcando presença significativa. Analisando as ações políticas e as lutas das mulheres no período da ditadura militar, percebe-se que elas, além de combaterem a repressão, tiveram que enfrentar também a discriminação e a desigualdade, por parte da Sociedade e dos seus companheiros de Organizações.⁸

A ditadura militar chilena, assim como a ocorrida no Brasil, também impôs uma ideologia que priorizava os moldes familiares tradicionais, onde um machismo exacerbado é marcante, atribuía aos homens um papel autoritário, ressaltando o conservadorismo e o patriarcado, agravados por interpretações errôneas sobre os conceitos de valentia, sensatez e êxito social. Essas relações, onde as diferenças sociais são tão afloradas, tornam-se assimétricas sobre o ponto de vista das discriminações e subordinações, tanto institucionais quanto culturais, vivenciadas pelas mulheres chilenas, resumindo as suas principais ocupações à educação de seus filhos e ao bem estar de seus lares.⁹

6 COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. Informe de la comisión nacional de verdad y reconciliación. **Estudios Públicos** – Revista do Centro de Estudios Públicos de Santiago, n. 41. Santiago, 1991. p. 301. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/doc_1183.html>. Acesso em: junho de 2008.

7 RIDENTI, Marcelo S. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p. 198.

8 COLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 43-44.

9 GARRAO, Andrea Zamora. La mujer como sujeto de la violencia de género durante la dictadura militar chilena: apuntes para una reflexión. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Debates, 2008. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/index27162>>.

É interessante ressaltar que a resistência das mulheres à ditadura do Brasil, segundo Cynthia A. Sarti teve como consequência o surgimento do feminismo militante a partir dos anos 60, embora a eclosão do feminismo brasileiro tenha ocorrido nos anos 70, devido ao impacto do feminismo internacional e às mudanças efetivas na situação da mulher no país, que punham em questão a tradicional hierarquia de gênero.¹⁰

✂ Histórico, Tradições Revolucionárias e Ideologias da ALN e do MIR

Com o rompimento das relações da China com a Rússia, com a disputa pela hegemonia do socialismo e com a constante interferência do governo dos EUA, oferecendo auxílio logístico às Forças Militares para instalarem as suas respectivas ditaduras, as Organizações de Esquerda do Cone Sul, passaram por um período de intensos debates e inúmeros conflitos, provocando separações e reelaborações sistemáticas nos seus programas e teorias de base.¹¹

No Brasil, a ALN (Ação Libertadora Nacional), era uma organização revolucionária comunista que surgiu no final do ano de 1967, fundada por Carlos Marighella¹². Ele defendia a luta armada e a guerrilha como sendo os principais instrumentos de combate à ditadura militar, tendo como lema principal “A ação faz a vanguarda”, adotando, para isso, uma estruturação de autonomia tática dos grupos armados.¹³ Segundo Carlos Marighella, o guerrilheiro urbano que atuou contra a ditadura no Brasil era:

(...) um homem que luta contra uma ditadura militar

html>. Acesso: setembro de 2008.

10 SARTI, Cynthia A. **O feminismo brasileiro desde os anos 70**: revisitando uma trajetória. Revista de Estudos Feministas. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 12, n. 2, 2004. p. 37. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/381/38112203.pdf>>. Acesso em: junho de 2008.

11 COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. Informe de la comisión nacional de verdad y reconciliación. **Estudios Públicos** – Revista do Centro de Estudios Públicos de Santiago, n. 41. Santiago, 1991. p. 314. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/doc_1183.html>. Acesso em: junho de 2008.

12 Iniciou sua militância em 1932, na Juventude do Partido Comunista. Ficou preso de 1939 - 1945. Elegeu-se deputado federal da Bahia em 1946. Em 1967, rompeu com a direção do PCB e passou a dedicar-se a atividades de resistência armada, criando a ALN. Morreu em São Paulo, em 1969, durante emboscada dos agentes policiais equipados com armamento pesado, sob o comando de Sérgio Paranhos Fleury, delegado do DOPS, líder de um grupo de extermínio de marginais, o Esquadrão da Morte.

Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à Memória e à Verdade**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 108. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf>. Acesso em: julho de 2008.

13 BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à Memória e à Verdade**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 469. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf>. Acesso em: julho de 2008.

com armas, utilizando métodos não convencionais. Um revolucionário político e um patriota ardente, ele é um lutador pela libertação de seu país, um amigo de sua gente e da liberdade. A área na qual o guerrilheiro urbano atua são as grandes cidades brasileiras.¹⁴

O historiador Jacob Gorender comenta que, com essa atitude tomada pelas organizações revolucionárias, a história já estava traçada:

O capítulo das lutas de massas estava encerrado. Nas trevas da clandestinidade não havia resposta possível que não a do combate pelas armas. As vanguardas revolucionárias não podiam ser partidos políticos com ‘braços armados’, mas organizações de corpo inteiro militarizadas e voltadas para as tarefas da luta armada.¹⁵

Essa viagem à luta armada tinha início na clandestinidade, com codinomes, com aparelhos escondendo as pessoas e as armas, nos submundos, nos jornais, e adrenalina correndo pelo corpo, nas trevas, na escuridão, nas palavras de Carlos Eugênio Sarmento Coêlho da Paz, comandante militar da ALN no Brasil,¹⁶ após a morte de Marighella.

No Chile, o MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria) foi criado em agosto de 1965, quando ex-membros da FJS (Federación Juvenil Socialista), com a VRM (Vanguardia Revolucionaria Marxista), unidos a ex-militantes das JJ.CC. (Juventudes Comunistas), juntam-se com alguns trotskistas e resolvem formar um novo grupo de esquerda, com o objetivo de conduzir o Movimento Popular a uma Esquerda Tradicional e levar o socialismo ao Chile, e elegem como secretário geral o médico Enrique Sepúlveda.

Em 1967, no entanto, Miguel Enríquez assume o cargo de secretário geral, já dando início a uma política de enfrentamento contra o Governo, através de uma intensa propaganda de “luta armada” e com diversas operações, para arrecadar fundos chamados de “recuperaciones”, que nada mais eram que assaltos a bancos.¹⁷ Entre 1968 - 1969, ele inicia um programa de definições de tarefas e características que marcariam definitivamente a fisionomia dos militantes do MIR.

14 MARIGHELLA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro Urbano**. 1969. p. 2.

15 GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5ª ed. rev., ampliada e atualizada. São Paulo: Ática, 1998. p. 167.

16 ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba a luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

17 PÉREZ, Cristián. Historia del MIR: “Si quieren guerra, guerra tendrán...”. **Revista Estudios Públicos** – Revista do Centro de Estudios Públicos de Santiago, n. 41. Santiago, 2003. p. 14. Disponível em: < http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/doc_3208.html >. Acesso em: junho de 2008.

Los militantes deberán aceptar las reglas de una rigurosa clandestinidad. El tipo del militante que ingresará al MIR debe ser diferente al de antes. Los aficionados deberán abandonar la organización (...). No se ingresará ni se hará abandono del partido de cualquier forma. La entrega de sí mismo deberá ser total. La organización decidirá si un militante debe trabajar o estudiar, o donde habitar, etcétera. (...) Y para el período 1973 - 1974 la meta táctica era (...) fortalecer y acerar (...) el partido, constituir la fuerza social revolucionaria y dar origen al ejército revolucionario del pueblo. A partir de ello derrocar a la dictadura y conquistar el poder.¹⁸

Com as implantações dos governos ditatoriais nos países do Cone Sul, iniciam-se várias discussões no interior das Organizações de Esquerda Armada, sobre a necessidade da construção social de um “novo homem”, que de acordo com Brienza, seria um “indivíduo moral capaz de sacrificar tudo em função do mundo que se aproximava”.¹⁹ Para as Organizações de Esquerda, esse “novo homem” seria um indivíduo perfeito para constituir o grupo dos “verdadeiros revolucionários”, capaz de opor-se tanto aos burgueses, quanto aos reformistas, constituídos pelos pró-soviéticos, pelos partidos socialistas e comunistas tradicionais, pela velha esquerda, pelos trotskistas e pelos militantes de esquerda contrários a ações violentas.

E é nessa procura que as Organizações de Esquerda Armada do Cone Sul associam a figura de Ernesto Che Guevara a essa imagem concreta do “novo homem”, o modelo a ser seguido, tanto pelas idéias que expunha, quanto pelas ações que tomava para alcançar seus objetivos. É interessante ressaltar que, para o MIR, essa construção social do “novo homem” era um disciplinamento dos revolucionários, seguindo como exemplo de luta e formação militante, a vida e os pensamentos de Che, exemplo de “revolucionário responsável até a morte”.²⁰ Ernesto Che Guevara acreditava que:

(...) “el hombre nuevo” o “el hombre del siglo XXI” seria

18 Os militantes deverão aceitar as regras de uma rigorosa clandestinidade. O militante que ingressará no MIR deve ser diferente dos que antes ingressavam. Os amadores deverão abandonar a organização (...). Não ingressará e nem haverá abandono do partido de qualquer forma. Deverá haver uma total devoção. A organização decidirá se o militante deverá trabalhar ou estudar, ou onde morar, etc. E para o período de 1973-1974 a meta táctica era (...) fortalecer e converter (...) o partido, constituir a força revolucionária e dar origem ao exercito revolucionário do povo. Para derrotar a ditadura e conquistar o poder. (Tradução realizada por Andrei Martin San Pablo Kotchergenko)

AMBIADO, Carlos Sandoval. **M.I.R.:** Una Historia. Santiago, 1990. p. 46-47.

19 BRIENZA, Hernán. **Mario R. Santucho:** la guerrilla de izquierda. Buenos Aires: Capital Intelectual. 2006. p. 18.

20 SECRETARIADO NACIONAL MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA. *El MIR frente al aniversario de la muerte del CHE*. CEME – Centro de Estudios Miguel Enríquez – Archivo Chile. Santiago. 8 de outubro de 1972. Disponível em: < http://www.archivochile.com/Archivo_Mir/Doc_68_a_10_sept_73/mir68a730015.pdf>. Acesso em: setembro de 2008.

el individuo que ha roto las cadenas de la enajenación, y que se relaciona con los demás con lazos de solidaridad real, de fraternidad universal concreta.²¹

A definição de guerrilheiro ideal, chamada de “verdadeiro” guerrilheiro, é constituída a partir de características que fazem parte de um modelo constitutivo apresentado em manuais, cartilhas e outros tipos de documentações produzidos por grupos de esquerda armada. As características necessárias para o perfeito desempenho do guerrilheiro e da guerrilheira privilegiavam a coragem, a valentia, o espírito de sacrifício, a dignidade e a honra, qualidades vistas em nossas sociedades como masculinas.²²

O ser “violento” e ser “terrorista”²³ passam a ser características importantes e significativas na formação do “verdadeiro revolucionário”, enobrecendo-o, transformando-o em uma pessoa honrada. Utilizar essas características, como um complemento de suas ações e atitudes dentro da luta armada, no enfrentamento das atrocidades da ditadura militar, era considerado um ato muito digno. Desta forma, uma preocupação constante para os militantes em todas as suas manifestações foi a de diferenciarem-se dos delinqüentes e bandidos, para não serem nunca confundidos com eles. Esse sentimento pode ser observado no relato da ex-guerrilheira Iara Xavier Pereira, da ALN:

Nós fomos a geração que optou por enfrentar o regime militar em um momento em que isto era absolutamente necessário. Não éramos loucos nem terroristas sanguinários. Éramos jovens comprometidos com um ideal.²⁴

É válido ressaltar que para serem considerados bons e “verdadeiros” guerrilheiros, a partir dos requisitos propostos no Manual do Guerrilheiro Urbano, os guerrilheiros deveriam apresentar certas qualidades e características, onde as mais significativas são: (...) que possa caminhar bastante; que seja resistente à fadiga, fome, chuva e calor; conhecer como se esconder e vigiar, conquistar a arte de ter paciência ilimitada; manter-se calmo e tranqüilo nas piores condições e circunstâncias;

21 GUEVARA, E. El socialismo y el hombre en Cuba. In: **Obras**. t. 2. Cuba: Casa de las Américas. p. 375. (...) “o homem novo” ou “o homem do século XXI” seria o individuo que quebrou as correntes da alienação, e que se relaciona com os demais com laços de solidariedade real, de fraternidade universal concreta. (Tradução realizada por Andrei Martin San Pablo Kotchergenko)

22 WOLFF, Cristina; BACK, Lilian; SENA, Priscila Carboneri de. Relações de gênero na definição de um guerrilheiro: um paralelo entre o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8 – Brasil) e o Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP – Argentina). **Anais do IV Encontro Regional Sul de História Oral – Cultura, identidades e memórias**. Florianópolis, 12 a 14 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/CristinaScheibeWolff.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2008.

23 MARIGHELLA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro Urbano**. 1969. p. 1.

24 MARIGHELLA, Carlos. *Manual do Guerrilheiro Urbano*. 1969. p. 3

nunca deixar pistas ou traços.²⁵

Ao analisarmos essas características propostas, percebemos que as mesmas não causavam discriminação quanto à participação das mulheres na militância, mesmo porque destacavam o valor da paciência ilimitada e da tranqüilidade, que de certa forma, são qualidades e características de destaque associados à representação da feminilidade. Partindo de uma perspectiva analítica sobre os quesitos citados, o Manual do Guerrilheiro Urbano sugere que, o guerrilheiro ou a guerrilheira ao reconhecer que possua uma problemática em relação às características descritas, renuncie a seu posto, pois lhe faltam qualidades básicas para ser “verdadeiro/a” guerrilheiro/a.

No entanto, no livro *O Crepúsculo do Macho*, Gabeira relata que em Cuba, durante treinamento dos guerrilheiros e guerrilheiras brasileiros, as mulheres, ao serem escolhidas para fazerem parte dos grupos de treinamento, eram vistas como um “peso”, por apresentarem um rendimento inferior nos exercícios físicos, contribuindo para um atraso no rendimento do conjunto.²⁶ Este comentário, porém, deixa claro que apesar da existência de certa igualdade nas características comentadas anteriormente, a definição do guerrilheiro ideal privilegiou muito mais o que constituía a masculinidade, tornando a atuação das mulheres nas guerrilhas mais difícil e suas trajetórias políticas com mais “empecilhos do que a dos homens”.²⁷

✂ Militância Feminina

O período em que ocorreu a Ditadura Brasileira (1964 - 1980), marcado com um significativo aumento no número de mortos, presos e desaparecidos, levou algumas mulheres a se tornarem pioneiras na busca de seus familiares, assim como, motivaram outras a optarem por ingressar em organizações de esquerda, pegando em armas e lutando, “comportando-se como homens”.²⁸ Refletindo sobre essa expressão usada, se pensarmos que, para romperem os padrões sociais impostos na época e se integrarem aos movimentos de esquerda, as mulheres necessitaram de coragem, força e honra, que são, de certa forma, qualidades vinculadas socialmente aos valores masculinos²⁹,

25 GABEIRA, Fernando. *O crepúsculo do macho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. p. 75.

26 WOLFF, Cristina Scheibe. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil: 1968-1973. In: WOLFF, Cristina Scheibe, FÁVERI, Marlene de e RAMOS, Tânia Regina de Oliveira. (org.) **Leituras em rede**: gênero e preconceito. Florianópolis: Mulheres, 2007. p. 95-114.

27 SARTI, Cynthia A. O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 12, n. 2, 2004. p. 37. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/381/38112203.pdf>>. Acesso em: maio de 2008.

28 WOLFF, Cristina Scheibe. **Feminismo e configurações de gênero na guerrilha**: perspectivas comparativas no Cone Sul. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em maio de 2008. p. 17.

29 FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 155.

essa expressão deixa de ter uma conotação discriminante e passa a ter uma conotação comparativa.

Após analisar algumas entrevistas feitas com mulheres ex-militantes e livros que discorrem sobre as militantes na época das ditaduras, observei, no entanto, a utilização de termos de cunho pejorativo como, mulher leviana à “procura de macho”³⁰ e “mulher-macho”³¹, eram freqüentemente utilizados pela Sociedade e pelas Forças Militares ao referirem-se às mulheres militantes, na tentativa de desestimularem as suas lutas e de forçá-las a retornarem aos seus espaços domésticos. Sabe-se que esse mesmo tipo de discriminação ocorreu com as militantes chilenas, pois sofreram fortes pressões e discriminações da Sociedade, das Forças Armadas e do CNI, por representarem modelos de mulheres que deixaram os espaços privados e adentraram aos espaços públicos, os quais não lhes pertenciam. Eles não estavam dispostos a tolerar essas transgressões, pois com essas atitudes “*las mujeres que sobrepasaban el límite señalado fueron consideradas enemigas y tratadas como tales*”.³²

Baseado nessas observações, é importante evidenciar que a Sociedade e os Órgãos Repressores do Brasil e do Chile utilizaram um discurso ideológico de valorização da família tradicional, na tentativa de reconduzir as mulheres militantes aos espaços privados dos lares, para se ocuparem apenas dos papéis de mães e esposas. É imprescindível mencionar, no entanto, que se esse retorno das mulheres ao espaço privado não fosse conseguido, elas seriam combatidas severamente como inimigas.

Convém ressaltar também que algumas mulheres militantes, mesmo lutando lado a lado com os seus colegas das organizações de esquerda, muitas vezes, não foram bem aceitas por alguns deles, obrigando-as a lutarem contra o machismo, que também as discriminavam, tanto pelo excesso de proteção ou por terem suas capacidades físicas e intelectuais subestimadas. Percebe-se que essa discriminação era reforçada, pelos valores masculinos e masculinizantes tão associados ao modelo de guerrilheiro, que levaram aos homens acreditarem que esse papel de guerrilheiro dizia respeito apenas a eles.³³

30 FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.155.

31 “as mulheres que ultrapassaram o limite assinalado, foram consideradas inimigas e tratadas como tais” (Tradução realizada por Andrei Martin San Pablo Kotchergenko)
OLAVARRIA, José. **El sexismo que tortura y mata**. Política de género y represión política hacia las mujeres en Chile. Chile: Editorial FLACSO, 2003. p. 03. Disponível em: <<http://www.flacso.cl/flacso/biblos.php?code=620>>. Acesso em: setembro 2008.

32 CARBONARI, Márcia. **A atuação da mulher na resistência à ditadura militar**. Passo Fundo. 2005 Disponível em: <<http://www.2csh.clio.pro.br/marcia%20carbonari.pdf>>. Acesso em: Junho de 2008.

33 Direitos Humanos. **A Luta Armada**: um aprendizado para a mulher. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/amelinha/feminismobrasil/luta.html>>. Acesso em: Agosto de 2008.

Esse tipo de discriminação para com a mulher militante é enfatizado no depoimento de Criméia Alice Schmidt de Almeida (ex-guerrilheira, 57 anos) quando afirma que, o Comando Guerrilheiro esperava que as mulheres tivessem:

(...) a mesma força física, os mesmos costumes e a mesma frieza para lidar com as emoções e duvidavam de nossa capacidade para desempenhar as tarefas militares. Os homens entraram para os movimentos guerrilheiros com algum conhecimento prévio de estratégias militares e outras atividades similares. (...) e nós mulheres experimentávamos pela primeira vez as ações militares.³⁴

Entretanto, analisando o depoimento acima e verificando os registros das estatísticas dos militantes processados judicialmente, pertencentes às Organizações de Esquerda do Brasil e do Chile, observa-se que o maior contingente de militantes masculinos eram estudantes e na faixa etária de até 25 anos.

No Brasil, dos 4.124 militantes processados judicialmente nos anos 60 e 70, apenas 3.698 militantes apresentaram ocupações definidas, dos quais 906 (24,5%) eram estudantes. Na ALN verificou-se um total de 134 estudantes, correspondendo a 29,3% do número dos integrantes (Quadro 1)³⁵. Quanto aos militantes correspondentes à faixa etária de até 25 anos, totalizaram 2.868, dos quais 364 pertenciam a ALN, representando 53,3% do total de seus integrantes (Quadro 5)³⁶. No Chile, de setembro de 1973 a março de 1990, registrou-se 4.144 (15,3%) estudantes³⁷ detidos. E na faixa etária³⁸ dos 21 aos 30 anos, foram contabilizados 12.060 (44,2%) pessoas.

Mesmo reconhecendo que o grupo estudantil representou uma grande força contra a repressão, sabemos que uma boa parte dessa força foi empregada em greves, passeatas e invasões de universidades contra o projeto de reforma educacional da Ditadura e os que aderiram à luta armada, por serem bem jovens, apresentavam pouco

34 RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p. 68

35 RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p. 123

36 COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. Capítulo III del informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura. **Revista Estudios Públicos** – Revista do Centro de Estudios Públicos de Santiago, n. 97. Santiago, 2005. p. 473. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/archivo_3480_1917/r97_informe_extractos.pdf>. Acesso em: setembro de 2008.

37 COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. Capítulo III del informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura. **Revista Estudios Públicos** – Revista do Centro de Estudios Públicos de Santiago, n. 97. Santiago, 2005. p. 472. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/archivo_3480_1917/r97_informe_extractos.pdf>. Acesso em: setembro de 2008.

38 COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. p. 75.

conhecimento de estratégias militares ou de outras atividades similares, portanto, necessitavam também de um treinamento específico. Com base nesta perspectiva, o depoimento citado acima merece uma ressalva quando coloca que todos os homens ingressaram nas organizações de esquerda armada com algum conhecimento prévio de estratégias militares e de outras atividades similares.

O contexto ideológico das Organizações de Esquerda e a grande influência exercida pelas características masculinas e masculinizantes sobre o modelo do “verdadeiro” guerrilheiro acabaram levando algumas mulheres militantes a negarem suas posições e condições femininas, na tentativa de obterem uma igualdade dentro das organizações que militavam e de apresentarem um melhor desempenho nas suas ações táticas. Colling comenta que algumas mulheres para não serem discriminadas, e sim, aceitas e bem vistas como militantes:

(...) assumiram a militância nas organizações de esquerda negando a sua condição de mulher. As organizações eram espaços fundamentalmente masculinos, o que impunha às mulheres a necessidade de se colocarem como militantes, diluindo as relações de gênero na luta política mais geral.³⁹

A citação acima pode ser bem exemplificada na entrevista realizada com a chilena Gladys (ex-militante do MIR) ao comentar como chegou a ser alta dirigente do MIR, conquistando espaços de decisões:

(...) eu me movi em um mundo de homens (...) nesse caminhar perdi parte de minha feminilidade (...) a mulher tem uma quantidade de características que lhe são próprias de alto valor: intuição, a capacidade de persuadir, o uso, digamos, de um monte de características que passam pela emotividade (...). Eu me pus de “igual para igual” com os homens, usava dos mesmos métodos, que não são os mesmos da mulher (...) é inevitável, se não perde o espaço, se não, não te respeitam. Então eu senti que havia feito concessões nesse plano. Eu não gostei.⁴⁰

Outra forma marcante de discriminação, com muitas mulheres militantes, no interior das Organizações Guerrilheiras, foi relativa às funções atribuídas a elas. O Comando raramente coube a alguma mulher, era apenas ocupado por homens. As funções que lhes restavam, embora importantes para o andamento das missões, eram mais simples, tais como, levantamento de informações, observações de campo, apoio

39 GLADYS. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro (digital). Chile, 27/06/07.

40 RUIZ, Lucía Sepúlveda. Presentan un libro sobre tres militantes del MIR asesinadas por la dictadura. **Correo Semanal**. Santiago, 26 de jan. 2007. Disponible em: <<http://correosemanal.blogspot.com/2007/01/presentan-un-libro-sobre-tres.html>>. Acesso em: Agosto de 2008.

logístico e estratégias de emboscadas. O testemunho de Maria do Amparo Almeida Araújo (ex-guerrilheira da ALN, 56 anos, fundadora do Movimento Tortura Nunca Mais) confirma bem isso:

Com o nome falso de Eunice Maidana, durante anos minhas tarefas foram preparar documentos falsos, montar e desmontar bombas caseiras, limpar e lubrificar as armas. Era estrategista, estudava os planos, esquematizava e organizava as ações. Nunca atirei nem matei ninguém. Mesmo assim andava armada, caso houvesse alguma necessidade.⁴¹

É interessante destacar o comentário feito por Lucía Sepúlveda Ruiz (jornalista e ex-militante do MIR), no Chile, dizendo que desde o princípio, em todas as tarefas políticas e militares do MIR, havia mulheres, no entanto, nos anos 80 havia apenas 4 dirigentes mulheres no Comitê Central no Chile. Acrescenta ainda que, a nível coletivo, nunca foram discutidas politicamente as relações de gênero dentro do MIR, entretanto, Gladys Díaz (ex-militante chilena) complementa dizendo que Lumi Videla (ex-militante do MIR) apresentara um documento à direção do MIR, em 1969, onde questionava o “por quê” das mulheres não terem uma equivalente representação na direção do MIR.⁴²

Por outro lado, não se pode ignorar que na “Declaración de Principios del MIR”, de 1965, documento que rege a Organização, não existe nenhuma referência à parte da população constituída pelas mulheres, assim como não há também em outras organizações de esquerda existentes na época. Observando esses fatos, fica claro que essas organizações não tiveram nenhuma consideração com o provável potencial revolucionário das mulheres militantes.⁴³

Refletindo sobre o contexto político e social do Brasil e do Chile, observa-se que na ocasião do rompimento da legitimidade de suas democracias, apresentavam condições políticas semelhantes, mesmo tendo ocorrido em datas distintas. Ambos tiveram seus governos eleitos legitimamente e substituídos por ditaduras militares, refletindo claramente, a existência de medo nas classes dominantes, de perderem o poder ou até

41 VITALE, Luis. *Contribución a la Historia del MIR (1965-1970)*. Santiago: Ed. Instituto de Investigación de Movimientos Sociales “Pedro Vuskovic”. CEME- Archivo Chile. 1999. p. 10.

42 FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 155.

43 (...) como sendo um elemento transgressor e rompedor com o tradicional sistema patriarcal chileno e com as relações de gênero socialmente designadas. Este é um elemento fundamental para compreender em que medida as presas políticas sofreram as práticas realizadas pelos órgãos estatais na hora de reprimir a subversão. (Tradução realizada por Andrei Martin San Pablo Kotchergenko)
MARAVALL, Javier. **La mujer en el Movimiento de Izquierda Revolucionaria chileno: movilización política, represión y sobrevivencia bajo la Dictadura Militar (1973-1990)**. Tesis Doctoral. Universidad Autónoma de Madrid, 2004. p. 7.

mesmo, de terem o poder dividido. Para que isso não ocorresse, ambos os países se utilizaram das Forças Militares para implantarem o terror contra os seus opositores, através dos mecanismos de tortura e de desaparecimentos de seus oponentes políticos, garantindo, desta forma, o papel de dominância sobre os revoltosos.

Ao combater a forte repressão exercida pelas Ditaduras Militares, já comentada anteriormente, mulheres e homens militantes tiveram que permanecer na clandestinidade, adotando codinomes como uma forma de segurança, para eles e para seus familiares. Foi exigido de cada militante o desprendimento de qualquer laço que facilitasse a sua identificação, um total rompimento afetivo e social, gerador de nervosismo, solidão e muito medo, em que qualquer engano poderia custar a vida. É importante destacar que nesse contexto, as mulheres foram responsáveis, muitas vezes, em dar certa legitimidade aos locais escolhidos para abrigar os guerrilheiros, armas e materiais de apoio, locais estes, por eles chamados de “aparelhos”.

As Forças Militares Brasileiras ou Chilenas prenderam e mataram inúmeras mulheres e homens militantes na tentativa de reprimir e enfraquecer as ações das Organizações de Esquerda Armada, mas é válido mencionar que depois de detidas, as mulheres militantes eram tratadas sob uma forma de disciplinamento social, executado através de um instrumento central que nada mais era do que o “poder-terror” durante as seções de tortura.

Algumas mulheres ao serem submetidas aos interrogatórios, tanto no Chile quanto no Brasil, sofreram em suas torturas uma violência de gênero por parte de seus agressores, uma vez que para eles, as mulheres militantes cometiam dupla transgressão: “a de serem terroristas e a de serem mulheres”.⁴⁴ Nessa busca de obtenção de informações, utilizaram a violência sexual ou as violências psicológicas, explorando principalmente a relação da mãe com seus filhos, uma vez que, muitas delas na época de suas detenções, estavam grávidas. Estas relações de poder são confirmadas por Maravall, quando diz que a mulher militante era vista:

() como un elemento trasgresor y rupturista con el tradicional sistema patriarcal chileno y con los roles genéricos socialmente asignados. Este es un elemento fundamental para comprender en qué medida las presas políticas sufrieron las prácticas llevadas a cabo por los órganos estatales a la hora de reprimir la subversión.⁴⁵

Os dados estatísticos sobre o número de mulheres militantes vinculadas às Organizações de Esquerda no Brasil são muito difíceis de precisar, visto que foram computados

44 RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p. 197-198.

45 ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 31.

somente os casos que passaram por processos judiciais.⁴⁶ O Projeto Brasil Nunca Mais⁴⁷ salienta que dos 707 processos judiciais militares relativos ao período ditatorial (1964-1979), somente 695 deles puderam ser submetidos ao cruzamento de informações, totalizando 4.124 militantes, sendo 88% pertencentes ao sexo masculino e 12% ao sexo feminino. No entanto, para Ridenti, a estatística considera 84% para os primeiros e 16% para as segundas, totalizando 660 militantes femininas. Integrando a ALN constam 492 militantes, sendo 416 (84,6%) homens e 76 (15,4%) mulheres.⁴⁸

No Chile, a Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura recebeu testemunhos de 35.868 pessoas, sendo qualificadas após o cruzamento de informações, 27.255 vítimas⁴⁹ no período ditatorial (1973-1990). São 23.856 (87,5%) homens e 3.399 (12,5%) mulheres⁵⁰. Pertencentes à oposição armada, como o MIR, FER, entre outros, totalizam 1662 (6,1%) militantes.

Embora os dados acima não esclareçam o número específico dos militantes chilenos de cada Organização de Esquerda Armada, podemos observar que o número de homens e mulheres que militaram no Chile é bem superior em relação ao Brasil. Entretanto, devemos reconsiderar que esses dados estatísticos, sejam do Chile, ou sejam do Brasil, registram apenas o número de militantes processados judicialmente, o que dificulta conhecer o real número de mulheres e de homens que colaboraram no combate à repressão ditatorial.

✂ Considerações finais

Neste contexto comparativo entre o Brasil e o Chile, podemos ressaltar que as ditaduras militares ocorridas nesses dois países, assim como a Sociedade na época que elas ocorreram, impuseram uma ideologia que priorizava os moldes familiares

46 RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p. 204-205.

47 COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. Capítulo III del informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura. **Revista Estudios Públicos** – Revista do Centro de Estudios Públicos de Santiago, n. 97. Santiago: 2005. p. 491. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/archivo_3480_1917/r97_informe_extractos.pdf>. Acesso em: setembro de 2008.

48 COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. Capítulo III del informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura. **Revista Estudios Públicos** – Revista do Centro de Estudios Públicos de Santiago, n. 97. Santiago: 2005. p. 481. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/archivo_3480_1917/r97_informe_extractos.pdf>. Acesso em: setembro de 2008.

49 COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. Capítulo III del informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura. **Revista Estudios Públicos** – Revista do Centro de Estudios Públicos de Santiago, n. 97. Santiago: 2005. p. 475. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/archivo_3480_1917/r97_informe_extractos.pdf>. Acesso em: setembro de 2008.

50 GLADYS. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro (digital). Chile, 27/06/07.

tradicionais, reforçando, de certa forma, as diferenças sociais e colaborando com a ocorrência de discriminações, tanto institucionais quanto culturais, vivenciadas tanto pelas mulheres brasileiras quanto pelas mulheres chilenas.

O constante esquema repressivo que atingia as Organizações da Esquerda Armada, suas ideologias influenciadas por idéias conservadoras, particularmente a respeito das mulheres e o distanciamento dessas organizações com vários segmentos sociais, levam a crer que tenham sido fatores determinantes na falta de compreensão da importância da participação da mulher na transformação da sociedade.

Apesar das discriminações sofridas pela maioria das mulheres, em relação a sua participação nos grupos de esquerda armada, seja no Brasil, seja no Chile, devemos ressaltar que elas foram personagens importantes e muito significativas no projeto coletivo que objetivava a derrubada do governo militar, e, sobretudo na busca de alternativas na resolução dos problemas sociais e políticos de seus países.

Ao lado dos homens, as mulheres militantes lutaram, deixando de lado o medo que essa oposição trazia consigo, como mortes, torturas, desaparecimentos e prisões. Também colaboraram através de suas ações, nas organizações de esquerda armada, organizando passeatas e inúmeras atividades de apoio, que lhes permitiram lutar tanto pela liberdade quanto por seus direitos na resistência contra as forças opressoras.

Todas as mulheres atuantes na guerrilha viveram intensamente suas vidas, mesmo sobre as condições adversas e clandestinas, e para expressar esse sentimento, nada mais convincente do que as palavras da ex-guerrilheira da ALN, Sônia Lafoz:

Não massageio meu próprio ego, mas tiro o chapéu para os homens e mulheres que tiveram a coragem de enfrentar aquela situação. No que diz respeito a nós, mulheres, as que pegaram ou não pegaram em armas, foi um momento singular de participação histórica. Devo dizer que eu faria tudo de novo.

Analisando também as mulheres participantes da luta armada no Chile, captamos a mesma expressão de sentimento na valorização de suas atividades como militantes na luta armada. Esta relação aparece claramente nas palavras de Gladys, ex-militante do MIR:

Mas, quero que saibam de uma coisa: não sei quanto tempo de vida me resta, mas jamais poderei fazer algo tão importante quanto foi a minha militância. De longe, minha militância foi a coisa mais importante que fiz em minha vida. Mais importante que minha profissão, que os amores, que a Universidade. □

É certo que muitas dessas mulheres ao enfrentarem a oposição da família, dos próprios colegas de guerrilha, da sociedade, ao optarem por esse caminho, lutaram permanentemente contra a discriminação, a submissão e, principalmente, a desigualdade social. É imprescindível ressaltar, no entanto, que deixaram para trás, como todos os que atuaram nesse palco da história do Brasil e do Chile, sonhos, amores, trabalhos, enfim, uma vida inteira para lutar por seus ideais, com muita disciplina, dedicação e, sobretudo, paixão. Porém, ao retornarem à situação de legalidade e resgatarem suas trajetórias individuais, algumas mulheres militantes passaram por um momento crítico ao reconciliar-se com a nova vida cotidiana. Foi indispensável o apoio de seus familiares e amigos para a reconstrução emocional e profissional nesta nova etapa de suas vidas.

☞ Referências bibliográficas

- ABREU, A. A. de. Quando eles eram jovens revolucionários. In: H.V. (org.) **Galeras Cariocas: Territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- AMBIADO, Carlos Sandoval. **M.I.R.: Una Historia**. Santiago, 1990.
- ARÁNGUIZ, Tamara Vidaurrázaga. **Mujeres en rojo y negro: reconstrucción de la memoria de tres mujeres miristas 1971-1990**. Santiago: Ediciones Escaparate, 2007.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. **O perfil dos atingidos**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- BELLUCCI, Mabel. La revuelta de las cacerolas. **Revista América Libre**. nº 19. Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?hl=ptBR&q=Mabel+Bellucci+%E2%80%93+La+Revuelta+de+las+cacerolas+no+Chile&meta>>. Acesso em: Julho de 2008.
- BRIENZA, Hernán. **Mario R. Santucho: la guerrilla de izquierda**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.
- BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo; Ed. Unesp, 1992.
- CARBONARI, Márcia. **A atuação da mulher na resistência à ditadura militar**. Passo Fundo, 2005. Disponível em: <<http://www.2csh.clio.pro.br/marcia%20carbonari.pdf>>. Acesso em: Junho de 2008.
- CARVALHO, Luiz Maklouf de. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.
- COMISIÓN POLÍTICA DEL MIR: **La Tática del MIR en el Actual Período**: diciembre de 1973. 1998.
- COOLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Recorde, 1997.
- Diário de uma guerrilheira. **Jornal do Commercio**. Pernambuco, 03 de abr. 2004. Disponível em: <http://amparo_araujo.blog.uol.com.br>. Acesso em: Agosto de 2008.
- Direitos Humanos. **A Luta Armada: um aprendizado para a mulher**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/amelinha/feminismobrasil/luta.html>>. Acesso em: Agosto de 2008.
- ENRÍQUEZ, Miguel. **Con vista a la Esperanza: Declaración del Secretariado Nacional del MIR**.

Santiago, 1998. p. 197.

FAUSTO Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada** (1850-2002). Tradução de textos em castelhano por Sérgio Molina. São Paulo: ed. 34, 2004.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FÓRUM DE ENTIDADES NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS. **Acerto de contas com a ditadura assume diferentes formas**. Brasília: Inesc, 2005. p. 4. Disponível em: <http://www.direitos.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=729>. Acesso em: Agosto 2008.

FOUCAULT, Michel. **História de Sexualidade: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, v. I, 1979.

GABEIRA, Fernando. **O crepúsculo do macho**. Rio de Janeiro: CODECRI, 1981.

_____. **O que é isso, companheiro?** 2 ed. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1996.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero na militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. **Cadernos Pagu**. Campinas: Unicamp, v. 8/9, 1997.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5ª ed. rev., ampliada e atualizada. São Paulo: Ática, 1998.

GUEVARA, E. El socialismo y el hombre en Cuba. In: **Obras**. t. 2. Cuba: Casa de las Américas.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111 – 153.

MARAVALL, Javier. **La mujer en el Movimiento de Izquierda Revolucionaria chileno: movilización política, represión y sobrevivencia bajo la Dictadura Militar (1973-1990)**. Tesis Doctoral. Universidad Autónoma de Madrid, 2004.

MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Livramento, 1979.

_____. **Manual do Guerrilheiro Urbano**. 1969.

PAZ, Carlos Eugênio. **Nas Trilhas da ALN**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

_____. **Viagem à Luta Armada**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

PEDRO, Joana Maria. **Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)**. Revista Brasileira de História. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882006000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: Jun/2008.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. França, v. 24, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742005000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: Jun/2008.

PÉREZ, Cristián. “El Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) Visto por el MIR”. **Estudios Públicos**, n° 83, 2001.

_____. “Historia del MIR ‘Si quieren guerra, guerra tendrán...’”, em **Estudios Públicos**, n° 91, 2003.

RAGO, Margareth. **As mulheres na historiografia brasileira**. São Paulo: Unesp, 1995.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 167.

RIDENTI, Marcelo S. **As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo**. São Paulo: Tempo Social. 1990.

_____. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba a luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

RUIZ, Lucía Sepúlveda. Presentan un libro sobre tres militantes del MIR asesinadas por la dictadura. **Correo Semanal**. Santiago, 26 de jan. 2007. Disponível em: <<http://correosemanal.blogspot.com/2007/01/presentan-un-libro-sobre-tres.html>>. Acesso em: Agosto de 2008.

SANDOVAL, Carlos. **M.I.R. (Una Historia)**. Tomo I. Santiago: Sociedad Editorial Trabajadores, 1990.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**. Campinas: Unicamp, v. 16, 2001.

_____. O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 12, n. 2, 2004.

TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VITALE, Luis. **Contribución a la Historia del MIR (1965-1970)**. Ed. Instituto de Investigación de Movimientos Sociales “Pedro Vuskovic” CEME- Archivo Chile. Santiago, 1999.

WOLFF, Cristina Scheibe. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil: 1968-1973. In:

WOLFF, Cristina Scheibe, FÁVERI, Marlene de e RAMOS, Tânia Regina de Oliveira. (org.) **Leituras em rede: gênero e preconceito**. Florianópolis: Mulheres, 2007.

WOLFF, Cristina; BACK, Lilian; SENA, Priscila Carboneri de. Relações de gênero na definição de um guerrilheiro: um paralelo entre o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8 – Brasil) e o Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP – Argentina). **Anais do IV Encontro Regional Sul de História Oral – Cultura, identidades e memórias**. Florianópolis, 12 a 14 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/CristinaScheibeWolff.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2008.

Entrevistas

GLADYS. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro (digital). Chile, 27/06/07. Transcrita por: Lilian Back.

Mulheres em quadra: o futsal feminino fora do armário.

*Caroline Silva de Oliveira*¹

Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Educação Tutorial (PET)

Orientador: Prof. Ms. Marcelo Victor da Rosa

☞ Introdução

Na área da Educação Física é crescente o número de publicações relevantes que trazem uma discussão mais aprofundada dos conceitos de gênero, homossexualidade e preconceito (CARNEIRO, 2007; LIMA, 2006; ROSA, 2004; DARIDO, 2002).

Porém, conforme afirma Fabiano Devides (2005), “[...] no Brasil ainda é recente a produção de estudos sobre as mulheres no esporte a partir de uma perspectiva de gênero, o que torna difícil estabelecer uma trajetória sobre as características das pesquisas efetuadas na área” (p. 24).

Dos trabalhos existentes, há uma tendência em se focalizar as diferenças entre homens e mulheres no esporte e não a relação entre os grupos (DEVIDES, 2005). Isso se constituiu numa motivação para elaboração deste estudo sobre gênero e esportes.

Em relação à prática do futebol/futsal feminino, optou-se por esse tema, uma vez que trata-se de uma conquista recente, em que confere-se a invisibilidade e valores negativos, como o preconceito e estereotipia. Apesar das mulheres protagonizarem histórias, seja na mídia esportiva, no cotidiano dos clubes e associações esportivas, na Educação Física escolar ou nas políticas públicas de lazer, é uma temática ainda a ser explorada pelos estudiosos (FRANZINI, 2005; GOELLNER, 2005; ADELMAN, 2003; DARIDO, 2002).

Frente a esse contexto, este estudo tenta responder à problemática: Qual a percepção das relações de gênero, preconceito e sexualidade dessas jogadoras a partir de uma prática esportiva estereotipada?

Diante disso, os objetivos desta pesquisa foram investigar as percepções de gênero, preconceito e homossexualidade em jogadoras de futsal das cidades de Campo Grande/MS e São José dos Campos/SP e discutir o preconceito presente no futebol feminino e os estigmas associados a esse esporte.

Este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro, *Uma passagem pelas teorias*,

¹ Graduada em Educação Física – Licenciatura Plena, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2005 – 2008). Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Educação Física), Ministério da Educação - SESU/MEC (Junho 2006 – Dezembro 2008). Área de pesquisa: relações de gênero no esporte.

aborda conceitos e estudos sobre futsal e futebol feminino, gênero, estereótipos, preconceito, discriminação, homossexualidade e homofobia.

O segundo capítulo, *Ida a campo*, reporta as questões éticas e os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa.

O terceiro capítulo, *Saindo do armário*, trará o confronto dos resultados obtidos com a opinião de estudiosos e da própria autora, momento em que serão levantadas questões religiosas, família, mídia, práticas corporais, além de outros aspectos apontados pelas jogadoras.

☞ Capítulo 1. Uma passagem pelas teorias

“Imagina, o cara tem um filho, aí o filho arranja uma namorada, apresenta a namorada ao sogro e o sogro pergunta a ela: ‘O que você faz, minha filha?’ E a mocinha responde: ‘Sou zagueiro do Bangu’. Quer dizer, não pega bem, não é?” (João Saldanha, *Jornal de Debates IG*, 2006).²

1.1. Do gênero e suas formas

A década de 1960 foi um período de grande questionamento da sexualidade e alguns movimentos, entre eles, o feminista e o gay; vieram questionar as relações afetivo-sexuais no âmbito das relações íntimas e das trocas homoafetivas no espaço público.

Foi no auge dos movimentos libertários, por volta de 1968, que surgiu a problemática de gênero, quando as mulheres perceberam que apesar de militarem em “pé de igualdade” com os homens, elas tinham nestes movimentos um papel secundário (GROSSI, 1998).

Frente a essa desigualdade de gênero, utiliza-se seu conceito como igualmente empregado para identificar as relações sociais entre os sexos, segundo Joan Scott:

O seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. [...] é uma maneira de indicar as

2 Episódio lembrado pelo jornalista Sérgio Cabral em debate-homenagem a João Saldanha realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1990.

‘construções sociais’: a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. [...] oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. [...] coloca a ênfase sobre todo o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade (1995, p.86).

Gênero é aqui entendido como as diferenças nas construções sociais e nas relações de poder, a partir do que é social, cultural e historicamente determinado. Essa percepção, por sua vez, está fundada em binarismos que opõem masculino/feminino, forte/fraco, dominante/dominado.

As reflexões de Louro (1999) sobre a questão das diferenças em relação ao gênero mostram que as distinções entre homens e mulheres têm sido provadas através de explicações das teorias. Características físicas, psicológicas, comportamentais, habilidades, talentos e capacidades, “[...] são utilizadas para justificar os lugares sociais, os destinos e as possibilidades próprios de cada gênero” (LOURO, 1999, p. 85).

Ao se falar da problemática de gênero nos esportes, as discussões têm sido associadas ao feminismo esportivo, que surgiu em resposta à dominância masculina neste campo e à marginalização das experiências femininas no esporte e na atividade física pela sociologia esportiva, refletindo relações de gênero predominantemente masculinas (DEVIDE, 2005).

Outro aspecto dessa problemática é a identidade de gênero. Todo indivíduo tem um núcleo de identidade de gênero, que é um conjunto de convicções pelas quais se considera socialmente o que é masculino ou feminino. Para o psicólogo americano Robert Stoller, o “sentimento de ser mulher” e o “sentimento de ser homem”, ou seja, a identidade de gênero era mais importante do que as características anatômicas (STOLLER, 1968). Isto se constrói em nossa socialização a partir do momento da rotulação do bebê, enquanto menina ou menino e os comportamentos esperados condizentes a ele (GROSSI, 1998).

A um menino, mesmo antes de nascer, já recai toda uma expectativa de segurança e altivez de um macho. Na porta do quarto da maternidade, os pais penduram uma chuteirinha e uma camisa da equipe de futebol para a qual torcem. Pouco tempo depois, dão-lhe uma bola, estimulam-no aos primeiros chutes. Um pouco mais tarde, esse menino começa a brincar na rua (futebol, pipa, subir em árvores, *skate* etc.). Em

torno de uma menina, quando nasce, para toda uma névoa de delicadeza e cuidados. As meninas ganham de presente, em vez de bola, bonecas e utensílios de casa em miniatura. Além disso, são estimuladas a agir com sutileza e bons modos, a não se sujar, não suar, devem ficar em casa, a fim de serem preservadas das brincadeiras “de menino”, e ajudarem as mães nos trabalhos domésticos, que lhes serão úteis futuramente quando se tornarem esposas e mães (DAÓLIO, 1995).

Daólio (2005) quis esclarecer as diferenças entre homens e mulheres no que se refere às habilidades motoras, utilizando exemplos da vida diária. Essas características, isto é, o fato de uma mulher ser feminina, passiva e afetiva e um homem ser masculino, ativo e agressivo, permitem entender como esse conceito de natural é determinante para a construção de uma identidade de gênero.

Jocimar Daólio (1995), em seu estudo intitulado “A construção cultural do corpo feminino ou o risco de transformar meninas em antas”, ressalta a força da tradição de um determinado valor ou costume cultural no comportamento de uma criança.

Para uma menina assumir determinados comportamentos historicamente vistos como masculinos, como ser mais agressiva ou jogar futebol, implica ir contra uma tradição. Implica ser chamada de ‘machona’ pelos meninos ou ser repreendida pelos pais. Da mesma forma para um menino, assumir uma postura delicada, mais afetiva, e brincar de maneira mais contida implica ser chamado de ‘bicha’ ou ‘efeminado’. Tanto para o menino quanto para a menina que contrariam a expectativa que deles se tem, há o peso de uma sociedade que os marginaliza [...] (1995, p. 103).

Entender as relações de gênero permite compreender a relação entre sexualidade e poder, considerada aqui pelo binarismo masculinidade/feminilidade. A sexualidade é considerada como um fato social, enquanto condutas e como fundadora da identidade sexual (ANJOS, 2000).

A sexualidade traz consigo a heterossexualidade como norma e dispõe homens e mulheres segundo a natureza. A subversão a essa ordem é chamada de homossexualidade, a qual é definida como a possibilidade que certos sujeitos têm de sentir os desejos ou relações físicas de cunho erótico por pessoas do mesmo sexo biológico (INÁCIO, 2002).

Alguns exemplos podem ilustrar como comportamentos sociais relacionados à sexualidade no esporte são construídos no cotidiano. Na Inglaterra há uma grande pressão em favor da prática esportiva como um hábito para os homens, rotulando de “desviantes”, “afeminados” ou “homossexuais” aqueles que não se engajam com

o esporte; assim como desencorajando e rotulando de “masculinas” ou “lésbicas” aquelas mulheres que se envolvem no esporte (DUNNING; MAGUIRE, 1997).

No Brasil, estudos sobre os estereótipos sexuais construídos socialmente e associações com a prática das atividades físicas foram temas de pesquisas da área escolar (ALTMANN, 1998; SARAIVA, 1999).

No futebol/futsal, como em outros esportes, mulheres atletas têm de lutar constantemente com a idéia de que sua feminilidade e graciosidade estarão irremediavelmente comprometidas em função da opção pela prática esportiva (DEVIDE, 2005).

1.2. Da Educação Física, seus estereótipos e o preconceito

A partir da década de 90 com a criação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 e com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Educação Física começou a ter um lugar de prestígio.

Para os PCNs (1997), as aulas de Educação Física mistas podem dar oportunidades de meninos e meninas observarem-se, descobrirem-se e aprenderem a ser mais tolerante, não discriminar e compreender as diferenças, de forma a não reproduzir estereótipos das relações sociais entre os sexos.

Embora exista esse amparo da LDB e dos PCNs, na Educação Física reflete-se ainda um viés sexista que transformou a mulher em um ser submisso, obediente, dócil e destinou-lhe o desempenho de um papel secundário e de menor valor social (SARAIVA, 1999).

Jocimar Daólio (1995) afirma que “[...] a ação do professor de Educação Física, por mais progressista que seja, ainda não se liberou da dicotomia criada culturalmente entre o masculino e feminino”, como exemplo, a prática do futebol feminino dentro da aula de Educação Física ainda é vista com olhar de exclusão pelos professores e, conseqüentemente, pelos próprios alunos, em alguns casos (DAÓLIO, 1995, p. 104).

Para Louro (2003) a Educação Física é uma disciplina que sempre teve uma preocupação com a sexualidade das crianças, a visão da masculinidade do menino no esporte sempre foi muito valorizada, quanto para as meninas o contato físico no jogo e as agressividades vão contra a sua feminilidade.

A Educação Física parece ser, também, um palco privilegiado para manifestações de preocupação com a relação à sexualidade das crianças. Ainda que tal preocupação esteja presente em todas as suas situações

escolares, talvez ela se torne particularmente explícita numa área que está, constantemente, voltada para o domínio do corpo. [...] Não se pode negar que ser o melhor no esporte pode representar, especialmente para um menino ou um jovem, um valorizado símbolo de masculinidade. [...] por outro lado, ocupa-se de modo particular das meninas e afirma que os cuidados com relação à sua sexualidade levam muitas professoras e professores a evitar jogos que supõem ‘contato físico’ ou certa dose de ‘agressividade’. [...] Agrega-se aí outros argumentos, como fato de tais atividades podem ‘machucar’ os seios ou órgãos reprodutores das meninas (LOURO, 2003, p. 74-76).

A visão profissional de meninos, hoje, para o sucesso, é ser jogador de futebol, semelhante ao seu ídolo. Para meninas, por sua vez, o sonho de profissão é ser atriz ou modelo, sinônimo de passividade e sensualidade. Essas afirmações não são regras, porém remetem à questão dos estereótipos associados ao homem e à mulher, impingidos pela sociedade, como os autores acima reforçaram.

Essa divisão de papéis do homem e da mulher dentro da sociedade pode ser melhor entendida através da estereotipia. “[...] os estereótipos são imagens concebidas como as únicas possíveis de definirem algum objeto, pessoa, grupo social ou sexual, [...] desconhece, ou pelo menos ignora, as diversificações que possam ocorrer na configuração de um homem” (TOLEDO, et al, 1983, p. 38).

A rigidez dos estereótipos “[...] influem no processo de percepção das pessoas e simplificam a realidade objetiva”, criando resistência às mudanças. Com isso, dá-se um “velamento” da realidade, já que por trás dos estereótipos, podem estar sendo escondidas necessidades, aspirações e potencialidades do sujeito a quem se dirige o olhar estereotipado (ROMERO, 1990, p. 52).

Essas relações configuradas sob influência dos estereótipos sexuais repercutem no esporte escolar e de rendimento e nas aulas de Educação Física, interferindo na prática esportiva (SARAIVA, 1999).

A Educação Física expõe os estereótipos de gênero, por ser uma disciplina que promove a relação de contato e de movimento dos corpos. Ela não está isolada, pois o que a reforça é a escola, conforme aponta Rosemberg (1995).

Se, de acordo com alguns estudos, a escola, quando comparada a outras instituições, parece constituir um dos espaços privilegiados de iniciação das mulheres em

Educação Física e esportes, outros estudos assinalam, direta ou indiretamente, que a escola produz e reproduz condições para a permanência de papéis sexuais tradicionais no que diz respeito ao desenvolvimento das potencialidades motoras de meninos e meninas (p. 291).

O que acentua os estereótipos de gênero nas aulas de Educação Física na escola é a determinação das atividades por sexo, por exemplo, a menina dança e o menino joga futebol.

A escola não está sozinha ao reforçar os estereótipos. Outro exemplo pode ser dado a partir da pesquisa de Melo (1998) sobre a construção dos corpos masculino-feminino nas academias, tratadas como espaço de manifestações culturais centradas no corpo, com características associadas à *performance*, velocidade, força, agilidade, produtividade, preconizando práticas diferenciadas para homens e mulheres, relacionadas ao pertencimento sexual.

Nas academias, a autora encontrou a polaridade ginástica e musculação, a primeira visando um trabalho mais leve e aeróbico e a segunda a hipertrofia e força musculares, praticadas, em sua maioria, respectivamente por mulheres e homens. Tais atividades são escolhidas a partir de representações sobre os papéis masculino-feminino com base nos estereótipos sexuais de “homem forte” e “mulher sexo frágil” (DEVIDE, 2005).

Outro discurso presente na Educação Física e nos esporte, especificamente no futebol feminino, é o preconceito (CARNEIRO, 2007; FRANZINI, 2005; GOELLNER, 2005; DAÓLIO, 2003; DARIDO, 2002; ALTMANN, 1998; ROMERO, 1990).

O preconceito é visto como uma forma de construção do outro, a partir da própria neutralização desse outro. Implica a negação do indivíduo diferente e, no mesmo movimento, a afirmação da própria identidade como superior/dominante (NUNAN, 2003).

De forma sucinta, o preconceito pode ser definido como uma atitude hostil ou negativa para com determinado grupo, baseada em generalizações deformadas ou incompletas. [...] Esta generalização é chamada de estereótipo e significa atribuir características pessoais ou motivos idênticos a qualquer pessoa de um grupo, independentemente das variações individuais. Os estereótipos são ao mesmo tempo a causa e a consequência do preconceito, e ambos (estereótipo e preconceito) geram discriminação contra o grupo-alvo. [...] No que se refere à discriminação, esta pode ir desde um tratamento diferenciado, passando por

expressões verbais hostis e de desprezo, chegando ou não a atos manifestos de agressividade (p. 59).

Tendo como exemplo o futsal/futebol feminino, o preconceito se apresenta de muitas maneiras, seja nas questões de gênero - mulheres não sabem jogar bola; nas questões do vestuário associado aos papéis de gênero - mulheres que se vestem como homens; ou ainda na sexualidade - mulheres que jogam futebol são lésbicas (CARNEIRO, 2007).

Segundo uma pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), de autoria do psicólogo Jorge Dorfman Knijnik, um dos principais problemas emocionais sofridos pelas mulheres que praticam o futebol é o preconceito (KNIJNIK, 2004).

Em entrevista o psicólogo Knijnik diz que:

O preconceito é social e basicamente reside em relacionar a imagem da futebolista com sua sexualidade, ou seja, ser jogadora de futebol é ser homossexual. E a homossexualidade feminina ainda é muito mal vista pela sociedade. Além disso, há o preconceito sobre o corpo feminino, que deve se refeminizar, caso a jogadora queira ser vista como uma mulher (KNIJNIK, 2004).

Entre os preconceitos e estereótipos que ainda cercam a prática das mulheres no futebol está a associação de sua imagem à homossexualidade. Esse preconceito da homossexualidade associado às jogadoras de futebol se apresenta, às vezes, como motivo de desconforto (GOELLNER, 2005).

Em um breve retrospecto, Nunan (2003) afirma que o estudo da homossexualidade tem sido particularmente intenso ao longo dos últimos 20 anos.

Inicialmente dominado por antropólogos, este campo teórico extremamente fértil tem pouco a pouco incorporado perspectivas interdisciplinares que incluem as áreas de história, sociologia, comunicação e psicologia, entre outras. O renovado interesse por este tema se deve ao fato de que a cultura homossexual Ocidental tem sofrido mais mudanças nesse período do que em qualquer outro momento histórico, gerando para os homossexuais uma visibilidade com a qual o mundo moderno jamais teria sonhado (p. 17).

A construção cultural do corpo feminino no esporte foi feita seguindo-se de um paradigma heterossexual, baseado na hegemonia masculina e submissão feminina

a partir das diferenças biológicas (RUBIO; SIMÕES, 1999), o que fez e faz com que as mulheres tenham que romper barreiras de gênero, assentadas em pressupostos biológicos que as situam como inferiores aos homens na prática atlética, “[...] contribuindo para que elas necessitem transformar o próprio corpo, instrumento de emancipação, para incluírem no universo da competição esportiva, construída com base nos valores em que elas estão em desvantagem, e que nunca teve como finalidade torná-las mais femininas”; ao contrário dos homens, para os quais o esporte foi e tem sido um meio de construção da masculinidade (DEVIDE, 2005, p. 44).

Vale comentar sobre o estigma que é decorrente do preconceito, de idéias pré-concebidas, crenças, expectativas sociais. O estigma refere-se ao conjunto de atributos inscritos na identidade social de um indivíduo, os quais, em uma interação, podem desacreditá-lo/depreciá-lo, tornando-o um indivíduo “menor” socialmente (GOFFMAN, 1988).

No futebol feminino, as atitudes estigmatizantes ocorrem em relação à própria sexualidade, ao comportamento e à aparência das jogadoras. Aspectos estes que evidenciam o quanto o talento e o corpo de determinadas atletas provocam desconfiças, em especial aqueles cujo comportamento e aparência excedem algumas das fronteiras estipuladas como identificadoras da identidade de cada gênero. Talentos e corpos esses que, não raras vezes, carregam em si o estigma da imperfeição ou do desvio (GOELLNER, 2005).

Ao se discutir preconceito, discriminação, estigma e estereótipos inseridos no tema da homossexualidade, ressalta-se a importância em resgatar o conceito de homofobia (ROSA, 2004).

Adriana Nunan (2003, p. 78) define homofobia como “[...] atitudes negativas direcionadas a um determinado indivíduo (ou grupo) por causa de sua orientação sexual”.

O termo pode ser entendido também, segundo Welzer-Lang (2001, p. 7), como “[...] a discriminação contra as pessoas que mostram ou a quem se atribui algumas qualidades (ou defeitos) atribuídas ao outro gênero”.

De modo geral, a homofobia se caracteriza por insultos, piadas, olhares reprovadores, agressão física e assassinato. Essas são práticas comuns na ordem social contra gays, lésbicas, transexuais e travestis (NUNAN, 2003).

O fato de existir a superioridade masculina sobre as mulheres no futebol e a sociedade normatizar o que deve ser a sexualidade feminina: mulher é frágil, sensível e passiva, acaba reproduzindo uma atitude homofóbica, no momento em que desvaloriza a

categoria, no caso as mulheres, por não se configurarem ao “normal” e as estigmatiza, como não sendo mulheres normais e são associadas aos homens (WELZER-LANG, 2001).

☞ Capítulo 2. Ida à campo

2.1. Caracterização da pesquisa e procedimentos éticos

Caracteriza-se por uma pesquisa descritiva (THOMAS; NELSON, 2002).

Este estudo seguiu os procedimentos éticos recomendados de autorização das atletas e consentimento para a utilização das informações para fins de consolidação.

Foi enviado às respondentes um termo de confidencialidade garantindo a todas as participantes da pesquisa o sigilo das informações recebidas, comprometendo-nos a somente utilizá-las para análise e discussão, vedando a divulgação total ou parcial, em caráter individualizado, das respostas provenientes do questionário.

2.2. Instrumento

As informações foram obtidas por um questionário estruturado com 18 questões distribuídas em quatro páginas (apêndice I). A folha inicial continha a identificação da instituição a qual pertence a pesquisadora, identificação e assinatura da autora, a proposta da pesquisa, certificação de confidencialidade das informações, termo de autorização a ser assinado pela respondente.

Na segunda folha havia cinco questões, sendo três abertas (idade, profissão, que curso fez ou está fazendo no ensino superior) e duas fechadas (nível de escolaridade, tempo de prática de futsal). Na mesma folha havia mais três questões: uma aberta (ídolo no futsal/futebol), uma mista (participação da família) e uma de múltipla escolha (relacionar as práticas corporais ao sexo).

Nas folhas seguintes, as questões eram todas mistas, com espaço para descrição de opiniões uma vez que estas perguntas eram de relatos de situações vividas na prática do futsal, opinião acerca do preconceito, discriminação, homossexualidade e relacionamento com as demais jogadoras.

Antes de sua aplicação foram realizados testes-pilotos com atletas que não configuraram na amostra do estudo.

2.3. Público-alvo e período

Para a presente pesquisa, a população-alvo foi constituída por jogadoras-atletas de equipes universitárias de treinamento de alto rendimento para competições, ex-atletas e mulheres que praticam o esporte por lazer.

Ao todo foram entregues 50 questionários, porém a amostra foi composta por 35 praticantes das cidades de Campo Grande (MS) e São José dos Campos (SP) devido a não devolução do instrumento pelas demais.

A escolha foi feita aleatoriamente no período de junho a julho de 2007. Vale ressaltar que apesar de serem mulheres de locais diferentes, procurou-se um público semelhante em ambas as cidades.

2.4. Procedimentos da pesquisa

As cidades de Campo Grande e São José dos Campos foram escolhidas devido o contato com a maioria das jogadoras nas respectivas cidades.

Os questionários foram entregues nos dias dos treinos no caso das atletas, nos jogos de finais de semana e/ou pessoalmente para as ex-atletas. Em alguns casos, o questionário foi enviado via correio eletrônico.

Após ter os questionários respondidos, muitas das jogadoras entraram em contato com a pesquisadora a fim de conhecerem a pesquisa e se colocarem à disposição para conversas e troca de informações relacionadas ao tema.

Os questionários recolhidos foram numerados de 1 a 35 para identificação das respondentes, como forma de revelar os relatos, porém não identifica a identidade da jogadoras. Diante disso, utilizou-se a sigla “JG” seguida do número correspondente.

Todos os resultados obtidos pelo questionário foram organizados em uma tabela, momento em que foi feita a divisão das respostas por frequência em cada questão e apreciação dos relatos de acordo com a relevância do discurso em relação à temática desta pesquisa, isto é, nem todos os relatos foram expostos na discussão da pesquisa, visto que alguns termos, conceitos e opiniões que se enquadram nas mesmas interpretações se repetem frequentemente entre as respondentes.

A análise foi feita a partir das citações diretas sobre experiências pessoais, de maneira que a pesquisadora pudesse tomar decisões e tirar conclusões a partir dos textos, confrontando os discursos com a opinião de autores.

☞ Capítulo 3. Saindo do armário

3.1. As jogadoras

A média de idade foi de 21 anos, sendo 17 a idade mínima e 29 anos a máxima. A maioria das jogadoras já possuía a maioridade, ou seja, capaz para os atos da vida pública como exercer direitos próprios de adultos.

Quanto à profissão, a ocupação estudante foi predominante, momento em que o contato com escola e/ou universidade deveria colocar os indivíduos a par de discussões pertinentes à sociedade atual, como o preconceito e a homossexualidade, particularmente abordadas nesta investigação, porém esse fato nem sempre acontece na realidade brasileira.

Em relação ao nível de escolaridade, 21 respondentes estavam cursando o ensino superior; 7 mulheres tinham o ensino superior completo e 4 o ensino médio completo. O restante possuía o ensino médio incompleto. Observou-se que a maioria cursava o ensino superior, o que demonstra que estas jogadoras, supostamente, estavam num período de contato com as diversidades de conhecimento de uma universidade e participavam de campeonatos representando as instituições as quais pertenciam.

Dentre as 28 que cursavam o ensino superior ou já haviam completado, o curso de Educação Física foi citado por 14 jogadoras; Direito e Medicina Veterinária por 3; Fisioterapia por 2; e Medicina, Psicologia, Administração, Física, Análise de sistemas e Enfermagem pelas outras jogadoras. Supõe-se que a maior parte, por estar cursando ou ter completado o curso de Educação Física, tinha contato mais específico a assuntos ligados a esportes e informações atuais acerca do próprio futebol, por ser esta uma disciplina presente na grade curricular do curso.

Sobre o tempo de prática no futsal, 33 mulheres jogavam a mais de cinco anos, uma praticava a um ano e outra a dois anos. A maioria das respondentes demonstrou um grande tempo dedicado a esse esporte, o que lhes proporciona maior percepção dos aspectos que envolvem a prática do futsal.

3.2. Ídolos e o papel da mídia

A respeito do ídolo no futsal/futebol, algumas jogadoras citaram mais de um, por isso o número ultrapassa a quantidade da amostra como mostra a Tabela 1.

Tabela 1. Ídolos citados pelas jogadoras:

Ídolos	Frequência
Do sexo masculino	34
Do sexo feminino	7
Não têm	7

A Tabela 1 mostra que, dadas as desigualdades que marcam a atuação das mulheres em diversos campos, o futebol/futsal feminino profissional é pouco conhecido até mesmo pelas respondentes, visto que a maioria apontou homens como ídolos. Outro aspecto que chamou atenção foi o fato de somente dois jogadores de futsal terem sido citados: Falcão e Manoel Tobias.

Vale ressaltar que o questionário foi aplicado antes dos Jogos Panamericanos- Rio 2007 e dos Jogos Olímpicos de Pequim, momento em que houve grande divulgação por parte da mídia e destaque ao futebol feminino pela conquista da medalha de ouro.

A mídia forma, constrói e modela a sociedade através da produção e divulgação dos fatos, assim como afirma Nunan (2003):

[...] a mídia (em geral) e a publicidade (em particular) tornam-se poderosos agentes de socialização e disseminadores de opinião, adquirindo um papel fundamental na construção e perpetuação de estereótipos, devendo, portanto, ser levadas em consideração durante qualquer tentativa de análise do fenômeno do preconceito (p. 69).

Talvez se a mídia voltasse uma atenção maior às modalidades futebol/futsal feminino, porém uma atenção voltada não para o corpo das mulheres e sim para prática competitiva e de superação, não só os órgãos públicos de incentivo ao esporte, mas a própria sociedade, iriam valorizar as mulheres tanto quanto os homens futebolísticos.

Mas a mídia por si só não faz com que mudanças sociais e culturais ocorram, ainda mais quando falamos de um “mundo predominantemente masculino”.

3.3. Família

Foi perguntado às jogadoras como era a participação da família/amigos em relação à prática do futsal, 23 disseram que recebem total incentivo, 6 responderam que a família é contra, mas permite, e 6 marcaram a opção “outro”, a qual destaca-se algumas respostas:

[...] meu pai principalmente é o verdadeiro corneta saca? Ele só dá piraçada pra

sacanear, então nem me ligo neles, minha mãe e minhas irmãs sempre me deram maior força (JG7).

[...] minha mãe dá incentivo desde que não me atrapalhe na faculdade (JG25).

[...] encaram como um esporte qualquer (JG26).

A família é o ambiente social primário onde os atletas desenvolvem sua identidade, auto-estima e motivação para o sucesso nos esportes. O bom desenvolvimento do atleta deve-se, muitas vezes, ao encorajamento da família, atribuição de valores, além do apoio psicológico durante a carreira (VILANI; SAMUSLKI, 2002).

O incentivo da família é importante no desenvolvimento de qualquer prática esportiva, no entanto, quando trata-se de uma modalidade em que as praticantes são vistas de maneira diferente pela sociedade, seu papel se torna de apoio ou barreira, visto que é difícil permanecer praticando o futsal se existe o pensamento preconceituoso dentro da própria casa. Existem casos, como alguns relatados na pesquisa, em que a prática é feita escondida da família, os pais não sabem ou não se expressam.

Em reportagem publicada no Jornal O Dia, no ano de 1997, a filha caçula de um dos mitos do futebol brasileiro, Garrincha, relata os vários esforços que fez para convencer a mãe a aceitar sua participação como atleta no universo do futebol: "Ela só quer que eu arrume um namorado. Tem medo que pensem que eu sou sapatão." (SILVA, et al, 1998, p. 113)

Exemplos como este mostram que o estigma atribuído às jogadoras pela sociedade infiltra-se no ambiente familiar muito mais pela sensação de vergonha dos pais pelo que os outros vão pensar de sua filha, do que pela prática do futebol/futsal em si. Enquanto a sociedade estiver pautada na masculinização do corpo da mulher que "joga bola", a família terá dificuldade para abandonar o medo dos "perigos" presentes nesses esportes, como por exemplo, a homossexualidade.

3.4. Práticas corporais e o corpo feminino

Uma característica levantada neste estudo foi a respeito da interpretação das respondentes de práticas corporais, como masculina, feminina ou para ambos, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2. Interpretação das práticas corporais

Modalidade	Para ambos	Só feminina
Futsal	35	-
Ginástica rítmica	-	18
Ginástica artística	-	8
Ginástica <i>fitness</i>	-	6

Hidroginástica	-	3
Dança	-	4
Lutas	33	-
Basquete	34	-
Musculação	34	-

Com essa pergunta buscava-se verificar a visão das jogadoras de futsal sobre práticas corporais que de alguma maneira geram discussão pelo fato de serem consideradas “masculinizantes” ou “feminilizantes”.

A ginástica rítmica em si é uma modalidade feminina em nível de competição o que não impede um homem de praticá-la como uma atividade física. O restante das atividades não tem restrições de prática quanto ao sexo.

A partir dos dados nota-se que as jogadoras vêem as modalidades (Futsal, Voleibol, Basquetebol, Dança, Lutas, Caminhada, Musculação, Ginástica (*fitness*), Ginástica Artística, Ginástica Rítmica, Natação e Hidroginástica) como práticas comuns a ambos os sexos, talvez pelo fato de estarem inseridas num esporte que nem sempre é visto pelo feminino e, por isso, têm o entendimento de que as práticas corporais são acessíveis a homens e mulheres, independente das características físicas, sociais e culturais atribuídas a cada atividade.

De acordo com Mauss (1974), a interpretação de uma prática corporal é diferente se compararmos diferentes indivíduos ou grupos de acordo com a sua cultura e formação. Se a mesma pergunta fosse feita a praticantes de Voleibol, por exemplo, as interpretações poderiam ser diferentes. O grupo aqui investigado, jogadoras de futsal feminino, está inserido em um contexto de subversão de fronteiras de gênero.

No futebol, o corpo da mulher é encarado como um corpo feminino em uma prática masculina, assim como na dança e na ginástica existe essa “comparação” em relação à participação masculina. Os homens são discriminados nesses campos, tais quais as mulheres que preferem as formas esportivas de lutas e jogos competitivos.

De acordo com Fabiano Devide (2005), o esporte deve ser visto como um contexto importante para a humanização do ser humano.

O mundo esportivo é uma arena importante para a socialização de crianças e adolescentes em relação aos valores da prática física, valores estes que precisam ser modificados e soltos das amarras estereotipadas dos papéis sexuais, que atribuem características masculinas ou femininas a determinados esportes e atividades físicas,

delimitando, de antemão, os espaços destinados aos meninos e meninas que ingressam aos milhares, todos os dias, nos clubes, centros de treinamento, academias e demais espaços para a prática de atividades físicas e esportivas (p. 64).

A difícil tarefa é, principalmente para o professor de Educação Física na escola, respeitar as diferenças entre meninos e meninas e, ao mesmo tempo, propiciar a todos os alunos as mesmas oportunidades de prática corporal e desenvolvimento de suas capacidades motoras (DAÓLIO, 1995).

3.5. Preconceito, discriminação, homossexualidade e a homossociabilidade

O futebol, numa visão de esporte masculinizante, ao ser praticado por mulheres gera o preconceito por parte da sociedade. Mesmo com o aumento da prática do futebol, o preconceito não deixou de existir também nos espaços escolares (DARIDO, 2002).

Diante desse fato, foi perguntado às jogadoras se elas sentem o preconceito por parte da sociedade por jogarem futsal. Quando 23 praticantes disseram que sim, observou-se que o preconceito é um componente presente nas quadras e nos campos para essas mulheres, mesmo considerando a ascensão do esporte em relação à mídia e a divulgação diante das recentes conquistas femininas.

Em outra questão procurou-se saber situações em que as jogadoras foram discriminadas. Foi uma pergunta em que as respondentes puderam relatar suas experiências, de modo que 22 jogadoras disseram não ter passado por nenhuma situação discriminatória.

Houve uma contradição nas respostas visto que a maioria reconheceu o preconceito, porém no momento de relatar as situações, elas se colocaram atrás de uma barreira. Observou-se que, quando se tratava de falar das experiências pessoais, as mulheres se reservavam e omitiam suas opiniões.

[...] eu joguei futsal a minha vida inteira, mas nunca tive problemas quanto à minha sexualidade, sempre fui bem definida, não discrimino ninguém, sempre procurei me dar bem com todos do time e nunca tive problemas com ninguém em relação a isso (JG13).

[...] eu nunca passei, mas já presenciei várias situações. Essa discriminação geralmente acontece por parte dos homens que xingam e fazem piadas (JG16).

Por outro lado, 13 mulheres afirmaram e descreveram as situações em que foram discriminadas:

[...] acredita-se que o corpo feminino não tem estrutura física suficiente para suportar a prática do esporte, bem como que as meninas que o jogam têm fortes tendências homossexuais. Assim, sempre que revelo a alguém que gosto de jogar futsal, ou viro motivo de piada ou de discriminação homofóbica (JG5).

[...] todas as pessoas pra quem você diz q joga futebol ou futsal já acham q você é sapatão. Não tem jeito, principalmente homem, eles são os piores (JG7).

[...] me falaram que era esporte somente para homem, e me chamavam assim (JG19).

A partir da análise das respostas, observaram-se palavras presentes na maioria dos discursos: “homens”, “machinho”, “sapatão”, “piadas”, “xingam”, “homofóbicos”. Esses termos retratam a agressão por meio dos estereótipos e, de que maneira, geralmente, são executadas essas ofensas.

O ato discriminatório mais freqüente partiu dos homens por meio de ofensas verbais, mas também foi citada uma situação de discriminação por “meninas de outras modalidades” que não entravam no vestiário quando as “meninas do futsal” estavam lá.

Desta forma, Nunan (2003, p. 70) ilustra que o preconceito entre dois grupos, neste caso os homens e as “meninas de outras modalidades”, “[...] pode ser reduzido quando ambos estão em igualdade de *status* e buscando objetivos comuns que só podem ser alcançados através de cooperação”.

Os homens, em sua maioria, vêem as mulheres no futebol/futsal de forma sarcástica por acharem que é um esporte somente deles e se apóiam na visão cultural de que as mulheres são naturalmente frágeis e sensíveis, porque nasceram para a maternidade, e as que se opõem a isso são “sapatão”.

Os resultados da pesquisa de Altmann (1998) auxiliam na discussão desta questão quando lembram que o papel do futebol feminino na escola representa, para os garotos, mais uma ameaça do que um desafio. A expectativa dos alunos de que práticas e espaços esportivos são dominados por meninos colocava-os, de certa forma, numa obrigação de serem superiores às meninas, as quais eram consideradas más jogadoras, necessitando demonstrar o contrário se quisessem jogar com eles

Embora a luta dessas meninas, transgressoras de barreiras, sirva como exemplo das conquistas femininas no espaço da Educação Física e Esportes, Toscano (2000) registra que, de uma forma geral, meninos têm mais espaço do que meninas, tanto no intervalo, quanto na hora do recreio, nas aulas de Educação Física ou de iniciação esportiva.

Observa-se que um modelo diferenciador de educação/orientação, baseado nas desigualdades de gênero que vêm desde a escola, reflete no comportamento

preconceituoso da sociedade no âmbito da prática esportiva feminina, no caso em particular, o futebol/futsal.

Mas o preconceito existe em relação a quê? Em relação ao corpo da mulher? Em relação ao esporte em si? Em relação à homossexualidade?

A palavra sexualidade não havia aparecido no questionário até que a JG13 citou “*problemas quanto a minha sexualidade*”, ou seja, o preconceito e a discriminação, então, são devido à orientação sexual das jogadoras?

Acredita-se que o preconceito está associado a vários aspectos, tanto em relação ao corpo da mulher frágil ou masculinizado, quanto ao próprio futebol e às questões histórico-culturais, físicas e midiáticas embutidas nele, além do preconceito da homossexualidade.

A presença de lésbicas no futebol/futsal feminino foi um fator observado nas respostas das jogadoras quando perguntadas se conheciam alguma homossexual que jogava futsal, todas responderam que sim.

Essa unanimidade reforça a magnitude do preconceito da homossexualidade no futebol/futsal feminino. Preconceito este exaltado principalmente pelos homens, uma vez que haveria a possibilidade de subversão de uma posição de subordinação, a partir da negação do papel atribuído à mulher: subordinar-se, também, sexualmente, ao homem (ANJOS, 2000).

A orientação sexual de jogadoras de futebol/futsal é constantemente indagada. Foi questionado às praticantes situações em que foram taxadas como homossexuais, de modo que 23 afirmaram terem enfrentado tal fato.

[...] dentro do próprio âmbito familiar, meu pai se reporta a jogadoras de futsal como meninas homossexuais (JG5).

[...] grande parte da sociedade tem o pensamento em que toda mulher que faz a prática do futsal e até mesmo o basquete, handebol, é homossexual, na maioria das vezes em que passei por situação de preconceito foi o fato de ser taxada de homossexual pelo simples motivo de ser atleta de futsal (JG12).

O relato da JG5 volta na questão da participação da família e do preconceito masculino, que no caso parte do “pai”. Esse é um dos principais conceitos errados da sociedade: generalizar ao dizer que todas as mulheres que jogam futebol são lésbicas.

Essa situação segundo Emerson Inácio é chamada de hibridização:

Não se pode esquecer que os grupos e as identidades de seus membros devem sempre ser pensados sem

generalizações. Apesar disso, o senso comum e algumas estratégias políticas tendem a generalizar, de forma abusiva, os grupos com os quais estão em confronto direto, na tentativa de dominá-los com maior facilidade e pretensa eficácia. Assim, as relações entre os grupos são sempre estereotipadas, na medida em que um grupo elabore ele mesmo suas próprias identidades. Isso faz com que os estereótipos sejam sempre uma abstração negativa, pois as identidades de um indivíduo ou grupo são fantasiadas por outros (INÁCIO, 2002, p. 74).

Ao se destacar o relato da JG5 e a questão da generalização, faz-se necessário aqui a discussão do termo “rótulo”, pois este é, na verdade, segundo Nunan (2003), um tipo particular de estereótipo.

[...] em outras palavras, facilitamos nossas relações interpessoais se atribuímos aos outros determinados rótulos que nos permitam antecipar certos comportamentos. Atribuir um rótulo a um indivíduo distorce nossa percepção, pois nos predispõe a encontrar comportamentos que sejam compatíveis com o rótulo (p. 62).

O relato da JG5 ilustra o que Nunan (2003) descreve como rotulação, ou seja, somente o fato de uma mulher dizer que joga futsal/futebol, esportes estes rotulados como masculinos, é suficiente para a sociedade atribuir o rótulo de “masculina” a esta jogadora.

Em contrapartida, sete jogadoras responderam que não vivenciaram situação em que foram taxadas de homossexuais.

[...] como disse sempre fui bem definida, não fazia muita questão de ser amiga das que eu sabia que eram homossexuais, exatamente para não acontecer isso. Como dizia Jesus: “Diga-me com quem andas que eu te direi quem tu és!” (JG13).

[...] geralmente esse tipo de situação acontece devido à ignorância das pessoas. Na minha opinião isso depende também de como a jogadora se comporta dentro e fora da quadra (JG16).

O relato da JG13 demonstra uma atitude homofóbica de relacionamento quando diz “[...] amiga [...] das homossexuais, exatamente para não acontecer isso”, mostrando que dentro do próprio ambiente de convívio entre as jogadoras pode existir o preconceito. Diante dessa discussão, Nunan (2003) ressalta que entre grupos estigmatizados (entre eles os homossexuais), uma relativa desvalorização intragrupal não é incomum.

Assim, talvez o fenômeno da valorização do próprio grupo ocorra apenas entre indivíduos que pertençam a grupos majoritários ou que sejam estereotipados de forma positiva. [...] a mera percepção de fazer parte de um entre dois grupos distintos (isto é, categorização social em si) é suficiente para provocar competição e discriminação a favor dos membros dentro do grupo (p. 69).

No relato da JG13 observa-se que ela se reporta a uma passagem bíblica. Vale dizer que a religião é um componente que ao se falar de sexualidade traz consigo importantes valores, uma vez que por muito tempo a homossexualidade foi vista como anomalia por algumas religiões e hoje ainda é uma questão delicada de ser tratada.

O “homossexualismo”, o pecado homossexual é desafiar uma ordem do mundo instaurada por Deus. Nessa percepção, Marcelo Natividade (2006) afirma que práticas sexuais entre homens ou entre mulheres contrariam uma determinação divina com relação aos gêneros e à sexualidade. O discurso religioso completa-se na afirmação de que “[...] o desejo homossexual é passível de mudança e de cura, repercutindo numa atitude homofóbica por parte dos religiosos” (p. 9).

A JG16 apontou o comportamento das jogadoras. Dentro de quadra acontecem situações em que fica evidente a homossexualidade, isso por experiência pessoal em jogos por lazer e até mesmo em competições, visto que existe o assédio, as “cantadas” por parte de outras mulheres. Esse comportamento faz com que a sociedade massifique ainda mais a rotulação sobre as praticantes de futebol/futsal. Frente a isso, Nunan (2003) explica a interferência do rótulo diante de tal fato:

O rótulo influencia enormemente nossa percepção do comportamento de um indivíduo, pois uma vez atribuído, nós temos a tendência a perceber seu comportamento de acordo com o rótulo imputado, mesmo diante de fatos que o contradigam (p. 63).

Em relação à mesma pergunta sobre situações em que foram taxadas homossexuais, cinco meninas não se lembraram de nenhuma.

A questão posterior queria saber se o envolvimento com futsal/futebol influenciou na própria orientação sexual. Apenas uma jogadora respondeu que sim.

Ao questionar se o futsal/futebol poderia influenciar na orientação sexual de uma mulher, 11 jogadoras disseram que sim.

[...] não acredito que toda mulher que joga futsal se torna uma lésbica, entretanto,

o convívio com as homossexuais faz com que o preconceito impingido pela sociedade diminua, pois na quadra todas são iguais. Não há diferenças. Todas são mulheres. E isto leva a um inevitável questionamento da própria sexualidade, pois de certo modo as barreiras sexuais são ampliadas a partir do momento em que o preconceito deixa de existir (JG5).

[...] conheço muitas meninas que viraram homossexual por conviverem neste ambiente. Meninas mais velhas que são tentam levar as mais novas, querem que quem não é, caia (como é dito nesse mundo). Pessoas de idéias fracas mudam muito depois que entram nesse meio. É um ambiente complicado. Tem que ter personalidade e muita cabeça pra sobreviver certo nele (JG8).

O discurso da JG5 aponta o convívio entre as mulheres de forma que este possa amenizar o preconceito e minimizar as barreiras entre a heterossexualidade e a homossexualidade. Pelo fato de os homossexuais ainda serem vistos como portadores de desvio de condutas morais, o convívio com as jogadoras homossexuais pode mostrar que todas são iguais independente da orientação sexual.

Esse mesmo convívio que ameniza barreiras pode trazer à tona a categoria “homofobia velada”. Essa apareceu para explicar como o convívio com homossexuais pode mascarar uma aversão para com os mesmos dentro de um mesmo grupo (ROSA, 2004).

Em contrapartida, a JG8 comenta sobre a influência pessoal, que faz com que as “meninas normais” (até então heterossexuais) “caiam” nesse “mundo”, o ambiente é favorável à “contaminação” das jogadoras que têm a mente fraca e acabam influenciando-se pelas lésbicas.

Francis Madlener de Lima (2006), em sua dissertação de mestrado, fez uma análise dos discursos presentes nas falas do/s futuros/as professores e professoras de Educação Física no que tange a questão da diversidade sexual, mais especificamente a homossexualidade.

Os resultados de sua pesquisa mostraram que o medo de uma aproximação fora do espaço de convívio e de uma possível associação à imagem homossexual “[...] faz com que muitos afirmem não manter contato com ‘essa pessoa’ fora desse ambiente, chegando-se a afirmar inclusive que convivem ‘não como amigos, mas como colegas’” (LIMA, 2006, p. 60).

Para ilustrar o que aparece no discurso da JG8 e nos resultados de Lima (2006), Louro (1999) faz a seguinte comparação:

Como se a homossexualidade fosse contagiosa e estivesse constantemente ameaçando a heterossexualidade dos

sujeitos, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse contagiosa, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais (p. 29).

Na opinião de 24 jogadoras, o futsal não influencia na orientação sexual das praticantes.

[...] pode ajudar... Mas dependendo do que ela optar, não foi o futsal que a fez assim... Mas sim sua personalidade (JG1).

[...] conheço muitas meninas que jogavam e hoje constituíram família (JG11).

[...] não precisa ser homem, ou ter comportamento de um, para jogar futsal! Mas de uma certa forma, o futsal é um esporte que pode atrair mulheres que já têm tendência a serem homossexuais (JG26).

A JG1 utiliza a palavra “optar”. O termo “opção sexual” é rejeitado principalmente pelos homossexuais visto que remete ao entendimento de que a homossexualidade seria uma escolha, assim como a heterossexualidade. “[...] Existe um momento em que se decide ser isso ou aquilo, existe sim um momento de assumir ou não uma identidade sexual” (ROSA, 2004, p. 98).

O processo de assumir a homossexualidade é comumente chamado de *coming out* (sair do armário) e no entendimento de Adriana Nunan (2003):

Enquanto a homossexualidade em si não é considerada uma escolha, pode-se dizer que em um sentido mais profundo o indivíduo de fato escolhe tornar-se gay (isto é, adotar uma identidade gay) quando atravessa o rito de passagem conhecido como *coming out*. Sucintamente, *coming out of the closet* refere-se ao processo através do qual o homossexual revela sua orientação sexual a outras pessoas (sejam familiares, amigos, colegas de trabalho ou estranhos), tornando-se visível, culturalmente inteligível e desafiando abertamente o discurso sexual hegemônico (p. 126).

A JG11 fala em “constituir família”, como se os homossexuais não pudessem. Hoje, no Brasil, não é permitido o casamento de pessoas do mesmo sexo, o que não impede um casal *gay* de construir uma família e, diga-se de passagem, a temática da parceria civil emergiu como prioridade do movimento lésbico e nelas a possibilidade de reconhecimento do desejo de maternidade parece ser um forte componente das atuais mobilizações (GROSSI, 2003).

A JG26 quando faz o seguinte relato: *“pode atrair mulheres que já têm tendências a serem homossexuais”*, incita o questionamento de que o futebol/futsal possa ser um local privilegiado ao impulso de experimentar novas possibilidades através de uma exaltação de uma homossexualidade abafada, ou seja, jogadoras lésbicas de um determinado grupo podem ser consideradas manipuladoras da construção da personalidade das outras mulheres, ou seja, surge o medo de que a homossexualidade seja contagiosa e que a homossexual possa ser uma transmissora (LIMA, 2006).

Esse questionamento foi abordado nos resultados da pesquisa de Francis Lima (2006) em que discutiu a influência do comportamento dos professores/as homossexuais em seus alunos/as, momento em que “[...] 53% dos entrevistados disseram que essa poderia se dar no sentido de liberação de uma homossexualidade reprimida” (LIMA, 2006, p. 61).

Portanto, o futsal, na opinião das jogadoras citadas, pode não influenciar, mas não deixa de ser um ambiente desinibidor por atribuir às mulheres características consideradas masculinas e ser um espaço em que as condutas homossexuais ficam evidentes.

O que a JG26 diz remete à pergunta seguinte sobre o envolvimento das homossexuais nesse esporte. Em relação a essa questão, 11 jogadoras concordaram que é um local em que a presença homossexual é notória.

[...] por que o futsal ainda é visto como esporte masculino, por exemplo, é um dos poucos esportes que o uniforme utilizado pela equipe feminina é o mesmo da equipe masculina, não é algo dito claramente mais está arraigado em grande parte da sociedade, e algumas meninas para serem aceitas no esporte acabam por se masculinizar (JG2).

[...] pelos momentos em que joguei foi o esporte em que mais me deparei com homossexuais (JG10).

A JG2 traz em discussão o fator estético, da não preocupação com o futebol/futsal feminino, levando em consideração o uniforme que, sendo o mesmo utilizado pelos homens, incita o “esporte masculinizante”.

Altman (1998) ressalta que o esporte (como expressão do masculino) pode ser observado pela linguagem dos uniformes, que não apenas reproduzem uma determinada imagem masculina do esporte, como a constitui.

A JG 10, ao comparar o futsal a outros esportes, destaca a presença de lésbicas nessa prática, fato este que pode ser explicado ao ressaltar que o futebol/futsal é uma modalidade em que o contato físico, o combate e o uso agressivo do corpo são explícitos, servindo como reprodutor da hegemonia masculina (DEVIDE, 2005), e

acaba por firmar uma auto-rotulação por parte das mulheres futebolísticas.

Nunan (2003) explica esse comportamento da auto-rotulação de um grupo que sofre preconceito:

Indivíduos estereotipados, frequentemente cientes dos estereótipos imputados a seu grupo, acabam por desenvolver um alto grau de apreensão quando entram em contato com outros indivíduos, pois temem que seu comportamento espontâneo acabe por confirmar os estereótipos. A este fenômeno chamamos de ameaça do estereótipo (p. 63).

Na opinião de 24 respondentes, o envolvimento no futsal feminino não é maior entre as lésbicas.

[...] acho que algumas homossexuais resolvem jogar por acharem que é um esporte mais masculino, mas acho que a maioria se transforma depois de estarem no meio (JG8).

[...] quem mais se envolve no futsal são aquelas que gostam de jogar futsal (JG15).

A JG8 fala da influência do meio, ou seja, o futsal é um universo propício à “descoberta” das homossexuais por ser um esporte mais masculinizado que os outros, retornando no que foi exposto acima sobre a prática no futebol/futsal e sua relação com a homossexualidade.

A partir do que a JG15 relata pode-se inferir que ser homossexual é uma consequência não da prática do esporte, mas da própria condição da mulher que se assume homossexual e coincidentemente gosta de futsal, portanto, não se pode generalizar. Se o futsal/futebol é masculinizante, ele não pode ser considerado o “culpado” pela orientação sexual das jogadoras lésbicas.

O item seguinte queria identificar como a jogadora se sentia ao jogar com mulheres que sabe serem lésbicas. Somente uma resposta se diferenciou quando a JG26 diz depender da situação, tanto com o homem quanto com a mulher, o importante é não existir brincadeiras de mau gosto.

[...] jogo tanto com homens como com mulheres e se estes vierem com gracinhas para o meu lado durante qualquer tipo de jogo, eu fico muito incomodada, do contrário, encaro numa boa (JG26).

As outras 34 respondentes disseram que se sentem bem, relatando condições para isso.

[...] não modifica em nada minha relação com elas. Já conquistei meu espaço no meio,

todas me respeitam e eu respeito a todas. Amo-as de coração da maneira que são (JG8).

O que a JG8 afirma foi repetido frequentemente pelas demais, principalmente sobre respeito e amizade. O respeito que deve partir de ambas as partes, na hora do jogo todas são iguais e o que predomina é a relação de amizade independente da orientação sexual.

Uma equipe de futebol/futsal feminino se constitui em um grupo de mulheres em que estão presentes as construções de relações sociais, entre elas, a possibilidade que algumas têm de sentir diversos tipos de atração erótica ou de relacionar-se fisicamente com outras mulheres dentro do próprio grupo ou não, assim como a relação de amizade entre elas.

As relações sociais que se estabelecem no interior desse grupo trazem problemáticas constitutivas das relações de gênero: igualdade/diferença, (in)visibilidade, proteção, exclusão, tolerância, preconceito e o respeito (TONELI, 2006), como foi citado pelas respondentes.

Essas relações sociais de mulheres e mulheres pode ser explicada pela homosociabilidade, que surgiu desde os movimentos feministas e nada mais é que a convivência de pessoas do mesmo sexo nas relações de amizade, educação formal, rivalidade, como por exemplo, o futebol/futsal feminino (INÁCIO, 2002).

A percepção da homossexualidade foi questionada a fim de verificar se as jogadoras notavam praticantes homossexuais no local onde jogavam, das quais seis responderam não ter essa percepção e as outras 29 respondentes afirmaram que percebem jogadoras homossexuais.

Quando a resposta a essa pergunta era afirmativa, a respondente era indagada se isso interferia de alguma maneira na sua relação com as homossexuais. Das 29 que percebiam jogadoras homossexuais, 28 disseram que não interfere.

[...] não me importo com a orientação sexual e sim com a pessoa em si e o relacionamento na prática do esporte (JG18).

[...] não tenho nenhum preconceito em relação a isso. São pessoas como qualquer outra, só gostam de pessoas do mesmo sexo, o que não muda em nada minha relação com minhas amigas (JG25).

Nos dois relatos percebemos que entre elas há um respeito considerável e o preconceito da homossexualidade é percebido em poucas jogadoras. Pode-se fazer uma inferência de que a categoria respeito se deve pelo fato de elas (homo e hetero) praticarem o mesmo esporte, pela convivência com as homossexuais ou por serem

mulheres, aspecto esse observado na Pesquisa GRAVAD, em que a compreensão da homossexualidade foi maior entre as moças do que entre os rapazes (HEILBORN, 2006).

Diante da mesma questão, uma jogadora respondeu que interfere na sua relação com as outras ao relatar da seguinte forma:

[...] se eu não conheço a pessoa e percebo que ela é homossexual, eu jamais chegaria pra conversar com ela. E se ela viesse conversar comigo, eu acharia estranho também. Isso com certeza vai interferir na minha relação com ela, porque não vou tratá-la bem (JG13).

A JG13, em suas respostas, mostra não só o preconceito, mas também demonstra atitudes homofóbicas para com as outras jogadoras. Isto ocorre talvez, por ela não ter um entendimento maior sobre o assunto ou ter dificuldade de relacionamento no local onde joga. Casos como este acontecem, conforme explica Rosa (2004):

[...] homossexuais ainda são vistos como portadores de um desvio de comportamento que ameaça o bom funcionamento técnico e moral [...] Especialmente em relação ao desejo sexual [...] faz supor que o homossexual é incapaz de se conter, por ser portador de um comportamento erótico intempestivo. A categoria respeito pode estar velando o preconceito sexual para com os homossexuais, que em última instância são considerados portadores de uma sexualidade incontrolável (p. 121).

Essa categoria homofobia velada pode ser mais frequente no universo esportivo do que se imagina, porém, a maioria das mulheres investigadas nessa pesquisa demonstrou o discurso respeito como predominante nas relações de convívio.

O preconceito não aparece para as jogadoras como algo relevante, que as faça desistir da prática esportiva, mas aparece como um fantasma, presente na maioria das narrativas. Portanto, a principal constatação que se pode fazer é que o preconceito ainda existe, seja pela família, grupo ou sociedade, seja por causa do corpo da mulher ou sua sexualidade.

Para tentar explicar alguns aspectos abordados neste estudo, entre eles a desigualdade entre homens e mulheres no esporte e os preconceitos, vale levantar questionamentos como: Por que certas modalidades são destinadas predominantemente aos homens ou às mulheres? Por que as premiações em dinheiro são, em geral, maiores para homens, se as mulheres competem sob as mesmas regras? Por que a mídia tende a fazer cobertura maior dos esportes masculinos? A quais fatores podemos atribuir a menor participação feminina nos esportes? Como a família interpreta a filha ou a mãe

atleta? Como o esporte é utilizado para apresentar o poder e a dominação masculina como natural e imutável? A homossexualidade é algo fixo ou instável? Em que reside o medo da “contaminação” pelos homossexuais?

✂ Considerações finais

De uma forma geral, a “saída do ‘armário’, que se torna cada dia mais frequente e valorizada, ainda não está ocorrendo paralelamente ao aumento do respeito pelas práticas sexuais diversas”, conforme constatou Lima (2006, p. 77). Desta forma, deve-se questionar que tipo de educação é efetivado nas escolas, de que forma os/as educadores/as tratam as informações trazidas pela mídia e como estas informações são absorvidas pela sociedade.

Enquanto a mídia permanece bombardeando nossos sentidos com novas ‘necessidades’ e ‘desejos’, provenientes da sexualidade, a escola continua educando uma sexualidade matrimonial, heterossexual e reprodutiva, ignorando tanto as subjetividades dos/as alunos/as quanto as confusões causadas por uma sociedade de consumo (p. 77-78).

Em relação à participação feminina no futsal/futebol, algumas mulheres desobedecem ao que convencionalmente se mencionou como sendo próprio de seu corpo e de seu comportamento, questionam a preeminência esportiva masculina historicamente construída e culturalmente firmada e enfrentam os preconceitos. Outras, no caminho oposto, moldam-se aos padrões masculinos de modo a não questionar nem os preconceitos, nem as regras que os regem, proclamados em atitudes, piadas, comportamentos, posturas corporais e discursos. “No e pelo esporte, reafirmam sua feminilidade e sua identidade, exibem sua beleza e espetacularizam seus corpos” (GOELLNER, 2005, p. 149).

Mais do que analisar as posturas das jogadoras no futsal/futebol brasileiro, importa perceber que, apesar da crescente presença feminina na vida esportiva do país, a situação atual das mulheres nestas modalidades deve ser avaliada com prudência e respeito.

Mulheres esportistas frequentemente se deparam com o impasse de como ultrapassar o abismo entre o que se espera culturalmente de seu comportamento feminino e os requisitos da vida esportiva. Para que isso não se torne um obstáculo, é preciso que se pense o padrão feminino como um aspecto de discussão, uma vez que o entendimento de feminilidade vai além dos fatores estéticos do corpo.

Os programas de incentivo às mulheres no esporte devem estar focados na

modificação das estruturas desiguais do contexto das relações de gênero, não somente na preocupação de aumentar as oportunidades de prática a elas.

No Brasil, onde o futebol é uma identidade nacional, as mulheres ainda não têm visibilidade: é precária a estruturação da modalidade no país, pois são escassos os campeonatos, as contratações das atletas são eventuais e, praticamente, inexistem políticas privadas e públicas direcionadas para o incentivo às meninas e mulheres que desejam praticar esse esporte, seja como amadoras, seja como atletas. Enfim, o “mundo da bola” torna-se mais um espaço a ser conquistado por elas e, essa conquista, conseqüentemente, acarretará o respeito e amenizará o preconceito.

Ainda há muito que se discutir sobre o futebol feminino, é um espaço pouco invadido por pesquisadores sociais, e as informações aqui contidas são relevantes para outras pesquisas.

Vale ressaltar que, hoje, são escassos os trabalhos na Educação Física que estudam a homofobia ligada ao esporte. Investigar mais a fundo a homofobia no futebol feminino, tanto por parte da sociedade como por parte das jogadoras e treinadores, é relevante para se compreender até que ponto as ofensas interferem no desempenho de atletas.

Enfim, em se tratando de um país como o Brasil, onde o futebol é discursivamente adicionado à identidade nacional, torna-se necessário pensar o quanto este ainda é, para as mulheres, um espaço não apenas a conquistar, mas, sobretudo, a ressaltar alguns dos sentidos que a ele estão incorporados de forma a afirmar que esse espaço é também feminino. Um espaço de sociabilidade e de exercício de liberdades.

Referências

- ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2003.
- ALTMANN, Helena. **Rompendo fronteiras de gênero: Marias (e) homens na educação física**. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1998.
- ANJOS, Gabrielle dos. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. **Sociologias** Porto Alegre, n. 4, 2000.
- CARNEIRO, Maria Luiza Bettiol. **Um toque de bola em pés femininos: um estudo sobre o futebol feminino de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.
- DACOSTA, Lamartine Pereira. **Atlas do Esporte no Brasil: Atlas do esporte, educação física, atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.
- DAÓLIO, Jocimar. **Cultura: educação física e futebol**. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

- _____. A construção cultural do corpo feminino ou o risco de transformar meninas em antas. In: ROMERO, Elaine. **Corpo mulher e sociedade** (org.). São Paulo: Papyrus, 1995.
- DARIDO, Suraya Cristina. Futebol feminino no Brasil: do seu início à prática pedagógica. Revista **Motriz**. Rio Claro, 2002.
- DEVIDE, Fabiano Pires. **Gênero e mulheres no esporte**: história das mulheres nos jogos olímpicos modernos. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.
- DUNNING, Eric e MAGUIRE, Joseph. As relações entre os sexos no Esporte. **Revista de Estudos Feministas**. IFCS/UFRJ, 1997.
- FRANZINI, Fábio. “Futebol é ‘coisa para macho’? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, n. 50, 2005.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, 2005.
- _____. Na Pátria das chuteiras as mulheres não têm vez. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, 2006.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- GROSSI, Mirian Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**. Florianópolis: PPGAS/UFSC, n. 24, 1998.
- _____. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. **Cadernos Pagu**. Campinas: Unicamp, n. 21, 2003.
- GUEDES, Simoni Lahud. **O Brasil no campo de futebol**: Estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro. Niterói: EDUFF, 1998.
- HELBORN, Maria Luiza. Entre as tramas da sexualidade brasileira. **Revista Estudos Feministas**: Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, n. 01, 2006.
- INÁCIO, Emerson da Cruz. Homossexualidade, homoerotismo e homosociabilidade: em torno de três conceitos e um exemplo. In: Garcia, W. & Santos, R. (Org.). **A escrita de adé**: perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbic@s no Brasil. São Paulo: Xamã: NCC/SUNY, 2002.
- KNIJNK, Jorge Dorfman. Entrevista. Disponível em: www.guidasemana.com.br, 2004.
- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL Nº 9394/96.
- LIMA, Francis Madlener de. **O discurso sobre a homossexualidade no universo escolar**: um estudo no curso de licenciatura em educação física. Dissertação (Mestrado em Educação Física). UFPR. Curitiba, 2006.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: _____ (org.). **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- _____. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU, 1974.
- MELO, Cristine Kruster. de. Estética e saúde: a construção dos corpos masculino-feminino nas academias. **Ciências da Saúde**. Florianópolis, 1998.
- MURAD, Melo. “Saldanha, uma saudade”. **Pesquisa de Campo**. Rio de Janeiro, 1994.
- NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 2006.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade:** do preconceito aos padrões de consumo. Caravansarai, Rio de Janeiro, 2003.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Brasília: MEC/SEF, 1997

ROMERO, Elaine. **Estereótipos masculinos e femininos em professores de educação física.** Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia da USP. São Paulo, 1990.

ROSA, Marcelo Victor da. **Educação Física e Homossexualidade:** investigando as representações sociais dos estudantes do centro de desportos/UFSC. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Centro de Desportos, UFSC, Florianópolis, 2004.

ROSEMBERG, Fúlvia. A educação física, os esportes e as mulheres: balanço da bibliografia. In: ROMERO, Elaine. (Org.). **Corpo, mulher e sociedade.** São Paulo: Papirus, 1995.

RUBIO, K; SIMÕES, A. C. De protagonista a espectadoras: a conquista do espaço esportivo pelas mulheres. **Movimento.** Porto Alegre, 1999.

SANTANA, Wilton Carlos de; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. Futsal feminino: perfil e implicações pedagógicas. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento.** Brasília, v. 11, n. 4, p. 45-50, out./dez. 2003.

SARAIVA, Maria do Carmo. **Co-Educação Física e esportes:** quando a diferença é mito. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade.** Porto Alegre, v. 20, 1995.

STOLLER, Robert. **Sex and gender.** New York: Science House, 1968.

SILVA, Maria Cecília de Paula et al. Representação social do futebol feminino na imprensa brasileira. In: VOTRE, Sebastião José (ed). **Representação social do esporte e da atividade física:** ensaios etnográficos. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1998.

TOLEDO, Regina Antonia et al. **A dominação da mulher:** os papéis sexuais na educação. 2 ed. Petrópolis: Vozes. 1983.

TONELLI, Maria Juracy Filgueiras; PERUCCHI, Juliana. Territorialidade homoerótica: apontamentos para os estudos de gênero. **Revista Psicologia & Sociedade.** Porto Alegre, 2006.

THOMAS, Jerry. e NELSON, Jack. **Métodos de pesquisa em atividade física.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

TOSCANO, Moema. **Estereótipos sexuais na educação:** um manual para o educador. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VILANI, Luiz Henrique Porto e SAMULSKI, Dietmar Martin. Família e esporte: uma revisão sobre a influência dos pais na carreira esportiva de crianças e adolescentes. In: Silame Garcia, Emerson; Lemos, Kátia Lúcia Moreira. **Temas atuais VII: Educação Física e Esportes.** Belo Horizonte: Editora Health, 2002.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista de Estudos Feministas.** Florianópolis, 2001.

Justiça restaurativa nas relações de gênero: recurso adicional na mediação de conflitos envolvendo mulheres em situação de violência doméstica

*Quelen Brondani de Aquino*¹

Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

*Orientadora: Dra Marli Marlene Moraes da Costa*²

*Co-orientadora: Ms. Rosane T. Carvalho Porto*³

O homem pode ser um lobo para o homem, mas vive então como um lobo e não como um homem. A humanidade do homem não se cumpre fora do conflito, mas sim para lá do conflito. O conflito está na natureza dos homens, mas quando esta ainda não está transformada pela marca do humano. O conflito é o primeiro, mas não deve ter a última palavra. Não é o modo primordial, mas o mais primário da relação com o outro.⁴

✂ 1. Introdução

Na sociedade moderna discute-se a questão de gênero, enfatizando que esta categoria é de conotação ampla e não está exclusivamente vinculada apenas ao âmbito sexual ou biológico como homem e mulher. O seu significado rompe com eufemismos ou sentidos restritos a isso. O que conduz o pesquisador jurídico e os demais estudiosos da área a romper com o acabado e desvelar os mitos e ritos assentados em determinadas sociedades que, mesmo com o discurso da contemporaneidade e da Democracia, continuam reproduzindo desigualdades sociais empregando estratégias de dominação pela linguagem. São pouco perceptíveis as peripécias daqueles agentes

1 Graduada do Curso de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Policial Militar. Conselheira Municipal dos Direitos da Mulher de Santa Cruz do Sul. Bolsista Voluntária da Pós-Doutora Marli M. M. da Costa. Integrante do Grupo de Pesquisa: Direito, Cidadania e Políticas Públicas da UNISC. Integrante do Projeto de Pesquisa Relações de Gênero e Sistema penal: violência e conflitualidade nos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da PUC/RS, apoiado pelo CNPq.

2 Professora de Direito Civil e de Direito da Criança e do Adolescente/Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Direito-Mestrado na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Coordenadora do Grupo de Estudos Direito, Cidadania e Políticas Públicas na mesma Universidade. Psicóloga com Especialização em Terapia Familiar. Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Pós-doutora em Direito pela Universidade de Burgos - Espanha.

3 Especialista em Direito Penal e Processual Penal e Mestre em Direito, área de concentração: Políticas Públicas de Inclusão Social pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Integrante do Grupo de Pesquisa: Direito, Cidadania e Políticas Públicas, coordenado pela professora Pós-Drª Marli M. M. da Costa. Professora de Direito Penal na UNISC. rosaneporto@unisc.com.br

4 MILLER, Jean - Marie. **O princípio de não-violência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995, p. 19.

invólucros pelas artimanhas do consumo e da competitividade.

Neste viés, exemplifica-se a dicotomia que impera a respeito do feminismo ou igualdade de gênero no regime de Democracia. Observa-se a violência com as suas várias facetas, como uma imposição de vontades e mecanismo de invisibilidade a sua condição de agente de direitos e pessoa com direito a dignidade. Esse exemplo serve de maneira pontual para demonstrar que se faz presente nas relações sociais o poder simbólico, pois a socialização e a maneira de disposição dos indivíduos, seja por classe, cultura e sexo, denotam de trocas sociais, que no seu bojo se dão por simbologias.

Assim, o artigo pretende analisar a ótica da mulher nas relações humanas em que se vislumbra um campo social que reflete as diferenças de gênero, naturalmente aceitas pelos seus agentes, em que se aprende, involuntariamente, ser homem e ser mulher, nesse contexto social. Busca-se avaliar a dominação masculina a partir dos fundamentos de Pierre Bourdieu, bem como os efeitos causados na sociedade moderna e nas relações conjugais, em que tornam-se o campo para a prática de violência contra a mulher. Demonstrando o estigma da mulher agredida como um ato de violência simbólica nas relações de poder.

Far-se-á considerações a cerca da aplicabilidade da Justiça Restaurativa nas relações de gênero, questionando-se a sua execução como recurso adicional de mediação dos conflitos envolvendo mulheres em situação de violência doméstica, considerando as questões étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional; a fim de promover a redução dos índices de violência contra a mulher, proporcionando um novo olhar para a efetivação da Lei Maria da Penha.

O fundamento principal é demonstrar que a partir da utilização dos conceitos de Justiça Restaurativa nos conflitos domésticos, poder-se-á promover um atendimento humanizado, integral e qualificado para as vítimas de violência familiar, garantindo, portanto, a efetivação dos direitos das mulheres, em especial a aplicabilidade da Lei Maria da Penha que motiva a prática de novas políticas em defesa dos direitos e garantias da mulher

O trabalho que ora se apresenta será desenvolvido, via método de abordagem hipotético - dedutivo, partindo-se da construção de noções e apropriando-se da revisão bibliográfica, para encontrar possíveis soluções para o problema proposto.

✂ 2. Desejo, logo existo. A mulher na perspectiva das relações de gênero

Independentemente do termo gênero não estar adstrito ao sexo ou à categoria social

mulher, denota-se que ele juntamente a outras terminologias referenciam o grito de dor e a incessante busca pelo reconhecimento enquanto agentes portadores de desejos e de direitos que longinquamente delimitam seus espaços existenciais.⁵ A partir da idéia de que ‘sexo’ é uma construção social e inacabada, as feministas substituíram em seu lugar o termo “gênero”, que em inglês é *gender*. O uso de tal expressão permite a análise das identidades, feminino e masculino, sem, no entanto, reduzi-las ao plano biológico, indicando que essas identidades estão sujeitas a variações que são determinadas pelos valores dominantes em cada período histórico.⁶

Em meados de 90 as pesquisas da historiadora americana Joan Scott influenciariam os estudos brasileiros a respeito das questões de gênero, a partir de críticas acerca do saber produzido pelas diferenças sexuais e dos sentidos dados nos diversos espaços de socialização, destacando as instituições educacionais.⁷ Por conseguinte, considera-se que:

O espaço social é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são ali distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os *dois princípios de diferenciação* que, em sociedades mais desenvolvidas, (...) são, sem dúvida, os mais eficientes – o capital econômico e o cultural. Segue-se que os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas. As distâncias espaciais no papel equivalem a distâncias sociais. (...).⁸

Preponderantemente, a retomada de categorias com pré-questionamentos a partir de uma resignificação na escala social, valorando a sua posição, advém de explorar e possibilitar ao ser interior, o id, o despertar para uma existência avessa a que é imposta pela dominação, o que estrategicamente e pelo próprio *habitus* social emana ainda mais o aniquilamento psíquico, social e cultural do indivíduo. Ao encontro de

5 FINCO, Daniela; VIANNA Cláudia Consuelo. Meninas e meninos. In: PINTO, Graziela Pinto (coord.). A mente do bebê: o fascinante processo de formação do cérebro e da personalidade. **Revista**. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Duetto, 2008, p. 17-23. Nos dicionários brasileiros, o termo *gênero* é definido como uma forma de classificação e como o modo de expressão, real ou imaginário, dos seres. A partir da década de 80, o conceito de gênero foi incorporado pela sociologia como referência à organização social da relação entre os sexos. A elaboração desse conceito ainda recebe forte influência de áreas como linguística, psicanálise, psicologia, história e antropologia, responsáveis por demonstrar a variabilidade cultural dos comportamentos, aquisições e habilidades considerados femininos e masculinos. Isso significa que masculinidade e feminilidades plurais são configuradas fundamentalmente pela cultura.

6 SABADELL, Ana Lucia. Manual de Sociologia Jurídica: introdução a uma leitura externa do Direito. 3. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**. 2005. p. 234.

7 FINCO, Ibidem, p. 17-23.

8 BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Campinas: Papirus, 1996, p. 19.

tal assertiva, Bourdieu⁹ explica:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.

A naturalidade que é dada à ordem social vela e oprime a mulher quando esta não retira de si o “véu” da submissão.¹⁰ Ao refletir a respeito da posição que ocupa no campo das relações, seja no trabalho, no lar, bem como seu papel na procriação e enquanto sujeito de vontades, o que se denota é a profundidade e a essência de auto-afirmar seus desejos e ter reconhecido com isto a sua existência. Portanto, a liberação sexual não representa um devaneio pelo profano, ao contrário, seu sentido é expressamente existencial e de poder exercitar suas capacidades de escolhas e de viver com liberdade e autonomia seus sentimentos.

No entanto, o sistema social como um emaranhado de tentáculos está predisposto em campos constituídos por capitais de ordem social, econômica, política, cultural, formando entre si o capital simbólico, devido à influência que estes exercem como signos e figuras simbólicas nas relações pessoais, de tal maneira que proporcionam as trocas entre os agentes. A dominação masculina ratifica-se, delimitando e estabelecendo posições ou papéis. Com isso:

[...] A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas

9 BOURDIEU, Pierre; tradução Maria Helena Kühner. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 17.

10 COLE, Susan. Mulheres de Atenas. O Nascimento da Democracia. **História viva**. Ano V - nº 58. São Paulo: Duetto, p. 41. A assimetria entre homens e mulheres na vida política e pública da cidade se repetia na assimetria de autoridade na vida familiar. O casamento era resultado de um acordo entre dois homens sem a participação da mulher. O pai da noiva prometia a filha e um dote a um potencial marido com uma metáfora agrícola: “Eu te concedo esta garota para lavar crianças legítimas”. Essa metáfora reflete a terminologia grega para verbos referentes a relações sexuais, usados na voz ativa pelo homem e na passiva pela mulher. Um gesto significativo das noivas sugere a mesma relação. No momento do casamento, a noiva oferecia seu corpo a seu novo marido pela primeira vez levando o véu e mostrando o seu rosto, um gesto de submissão chamado *anakalypteria* (*anakalypteria*, revelação). Xenofonte descreve o casamento ateniense como uma parceria, mas as relações entre marido e mulher nunca eram uma relação de iguais. A relação de casados era algumas vezes descrita como afeição mútua (*philia*), mas a primeira experiência sexual da noiva era frequentemente relatada em textos literários como dominação e submissão, com a mesma linguagem usada para domar animais. Zeus era mantida no Partenon para simbolizar harmonia do casamento, mas também a relação desigual entre o marido-deus e sua esposa.

a cada um dos sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo da vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos.¹¹

A relação entre a mulher e o homem é rodeada de paradoxos constituídos pelo processo cultural; na contemporaneidade, se luta pela mudança estrutural e igualdade de gênero. Mas o que se tem constatado é a resistência masculina em dominar¹², mesmo que pelo emprego da violência doméstica. Não se quer aqui colocar a mulher exclusivamente no papel de vitimização, ao revés, existem mulheres que também são responsáveis pelo desencadeamento desta circunstância oprimente, pois em um primeiro momento não se reconhecem como sujeito de direitos ou, o que poderia ser um segundo momento, incorporam o papel masculino, vislumbrando a dominação.

✂ 3. O estigma da mulher agredida como um ato de violência simbólica nas relações de poder

Não há novidade a menção de que as mulheres que sofrem de violência das mais diversas maneiras são rotuladas e estigmatizadas por alguns, se não a sua maioria, membros da comunidade. O entendimento discriminador é que estar nestas condições é uma escolha pessoal, que se caso assim a mulher o desejasse poderia deixar de sofrer nas “mãos” do seu agressor. Certas expressões pejorativas como: “apanha porque quer” demonstra o “machismo” e a indiferença que se dá à violência doméstica. É preocupante, pois se sabe que nesta relação que além de estar no imaginário das pessoas o amor associado à submissão do sexo feminino, verifica-se na sua concretude uma das piores violências enraizadas nas relações de dominação masculina: a violência simbólica. Nas palavras de Bourdieu:¹³

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave,

11 BOURDIEU, Op. Cit., p. 18.

12 BOURDIEU, Ibidem, p.22. Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação de dominação que lhes é imposta, seus atos de *conhecimento* são, inevitavelmente, atos de *reconhecimento*, de submissão.

13 BOURDIEU, Ibidem, p.7- 8.

insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

A dominação masculina é vista como um *habitus* aceito por todos os integrantes do campo social como algo natural, inclusive a mulher acaba reconhecendo essa superioridade, mas a entende normal. Essa visão de normalidade que se organiza nas diferenças de gênero, masculino e feminino, instituindo o que cabe ao homem e aquilo que pertence à mulher, faz com que os dominados compactuem com essa sutil violência, construindo-se dois mundos sociais hierarquizados.

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, faz essa relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto.¹⁴

Mas quando se fala nesse papel de aceitação e reconhecimento adotado pela mulher, não se está querendo minimizar a ação da violência física, esquecendo, como bem disse Bourdieu,¹⁵ que “há mulheres espancadas, violentadas, exploradas”, ou na pior das hipóteses, centrar-se nessa idéia para “tentar desculpar os homens por essa forma de violência”. Dessa forma, tem-se que entender “simbólico” com o contrário de real, supondo-se que a violência simbólica é “meramente espiritual e, indiscutivelmente, sem efeitos reais”.

Entretanto, os efeitos desse tipo de dominação se exercem através da percepção e da avaliação do que constitui o *habitus*, assim, a lógica da dominação masculina e da submissão feminina tornam-se espontâneas e extorquidas ao mesmo tempo, podendo ser compreendida somente permanecendo-se atento aos efeitos duradouros que essa ordem social acaba exercendo nas mulheres e nos homens, harmônicas nessa invisível

14 BOURDIEU, *Ibidem*, p. 47.

15 BOURDIEU, *Ibidem*, p. 46.

imposição.¹⁶

Observa-se que as condições sociais que reproduzem essas tendências fazem com que os dominados adotem o ponto de vista dos dominantes, efetivando-se alheio a vontade, demonstrando um poder também simbólico nas suas manifestações. Verifica-se que a dominação só se perpetua através dessa cumplicidade e que as mulheres acabam sendo excluídas do sistema social. Mas também são reprodutores dessas exclusões sociais a própria família, a escola, a igreja, na divisão do trabalho, nas disposições ditas femininas e masculinas.

É, sem dúvida, no encontro com as “expectativas objetivas” que estão inscritas, sobretudo implicitamente, nas posições oferecidas às mulheres pela estrutura, ainda fortemente sexuada, da divisão de trabalho, que as disposições ditas “femininas”, inculcadas pela família e por toda a ordem social, podem se realizar, ou mesmo se expandir, e se ver, no mesmo ato, recompensadas, contribuindo assim para reforçar a dicotomia sexual fundamental, tanto nos cargos, que parecem exigir a submissão e a necessidade de segurança, quanto em seus ocupantes, identificados com posições nas quais, encantados ou alienados, eles simultaneamente se encontram e se perdem.¹⁷

Parece que essa lógica acaba por produzir efeitos “harmoniosos”, fazendo com que as vítimas dessa dominação simbólica cumpram felizes as tarefas a elas atribuídas.¹⁸ Mas é dentro da família que se verifica uma ação psicossomática que se reflete na prática de violência. É o exercício do poder dos dominantes que não se encerra na vida pública. Pelo contrário, na vida privada que ocorrem as grandes barbáries. E como dizia o ditado “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, aquilo que acontecia entre as quatro paredes do ambiente familiar não dizia respeito à polícia, à justiça, aos vizinhos ou até a outros familiares.

A violência doméstica, que somente na última década passou a ser problematizada, começou a destacar-se entre os temas sociais de maior relevância, ampliando-se de tal maneira que já não se admite a prática de atitudes que até pouco tempo eram aceitas e toleradas pela sociedade. Soares¹⁹ complementa dizendo:

O lar, o casal e a família deixam de funcionar como mônadas impenetráveis, como núcleos decisórios, auto-referidos e

16 BOURDIEU, Ibidem, p. 49-50.

17 BOURDIEU, Ibidem, p. 72.

18 BOURDIEU, Ibidem, p. 73.

19 SOARES, Barbara Musumeci. **Mulheres Invisíveis**: violência conjugal e novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 33.

possuidores de direitos próprios, para se desmembrarem em novas unidades socialmente significativas, competindo legitimamente e em igualdade de condições pelo acesso aos direitos civis – para usar a imagem do liberalismo apropriada à ocasião. Mulheres, homens, crianças, idosos; pais, filhos, netos, avós, empregados, e no limite, até os animais da casa terão seus “direitos” garantidos por uma lógica universalizante, que não se confunde com a lógica ou lógicas (muitas vezes obscuras e tirânicas) que regem os arranjos e dinâmicas familiares.

Portanto, o mundo privado deixa de ser um assunto de interesse apenas dos integrantes da família, cabendo ao Estado interferir quando atos de violência são praticados.

✂ 4. Novas Políticas Públicas Motivadas pela Lei Maria da Penha

O problema da violência, observado a partir das diferenças de gênero, denota que pouco importa se ela é praticada no meio público ou privado, pois a mulher é vítima majoritária de excessos praticados pelo sexo masculino e esse tipo de violência faz com que se atravessem todas as dimensões da experiência feminina.²⁰

Os números da violência contra a mulher são alarmantes, além de enfrentarem as brutalidades ocorridas nas ruas, as mulheres brasileiras deparam-se com a violência que ocorre no interior de seus lares. De acordo com uma pesquisa realizada pelo DataSenado,²¹ seis meses após a aprovação da Lei 11.340/06, verificou-se que apenas 15% das entrevistadas declararam espontaneamente que já sofreram algum tipo de violência. O baixo índice dá-se pelo fato da resistência que as mulheres enfrentam para denunciar os seus agressores; na prática, verifica-se o efeito da violência simbólica, até que se sintam encorajadas a denunciar, agem como se aceitassem os excessos e que tais aparentam um cunho natural nas relações domésticas, oriundas do papel da mulher na sociedade.

Os baixos índices de denúncia demonstram a dificuldade da sociedade e do próprio Estado em lidar com essas questões que ainda estão muito ligadas ao ambiente privado. Faz-se necessário a quebra de paradigmas, para que a mulher sinta-se incentivada a denunciar seu agressor. Para tanto, a intensificação da promoção de campanhas que divulguem os direitos das mulheres, tornar-se-ão fortes aliados para encorajamento às vítimas de abusos domésticos. Para corroborar com essa solução,

20 SOARES, *Ibidem*, p. 39.

21 Pesquisa DataSenado sobre Violência Doméstica contra a Mulher. Disponível em: <http://www.violenciamulher.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/index.shtml>.

a mesma pesquisa constatou que 76% das entrevistas consideraram que a mídia tem um papel fundamental para o combate à prática de violência contra a mulher.

Não se pode, no entanto, concluir que o ato da denúncia torna-se o marco definitivo para o processo da violência. Pensando dessa forma, de acordo com Soares,²² se estaria negando a existência do ciclo da violência:

(...) a violência tem seu ritmo próprio e, dentre os inúmeros motivos que levam uma queixante a retirar a queixa contra o acusado, figura em um particular: romper o ciclo da violência, é um processo prolongado e, por natureza, cheio de hesitações. (...) Supor que o ato da denúncia seja o momento definitivo desse processo é não conhecer o “ciclo da violência”. É ignorar a dinâmica das relações abusivas. É imaginar que, para a vítima, seu casamento, sua família e sua história tenham o mesmo significado de um assalto sofrido na esquina por um ladrão qualquer.

Os números de denúncia não são as únicas barreiras que se tem que enfrentar para aprofundarem-se verdadeiramente os índices da violência doméstica contra a mulher. A precariedade nas condições de funcionamento vislumbrada nas Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (DEAMs) faz com que insiram algumas frustrações quanto aos serviços prestados às vítimas.

É importante trazer à baila que as DEAMs foram criadas, na década de 80, com o intuito de fornecer às mulheres vítimas de violência um atendimento digno e respeitoso, raramente encontrados nas delegacias tradicionais.²³ Nesses ambientes, as mulheres encontrariam, não apenas um tratamento melhor, mas um atendimento especializado, que deveria proporcionar um espaço humanizado e acolhedor para as vítimas dos abusos intra-familiares.

Diante desse contexto predominante, é necessário que as DEAMs sejam melhores instaladas e disponham de mais recursos humanos e materiais, para que estes órgãos consigam efetivar o seu objetivo fundamental. Podendo, mais adiante, tornar-se um lugar para a restauração das sequelas deixadas pela violência. Em que se oportunize, não só a vítima, mas também aos agressores, possibilidades de mediação para os conflitos em que se inserem os fundamentos da Justiça Restaurativa.

A aprovação da Lei 11.340/06, batizada de Lei Maria da Penha, representa um marco histórico para o estudo da violência contra a mulher, a própria pesquisa DataSenado constatou que 95% das entrevistadas desejavam a criação de uma lei específica para

22 SOARES, Op. Cit., p. 224.

23 SOARES, Ibidem, p. 49.

proteger as vítimas de violência doméstica.²⁴

A Lei Maria da Penha, que passou a vigor em 22 de Setembro de 2006, foi criada com o objetivo de coibir todas as situações de violência cometidas contra a mulher, fundamentada pelo artigo 226 da Constituição Federal de 1988, pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. Trouxe uma série de inovações, não só no âmbito penal e processual penal, alterando dispositivos do Código Penal Brasileiro, como também em questões relacionadas ao direito civil e direito de família, lançando perante a sociedade um novo conceito de família. Conforme Dias,²⁵ “pela primeira vez o legislador, de forma corajosa, define o que é família, trazendo um conceito que corresponde ao formato atual dos vínculos afetivos”. Interpreta-se, assim, que ao conceito de família, se dá independente do sexo dos parceiros.

A nova legislação reconheceu, principalmente, a violação de vários direitos fundamentais trazidos pela Carta Magna, a começar pelo direito à liberdade, o qual é violado quando o homem submete a mulher ao seu domínio. Vislumbra-se ainda afronta ao direito da igualdade, cidadania e solidariedade. Daí a necessidade da intervenção estatal nos assuntos referentes ao domínio privado e que geram conflitos conjugais.

A Lei Maria da Penha traz em seu conteúdo uma série de medidas protetivas que tem por finalidade absoluta assegurar à mulher o direito a uma vida sem violência. Essas medidas são imediatas, cabendo à vítima, no momento em que realiza o registro do delito, que deixou de ser de menor potencial ofensivo, solicitar a adoção das medidas de proteção que sejam pertinentes ao caso concreto.

A nova legislação possibilitou ainda a criação de Juizados Especiais de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar e promoveu o incentivo à pesquisa e estudos com perspectivas de gênero, raça ou etnia, concernentes às causas, às conseqüências e à frequência da violência doméstica. Trouxe, também, com a sua efetivação a garantia de um atendimento e assistência à mulher em situação de violência doméstica, humanizado, qualificado e que possibilite a retomada da cidadania e da dignidade, perdidas com os atos de violência, através do incentivo à criação de centros de atendimento integral e multidisciplinar de atendimento às vítimas e de educação e reabilitação para os agressores.

Assim, com a implementação desses centros será possível a aplicação de uma nova

24 Pesquisa DataSenado, Ibidem.

25 DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 43.

política pública, na qual o atendimento pauta-se no exercício da práxis da escuta e do diálogo, em que agentes da comunidade, como pesquisadores, educadores e assistentes sociais, constituirão uma equipe multidisciplinar para possibilitar às vítimas e ao agressor o momento da escuta, proporcionando a reabilitação de todos os envolvidos.

✂ 5. A Justiça Restaurativa como Políticas de Gênero no restabelecimento da cidadania a partir das perspectivas das vítimas

A abordagem restaurativa nas relações de gênero requer a propositura de se articular estratégias de diálogo, que avancem para os círculos de convívio interpessoal. Com efeito, se objetiva a pacificação de conflitos,²⁶ pois quando uma mulher sofre de violência doméstica, constata-se que sua voz fora silenciada pela dor e o seu direito de lamentar tal perda, juntamente com outras reivindicações também fora subtraído ou violado pelo ato violento. Embora a Justiça Restaurativa seja a possibilidade de aproximar a vítima, o ofensor e a sua comunidade²⁷ para exercitarem o seu direito de lamentação, de informação e de sobrevivência ao dano sofrido, sabe-se da complexidade e, inclusive, da dificuldade de transformar esse cenário em realidade quando a violência é de natureza doméstica. Como esclarece Zehr:²⁸

Mesmo que as perdas materiais sejam importantes, pesquisas feitas entre vítimas de crimes mostram que elas em geral dão prioridade a outras necessidades. Uma delas é a sede de respostas e de informações. Por que eu? Essa pessoa tinha alguma coisa pessoal contra mim? Ele ou ela vão voltar? O que aconteceu com minha propriedade? O que eu poderia ter feito para não me tornar uma vítima? As informações precisam ser fornecidas e as respostas dadas.

Porém, as práticas restaurativas não são definições ou modelos prontos, em que as pessoas tenham que se adequar aos mesmos. Significa dizer que o campo é amplo ou o sentido adotado é abrangente.

26 MILLER, Jean - Marie. **O princípio de não-violência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995, p. 16. “No começo, é o conflito. A nossa relação com os outros é constitutiva da nossa personalidade. A existência humana do homem não é estar no mundo, mas sim estar com os outros. O homem é essencialmente ser de relação. Só existo em relação com o outrem. Todavia, a maior parte das vezes, experimento inicialmente o meu encontro com o outro como uma adversidade, como um confronto”.

27 ZEHR, Howard. **Trocando as lentes**: um novo foco sobre o crime e a justiça. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008, p. 169-170. [...] O crime é uma violação de pessoas e relacionamentos. Ele cria a obrigação de corrigir os erros. A justiça envolve a vítima, o ofensor e a comunidade na busca de soluções que promovam reparação, reconciliação e segurança.

28 ZEHR, Ibidem, p. 26.

Portanto, compreender que a mulher e o homem (seu agressor) são vítimas da violência, merecendo a escuta e a devida responsabilização, quando de um crime.²⁹ E a garantia dos direitos fundamentais, do devido processo legal, do cumprimento da Lei Maria da Penha, na sua efetividade, sinaliza para uma justiça da experiência, transformadora, e que devolve principalmente à vítima o empoderamento. Como bem explica Zher: “Um fio condutor que une tudo isto pode ser descrito como a necessidade de uma experiência de justiça. [...] Com efeito, a experiência de justiça é tão básica que sem ela a cura poderá ser inviável”.³⁰

Explorar o espaço construído pela Lei Maria da Penha, ou seja, os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher,³¹ representa um avanço e, ao mesmo tempo, um desafio, pois ainda as relações que coabitam o campo doméstico são veladas, exigindo melhor preparação dos profissionais quanto ao emprego das práticas restaurativas ou mediação com os envolvidos do processo; além da colaboração da vítima e do agressor. A partir daí, torna-se importante a realização de trabalhos comunitários para a construção de redes sociais,³² pois os laços que se formam fortalecem programas sociais desta natureza.

Para que as ações de prevenção se tornem mais eficientes, faz-se necessário que se forme uma rede social interativa, que sejam integradas e integradoras, para que os agentes envolvidos estejam conscientes do seu papel preventivo. O principal objetivo desse tipo de atuação é integrar pessoas de diferentes visões, para que se busque melhores soluções ao problema da violência doméstica, sem o qual não encontrariam outra maneira de refletirem e agirem juntas. Através de parcerias com instituições acadêmicas, órgãos públicos, governamentais e não-governamentais e outras comunidades promovem o fortalecimento da experiência local com fundamentação teórica e novas idéias para a prevenção da violência doméstica.³³

29 ZEHR, Ibidem, p. 27-28. Aquilo que a vítima vivencia com a experiência de justiça é algo que tem muitas dimensões [...] As vítimas precisam ter certeza de que o que lhes aconteceu é errado, injusto, merecido. Precisam oportunidades de falar a verdade sobre o que lhes aconteceu, inclusive seu sofrimento. Necessitam ser ouvidas e receber confirmação. Profissionais que trabalham com mulheres vítimas de violência doméstica sintetizam as necessidades delas usando termos como “dizer a verdade”, “romper o silêncio”, “tornar público” e “deixar de minimizar”.

30 ZEHR, Ibidem, p. 176-177.

31 Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

32 BALESTRERI, Ricardo Brissolla. **Prevenção ao uso indevido de drogas**: Curso de Capacitação para Conselheiros Municipais. Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional Antidrogas, 2008, p. 132. O conceito de **rede social** como um conjunto de relações interpessoais que vinculam indivíduos a outros indivíduos vem se ampliando dia-a-dia, à medida que se percebe o poder de **cooperação** como atitude que enfatiza pontos comuns em um grupo para **gerar solidariedade e parceria**.

33 BALESTRERI, Ibidem, p. 146.

Esse novo contexto que a Lei Maria da Penha inseriu no campo social faz com que, evidentemente, se busque a reparação, a reconciliação e a segurança nas relações conjugais. Não se quer dizer que elas devam ser restabelecidas e que o vínculo conjugal não seja rompido. Pretende-se sim, que a relação entre vítima e agressor seja restaurada, permitindo-se que aflore em seus agentes um arrependimento e um perdão, estabelecendo um relacionamento positivo entre vítima e agressor.

Essa medida torna-se possível com a Justiça Restaurativa, embora não se espere o sucesso em todos os casos em que for aplicada, na maioria será possível a evolução para um relacionamento satisfatório.³⁴ De acordo com Zehr, “os participantes jamais devem sentir que estão sendo coagidos a se reconciliarem”. Do contrário, poderia estar prejudicando a retomada da justiça.

A restauração da justiça possibilita que não apenas à vítima seja proporcionada a reparação dos traumas causados pelos atos de violência, mas que alcancem também ao agressor. Zehr³⁵ enfatiza que “também ofensores precisam de cura. É claro, eles devem ser responsabilizados pelo que fizeram. (...) Mas essa responsabilização pode ser em si um passo em direção à mudança e à cura”.

Essas experiências possibilitarão um exame minucioso das atitudes e sentimentos nutridos tanto pela vítima como pelo agressor, permitindo que o *self* seja reconstruído e que um conjunto de medidas reparatórias seja adotado pelos agentes.³⁶

Novos tecidos devem crescer para preencher o espaço daquele que foi dilacerado. As condições e nutrientes adequados precisam estar disponíveis para que o novo cresça. São necessários segurança, higiene e tempo. Algumas vezes ficam cicatrizes, às vezes incapacidades. Mas quando a ferida sara é possível novamente mover-se, recuperar as funções e crescer. Através da vivência da lesão e da cura, é possível compreender as condições que levaram àquela lesão e as condições que trouxeram a cura. [Então] podemos trabalhar para mudar a lesão e oferecer a cura a outros que foram feridos.³⁷

Esse modelo de restauração da justiça possibilitará que seja instaurada a reinserção da cidadania e da dignidade humana, calada pelo ciclo da violência, pelas diferenças de gênero e pela dominação masculina. A mobilização em torno desse tema fará com que alterações imprescindíveis se instalem no comportamento social, transformando-

34 ZEHR, *Ibidem*, p. 176.

35 ZEHR, *Ibidem*, p. 177.

36 SOARES, *Op. Cit.*, p. 274.

37 ZEHR, *Op. Cit.*, p. 178.

se, dessa maneira, a prática da justiça, produzindo, nesse viés, mudanças profundas nas relações interpessoais.

✂ 6. Conclusão

No mundo moderno, torna-se imprescindível o combate à violência em todas as suas formas. Os índices de violência que são praticados contra a mulher no interior dos lares, bem como os efeitos desastrosos e negativos são alarmantes, pois atingem não só a dignidade da mulher como também os sujeitos de direitos. Não só a lesão corporal, mas a mais invisível das formas de violência, como aquelas que são inclusive desprezadas e aceitas pelas vítimas e originam-se, principalmente, em virtude da predominância da dominação masculina, culmina na desestruturação do núcleo familiar, ou seja, acaba com qualquer possibilidade de afeto e respeito dentro da família.

Muitas vezes, o ambiente doméstico torna-se escola de agressores, num futuro bem próximo, causando um inevitável círculo vicioso, que precisa ser combatido pelo Direito, como também por políticas públicas amplas, voltadas à vítima, ao agressor e àquelas pessoas que estão inseridas neste campo de violência. Para tanto, é fundamental a participação do Estado para que, em parceria com a sociedade e com todas as organizações que formam um Estado Democrático de Direito, o quanto antes, se criem e se estruturam eficazes redes de atendimento multidisciplinar às vítimas de violência doméstica.

A aplicação das práticas de Justiça Restaurativa, que podem ser empregadas tanto às mulheres, como aos homens, demonstra poderosos aliados para a reabilitação desses agentes. Essas experiências possibilitarão um exame detalhado das atitudes e sentimentos nutridos pela vítima e pelo agressor, permitindo que o *self* seja reconstruído e que um conjunto de medidas reparatórias seja adotado pelos agentes.³⁸

Esse modelo de restauração da justiça possibilitará a reinserção da cidadania e da dignidade humana, rompida pelo ciclo da violência. A mobilização em torno dessa temática deve causar alterações expressivas no comportamento social, transformando a prática da justiça e produzindo mudanças fundamentais nas relações de gênero.

Daí, a importância da participação imprescindível do Estado perante a proteção da família. Para que de fato sejam aplicados os direitos humanos, valores fundamentais da República Federativa do Brasil e que representam a razão de ser do Estado, nas questões referentes aos direitos das mulheres, dentre eles o de viver sem violência; garantindo, dessa maneira, a efetivação da dignidade da mulher.

38 SOARES, Op. Cit., p. 274.

Referências

- BALESTRETTI, Ricardo Brissolla. **Prevenção ao uso indevido de drogas**: Curso de Capacitação para Conselheiros Municipais. Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional Antidrogas, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Campinas: Papyrus, 1996.
- _____. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- COLE, Susan. Mulheres de Atenas. O Nascimento da Democracia. **História viva**. Ano V, nº 58. São Paulo: Duetto, .
- DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.
- FINCO, Daniela; VIANNA Cláudia Consuelo. Meninas e meninos. In: PINTO, Graziela Pinto (coord.). **A mente do bebê**: o fascinante processo de formação do cérebro e da personalidade. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Duetto, 2008.
- MILLER, Jean - Marie. **O princípio de não-violência**. Lisboa: Instituto Piaget.
- Pesquisa DataSenado sobre Violência Doméstica contra a Mulher. Disponível em: <<http://www.violenciamulher.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/index.shtml>> Acesso em 29 de Outubro de 08.
- SABADELL, Ana Lucia. Manual de Sociologia Jurídica: introdução a uma leitura externa do Direito. 3. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2005.
- SOARES, Barbara Musumeci. **Mulheres Invisíveis**: violência conjugal e novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- ZEHR, Howard. **Trocando as lentes**: um novo foco sobre o crime e a justiça. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.

Categoria Estudante de Graduação

Relação dos artigos científicos premiados com Menção Honrosa

A íntegra dos artigos pode ser acessada em www.igualdadedegenero.cnpq.br

Oficinas em dinâmica de grupo: uma estratégia de prevenção à reincidência à violência

Ana Paula Dias Macedo

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG)

Orientadora: Prof^ª Betânia Diniz Gonçalves

Identidade de gênero e filmes infantis: um panorama sobre as novas perspectivas da construção da identidade de gênero em crianças

Heitor Tavares Zanoni

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Orientadora: Prof^ª Eliane Schmaltz Ferreira

Meninas e meninos em comunidade litorânea no nordeste brasileiro: um autorretrato

Lívia Rocha Machado Levi

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Orientadora: Prof^ª Adélia Augusta Souto de Oliveira

“De mulher para mulher”: representações das mulheres luteranas sobre a família, o feminismo, a igreja e a mídia

Marcilene Nascimento de Farias

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Orientadora: Prof. Diogo da Silva Roiz

Samba e Relações de Gênero na Ilha de Santa Catarina

Rodrigo Cantos Savelli Gomes

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Orientadora: Prof. Acácio Tadeu Camargo Piedade

As Relações de gênero “Piâm Id-Biyên Id-Prô” na Sociedade Apinayé: Um estudo exploratório nas aldeias São José e Bonito

Severina Alves de Almeida

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Orientadora: Prof^ª Eliana Henriques Moreira



Categoria Estudante de Ensino Médio

Categoria Estudante de Ensino Médio

Na categoria Estudante do Ensino Médio foram inscritas 2299 redações, das quais 357 foram pré-selecionadas pela equipe técnica da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e do UNIFEM.

A Comissão Julgadora do 4º Prêmio na categoria Estudante de Ensino Médio foi composta por Natalia Fontoura, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, da Universidade Federal de Pernambuco; Andréa Paula dos Santos, da Universidade Estadual de Ponta Grossa; Carla Giovana Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina; Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Natália Mori, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria; e Sonia Francine, subprefeita da Lapa, São Paulo.

A Comissão reuniu-se no CNPq no dia 31 de março de 2009, premiando um total de 18 redações de diferentes unidades da federação: 12 de autoria de mulheres e 6 de autoria de homens; entre essas, foram escolhidas as 3 melhores do país. Foram ainda conferidas 14 menções honrosas.

Essas redações foram selecionadas obedecendo aos critérios de: qualidade do texto quanto ao conteúdo: tema relevante problematizado consistentemente; qualidade do texto quanto à abordagem do tema: originalidade e criatividade; e qualidade do texto quanto à forma de apresentação: introdução, desenvolvimento e conclusão, estabelecendo conexões lógicas entre os argumentos.

As autoras e o autor das 3 melhores redações receberam um Laptop e uma impressora multifuncional e poderão receber Bolsa de Iniciação Científica Júnior. As 15 redações premiadas na etapa Unidades da Federação, premiaram suas autoras e autores com um computador.

As escolas a que pertencem as(os) premiadas(os) receberam um computador e uma assinatura anual da Revista Estudos Feministas e do Cadernos PAGU. As duas publicações também foram ofertadas às professoras e aos professores orientadores.

O grande destaque desta edição foi o aumento em 301% nas redações recebidas na categoria de Ensino Médio. Os diferentes textos recebidos refletem a criatividade dos estudantes e evidenciam como aos poucos as reflexões sobre as relações de gênero em suas interconexões com raça, etnia e sexualidade começam a sensibilizar as escolas do país.



Categoria Estudante
de Ensino Médio

Redações Premiadas
na Etapa Nacional

BAHIA – Tanquinho

Hoje é o meu dia...

Ketlin dos Santos Cerqueira

Colégio Estadual Novis Filho

Manhã de oito de março de 2008. Acorda Mulher, não se estica devidamente, pois suas costas refletem o peso do dia anterior e o anterior... É sábado, suas forças devem estar revitalizadas para a feira, imagina antecipadamente todos os pepinos, batatas, tomates, planejado precisamente para que o dinheiro possa comprar tudo e não falte nada, embora não estudara, administra com perfeição as contas que no momento só ela compreende... São sete horas, senão seis, se não cinco... Sei que é muito cedo... Levanta com disposição mediana, já é de costume o horário matinal... Lava o rosto e olha para o espelho, em frações de segundo pode ser que aquele olhar a tenha visto realmente, de repente volta aos seus pensamentos adicionando coentro e cebolinha à lista.

Não tão parafraseada a manhã, sei que tudo é feito com ligeireza, parece que o tempo se esgota muito rapidamente, agora mesmo eram dez horas e estava terminado de lavar as roupas, hora jaz 11:30 e o feijão está no fogo quase cozido, mas quase, que fogão lento... Outrora já limpei a casa que estava um horror, lavei a louça; e, olha só essas crianças preguiçosas, acabaram de acordar...

“- Que dia é hoje”, pergunta-se atordoada, o pagamento de seu Zé é dia 10... Eis que um grita, “- É sábado.” “- Sei que é sábado.” “- Mas então porque perguntou?” “- Quero saber a data, não o nome do dia.” “- Mas a senhora perguntou o dia e não a data.” E em meio ao vapor que saía como um apito da panela de pressão, calor fumegante das panelas e o derramamento quase timbaleiro da água torneiral que banhava o arroz no escoador... “- Cala menino, que diabos, só fica atormentando minha mente, não se pode mais perguntar nada que os filhos já respondem com ignorância, ô vida...” “- Mas mãe...” “- Mas nada! Deixe-me quieta! Oh! A quiabada está queimando! Ta vendo, fica tirando minha atenção, olha só no que deu. Oh! Minha quiabada...”

Como sempre, chega a hora do almoço. Dos filhos, uma come em frente ao computador, os outros dois em frente à TV, um no chão e outro no sofá. Avistando pouco de longe da cozinha se vê a cena em câmera lenta: os grãos de arroz parecem saltar sem direção dos pratos, a farinha em fumaça delicadamente parece transformar-se em poeira branca acinzentada encrostando o azulejo, o sofá, a mesinha e o teclado, que acabara de passar vassoura, escova, cera e flanela... Visão deplorável... “- Venham comer aqui!”, “- Mãe! É o GB esporte.” “- Eu! Já vai! Deixa eu baixar esse penúltimo download.” “- Eu nem digo, estou aqui quieto.”

Saem todos. Novamente a casa se vê em harmonia com os sons ensurdecedores, que já nem mais se escutam por ela, na verdade, em meio a tantos sons, tudo parece mais uma vez tranqüilo. Mais uma vez vassoura, escova, cera e flanela... Mais uma vez... “- Enfim acabei!” Embora ainda ajam isso e aquilo que ela preferira fazer mais tarde... Toma um banho não muito demorado, passa cremes da AV... Um aqui outro aculá, esse é para isso, mas antes a máscara daquilo que vai influenciar no amaciamento da pele e naquilo outro... Perfumada e extremamente abatida, deita-se na cama por um instante na busca de um relaxamento e sente toda a dor, em cada parte, cada membro em particular que a fez vivaz executar seus compromissos e todas as obrigações que lhe impusera obrigatoriamente de manhã.

Ouve-se da sala: “Mulher!”, “ô Mulher”. É o marido que enfim chega depois de passar três dias num Congresso, este provavelmente testou o efeito de coquetéis com álcool na elaboração contextual de suas teses.

Entusiasmada e excitada pela voz vibrante que pronunciava o seu nome, Mulher levantou-se bruscamente e esqueceu-se da dolorosa pontada que lhe entrevara a costa, tratou de se ajeitar e passar a mão nos cabelos, estava linda...

“- Mulher.” “- Oi amor!” “- Esquenta a comida.” “- Sim, querido.” Entrando na cozinha põe as panelas para ferver logo, conversando: “- Já voltou?” “- Não está me vendo aqui?” “- Sim, mas pensei que chegaria mais tarde.” “- Mais tarde penso em consertar uma válvula do carro.” “- Porque não deixa para amanhã? O Garcia abre domingo.” “- Mas já se viu, logo aquele trambiqueiro, foi ele mesmo quem quebrou o cabo de...” “- Ham?” “- Deixa pra lá, Mulher.” “- É que de noite pensei em fazermos algo.” “- Essa comida que não sai.” “- Já estou indo.” “- Então você vai consertar que horas?” “- Já falei que à noite e pra não me perturbar vou fazer isso lá no Garcia.” “- Mas você não disse que o Garcia era trambiqueiro?” “- O que você quer, Mulher, que irritação, já está me contrariando... Quer programar pra onde eu vou, onde eu deixo de ir. Sabe de uma, vou comer um hambúrguer.” E correndo para frente da porta, Mulher o parou. “- Amor, desculpe, desculpe, não foi minha intenção.” “- Como não, eu trabalho pra te dar tudo e é assim que me retribui?” “- Desculpe, querido.” E inclinando-se para receber um caloroso beijo no fervor apaixonado de reconciliação... Viu o vento diante de seus olhos tropeçando no nada, quase caindo... Seu marido já havia saído e sentara no sofá assistindo o jornal. Colocou a comida e levou para ele calmamente. “- E, essa quiabada está com cheiro de queimado.” - resmungou ele sem agradecer. “- Eu tirei a parte queimada, esta parte está boa.” “- Eu hein, estava de ovo virado, queimando tudo!” “- Devia estar, querido.” “- Está sendo irônica?” “- Irônica eu?” “- Está sendo de novo!”

Levantou-se num impulso avassalador e, jogando o prato de vidro contra a parede, extravasou em frases de baixo escalão toda uma contrariedade inútil e desnecessária... Tentando se retratar do que era na concepção voraz e animalesca irretratável, Mulher

estremeceu a voz quase falha: “- Desculpe”. Nunca imaginara estar nesta terrível situação, seu príncipe havia se tornado um monstro e qual seria o cavaleiro defensor? Quem lhe salvaria das chamas do dragão? Estava só e desprotegida, tão frágil... Tão surpresa... Levantando a mão, ele proferiu um golpe fatal, nem lhe era físico o tal, superficialmente sua carcaça poderia ser machucada, seu exterior marcado, sua vida tirada, todavia nada mais estava tão desmoralizado, destruído, machucado e marcado do que seu interior. Tudo isso lhe foi passado em segundos no arrepio que passou por todo o seu corpo antes da fatalidade...

De madrugada, mal se mexia na cama, mal respirava, seria um suspiro motivo suficiente para mais uma surra? Seria o puxar a mais de uma coberta que ele lhe xingaria inescrupulosamente? Não sabia o que fazer, a sua dor física de extrema intensidade pedia para que dormisse logo, a sua dor sentimental e intelectual não a fez pregar os olhos, por mais que quisesse...

Por mais que implorasse a Deus o seu consolo nos sonhos... Lembrou-se rapidamente do que lhe deram na feira: uma rosa vermelha. Vermelha como o sangue que escorreu pelo ralo da pia minutos atrás, vermelha como sua visão embaçada lhe mostrara a cortina... Vermelha como o batom que tinha posto nos lábios após o banho, vermelha como o tomate da feira... E lembrou-se das doces palavras do vendedor: “- Feliz dia das Mulheres, apesar de que todos os dias sejam os seus dias”. Lembrou-se da palestra que lhe parecia sem importância, falavam sobre a Lei Maria da Penha. Ela estava com pressa, mal deu ouvido, a feira estava infernal...

Pôde, ao comprar os tomates, ouvir um pouquinho: “violência contra a mulher”. Irônico, pois repetiam assim o seu nome. “Isso é besteira, essas mulheres gostam de apanhar, apanham e nem denunciam”, dizia a tomateira, como todos a chamavam. Tomates verdes, mas lhe interessavam mais os vermelhos, vermelhos...

Noutro dia, ligou para o nº. 180, sua amiga mais querida lhe indicou após emprestar-lhe uns óculos escuros... E todos os trâmites providenciados, e uma nova luta diária começou. Mulher hoje era muito mais forte, mais determinada, não tinha marido, porém havia dignidade para buscar um novo amor, não precisava de cavaleiro, já tinha sua espada, brilhante, afiada...

Dia 8 de Março de 2014. É sábado. Estava Mulher a ensinar a todas as mulheres numa palestra... Esbanjava veracidade, tanto no olhar como nos gestos e na feição, exalava justiça, garra e perseverança. Disse como Mulher era fraca, como Mulher hoje está forte e como continua a batalhar por **respeito** entre ambos os sexos e igualdade de Gênero. Como houve épocas em que nem os filhos tiravam Mulher da cama e como suas lágrimas inundaram os seres que a rodeavam e a compreendiam, estando ela numa casa de proteção. Tendo se lembrado de outros que não a compreendiam nem a

entendiam, pois viviam em suas “casas protegidas”. Como Mulher supera cada degrau a cada dia... Como a paciência não era virtude se Mulher fosse esperar que as violações passassem com o tempo... Como o tempo revelou a mulher guerreira que havia dentro da própria Mulher...

Mulher palestrou, todos estão orgulhosos, não precisou colocar maquiagem em excesso, não dispensou um batom rosa, Mulher estava linda! Entregou rosas brancas no auditório... Ao final de sua palestra é aplaudida de pé. Mulher sempre mostrou com o tempo sua evolução. Mulher revitalizou-se, mostrou-se atenta aos preceitos, aos conceitos e aos preconceitos seus e de outros. Mulher valorizou-se, vigorou-se, fortaleceu-se, surpreendeu a multidão...

Algumas mulheres ainda no impacto de tantas conquistas reveladas no evento tiveram receio em apoiar, de aplaudir, “seria aquela evolução toda uma afronta ao que sempre aprendeu?” - retrucaram umas, outras se identificaram de tal maneira que até hoje não cansaram de dar congratulações a Mulher. E até hoje, mesmo que em alguns lugares Mulher ainda seja vaiada, em cada vez mais lugares e situações permanece ovacionada...

Num sonho que pareceu tão real, pensara ter encontrado um pergaminho escrito por divindade... Havia muitas frases das quais não mais lembrara, logo que acordou, tratou de escrever o versículo que lembrou...

“- Estar-se-á salva com o escudo de tuas próprias convicções e manejará a espada do intelecto em prol da destruição dos teus dragões”.

Aliviada e relaxada, acordou em um outro dia qualquer, que deveras eu não tenho conhecimento, pois, nesse, Mulher não olhou o calendário... Espreguiçou-se devidamente, às 7:00 da manhã, levantou-se, olhou-se no espelho - sua face radiava - e, embora seu reflexo suspirava também uma guerreira marcada de cicatrizes das muitas lutas, com muita coragem sorriu e disse:

“- Hoje é o meu dia!”.

MARANHÃO – Dom Pedro

Sementes no chão

Jefferson Rocha

Associação Educacional Professora Noronha

Professor-orientador: David da Silva de Morais.

Meu nome é Maria dos Anjos. Sou uma ex-professora e diretora aposentada. Eu completei ontem oitenta e nove anos (não tenho vergonha de mostrar minha idade... pelo contrário, tenho orgulho!). É uma tarde de sábado chuvosa. Estava ainda pouco sentada na poltrona da biblioteca da minha casa, vendo a chuva cair, lembrando-me de toda a minha vida e de minhas experiências como professora. Decidi escrevê-las, para que não caíam no olvido como muitas das experiências humanas que mereciam ser contadas, mas nunca o foram, tirando assim a oportunidade de mudança que a história de muitos poderia ter tido.

Quando me percebi gente, vivia num subúrbio da cidade de São Paulo, porém minha mãe dizia que ela tinha nascido em Minas Gerais. Eu era a mais velha de quatro irmãs e três irmãos, vivendo quase que exclusivamente da renda da minha mãe que era lavandeira, já que todas as noites meu pai gastava no boteco quase tudo que ganhava como servente de pedreiro. Com renda apertada, havia dias em que comíamos apenas sardinha e ovo... (um verdadeiro luxo se comparado com aquilo que a vizinhança comia).

Nunca me esqueci das inúmeras vezes que tive que esconder meus irmãos das terríveis brigas que meus pais tinham. Chorava, implorava para que parassem, mais quase sempre minha mãe saía muito machucada, ficando até mesmo alguns dias sem trabalhar. Mas o que mais me indignava era o que mamãe dizia depois, quando falava sobre a briga: “Porcaria! Se tivesse a oportunidade de escolher, eu queria ter nascido homem!...”

Apesar dos comentários das vizinhas, consegui ir para a escola. Elas diziam coisas como: “Ela já está bem grande! Se estudar, vai virar uma ‘folgada’! Podia ajudar a coitada da mãe!”. Consegui me alfabetizar e cursei todo o ensino regular, mesmo que de forma precária, devido às nossas condições.

Muitos anos depois, nossa situação não melhorou nem sequer um pouco. Minha professora de português, por eu ser uma boa aluna e muito esforçada, emprestou-me um livro de José de Alencar, *Senhora*. Foi o melhor livro que tinha lido até então e aquele que mais revolucionou minha vida. Consegui ver em Aurélia Camargo uma mulher que sabia viver de forma independente, que havia formado um caráter forte depois de

tudo que sofrera com as injustiças dos homens. Ela fazia um contraste muito grande com as mulheres da minha vizinhança, incluindo minha mãe, que aguentavam toda sorte de sofrimentos passivamente, como se fosse a coisa mais normal do mundo. Comecei então a estabelecer um propósito: tornar-me-ia professora e tentaria mudar esse pensamento retrógrado, como acidentalmente mudaram o meu.

Algum tempo depois, minha mãe morreu de pneumonia, e meu pai fugiu dois dias após o acontecido. Apesar de ser a mais velha dos filhos, fui a única que sobrou em casa.

Uma de minhas irmãs, a mais bonita e totalmente analfabeta, foi “descoberta” e virou modelo, não sabíamos de quê exatamente (posteriormente, nós descobrimos que ela fazia fotos nua e seminua para calendários); a segunda vivia na calçada com as vizinhas, conversando sobre os rapazes que passavam na rua. Depois, fugiu com o “seu verdadeiro amor”, segundo ela; a terceira, mesmo estudando como eu, costumava ouvir os comentários maldosos das vizinhas. Acabou engravidando de um rapaz a quem namorava. Teve que abandonar os estudos para casar-se e cuidar de seus filhos e do marido (Posteriormente, eu soube que vivia a mesma vida que a mamãe...). Quanto aos rapazes, bem, esses, só Deus sabe onde estão...

Dessa forma, fiquei morando sozinha. Por desleixo, nunca até a época havia namorado. Então na vizinhança começaram a me chamar de “moça velha”. Fiquei com tanta raiva daquela gente, que resolvi me mudar. Mudei-me para um lugar não muito melhor que o aquele, todavia era mais perto de uma universidade, e comecei a fazer o magistério. Estudava e me esforçava tanto para ser professora... Tudo isso para cumprir o meu ideal: tentar, com as armas que tinha nas mãos, mudar a situação de injustiça que as mulheres passavam e fazer com que elas tomassem consciência da força que têm, para não se tornarem iguais a minhas vizinhas ou mesmo a minha pobre mãe.

Formei-me. Acho que fui a única da minha família (talvez até dos nossos conhecidos...) que tinha um diploma. Já com algum dinheiro de trabalhos em algumas escolas, e principalmente com mais experiência, mudei-me para o Rio de Janeiro. Mesmo com tantas vagas em outros lugares disponíveis, acabei recebendo uma vaga para ensinar numa escola de uma favela. “Ah não!” – pensava eu – “um lugar igual ao que vivia... pelo amor de Deus!” Mas mesmo assim, tendo eu uma missão como a que tinha, resolvi aceitar. Realmente, notei sem muito esforço que o lugar era igualzinho ao qual eu vivia antes em São Paulo, incluindo a situação de injustiça vivida pela mulher na sociedade. “Acho que a situação seria igual se viajasse para qualquer outra cidade do Brasil”, julgava eu.

Foi uma tristeza o início. Sabe o que é ter que dar aula a crianças que mal tinham tomado o café da manhã? E algumas, que não iam à escola só porque não tinham um

par de chinelos para calçar? Porém, o pior era ver que havia muitas meninas no lado de fora e poucas no lado de dentro. Será que todo o resto delas não tem capacidade de aprender e de desenvolver sua mente? “Tinham que ajudar os pais”, era a desculpa da maioria dos pais que ia visitar. Mas como eu ia argumentar com essas pessoas? Como eu ia dizer que estudo é crescimento, se a chance de ganhar dinheiro para não passar fome estava muito mais ao seu alcance? Meu trabalho era muito difícil. E quem falou que seria fácil?

Pensando no grande número de semi-analfabetismo entre as mulheres da região, resolvi fazer um trabalho voluntário para verdadeiramente alfabetizá-las (escolhi as mulheres porque a maioria entrava com a maior parte da renda em suas casas, de maneira que seriam as que mais necessitariam disso). Comecei com algumas vizinhas. Ouvindo da própria boca delas (algumas vezes das outras) os problemas, tão diferentes, e ao mesmo tempo tão iguais...

Com a vontade e o esforço que tinham, sabendo organizar o tempo, cuidando dos filhos e da casa, ou do seu horário de trabalho, ou até mesmo aproveitando o horário em que o marido estaria fora, elas aprenderam não só a ler palavras, mas também o mundo que estava em sua volta, e a viajar pela Literatura.

Acompanhei uma mulher negra, completamente analfabeta e desempregada. Ela apanhava muito do marido, pois este chegava bêbado e até algumas vezes drogado. Porém, aproveitando o tempo que tinha, voltou a ter ânimo de estudar e completou seus estudos. Nas primeiras vezes que saía de casa à escola, deixava um bilhete para o marido: “Faça você mesmo o almoço, fui ‘para’ a escola!” Quase chorei de emoção quando ouvi essa história. Mais tarde, acabou se divorciando dele e se preparou para um concurso. Passou e acabou se tornando uma secretária numa importante multinacional.

Vi uma quase-prostituta (digo isso porque já acompanhava meninas mais velhas do que ela para esses atos. Mas costumo sempre colocar esperança nos mais jovens, sendo que ela tinha apenas doze anos.) que trabalhava pela manhã para complementar a renda da família, que no começo não via a utilidade de se saber ler, viajar através da Literatura, deixando transformar sua mente de tal maneira que, apesar de todas as dificuldades, formou-se em psicologia, e hoje ajuda a muitas outras pessoas a mudarem de vida.

Eu vi também uma lavadeira que tinha que sustentar seis filhos com apenas o seu trabalho, tomando todas as suas poucas horas vagas para se alfabetizar. Conseguiu criar os seus filhos melhor, administrando o seu tempo, e hoje eles sabem fazer as escolhas certas, estando muito bem de vida. Também aprendeu a votar certo. Lembrome de vê-la, quando ainda analfabeta, pulando quando seu tradicional candidato

ganhava. Na outra eleição, ela torcia para aquele perder e seu novo candidato (ou melhor, candidata) ganhar, pois tinha as melhores propostas.

Ainda acompanhei o caso de uma ex-dona de boteco, que trazia menores para se prostituir. O seu boteco estava falindo, pois não sabia organizá-lo e acumulava muitas dívidas. Ela moralizou a sua mente, conseguiu aprender a administrar seu dinheiro melhor e passou a defender o direito das mulheres no bairro, assim como eu. Ela conseguiu montar o maior mercado da região e, utilizando de sua influência, ajudou a criar um instituto para cuidar dessas meninas que teriam como destino a prostituição.

Enfim, há tantos outros casos, uns mais emocionantes que os outros... Todas elas, mulheres que tinham no espírito a força de lutar não só contra um inimigo delas - a própria sociedade, mas um inimigo de todos: o mau uso da educação na sociedade. Consegui criar aurélias-camargo-de-um-salário-mínimo. Fico feliz em saber que a cada dia as mulheres vêm ganhando seu lugar, mas, sobretudo, como sendo a melhor alternativa. Fico feliz também em ver que muitas que eu ajudei tornaram-se árvores, que já geraram frutos e vão, com certeza, espalhar suas sementes. Há ainda nesta sociedade moderna, mais com o pensamento arcaico, muitas diferenças entre as mulheres e os homens, que vão além do natural. Mas tenho certeza de que a verdadeira educação, coisa que vai muito além de conteúdos e provas, é algo que faz abrir a mente das pessoas, sejam homens ou mulheres, para os erros que nossa sociedade - por negligência de todos - tem e dá condições para tentarem consertá-la. Além dos vários outros problemas, a desigualdade entre os gêneros será também consertada, principalmente se somado à força que a mulher tem.

Era o que eu tinha a deixar. Já está começando a anoitecer e a chuva ainda cai lá fora. Só espero que as sementes que plantei com tanto esforço floresçam. Mas só em saber que cumpri meu ideal no meu mundo, poderei morrer feliz.

RIO DE JANEIRO – Resende

Mãe cadê minha liberdade?

Amanda Vieira Guimarães Frias

Colégio Resende – Anglo

Professor Orientador: João Marcelo de Jesus da Silva

Hoje é o dia que mais esperei: chegaram os meus 18 anos. Acordei animada, feliz, respirando liberdade. Marquei de comemorar a minha data com as amigas.

Passou rápido, o telefone tocou constantemente: eram os velhos amigos me desejando felicidades e, como sempre, juízo. Ah! Como odeio quando me desejam juízo. Mal sabem eles que o juízo é o meu melhor amigo...

Um pequeno momento de distração e, quando olhei para o relógio, tomei aquele susto: já eram 20h! Logo as meninas iriam chegar para me pegar! Apressei: tomei um banho e me arrumei como nunca. Afinal, a noite prometia.

Finalmente estou pronta e, como diriam as minhas amigas, para “matar”. Olhei-me no espelho por vezes para ter certeza de que estava perfeita para curtir a noite perfeita. Elas chegaram.

De longe escutei a buzina, os gritos e risadas altas de pessoas que não precisavam dar satisfação de sua euforia. Saí de casa como sempre sonhei: sem avisar. Ao chegar ao portão, só me lembrei de dizer um “Tchau, mãe! Não tenho hora para chegar”. Nada de insistir para aumentar o horário ou algo do tipo.

Entrei no carro. Estavam todas lindas e muito divertidas. Vi um rosto diferente, quietinho, no canto do carro. Logo, as meninas me apresentaram: era Marcela. Engraçado, ela me chamou a atenção... Um sorriso tímido e um olhar que não consigo explicar. Bem, imediatamente as meninas, com o seu jeito nada distraído, puxaram a minha atenção dizendo para onde iríamos: para aquela boate que sempre sonhei em entrar, mas a idade não me permitia. Hoje, eu posso tudo.

A noite foi perfeita. Marcela aos poucos foi se soltando, mas sem deixar de lado o seu jeito discreto. Não sei o que me aconteceu nessa noite, eu podia fazer tudo o que quisesse. Tinha muitos carinhas me dando mole, e eu? Não quis ficar com nenhum deles. As meninas zoaram com a minha cara.

Algo em mim não estava certo. Passei a noite toda olhando para Marcela, tentando entender o que se passava por trás daquele olhar que me deixava profundamente

curiosa. Ela era uma menina de tamanho médio, olhos que pareciam um mar negro, o corpo típico da mulher brasileira, curvas perfeitas. No carro, trocamos o endereço de Orkut e MSN, além do telefone. Afinal, agora ela fazia parte da galera.

Cheguei a casa às cinco e meia da manhã. Minha mãe dormia um sono profundo. Eu estava muito cansada, tão cansada que, quando me deitei na cama, mal conseguia fechar os olhos. Fiquei em dúvida se era o cansaço ou a imagem de Marcela que não saía de minha cabeça. Não me contive: peguei o celular. Mandei uma mensagem de texto dizendo que tinha adorado a noite ao seu lado, e que acreditava que aquilo era apenas o começo de uma grande amizade.

Não entendia porque tinha gostado tão fácil dela. Afinal, sua timidez era tanta que quem a olha poderia chamá-la de antipática. Semanas, meses se passaram e eu aguardava, ansiosa, os finais de semana para vê-la. Num destes, mal podia acreditar: eu dormiria na casa de Marcela. Saímos à noite, tomamos umas cervejas e fomos embora.

Chegamos a sua casa. Ela foi tomar banho e eu fiquei esperando em seu quarto. Como num súbito de curiosidade, comecei a observar o cômodo, os livros, as fotos - como se aquilo pudesse me saciar, matar o mistério que existia por traz daqueles olhos.

Ouvi o chuveiro desligar. Peguei minhas coisas e fui tomar o meu banho. Não sabia por que, mas o coração batia forte, tão forte, que parecia saltar do peito. Saí. Marcela estava ligando o som. Por um momento, meu olhar se perdeu no dela: aquele momento parecia eterno. Ela foi chegando cada vez mais perto, mais perto e me beijou.

Sim, Marcela me beijou. Aquele momento foi mágico... E eu não queria que acabasse jamais. Mas como isso não poderia acontecer, afinal eu sou hetero... Sou? Era? Já não sabia. Só tinha comigo que não queria mais sair dos braços de Marcela.

No outro dia, acordei com ela ao meu lado. Ela esta tão feliz quanto eu. Amava-me tanto quanto eu a amava.

E assim foram os nossos próximos cinco meses. Até chegar a um ponto que não dava mais para esconder. Era difícil não poder ir com ela a todos os lugares, pegar em sua mão quando íamos à praia.

As nossas amigas começaram a desconfiar e logo tiveram a certeza de que estávamos namorando. Algumas aceitaram, outras sumiram como num passe de mágica. Chegou a hora que eu mais temia: a de encarar minha mãe.

Mãe é mãe, conhece o filho: também já desconfiava. A conversa foi dura, mas nada

que um carinho de mãe não resolvesse. Ela procurou me entender da melhor forma possível. Meu coração estava aliviado.

Liguei para a Marcela para contar que tudo tinha corrido da melhor forma possível. A nossa alegria estava completa. Os finais de semana juntas, dessa vez realmente juntas, sem precisar se esconder de uma sociedade preconceituosa.

Doce ilusão: como já dizia a minha mãe, “alegria de pobre dura pouco”. Estávamos em um restaurante quando começaram os olhares, os comentários... Para evitar qualquer tipo de constrangimento, pagamos a conta depressa e fomos embora.

Sentamos na praia e percebi um olhar triste no rosto da minha menina. Perguntei o que foi, mas ela não respondeu. Então, ficamos ali por algum tempo e fomos para casa dela. Ao chegarmos, ainda sim percebi que ela estava muito triste. Queria me dizer alguma coisa. Insisti para que ela me contasse o que a incomodava tanto.

De forma tão carinhosa, começou o meu pior pesadelo ali: terminava o meu melhor sonho. Ela me explicava que me amava como nunca amou ninguém, mas, além de amar dentro de um relacionamento homossexual, precisava ter força para superar o preconceito.

Ela não conseguia mais seguir com nosso namoro. Não gostava dos olhares, das piadas: queria ser livre. Eu tentei argumentar que juntas nós iríamos conseguir forças para superar todo o preconceito. Mas ela não me ouviu. Eu estava tão mal que preferi ir embora, com a esperança de que ela pudesse pensar melhor e voltar atrás de sua decisão. O choro saía de forma incontrolável. Marcela tentou me consolar. Nada era pior que aquilo.

Cheguei a casa. Minha mãe estava na sala assistindo televisão. Logo me abraçou, perguntando o que tinha acontecido. Eu tentei explicar. Não conseguia. Ela me abraçou outra vez, dizendo que tudo ficaria bem.

Eu não aceitava que tinha perdido o que mais amava na vida. Não era uma mulher, sim, o meu amor por causa de um preconceito bobo.

Dias se passaram, nenhuma notícia da minha menina. Peguei o telefone e liguei: não me atendeu. Tentei o dia inteiro, nada. Resolvi ir até o seu apartamento. Toquei a campainha incessantemente, sem resposta. Até que o vizinho apareceu, dando a notícia de que o apartamento estava vazio. Quem ali morava tinha se mudado.

Era difícil acreditar. Minha menina se foi sem nem dizer adeus. Fiquei sem chão. Uma voz calma me arrancou do meu desespero. Era o senhor do apartamento ao lado.

Perguntava se eu estava bem. Balancei a cabeça afirmativamente e sai como um raio.

Fui para casa. Chorei como uma criança que se perde de seus pais. Era impossível, depois de tudo que vivemos, ela simplesmente se foi. Com o tempo, foi chegando uma conformação de que realmente eu tinha perdido o meu amor.

Minha mãe veio conversar comigo. Queria saber se eu não voltaria a sair, afinal, muito tempo já tinha se passado. Precisava voltar a viver. Disse que sim e que ligaria para as meninas, marcar alguma coisa. Mas uma pergunta não me deixava em paz e não me contive, perguntei a minha mãe: “Mãe, cadê minha liberdade? De amar quem meu coração mandar, de ser livre para ser feliz. Onde ela esta?”

Ela, com um jeito muito amigável, e simples, disse: “Filha, o mundo só vai deixar de ser preconceituoso quando descobrir que o amor vai além daquilo que se encontra no meio das pernas de uma pessoa. Ele simplesmente é, nada mais. E enquanto o mundo não entende, simplesmente ame.”



Categoria Estudante
de Ensino Médio

Redações Premiadas
na Etapa por Unidade
da Federação

DISTRITO FEDERAL – Brasília

A figura feminina e masculina através dos tempos

Jéssica Fernandes de Oliveira

Centro Educacional Leonardo da Vinci

Um dia, quando nem existia ainda a denominação “dia”, Deus acordou — Ele dorme?— inspirado. Cansado de viver nas trevas disse: — Haja luz. Houve luz. E assim foi com todo o resto do Universo. Mas as coisas estavam meio desorganizadas, foi aí que o Criador resolveu fazer um ser, o qual dominaria sobre os peixes, as aves, os animais domésticos (ele tinha uma visão futurista), os répteis e sobre toda a terra. Foi nesse contexto que surgiu Adão, o primeiro homem da história.

Não obstante, o Todo Poderoso percebeu que podia fazer melhor e, então, criou a primeira mulher da humanidade, Eva. Não a fez a partir da cabeça do homem, para que não fosse soberba; não a fez a partir dos olhos, para que não fosse depravada; não a partir do ouvido, para que não ficasse escutando conversa de outrem; não a partir do pescoço, para que não fosse arrogante; não a partir da boca, para que não fosse tagarela — percebe-se que a tentativa foi bem-sucedida —; não a partir do coração, para que não fosse assentida de inveja; não a partir da mão, para que não fosse enxerida; não a partir do pé, para que não fosse sedentária. Resolveu fazê-la de uma parte casta do corpo, como não tinha muitas opções, escolheu a costela.

Adão logo gostou da novidade. O Todo Poderoso criou várias habilidades e as distribuiu entre ele e Eva e assim, os dois se completavam. O homem ganhou muita habilidade no processo de informações espaciais, ligadas à geometria dos objetos. Já a mulher ganhava de goleada quando o assunto era capacidade de verbalização e socialização, mesmo a Terra não sendo muito povoada naquele tempo.

A capacidade de enxergar; a memória inconsciente, tudo o que usamos no dia-a-dia, mas que não precisa ser processado no nível da consciência; e a semântica, associação entre fatos e conceitos, foram igualmente disseminadas entre os dois. Já a memória episódica, que funciona como um grande arquivo de eventos ocorridos no passado, foi dada à Eva, assim como uma grande intuição, autocontrole e um olfato mais desenvolvido. A resistência ao frio, grande força física e alto limiar de dor couberam a Adão.

A escrita ainda não havia sido inventada, vivia-se na pré-história. Não havia classes, leis, crimes, nem prisões. A paz, justiça e liberdade eram plenas e todos viviam como irmãos e irmãs. Período Paleolítico. O planeta já estava povoado, pelos descendentes

de Adão e Eva, e os seres humanos estavam espalhados aos quatro ventos. As mulheres eram o eixo e o foco da organização social, a figura feminina era bastante valorizada por causa da fertilidade. Embora hoje se saiba que uma mulher não pode engravidar sozinha, há milhares de anos, homens e mulheres não sabiam como funcionava o mecanismo de concepção. Como essa habilidade de procriar era misteriosa, as mulheres eram elevadas à categoria de semideusas. Nas produções artísticas dessa época, nota-se que não há presença de figuras masculinas, tanto na pintura quanto na escultura predominam as femininas. As mulheres fruía dos mesmos direitos que os homens.

Posteriormente, no Período Neolítico, a caça foi abandonada e se passou a domesticar animais. Pela análise do comportamento dos bichos observou-se o papel do macho na procriação. Os valores masculinos começaram a predominar, fundando uma política nova, o patriarcado. Então, a mulher teve sua imagem depreciada e com o passar dos anos foi vista como propriedade do homem, imagem que persistiu durante a maior parte da história da humanidade. Na Idade Antiga, tudo que dizia respeito às mulheres era desvalorizado. Elas eram consideradas inferiores, vistas exclusivamente como reprodutoras e não tinham o direito de opinar, ou seja, seu comportamento era de total submissão à sociedade patriarcal.

Na Idade Média a força da Igreja Católica atingiu seu ápice, e essa passou a controlar de todas as maneiras possíveis o comportamento social. Dizia que Deus teria criado apenas o homem à sua imagem e semelhança, sendo a mulher uma criação secundária e, além disso, que ela teria sido a culpada pela expulsão dos homens do paraíso. Isso serviu de pretexto para reforçar a suposta superioridade masculina, idéia que já predominava na Idade Antiga. Várias violações e crimes foram cometidos contra as mulheres. Muitas conheciam as ervas que funcionavam como remédios naturais, por isso foram acusadas de fazer feitiçarias e usar poderes sobrenaturais. Tidas como hereges foram queimadas, em fogueiras, aos montes pela Igreja.

Durante a época medieval, o homem, no sentido genérico do termo, foi uma criatura frágil e submissa à vontade de Deus. Na Idade Moderna, com o surgimento do humanismo, ele tornou-se responsável por si mesmo e não mais subordinado à pretensão divina. Isso abriu caminho para a libertação feminina, pois a justificativa da superioridade do homem em relação à mulher pelo seu contexto de criação — homem criado à imagem e semelhança de Deus e mulher criada a partir de uma costela do homem — já não tinha sentido ou significância.

Ainda no século XVI lançou-se uma campanha a favor do Romantismo. Surgiu aí uma segunda mulher, não mais desestimada, mas sim enaltecida. O iluminismo, no século XVIII, reforçou essa corrente. Mas mesmo essa mulher alteada continuava subordinada ao homem. A mulher não existia para si mesma, no sentido de viver para atender

as suas necessidades como ser humano. Em vez disso, os interesses dos filhos e dos maridos eram colocados em primeiro lugar. Sendo assim, elas existiam para servir a reclamos alheios.

A História e a Ciência, como outras áreas, pouco citam mulheres como precursoras de algum feito digno de reconhecimento. Apenas os homens trabalhavam fora, o que possibilitou que eles desenvolvessem diversos campos do conhecimento e pudessem atuar em todos os setores da sociedade, aparecendo como agentes da história, ou seja, aqueles que decidiram o rumo da humanidade. Enquanto isso, as mulheres ficavam em casa cuidando dos afazeres domésticos, da educação dos filhos e das vontades dos maridos, os quais na concepção vigente na época eram seus donos.

O tempo passou e o sexo apelidado de frágil se rebelou. Nesse contexto, o movimento feminista dos anos 60 foi de extrema importância. Na Idade Contemporânea, as mulheres se uniram para lutar contra a opressão que as sufocava. Queimaram sutiãs e outros objetos típicos femininos em praça pública, a fim de mostrar quem mandava em quem. Foram mulheres que se libertaram dos códigos culturais e das crenças sociais e se impuseram como donas do próprio destino, impedindo que os homens continuassem a conduzir suas vidas e demonstrando que queriam atuar de forma ativa na sociedade. E hoje, graças à determinação que essas mulheres tiveram em mostrar seu potencial e aos homens que aderiram às causas feministas, a Constituição garante direitos iguais entre os gêneros.

Mas se os homens pensam que acabou por aí, estão enganados. É apenas o início de um pacto diabólico que as mulheres estão tramando para dominar mundo. Tudo está sendo planejado prudentemente, para que eles não percebam. Primeiro elas pedem igualdade entre os sexos. Mas os homens, tolos, nem ligam para isso, pois parece besteira.

De pouco em pouco as mulheres vão conquistando funções arditas: diretoras, executivas, empresárias, gerentes disso, chefes daquilo. E os homens, muito ingênuos, nem suspeitam de nada. Enquanto elas conversam horas e horas ao telefone, eles pensam que se trata de fofoca. Infeliz engano. De fato é o levante se expandindo nos intervalos das novelas. “Oi amiga!”, por exemplo, é a senha que identifica as mentoras. “Calorias” são as células que formam a organização. Quando querem referir-se aos maridos dizem “meu cabelo”, por isso as constantes insatisfações e reclamações femininas sobre isso. Dizer que querem o cabelo liso ou enrolado, assim ou assado, significa que querem ter outro marido ou que ele mude. E eles não notam nada, ficam jogando futebol ou sinuca com os amigos e tomando cerveja, despreocupados. E continuam fazendo coisas de homem: compreender mapas, desentupir pias, carregar malas, abrir potes de palmito.

Então virá o golpe mundial. O estopim será o evento Penélope-charmosa. Certa manhã,

a Casa Branca aparecerá pintada de rosa-choque. MUAHUAHA (risadinha maligna). É o sinal que as mulheres do mundo inteiro esperam. O motim terá sido bem-sucedido! Então elas assumirão o poder em todo o planeta. Instituirão como equipamento obrigatório de todos os carros o piloto automático e estabelecerão a Lei Vá-Para-Casa, proibindo os homens de tomar chope depois do serviço. E, obviamente, a cada mês, a afamada semana internacional da TPM, designada por várias alcunhas: Temporada Proibida para Machos; Tendência a Pontapés e Murros; Tocou, Perguntou, Morreu. Nesse período o planeta correrá risco de confrontação nuclear.

Até Deus temerá as mulheres, e se sentirá pressionado a satisfazer todas as suas vontades. Elas exigirão trocar de lugar com os homens. Estes vão ficar menstruados e terão cólicas terríveis; ficarão grávidos e sentirão as dores do parto; se tornarão mais sensíveis; serão incompreendidos; terão que se depilar e se apaixonarão por mulheres que buscam apenas satisfação sexual. Sofrerão discriminação no mercado de trabalho; serão explorados pela publicidade como meros objetos sexuais e ainda terão uma jornada dupla de trabalho.

As mulheres passarão a dirigir para os homens, na verdade o piloto automático fará isso; pagarão as contas dos restaurantes, afinal terão melhor remuneração; terão que agüentar as freqüentes mudanças de humor dos seus companheiros, por causa das oscilações hormonais; carregarão objetos pesados; resolverão problemas nas instalações elétricas e vão matar baratas para acalmar os homens, que gritarão histericamente quando virem esse ou qualquer outro ser que apresente mais de quatro patas ou possua antenas, os abomináveis insetos.

Então, chegará um tempo em que homens e mulheres compreenderão que a discussão sobre qual sexo é superior, é irrelevante, pois a existência de ambos baseia-se em uma relação de dependência mútua. Darão valor um ao outro e entenderão que podem e devem viver em igualdade em detrimento da discriminação. As diferenças e os direitos humanos serão respeitados, as disparidades entre os gêneros superadas e as mulheres estarão completamente integradas à economia, à política e à sociedade em geral. E assim, o alicerce de um mundo mais justo estará constituído, pois não é ser homem ou mulher que torna um indivíduo mais ou menos ser humano.

🔗 Bibliografia

- <http://www.maranata.org.br/images/humor/verissimo.htm>
- <http://www.baciadasalmas.com/2007/a-mulher/>
- http://super.abril.com.br/superarquivo/2004/conteudo_124323.shtml
- <http://cienciahoje.uol.com.br/128593>
- <http://www.brasilecola.com/historia/cleopatra.htm>
- <http://www.historiadaarte.com.br/arteprehistorica.html>

ESPÍRITO SANTO – Viana

Nada de “sexo frágil”

Iago Abdalla Fantin

Centro de Ensino Charles Darwin

Professor orientador: Hélio Sandro Patrocínio de Almeida

A suprema Constituição Federal determina que: “todos são iguais perante a lei”. No entanto, infelizmente a realidade brasileira é bem diferente. Há preconceitos de classes, religiões, sexualidade e gêneros, dentre muitos outros. A sociedade, por exemplo, ainda não aceita a entrada da mulher no mercado de trabalho, mesmo passados muitos anos de luta por igualdade de direitos.

Com a chamada Revolução Industrial do século XIX, e o conseqüente desenvolvimento das fábricas, as mulheres começaram a integrar mais efetivamente os postos de trabalho. Assim, ocorreu uma ruptura do modelo de sociedade patriarcal existente. Posteriormente, as duas grandes guerras do século XX trouxeram a consolidação dessa ruptura, devido à substituição, nas fábricas, dos homens que foram para as frentes de batalha pelas esposas que ficaram em casa. Afinal, a produção de mercadorias deveria continuar para abastecer toda a sociedade.

Após um século, entretanto, ainda percebe-se a discriminação relacionada às mulheres. Elas recebem em média menos que os homens, mesmo – muitas vezes – com maior escolaridade e com postos mais elevados. Tal situação pode ser explicada por preconceitos existentes no mundo dos empregos, que se baseiam na errônea “teoria” de que mulheres não são capazes de desempenhar importantes funções. O que é um equívoco, porque elas geralmente possuem todos os critérios curriculares necessários para desenvolver seu trabalho e, além disso, apresentam características muito importantes para o mercado, como organização e sensibilidade acentuadas. Assim sendo, são muito bem qualificadas para realizar quaisquer atividades, inclusive desempenhar posições de chefia. Desse modo, pode-se perceber parte de toda uma problemática envolvendo a aceitação das mulheres em um espaço que por muito tempo fora considerado “masculino”.

Outro fator que se deve destacar são as agressões sofridas por mulheres. Esse tipo de situação demonstra claramente as diferenças entre os gêneros. Ou seja, as mulheres tornam-se mais suscetíveis aos “desequilíbrios” do sexo oposto por disporem de características físicas mais delicadas. Assim, muitas vezes tornam-se vítimas de indesejáveis ocorrências policiais.

Dentro desse contexto, é válido ressaltar a recente promulgação da Lei Maria da

Penha. Ela intensifica as punições de agressões sofridas por mulheres, adotando penas mais rigorosas. É uma ação do Congresso que deve ser aplaudida, pois chama atenção para a gravidade desse tipo de crime e a necessidade de combatê-lo. Contudo, há uma constante preocupação acerca do cumprimento da lei, visto que faz-se necessária uma intensa fiscalização para garantir a punição dos covardes agressores.

O ataque à estrutura das mulheres, todavia, não permanece apenas no contexto físico. No campo psicológico, elas também são vitimadas. Exemplo disso é o conceito de beleza veiculado pela mídia, principalmente através das novelas na televisão. Assim, lamentavelmente, as mulheres são submetidas a rótulos e acabam deixando de lado sua própria personalidade. Pode-se observar, porém, que muitas vezes essa situação se inverte e passa a alcançar também os homens.

Com isso, urge que haja maior divulgação de elementos que busquem a igualdade de gêneros. Como exemplo, podemos citar o movimento feminista. Trata-se de uma importantíssima corrente de luta pelos direitos da mulher e pela elevação de pessoas do sexo masculino e feminino a um mesmo patamar social. Assim, percebe-se que a mulher não tem nada de “sexo frágil”, ao contrário, ela sabe defender muito bem suas causas e lutar por seus direitos até conquistá-los. Foi exatamente o que aconteceu com a farmacêutica Maria da Penha que deu nome à nova lei. Ela foi agredida pelo marido durante vários anos e ficou paraplégica por causa disso. Mesmo assim, a pena dele foi reduzida para apenas dois anos. Então, ela começou uma luta, com o apoio de instituições internacionais, que culminou com a criação da lei que leva o seu nome.

É importante lembrar, contudo, que o feminismo não deve ser uma luta apenas das mulheres. Os homens também devem se engajar na causa de uma sociedade mais igualitária e sem diferenças de gênero. Afinal, deveres e direitos devem ser divididos entre ambos os sexos para que todos sejam beneficiados. Nesse caso, é válido citar a relação familiar entre pais e mães. Ou seja, se a responsabilidade da maternidade e dos cuidados com a casa for dividida, a mulher pode contribuir com o orçamento familiar e melhorar a qualidade de vida de toda a família.

Conclui-se, portanto, que é necessária uma reestruturação dos modelos culturais machistas e patriarcais existentes, a fim de se obter a tão sonhada igualdade de gênero. Somente desse modo a população brasileira deixará de assistir aos abomináveis casos de agressão às mulheres; a sua entrada no mercado de trabalho se consolidará e construiremos uma sociedade mais justa.

GOIÁS – Goiânia

Carta à Ministra

Luiz Fernando Neto Silva

Colégio Dinâmico

Professora Orientadora: Márcia Maria Magalhães Borges

Goiânia, dezembro de 2008.

Excelentíssima Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República Nilcéa Freire.

Gostaria de inicialmente parabenizar-lhe pelo excelente trabalho que Vossa Excelência vem desempenhando frente a essa Secretaria. Mas o assunto de que venho tratar não é esse.

As mulheres, como é de conhecimento de todos, vêm ao longo do tempo conquistando um maior espaço na sociedade e deixaram de ser apenas mães e donas de casa, para se tornarem profissionais competentes. Mas apesar disso o preconceito e as desigualdades ainda são enormes, o que pode ser constatado quando comparamos o salário do homem desempenhando o mesmo cargo que uma mulher e recebendo bem mais. Como publicado no respeitado jornal Correio Braziliense, segundo dados do relatório anual do Fórum Mundial de Economia, em Genebra, em que em termos de igualdade salarial o Brasil tem que 42% das mulheres brasileiras recebem menos que os homens, assim, de 130 países, Brasil ocupa o 100º lugar. Por isso gostaria que Vossa Excelência tentasse combater esse tipo de prática que é tão comum e que deixa a todos indignados e espero com ansiedade que nos próximos anos o Brasil ocupe uma melhor posição.

A aprovação da Lei 11.340, de 07.08.2006, popularmente conhecida como “Maria da Penha”, é um bom exemplo de que a política de assistência às mulheres pode ser bem sucedida, antes homens que cometiam esse crime apenas pagavam uma cesta básica e saíam impunes, hoje eles já têm uma punição maior, como a prisão.

Vossa Excelência é um exemplo de como as mulheres vêm conquistando cargos públicos de grande destaque, assim como a presidente da Argentina Cristina Kirchner, e que sabem realizar um trabalho eficiente. Muitas mulheres lhe admiram por sua coragem em manifestações feitas antes de assumir esse cargo e de como conseguiu eleger-se à primeira mulher reitora em universidades públicas do Rio de Janeiro, exercendo seu mandato de 2000 a 2003 na UERJ.

O Dia Internacional da Mulher em oito de março demonstra a força e a importância que ela tem no mundo. Sei que no Brasil a mulher tem grande relevância em comparação com outros países em que a mulher é considerada um ser inferior que deve ser submisso ao homem, como ocorria na Idade Média, e que a violência às que desrespeitam as normas vai desde o apedrejamento, ao estupro coletivo - o que é um absurdo para os dias de hoje -, estes comportamentos são produto de uma cultura machista e preconceituosa.

Quando li uma notícia no site da SPM de que a população feminina em presídios no Brasil aumentou consideravelmente nos últimos anos, concordei plenamente com uma fala de Vossa Excelência: “Até na mais terrível situação que é a perda da liberdade, homens e mulheres são desiguais”, o que é uma injustiça que deve ser discutida.

Gostaria que Vossa Excelência transmitisse meus sinceros cumprimentos ao Presidente da República Federativa do Brasil, Excelentíssimo Luiz Inácio da Silva, carinhosamente conhecido como Lula, por sua iniciativa de sancionar a lei que amplia os direitos das mulheres grávidas, pois são elas quem carregam em seus ventres o futuro do nosso país, por isso essas crianças devem ter mais tempo com suas mães para garantir um maior cuidado.

Também gostaria de dizer que gostei muito da iniciativa da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) de lançamento da campanha nacional “Homens unidos pelo fim da violência contra as Mulheres”, que conscientiza e alerta os homens para não cometerem esse tipo de violência e pedem apoio para o combatê-la.

Por último, gostaria que novas medidas que garantam os direitos das mulheres e impeçam a humilhação, o sofrimento e o descaso contra elas sejam tomadas, já que são tão importantes para a sociedade.

Desde já agradeço a atenção dispensada,

Atenciosamente,

Luiz Fernando Neto Silva (Presidente da Organização Todos Lutando Pelas Mulheres)

*Obs.: O cargo e a Organização são meramente ilustrativos, para contribuir com as informações contidas no teor do texto, portanto são inexistentes.

Referências bibliográficas:

http://www.correiobraziliense.com.br/html/sessao_1/2008/11/12/noticia_interna,id_sessao=1&id_noticia=48032/noticia_interna.shtml

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/noticias/ultimas_noticias/not_feminina_triplica_prisao/

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/noticias/ultimas_noticias/not_site_homens_violencia/

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/noticias/ultimas_noticias/not_sancao_gravidas/

MINAS GERAIS – Viçosa

Despertador

Raquel Heckert César Bastos

Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa

Professora orientadora: Silvana Marchesani

Maísha acordou assustada. Tinha muito que fazer. O relógio marcava 4:55. Por que será que o relógio não despertou? Depois resolveria isso. Tinha que correr se quisesse chegar à sala de orações das mulheres antes do nascer do sol. Colocou a burca e o véu e desceu correndo as escadas que dariam num corredor que levava à salinha velha e empoeirada, onde já se encontravam todas as outras mulheres da casa. Entrou em uma porta e ajoelhou-se do lado de sua mãe, repetindo os movimentos que sabia de cor.

Acabadas as orações, Maísha levantou-se. Acompanhada das três esposas de seu pai, foi para a cozinha. Após ter ajudado a preparar o desjejum, ajeitou a burca, para que apenas seus olhos ficassem à vista, abaixou a cabeça em sinal de submissão e entrou na grande sala em que os homens da casa tinham feito suas orações e preparavam-se para o desjejum. Observou a nova tapeçaria persa, comprada pelo pai na véspera. Era bonita, cheia de bordados.

Mas não se demorou muito ali. Voltou para a cozinha e esperou ouvir o sino, que indicava o fim da refeição e a permissão para ela, a mãe e as outras esposas retirarem as sobras da sala. Levaram-nas para a cozinha, onde as outras filhas de seu pai esperavam ansiosamente. Saborearam ali mesmo os restos do desjejum, que quase não deu para alimentar todas as quatro e as crianças, mas que elas degustaram com muita vontade. Dessa vez tinha sobrado até um pedaço de bolo! Os menores foram lavar a louça e Maísha obteve permissão da mãe para se retirar.

* * *

Jennifer acordou assustada. Tinha muito que fazer. O relógio marcava 7:00. Por que será que o relógio não despertou? Depois resolveria isso. Tinha que correr se quisesse que as crianças não perdessem o primeiro horário. Correu de quarto em quarto acordando os dois filhos. Depois, seguiu direto para a cozinha, sem nem tirar a camisolinha que o marido lhe dera de presente mês passado. Presente para ela, ou para ele? Não sabia. Mas não se importava. Estava ocupada demais para pensar nessas coisas. Naquele momento outras coisas a preocupavam. Será que o ovo não está queimando? Como é mesmo que o Júnior gosta do cereal? O padeiro não vendeu pão velho de novo, vendeu?

Depois de posta a mesa, correu para trocar de roupa e encontrou com os filhos na escada. Entrou no quarto sem fazer barulho... Não podia acordar seu marido. Vestiu-se

em silêncio, passou o batom e desceu, já com as chaves do carro. Não teve tempo nem de tomar o “breakfast”. Deixou os pequenos na escola e chegou ao escritório em que trabalhava como secretária.

Mas hoje estava com sorte: seu chefe ainda não tinha chegado. Deixou em ordem a mesa dele, com todos os assuntos que deveria tratar nas reuniões da manhã e pediu à outra secretária que a substituísse por uns minutos, enquanto ia à lanchonete comer um ovo e uma fatia de bacon. Nisso, seu celular tocou, seu marido a censurou porque as panquecas não estavam prontas. Ela não tinha tido tempo de fazê-las, mas ele podia ir à esquina, onde tinham ótimas panquecas. Desligou o celular e retirou-se.

* * *

Rafaela acordou assustada. Tinha muito que fazer. O relógio marcava 8:30. Por que será que o relógio não despertou? Depois resolveria isso. Tinha que correr se não quisesse deixar os amigos esperando por muito tempo. Foi voando tomar um banho. Achou estranho que a menstruação ainda não tivesse chegado. Já tinha duas semanas de atraso. Será que estava grávida? Se estivesse teria que abortar de novo. Nem sabia quem seria o pai! Toda vez era um diferente. Ela não gostava nem um pouco disso, mas seus amigos diziam que era o preço que ela tinha de pagar para andar com a turminha popular do colégio. Todas as suas amigas pagavam esse preço também. Certa vez, para que essa galerinha toda passasse de ano, ela foi “dada de presente” a um professor. Mas, na televisão, quem não é popular é figurante ou excluído. E ela não queria ser nenhum dos dois! Então, pagava esse “pequeno” preço.

Saiu do banho e, em quinze minutos, secou o cabelo, passou a chapinha e a maquiagem. Pôs uma roupa parecida com a que a atriz da novela usou na semana passada. Olhou-se no espelho. Ele dizia que ela estava acima do peso, embora a balança dissesse o contrário. Resolveu, então, usar a pressa como desculpa e não comer nada. Quem sabe assim não ficaria igual aquela garota da passarela? Suas amigas iriam morrer de inveja! A idade para ser modelo era agora, com seus 14 anos. Tinha de aproveitar. Então, driblando a vigilância da mãe, retirou-se para o shopping.

* * *

Essas três mulheres se encontram em três diferentes lugares do mundo e sofrem três diferentes tipos de opressão, sem que se possa dizer qual dos três é pior. Elas representam mulheres que já se conformaram com essa situação ao ponto de não perceberem mais que são oprimidas. Aprenderam a parar de olhar para outras realidades, perderam a sensibilidade e se conformaram em não fazer nada. Acham que já conquistaram muitos direitos. Mas é um sonho achar que nada precisa ser feito. E parece que nenhuma delas despertou ainda desse sonho. Talvez o despertador esteja sem pilha. Será?

PARAÍBA – Guarabira

Tristes Reprises da Realidade

Igor Isídio Gomes da Silva

Executivo Colégio e Curso

Professora Orientadora: Islene Manguiera Soares

De olhos fechados, sentia as lágrimas escorrerem devagar pelo meu rosto enquanto um filme dramático se reproduzia em minha mente. Chorar já não me aliviava, mas acreditava que desabafar me daria algum conforto. Outras mulheres me olhavam, como se estivessem traduzindo meus sentimentos, talvez porque elas mesmas tenham passado por situações semelhantes ou até piores. As palavras estavam presas e precisavam de um empurrão para sair. Foi o que tiveram:

- Seja bem vinda ao grupo! Fique à vontade para falar sobre o que tem passado. Não se sinta constrangida, todas aqui certamente já passaram por algo semelhante.

Ela estava certa. Eu não precisava guardar tanta dor dentro de mim. Minha alma precisava respirar. Então, arrumei a postura na cadeira enquanto enxugava as lágrimas com o dorso da mão, suspirei e comecei:

- Olá! Meu nome é Adélia, tenho 31 anos, sou mãe de três filhos. Eu... Eu casei muito nova, tinha 17 anos e estava grávida quando fui morar com o meu ma... Com meu ex-marido. Não cheguei a terminar o segundo grau. Odair e até o meu pai me disseram que eu não precisaria de estudo, que não seria preciso esquentar a cabeça trabalhando fora, que eu tomaria conta da casa e das crianças e ele daria conta das despesas. Eu estava tão feliz no começo, vivendo meu próprio conto de fadas com o meu príncipe encantado. Não demorou muito e...

As cenas mais humilhantes da minha vida assaltaram minha cabeça novamente e minha voz falhou. Dor, gritos, vergonha e toda a devastação que aquele homem provocou em mim. Lágrimas voltaram a correr no meu rosto através dos sulcos que a minha pele não tinha naquele tempo. Respirei fundo, tentando controlar o leve tremor da mão. Continuei com a voz tão rígida quanto possível:

- Os momentos de felicidade do começo do casamento não duraram muito. Odair já não era aquele homem carinhoso dos tempos de paquera. Os desentendimentos começaram a aparecer e ele parecia me evitar, mal parava em casa. Achei que estava me traindo, mas evitei falar sobre o assunto, afinal é normal que todo homem pule a cerca depois de certo tempo, quando o casamento esfria. Meu pai tinha outra e todos sabiam, mas minha mãe nunca quis chateá-lo fazendo perguntas e dando uma de

ciumenta. Mesmo assim, o casamento dos meus pais já durava mais de 30 anos. Não se mexe em time que está ganhando, por isso segui o exemplo da minha mãe e resolvi ficar calada. Fui seguindo um conselho dela: “Homem sempre sabe o que faz”.

Muitas mulheres baixaram a cabeça ao escutar o começo da minha história, como se reconhecessem na minha a mesma ingenuidade e submissão que também marcaram o começo das suas histórias. Sentia-me mais à vontade agora. O filme já não me assombrava tanto. Continuei:

- Quando ele chegava, eu baixava a cabeça, fazia o que ele pedia, o satisfazia em tudo. Deixava sua roupa impecável, do jeito que ele queria. Fazia sempre o almoço do jeito que ele queria. Na cama, era sempre do jeito que ele queria. Ele tinha posse sobre mim e as crianças. Eu não me importava com isso, porque estava ali pra servir e ser fiel ao meu marido. Mas, com o tempo, ele vinha cada vez menos em casa, e passou a atrasar as contas do mês. Começamos a passar por privações, pois ele não colocava mais dinheiro em casa. Não agüentei ver meus filhos sofrendo.

- Um dia, antes de ir pra escola, meu filho mais novo me perguntou: “Mãe, porque a gente não pode mais comer bife?” Aquele olhar inocente me fez tomar uma atitude. Não podia continuar assim.

- Tomei coragem e decidi falar com Odair. Quando ele chegou em casa, esperei a oportunidade certa para falar. Tentei colocar uma nota de autoridade na voz, mas o que saiu foi quase uma súplica: “Odair, as crianças já tão passando necessidade. A despensa tá vazia faz um tempão. Teu salário atrasou esse mês?”

- Ele não teve mais as palavras de um príncipe encantado: “Cala a boca e vê se não enche o saco, sua vadia!”

- “Vadia? Eu?” Não agüentei e gritei: “Não me chama de vadia, seu grosso! O único vadio que eu vejo aqui é você, que nem pra colocar comida em casa serve! Seu noj...”

- Fui interrompida por um soco forte na boca. Levei outro no olho, e mais outro, e mais outro. Vários pontapés. Ele batia forte em mim enquanto me insultava com as piores palavras que se pode imaginar. Não conseguia me defender, ele segurava meus pulsos com força. Me arrastou até o quarto, puxando pelos cabelos. Me jogou no chão com violência. Ouvei bater a porta e dar duas voltas com a chave pelo lado de fora. Eu estava ali, sangrando pela boca, cheia de dor, machucada por dentro e por fora. Todo encanto que teria restado do início do casamento morreu naquele dia...

Nesse momento do relato, uma mulher que estava ao meu lado começou a chorar baixinho. Percebi hematomas nos seus braços e no seu rosto. Ela sabia do que eu

estava falando.

- Não contei a ninguém sobre o que aconteceu. Os vizinhos devem ter escutado os gritos e perguntaram o que se passou. Eu disse que não tinha sido nada, só uma briguinha de casal. Não queria ninguém metido na minha vida. Era minha casa, meu casamento, meu marido, minha vida particular. Aos meus filhos e às outras pessoas, contei que havia caído da goiabeira no quintal quando colhia algumas frutas para o suco do almoço. Tentei levar a vida normalmente, como se nada tivesse acontecido.

- A vida normal que eu tanto sonhei, tanto desejei, tanto busquei com um “bom casamento” estava cada dia mais longe de mim. Odair agora bebia com mais frequência e eu apanhei inúmeras vezes em silêncio, de forma tão brutal quanto na primeira vez. Tive que criar novas histórias: escorreguei no piso molhado, bati a cabeça no armário por acidente, caí da escada e até fui assaltada. Tentava esconder minha situação das outras pessoas, principalmente das fofoqueiras da rua, por isso não saía mais de casa. Só não consegui mais esconder dos meus filhos, era inevitável. Tantas vezes eles choraram encolhidos em um recanto, esperando que os gritos cessassem. Tantas vezes eram eles que me tiravam do chão, que cuidavam das minhas feridas. Não dava mais pra continuar assim.

- Minha irmã soube que eu estava apanhando com frequência e me deu coragem pra denunciar Odair. A princípio a idéia não me parecia sensata, achei que não precisaria de uma atitude tão drástica. E se ele fosse enquadrado na tal Maria da Penha e ficasse um bom tempo preso, quem iria colocar comida dentro de casa? Mesmo sendo um carrasco, era ele quem sustentava a família. Mas minha irmã me convenceu a denunciá-lo o quanto antes e assim eu fiz. Fui à delegacia e prestei queixa contra meu ex-marido.

- Minha vida não melhorou com essa decisão. Tive que fazer exames para comprovar as agressões. Tive que agüentar os olhares fulminantes de Odair enquanto ele era algemado. Tive que suportar o falatório da rua. Além de tudo, passei a depender da ajuda dos familiares para sustentar minha casa, pois não tinha perspectiva alguma de arranjar um emprego decente. Parecia que as coisas estavam, na verdade, piorando.

- Então bateu o arrependimento e, num impulso, retirei a queixa, tentando acreditar que Odair mudaria seu comportamento passando alguns dias em cana. Só mais uma de minhas ilusões bobas. Não demorou uma semana e ele me bateu de novo. Uma arma estava apontada para minha cabeça e eu pedia para não morrer. Minha mente perdeu a lucidez bruscamente. Não era a morte, era uma coronhada que veio acompanhada de mais vergonha, dor e sangue. Me arrependi por me arrepender e fui novamente à Delegacia da Mulher.

- Odair foi preso mais uma vez. Continuei em dificuldades, mas ao menos agora eu me sentia segura. Comecei a batalhar para sustentar as crianças e tentar curar as feridas deixadas por esse trauma. Uma amiga me falou que um grupo de mulheres que passaram por situações semelhantes se reunia aqui e eram amparadas por esta ONG. E aqui estou eu.

Não esperava pelos aplausos, mas os recebi como reconhecimento à minha coragem. Chorei de novo, mas as lágrimas eram diferentes desta vez. Eram doces lágrimas de superação.

Nos anos que sucederam à minha separação, fiz de tudo um pouco: lavei e passei para fora, fiz costura, vendi sorvete, doces, quentinhas. Sempre dava um jeito de cobrir as despesas no final do mês e, apesar do aperto, ninguém passou fome. Não passou muito tempo e Odair já estava livre novamente. Pedi proteção judicial e ele acabou sem poder se aproximar de mim ou das crianças. Também tentei fazer com que ele pagasse pensão aos filhos, mas o emprego do canalha era informal e ele não tinha como comprovar renda. Era melhor assim, pois pelo menos pude dizer que nunca precisei do dinheiro daquele homem asqueroso depois que nos separamos.

Meus filhos eram bons na escola, tinham boas notas. Quando me dei conta, os três já estavam empregados, eram donos de si. Só então pude olhar para mim mesma. Resolvi que era muito nova para desistir de uma nova vida e voltei aos estudos. Como nada foi fácil na minha vida, concluir o Ensino Médio também foi um desafio, mas fui além. Sempre lia muitos livros de auto-ajuda que me trouxessem algum raio de esperança, então me interessei pelo estudo das emoções humanas. Ao contrário de todas as expectativas e com muito esforço, passei no vestibular e fui graduada no Curso de Psicologia. Por ironia do destino ou obra divina, fui empregada na mesma ONG que me assistiu nos momentos mais difíceis da minha vida.

Hoje comando grupos de mulheres vítimas da violência doméstica. Meu papel agora é o daquela que dá o primeiro empurrão para que elas se livrem de seus pesadelos e achem a luz no fim do túnel. No início de cada novo relato, percebo com tristeza as lágrimas que escorrem do rosto das protagonistas de histórias tão parecidas.

PARANÁ – Curitiba

Mulheres, cada vez mais em destaque

Renato Sellaro Dorighello

Colégio Dom Bosco

As difíceis relações entre homens e mulheres se devem às diferenças entre os dois gêneros, cada vez mais questionadas com o passar dos anos. Mulheres querendo conquistar seu espaço e homens, muitas vezes presos aos ideais do passado, não conseguindo aceitar ou acostumar-se com as mudanças.

Ao longo dos séculos XIX e XX, a força de trabalho feminina aumentou expressivamente. No caso do Brasil, a razão de sexo (nome dado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ao indicador demográfico que mostra a proporção de mulheres no mercado de trabalho em relação à de homens) tem aumentado a cada senso, esta é uma tendência demográfica no Brasil, visto que a população de mulheres é maior que a de homens.

As mulheres, segundo a última Síntese de Indicadores Sociais do IGBE, têm sua participação no mercado de trabalho concentrada em quatro grandes categorias ocupacionais. São elas: serviços em geral, trabalho agrícola, serviços administrativos e comércio. Como é possível observar, as mulheres ainda ocupam, em sua maioria, áreas de trabalho que não exigem alta qualificação ou nenhuma qualificação; as áreas citadas correspondem a 70% da mão-de-obra feminina. Outro dado relevante, conforme a OIT (Organização Internacional do Trabalho), é que o desemprego atinge mais as mulheres que os homens. Elas continuam sendo menos remuneradas que eles, pois seu salário equivale a cerca de 60% do salário dos homens. Por outro lado, as mulheres buscam estar cada vez mais qualificadas para o mercado de trabalho, já que elas são maioria nas universidades públicas e particulares do país. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), elas se formam mais do que os homens, que possuem maiores índices de abandono de cursos. Mesmo assim, ainda há diferenças no Mercado de trabalho entre gêneros.

Essas diferenças se devem ao aspecto cultural de nossa sociedade. Mulheres sempre foram vistas pelos homens como seres inferiores que tinham a função de manter a casa e educar os filhos, sendo o homem o único provedor das necessidades da família. Com o avanço da sociedade e das lutas pelos direitos femininos, as mulheres foram conquistando seu espaço. Mas os homens nem sempre se sentiram muito confortáveis com as novidades. Segundo a ministra Nilcéa Freire da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, as diferenças no mercado de trabalho, como o fato de que quanto

maior a escolaridade das mulheres maior a diferença salarial perante os homens, só pode ter uma explicação: discriminação e preconceito, pois de acordo com ela, temos uma cultura machista.

Nossa sociedade tem evoluído, visto que hoje, já é possível presenciar situações em que mulheres comandam lares, embora ainda seja um número muito pequeno em relação às famílias comandadas pelos homens. Esse número vem crescendo. Entre 1996 e 2006, o percentual de mulheres responsáveis pelos domicílios aumentou em 79%, enquanto o número de lares chefiados por homens aumentou 25%, segundo dados do IBGE. Há também um aumento significativo na presença de mulheres em cargos de liderança no Brasil, mostra um estudo feito pela consultoria internacional *Great Place to Work*. Existem ainda, na maioria dos casos, aquelas com múltipla jornada dentro e fora de casa.

Dentre os profissionais de educação, como por exemplo, as professoras, pode-se encontrar várias mulheres com dupla jornada de trabalho. Elas, muitas vezes, têm que trabalhar durante o dia inteiro, no período escolar, e ainda ao chegar a casa têm que cumprir tarefas domésticas, como limpar, ajudar os filhos com a lição e fazer o jantar. Mas há também outras profissões em que a presença de mulheres com jornada dupla de trabalho é muito grande, como enfermeiras, domésticas, advogadas, etc.

As mulheres que necessitam trabalhar para ajudar na renda da família, ou muitas vezes até sustentá-las sozinhas, ainda têm que fazer serviços domésticos quando retornam do trabalho. Segundo dados do relatório Tempo, Trabalho e Afazeres Domésticos do IBGE de 2007, foi comprovado que as mulheres gastam o mesmo tempo nas atividades realizadas tanto fora quanto dentro de casa. Portanto, elas chegam a ter jornada duas vezes maior que a dos homens. Enquanto 90% das mulheres vivem essa realidade, somente 50% dos homens participam das tarefas domésticas. O estudo também mostrou que quanto maior a escolaridade da mulher (mais anos de estudo), melhor a sua participação dentro de casa.

Ha também outros fatores que sobrecarregam a jornada da mulher brasileira. Segundo o Fórum Itinerante sobre a Previdência Social Brasileira (INESC, abril de 2007), do qual participaram organizações como Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), “a precariedade dos serviços públicos em termos de saúde, a falta de creches e pré-escolas e todos os problemas em termos de segurança pública são um peso a mais na dupla jornada das mulheres”. Essa dupla jornada tem trazido varias dificuldades para elas, pois precisam desempenhar diversas funções ao mesmo tempo. Além do trabalho, têm de dar atenção para seus filhos e, muitas vezes, esse lado mãe, depois de um dia inteiro de trabalho, não é inteiramente aproveitado.

Em um artigo titulado “A Mulher e a Dupla Jornada de Trabalho” (publicado pelo site Tiatro.com), o jornalista Marco Antonio Furlanetto ressaltou que: “o trabalho da mulher envolve a séria condição de assimilar o que se passa no mundo. Ela precisa estar constantemente envolvida com o lado humano das pessoas. A profissional, a mãe e a dona de casa precisam descansar, estar mais presentes em casa e envolvidas com o acompanhamento das atividades dos filhos.” A principal consequência desse fenômeno é que a família passa a contar com uma mulher sempre cansada e estressada com o trabalho - à beira da exaustão. Isso pode trazer péssimas consequências, pois são as mulheres que, na maioria das vezes, são as responsáveis pelo bom relacionamento da família.

Um fenômeno decorrente da inserção da mulher no mercado de trabalho, com maior escolaridade que o homem, é a “inversão” de papéis da família. Muitas vezes por causa dos filhos, casais de classe média optam por apenas um trabalhar e o outro ficar em casa cuidando deles e dos afazeres domésticos. Em muitos casos, quem vai trabalhar é a mulher e não o homem, como se poderia pensar por diversos motivos, escolhendo-se aquele que possui o maior salário. Um estudo do IPEA de 2008 mostrou que o número de famílias formadas por casais com filhos e “chefiadas” por mulheres entre 1997 e 2007, passou de 600 mil para quase 3,3 milhões, e isso representa 11,2% do total de famílias formadas por casais com filhos.

Outro fator que acaba causando a inversão de papéis dentro de casa é o desemprego. O homem perde seu emprego e tem que ficar em casa cuidando das tarefas domésticas enquanto sua esposa trabalha para sustentar a família. Porém, para a professora de psicologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Ana Paula Uziel, “ainda é muito difícil para a sociedade aceitar a inversão de papéis dentro de casa. No fundo, eu acho que tem sempre uma torcida de todo mundo para que tudo volte a ser o normal. Ficam com pena desse homem que não tem emprego ou com pena dessa mulher que trabalha demais. E aí, muitos deles não aguentam. E na primeira chance, voltam a trabalhar.”

A sociedade tem se modificado, como mostram as novas formas de divisão de trabalho dentro de casa. Mulheres trabalhando e homens ficando em casa para cuidar dos filhos. Mulheres estudando mais que os homens e tendo mais qualificações, inclusive melhores que as deles. Isso mostra como, ainda que devagar, a igualdade entre os gêneros vem sendo alcançada, mesmo que as mulheres tenham muito que conquistar, pois nossa sociedade continua sendo machista e muitos preconceitos têm que ser quebrados.

Estamos no caminho certo, em direção a um possível ideal de igualdade entre os gêne-

ros, muitas associações e organizações que lutam pelos direitos das mulheres já conquistaram muitas coisas e vão continuar conquistando. O fato de que um dia teremos uma sociedade onde não haverá mais preconceitos e discriminações contra a mulher é uma realidade, no entanto, esse dia não chegará se ficamos de braços cruzados, será necessária muita luta para alcançarmos o que almejamos e muita colaboração de toda a sociedade. Nosso dever como cidadãos e cidadãs é garantir que isso se cumpra, devemos participar de assembleias, cobrar nossos governantes, denunciar negligências, ou seja, fazer a nosso papel! Não podemos somente esperar que o governo tome uma atitude, é necessária uma mobilização popular.

☞ Referências bibliográficas

IBGE (2007). Publicação de Pesquisa: Mulher de Hoje. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acessado em 28/10/2008.

G1 São Paulo (2007). Notícia: Mulheres têm obtido mais sucesso nos cursos de ensino superior. Disponível em <<http://g1.globo.com>> Acessado em 28/10/2008.

G1 (2006). Notícia Mulheres brasileiras ainda sofrem com desigualdade. Disponível em <<http://g1.globo.com>> Acessado em 28/10/2008.

Great Place to Work Institute Brasil (2008). Notícia: Mulheres em cargos de liderança. Disponível em <<http://www.greatplacetowork.com.br>> Acessado em 28/10/2008.

Fórum Itinerante e Paralelo sobre a Previdência Social (2007). Documento: Carta de Brasília. Disponível em. <http://www.app.com.br> Acessado em 28/10/2008.

Furlanetto. Marco Antonio. Publicação do Artigo: A Mulher e a Dupla Jornada de Trabalho. Disponível em <<http://www.tiadro.com>> Acessado em 28/10/2008.

Portal Cosmo Online (SP) (2008). Notícia: Mulheres chefiam cada vez mais famílias brasileiras. Disponível em <http://www.ipea.gov.br> Acessado em 28/10/2008.

G1 (2008). Reportagem: O crescimento dos donos de casa. Disponível em <http://ideolobos.com> Acessado em 28/10/2008.

PIAUI – Parnaíba

A revolução das mulheres e a sua influência

Karolline Maria dos Santos Paiva

Colégio Nossa Senhora das Graças

Na época da Revolução Francesa, dizia-se o lema: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. De fato, tal movimento histórico reivindicava isso e, mais tarde, pôde influenciar várias nações e culturas. Curiosamente, os quadros artísticos e pinturas usavam a imagem de uma mulher guerreira, com a bandeira francesa erguida em uma das mãos e à frente do exército como o símbolo da Revolução. Constituiu-se em um paradoxo. Afinal, as mulheres ainda tiveram que batalhar bastante e durante séculos depois de tal acontecimento para conseguir obter aquilo almejado no lema.

Hoje em dia, percebem-se os avanços provenientes da árdua e constante luta feminista: cientistas, presidentes de empresas e de países, representantes da Organização das Nações Unidas, juízas, desembargadoras. Cargos que, antes eram predominantemente de ocupação masculina, já chegam a igualar-se entre ambos os sexos. Não se pode, porém, afirmar que não haja mais desigualdades de gênero.

A Ciência explica que as mulheres têm a visão periférica mais desenvolvida que a dos homens e que elas têm maior habilidade para lidar com várias coisas ao mesmo tempo, enquanto que eles optam por concentrar-se em apenas uma de cada vez. Se a mulher apresenta tantas vantagens intelectuais quanto o homem, por que ainda percebe-se aquela obscura discriminação para com o sexo feminino?

De acordo com a professora de filosofia, Márcia Tiburi, os filósofos homens tentaram definir uma natureza às mulheres e ditar-lhes uma lei, uma inscrição no universo previamente tecido da tradição. Certamente, a História demonstra o papel secundário que a mulher exercia há alguns anos: cuidar dos afazeres domésticos, alimentar e dar carinho aos filhos e dar assistência familiar ao marido, sem interferir na decisão patriarcal, que era aquela que prevalecia.

Devido à mudança de pensamentos e às conquistas obtidas pelas organizações feministas, as mulheres puderam se inserir no mercado de trabalho, conseguir o direito de votar e de serem votadas e impor-se igualitariamente ao homem nas questões sócio-econômicas. Em 1932, por exemplo, as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto por meio de um decreto-lei promulgado por Getúlio Vargas.

Não há como, todavia, ludibriar-se com as inúmeras vitórias femininas. Há ainda muitas diferenças injustas e desvantajosas para as mulheres que precisam ser combatidas.

Um dos maiores desafios destacados pela deputada Iara Bernardi, representante do Brasil na 49ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher, é a igualdade salarial. Segundo a deputada, “não é possível que as mulheres, apesar de serem maioria na mão-de-obra ativa, ainda ganhem 40% menos do que o homem”.

Outro problema de âmbito feminino é a agressão física, psicológica e/ou moral a que é submetida a mulher. Vários casos de mulheres que sofrem com o espancamento, a negligência e a violência de seus maridos ou parentes são divulgados na mídia. Estima-se que quatro mulheres são agredidas por minuto no Brasil. Muitas nem têm a coragem de denunciar o criminoso.

A democracia brasileira, com relação a esse aspecto social, conseguiu progredir por meio da Lei Maria da Penha, sancionada pelo presidente Luís Inácio da Silva. A lei recebe tal denominação a fim de homenagear a biofarmacêutica Maria da Penha Maia, a qual lutou durante vinte anos para ver seu agressor condenado. A Lei Maria da Penha estipula a criação de um juizado especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para dar mais agilidade aos processos. Além disso, também se triplicou a pena para agressões domésticas contra as mulheres e se aumentaram os mecanismos de proteção das vítimas. Conforme acredita a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, “quando se oferece à sociedade uma estrutura de serviços onde as mulheres se sintam encorajadas a denunciar porque tem uma rede de proteção para atendê-las, você aumenta a possibilidade de número de denúncias”.

A discriminação, embora sucinta, com relação às mulheres se apresenta em suas variadas formas e em seus variados graus de violência: o preconceito no mercado de trabalho científico, por existir pouca presença feminina na área das ciências exatas e biológicas; o preconceito de que “mulher boa é aquela que fica em casa, esquentando a barriga no fogão”; o preconceito de que os homens têm maior desempenho nos esportes de alto nível do que as mulheres (suposição recentemente descartada e revista, por causa do melhor desempenho feminino nas Olimpíadas de Beijing).

Veem-se preconceito e alguma mensagem subliminar de inferioridade da mulher até mesmo nas coisas mais triviais e que passam tão despercebidas que poucas são as pessoas conscientes disso. Numa propaganda de cerveja, por exemplo, presencia-se uma mulher de beleza exuberante e carisma sensual, com trajes vulgares, aproximando-se com uma bandeja cheia de garrafas de bebida. Eis um apelo à vulgaridade da mulher. Outro exemplo consiste nos vídeos musicais de cantores norte-americanos de *hip-hop*, que contaminam as mentes de crianças e jovens com ideais machistas e imagens pornográficas de mulheres balançando os seus *humps* para qualquer um e fazendo movimentos corporais obscenos.

Alguns caracterizam tal comportamento como “coisa da modernidade” e “que os

tempos já são outros”. Mal sabem os mesmos que isso pode desencadear em uma futura aversão à moral social e em comportamentos patológicos posteriores. Os produtos de *marketing* que tratam a mulher como “coisa” ou “objeto” acabam ratificando a condição obsoleta de inferioridade feminina.

Felizmente, a concepção machista de mundo vem adquirindo seus últimos adeptos devido ao progresso de pensamento referente aos direitos e deveres da mulher, como um ser atuante na cidadania e na sociedade em geral, não importando sua condição social ou física. Engana-se quem ainda sustenta a teoria de supremacia masculina. Afinal, o homem quase sempre fora favorecido historicamente. A mulher, ao contrário, teve que exercer trabalho dobrado para obter os mesmos direitos de seu oposto. Não obstante, muitas barreiras de ordem psicológica e cultural ainda precisam ser transpostas a fim de obter a plena igualdade de gênero. Certamente, elas serão devidamente ultrapassadas em um futuro próximo.

RIO GRANDE DO NORTE – Natal

Mais simples do que usar saias

Rita Pinto Amorim das Virgens

Colégio Henrique Catriciano

Professora Orientadora: Rosane Luz

Sempre fui muito impressionada em como os meus dois avós paternos eram singulares. A minha avó era uma mulher daquelas que podemos dizer “macha”. Criou os sete filhos na “rédea curta”, e em toda a sua vida foi muito forte, enfrentou um câncer no pulmão com muita força de vontade e de viver, chegando até seus 89 anos lúcida e feliz.

O meu avô, já falecido há muito, segundo os relatos do meu pai, era exatamente o contrário dela: tinha preenchido os álbuns do bebê de todos os seus filhos, e na adolescência de alguns dos meninos, já recomendava usarem a tal “camisa de Vênus”. Ele era o elemento “recreativo” das crianças.

Agora vamos ao choque: O meu pai tem 58 anos, meu avô morreu quando ele tinha 10, fazendo as contas, essas coisas aconteceram entre a década de 30 e a de 40. Podem fechar as bocas agora porque não é nada demais: Sim! Vovô Joaquim era um homem extremamente à frente do seu tempo, mais ainda do que muitos homens nascidos em 1980.

Ele não fazia tarefas domésticas e nem saía em passeatas pelos direitos da mulher, mas eu digo que talvez tenha sido um dos primeiros homens feministas, apenas pelo fato dele não se incomodar em fazer tarefas que são comuns às mães, e ter tido outros tipos de pensamento que não eram típicos dos homens da época. Ele já falava em camisinha com seus filhos enquanto quase todos os outros pais não se preocupavam nem em dizer “Não meu filho. Não é certo transar com uma menina correndo o risco de engravidá-la, se você não quer um bebê”. Já sabia que era errado dizer que a mulher engravidou porque quis, ou porque “seduziu” o menino.

Talvez ele nem tenha sido lembrado para isso, não há nenhum registro em que ele fale “sou feminista!” Mas que ele encarava o sexo oposto como um grupo de pessoas com os mesmos direitos dos homens de sere livre, isso ele encarava.

O feminismo não é um movimento composto por mulheres as quais se consideram mais que os homens, ou os subjugam, como eles têm feito com nós, seres do sexo feminino, há milhares de anos. Elas simplesmente lutam pelo direito de não ganhar um salário desfalcado por terem nascido meninas, de trabalhar fora, de dividir tarefas domésticas, de ter a almejada liberdade de exprimir seus pensamentos em uma sociedade patriarcal e, sobretudo, de serem tratadas com igualdade. Não está nos

planos das feministas queimar “machos” na fogueira, como muitos pensam. Apenas querem, e muito, o equilíbrio.

Sim, ainda há homens que se acham melhores que as mulheres em relação a tudo, pensam ter o poder total de dar a última palavra aos filhos, ignorando completamente a decisão de sua companheira, batem nelas e nas próprias filhas, as querem apenas dentro de casa não as apóiam. Isso tudo porque foram educados em uma fôrma machista, sempre escutando “meninos serão sempre meninos” e outras frases do gênero. Como é injusto que eles tenham se tornado assim, muitas vezes porque que já está embutido em suas (e em de muitas) cabeças a idealização da mulher perfeita, já definida há muito pelo seu Complexo de Édipo. Almejam continuar tendo suas comidas prontas, suas faxinas feitas, seus cabelos penteados, suas camas quentes e suas cabeças frias porque as mães deles já agiam assim, como mulheres machistas. Isso é um ciclo vicioso que continua a desenrolar-se durante gerações e mais gerações. Um ciclo que agora causa intriga, porque o feminismo é uma coisa recente, a qual nos faz despertar para como o nosso estilo de vida está deturpado e para como as nossas mães agiam erroneamente, simplesmente aceitando coisas impostas pelos maridos que as julgavam erradas, afinal o bem do casamento vinha antes do que achava certo, ou queriam achar.

Diante disso, mulheres e meninas: vamos ensinar aos nossos filhos a serem feministas! Dividindo os trabalhos domésticos com os nossos companheiros e os ensinando a serem independentes. Acredite que no pacote está incluso o respeito, a compreensão, e resultará em homens e mulheres aptos a conviver com a diferença, não só entre gêneros, mas entre os seres humanos como um todo.

E para esses meninos que hoje já cresceram e não tiveram a sorte de ter uma educação feminista, precisar entender que a nossa alma está acima da nossa força física e de como parecemos por fora, assim como a amplitude de quem somos, é essencial. No final, tudo deságua no fato de sermos seres humanos que vivem, que cantam, que escutam, que falam, que têm opiniões, que possuem uma mente pensante e um coração pulsante. É fantástico demais estar aqui vivendo para preocupar-se com coisas tão pequenas como querer ser e ter mais que os outros.

Homens podem ser feministas sim, podem viver em harmonia com as mulheres e podem pensar bem mais longe!

O meu avô em 1940 já entendia uma partezinha disso e fez a diferença. Por que nós no século XXI não podemos entendê-la também? Esse mundo tem porquê demais, para nos darmos ao luxo de ignorá-los. Que tal começarmos a desafogar a cota mundial de porquê começando pelo entendimento do feminismo? Se começar por você, para o mundo é apenas um pulo de salto alto.

RIO GRANDE DO SUL – Pelotas

Quem foi que disse que um tapinha não dói?

Caroline Drawanz Dias

Colégio Sinodal Alfredo Simon

Professora Orientadora: Magdalena Voigt

Ao longo dos meus 46 anos de vida não havia aprendido a ler nem escrever. Quando era pequena, não pude ir à escola, pois cuidava dos meus quatro irmãos enquanto minha mãe ia trabalhar como doméstica, na casa de uma família, em um bairro nobre.

Cresci, e com o tempo, fui cada vez ficando mais longe dos estudos. Casei, tive três filhas e então segui os passos de minha mãe e me tornei empregada doméstica para ajudar nas despesas da casa. Ganhava pouco, mas trabalhava arduamente. Até o dia em que fui despedida. Por quê? Fui acusada de roubo, pois um jogo de talheres da minha patroa havia desaparecido. E foi então que eu percebi o quanto as pessoas julgam, o quanto elas são preconceituosas. Só porque eu sou negra e pobre tenho que roubar? Ser doméstica é um trabalho digno e honesto como qualquer outro. O fato de ser despedida me deixou triste, mas ser acusada e não ter sequer o direito de defesa, ter de ficar calada diante tal situação me abalou ainda mais.

Como estava sem emprego, passei a cuidar mais da minha casa e da minha família. Meu marido é dono de um barzinho, o grande responsável pelo nosso sustento e pela educação das nossas filhas. As duas mais velhas saíram de casa, foram morar com uma tia em Porto Alegre, pois passaram na Universidade pelo sistema de cotas. Uma cursa Engenharia Química e a outra cursa Biomedicina, são o meu orgulho. A caçula tem doze anos, está na sétima série do ensino fundamental e é extremamente dedicada aos estudos. Desde pequena diz que vai ser astronauta, que vai ser a primeira mulher brasileira negra a conhecer o espaço. Eu nunca a desmotivei, é o sonho dela e ela tem que lutar para conseguir; porém alguns colegas de aula caçoam dela quando ela diz o que 'quer ser quando crescer'. Isso a deixa muito triste, mas não é o suficiente para fazê-la desistir.

Certo dia, fui à escola de minha filha para falar com a diretora, para tentar amenizar os problemas afetivos da minha filha com esses coleguinhas dela. Foi quando vi em um painel, um cartaz falando sobre alfabetização de adultos. ESTA ERA A MINHA CHANCE! Me inscrevi no curso, mas não contei nada ao meu marido, pois ele tinha ciúme possessivo e falava que na minha idade voltar a estudar era inutilidade.

Passei a ir à escola escondida dele, e à medida que eu ia freqüentando as aulas, mais curiosa ficava. Qualquer rótulo, qualquer palavra que eu via por perto já lia e relia, orgulhosa de mim mesma. Foi difícil no início, mas tive bastante determinação e minha filha me ajudou.

Mais um dia chegava ao final, eu voltava da escola quando tive uma surpresa. Ao abrir a porta vi meu marido embriagado, atirado ao sofá. Fui vagorosamente, escondi meus livros no armário da cozinha e ia em direção ao meu quarto quando, repentinamente, alguém me puxa dos cabelos e segura com muita força. Ao virar, vi que era ele, que mais parecia um monstro de feição horrenda de tanta raiva. Pedi calmamente pra ele me largar para conversarmos no dia seguinte, quando ele estivesse melhor e mais calmo, porém meu esforço foi em vão. Ele segurou firmemente no braço e começou a dar tapas no meu rosto, cada vez com mais força e gritando de raiva. Minha filha veio correndo chorando pedindo pra ele me largar, até que depois de tanto ela chorar e eu apanhar, ele parou. Foi em direção dela, levantou-a do chão pelos cabelos e mandou-a pro quarto. Ela foi, e me olhou confusa, parecia estar pensando: “mamãe sempre enfrentou tudo, porque ela se calou dessa vez?” Eu também não entendi porque fiquei quieta e suporrei tudo isso.

Depois de me bater meu marido foi até o quarto, e para não ter mais brigar, resolvi ficar na sala. Não consegui dormir, fiquei só pensando nos momentos de terror e medo que passei ali naquele dia. Enquanto preparava um café, já que a noite ia ser longa, liguei a televisão e ia passando os canais até aparecer uma tal *Maria da Penha*. Estavam mostrando uma lei que ela lutou pra ser aprovada, e que foi chamada de *Lei Maria da Penha* em sua homenagem. Fiquei curiosa, decidi assistir para ver que Lei era essa e o porquê de ela estar em uma cadeira de rodas. A princípio, achei que fosse vítima de bala perdida, violência urbana, ou algo desse tipo; me espantei ao saber que foi agredida pelo marido durante vários anos e sofreu várias tentativas de homicídio, uma delas resultou na sua paraplegia. Ela lutou incessantemente, e depois de 19 anos conseguiu a punição para o marido.

Ao ver a determinação de Maria da Penha, não tive outra escolha a não ser denunciar meu marido. Pelo seu exemplo vi que se não denunciasse agora, depois seria tarde demais. Peguei minhas coisas, aproveitei o sono pesadíssimo dele e fui até a Delegacia da Mulher. Fiz a denúncia, voltei para casa, peguei minha filha, fiz as malas e fui pegar um ônibus na rodoviária para Porto Alegre, fui morar com minha tia. Só assim eu me sentiria realmente protegida dele, sem medo de represálias.

Recebi notícias da Delegacia da Mulher: meu agressor teve a prisão preventiva decretada e a proibição da aproximação da minha família.

Segui meus estudos, vi minhas filhas se formarem e atualmente trabalho em uma ONG que ajuda mulheres a denunciarem seus agressores. Assim como a *Lei Maria da Penha* me protegeu, ela protege todas as mulheres contra qualquer tipo de violência, seja ela de gênero, racial, verbal, física, psicológica... O que não podemos fazer é deixá-la impune. Não somos mais o sexo frágil, devemos lutar por nossos direitos!

RORAIMA – Boa Vista

As mulheres de ontem e de hoje

Karen Rebecca Camurça do Nascimento

Centro Educacional Objetivo Macunáima

Por que as mulheres tiveram que sofrer tanto para conseguir o que queriam? As batalhas das mulheres de anos atrás estão surtindo o efeito que elas desejavam? Como a mulher, de hoje, se sente tendo conquistado e ainda conquistando tantas coisas? E os homens como ficam? Por que existe nos homens o receio de trabalhar com uma mulher? Será só o orgulho ferido ou o medo de perderem para as mulheres, que consideram tão frágeis, em algum ou em todos os sentidos?

A mulher sempre foi vista como um sexo frágil, considerando-se que o melhor que ela podia fazer era ser mãe, fiel ao marido e cuidar da casa. Já nascia prometida para casar-se com um homem, escolhido pelo pai, que fosse muito rico e assegurasse um bom futuro, não importando se existia amor ou não. Viviam sem liberdade e poder, foi isso que fez com que algumas mulheres se destacassem, para que algo fosse feito em relação às mulheres. Que o jeito delicado e passional ficasse apenas na aparência, que colocasse na prática o que as mulheres sabiam fazer. Foi essa força de vontade que fez com que lutassem pelo que queriam, começando a freqüentar uma universidade. Se já tinham capacidade de ir a uma universidade, por que não de escolher os seus representantes ou ser a representante de um povo? Começaram a aparecer, e foram muito criticadas, inclusive por mulheres. Mas isso não as impediu de lutar pelos seus ideais.

O próximo passo era mudar a si mesma. Tiraram os cabelos postiços, deixaram do jeito que eram - curtos, longos, pretos, loiros, lisos, enrolados... O guarda-roupa feminino começou a mudar, tirando os espartilhos, os vestidos com armações, colocando roupas mais leves, sem perder a feminilidade. Essa mudança foi ganhando espaço, chegou ao mundo; as mulheres começaram a participar de encontros, a ter empregos totalmente masculinos. Não foi fácil, pois eram discriminadas, não lhes davam poder de decisão e, às vezes, lhes respeitavam. Mas nada as abalou, ainda assim tentavam entender os homens. As mudanças mexiam com ambos.

Depois de conseguir tantas vitórias, ainda há coisas que não vieram por completo e são muito visíveis, como por exemplo, a diferença salarial entre homens e mulheres - elas fazem várias tarefas ao mesmo tempo, têm a capacidade de usar ambos os lados do cérebro; há também o machismo, que mesmo numa sociedade tão moderna, ainda se vê homens que não aceitam mulheres num cargo importante e superior ao deles, que ganhem mais e sustentem a casa, que se destaquem, que tenham liderança e que

tomem a decisão por um grupo. - Na mente deles estas são tarefas de homem, isso nada mais é do que um receio de que as mulheres os superarem, na verdade, o que elas querem é um espaço ao lado, nem acima e nem abaixo deles, somente ao lado.

Tem culturas e religiões em que as mulheres são submissas ao homem. Há culturas em que não é bem visto uma esposa andar lado a lado de seu marido, somente atrás; em que o homem perde o respeito pela sua esposa, casando-se com várias mulheres, já que se permite. A religião é como a cultura, depende de cada povo, da sua crença. Na dos Mulçumanos, por exemplo, a mulher é considerada muito inferior ao homem; quando estão na mesquita, rezando, os homens se concentram no salão e as mulheres, que não são bem-vindas ali, entram escondidas e ficam num andar superior ao que estão os homens.

Se pensamos em sexo, vem em nossa mente, o corpo. As características físicas são bem visíveis, mas e as emocionais? Dizem que o sexo feminino é frágil, porém já se observou o sexo masculino? Fisicamente quem é o mais forte? Lógico que é o homem, mas se analisamos o emocional, com certeza, a mulher ganha. Elas têm mais facilidade em fazer as coisas, são mais persistentes numa negociação, trabalham muito bem em equipe, fazem planejamento a longo prazo, preocupam-se com mínimos detalhes e começaram a servir como modelo na hora de contratar novos empregados. Depois de um dia cheio, ainda têm disposição para cuidar da casa, dos filhos e do marido. Elas se dedicam mais, trabalham mais ..., sem esquecer-se de nada; se cuidam, vão ao salão de beleza, fazem compras e exercícios físicos. As mulheres têm muito para falar, discutir e participar, isso dá certo pânico nos homens, pois concorrer no mercado de trabalho com uma mulher é muito bruto e cansativo.

Com tantos anos de batalhas, cheias de determinação, dedicação, energia, as mulheres devem ser respeitadas por todos. Hoje vemos mulheres como governadoras, presidentas, grandes empresárias, trabalhando em empregos que eram totalmente masculinos; que podem votar; escolher quantos e quando quer ter filhos; escolher um homem para ser seu marido por amor e casando-se quando quiser, sem ter a família pressionando para que se case com o mais rico; pode divorciar-se quando não se sentir feliz ao lado do marido e não ficar falada; vestir-se do jeito que se sinta melhor, inventando modelos e criando estilos, o cabelo, a unha, a pele; não importa o que vão pensar, o que importa é que é do seu jeito; mulheres que estão deixando de ser submissas ao homem, infelizmente ainda não são todas; e podemos ver também as que vão à luta para ajudar no orçamento familiar, que cuidam dos filhos e da casa sozinhas, são umas verdadeiras guerreiras.

O resultado dessas conquistas não tem um valor financeiro, mas sim um valor inestimável, que é o amor próprio, por terem conseguido com o seu suor. As mulheres de hoje podem até não ter suado, batalhado como elas, porém são muito gratas pelas

mulheres de ontem por terem lutado e conseguido tantos avanços. Gratas também aos homens que apoiaram toda essa evolução da mulher.

Enfim, homens e mulheres juntos podem realizar grandes feitos. Ainda falta, é claro, que alguns homens deixem o orgulho e se juntem às mulheres. Mulheres, cuidem do que conquistaram, agradeçam a todas que tiveram iniciativa anos atrás, para que hoje tenhamos essas conquistas. E homens, não queremos tomar seu lugar, apenas desejamos que respeitem nosso espaço, pois somos tão capazes quanto vocês e acertamos e erramos com todos. Unidos podemos fazer mais por esse mundo tão cheio de discriminações e preconceitos, caminhemos juntos para as mudanças que ocorrerão nos próximos séculos.

SANTA CATARINA – Jaraguá do Sul

Transforme sua vida

Aline Engicht

Senai

“Minha tarefa era deixar a casa ajeitadinha, arrumar as camas, lavar a louça, varrer os cômodos. Esfregava as roupas que estavam muito sujas para depois a mãe terminar de lavar. Eu não tinha força suficiente para torcer as roupas. Eu era pequena tinha uns 7 anos. Feito isso era a hora de começar a preparar o almoço. Não me lembro bem como foi a primeira vez. Cresci vendo a cena, quando chegou a minha vez, nem foi tão difícil, já havia aprendido tudo vendo a mãe fazer. Eu tinha que entrar no poleiro, pisar sobre os pés e as asas da galinha e cortar seu pescoço. O restante era mais trabalhoso, limpá-la e prepará-la para o almoço. Minha família não tinha condições para comprar uma geladeira para o armazenamento. Era necessário fazer isso quase todos os dias. Eu fazia tudo sem reclamar, não ousava desobedecer aos meus pais. Sabia a dor da desobediência. Doe, uma vez em que eu estava com preguiça de fazer o serviço. Fui colher manga no quintal, minha mãe chamando para eu ajudar a fazer manteiga, eu fui, mas parei logo de batê-la. Continuei a colher os frutos. Quando meu pai viu que eu não estava lá e a manteiga estragando, não tardou, pegou uma varinha do pessegueiro e me bateu, bateu. Fiquei amedrontada. A partir de então fazia tudo o que me pediam sem reclamar.

Cresci um pouco, comecei a entender melhor o que era trabalhar na lavoura. Quando eu era menor não notava como era exaustiva a rotina lá em casa. Tenho muito amor e admiração por meus pais. Soube que tiveram uma vida muito puxada. Lutaram muito para conseguir o que têm e criar meus quatro irmãos e eu. Foi desejo deles que eu fosse à escola, já que não tiveram essa oportunidade. Eu caminhava umas duas léguas até chegar à escolinha. Aprendi o beabá, contas da matemática. Adorava a professora e meus colegas. Completei o quarto ano, foi bastante. Não era comum estudar por muitos anos aqui na vila. Não era comum estudar. Tenho orgulho de ter ido à escola. Tive que sair em 1968, estava com 9 anos. Precisava ajudar mais na lavoura, cuidar da terra, das criações de galinhas, patos, marrecos, porcos, gados, ordenhar as vacas. O pai achava que era hora de ajudar na renda da família. Minha mãe preparou uma cestinha onde eu colocava os ovos. Meu pai uma caixinha com alça em que encaixava as tinas de leite. Saía depois do meio-dia e voltava após vender tudo ou quase tudo. Tinha que bater de porta em porta, mas não da vizinhança, das famílias da cidade onde ninguém tinha galinha pra dar ovos, nem vaca pra dar leite. Era cansativo. Formavam bolhas nos pés, minha mãe preparava uma água com sabão que ajudava aliviar. A pele clara estava vermelha, queimada. Confesso, estava exausta. Não havia mais tempo para brincar. Raros se tornaram os finais de semana em que eu via as minhas primas.

A escola ficou distante, distante. Estava com saudade.

Gostava de olhar os presentes que ganhara na minha confirmação. Os que mais me agradavam eram as xícaras e os lençóis que minha tia me deu. Como eu tinha feito confirmação, eu poderia começar a freqüentar o baile. O salão ficava perto da cidade. Um dos meus irmãos, que ainda não era casado, ia sozinho às vezes. Pedi ao meu pai se um dia eu poderia ir com minhas primas. Ele me repreendeu com um olhar muito sério e começou a falar em alto tom que isso era coisa de meninas sem respeito, vadias. E que eu não abrisse mais a boca pra falar uma coisa dessas. Assustei-me, não compreendi muito bem. Mas não perdi a ansiedade.

Minha madrinha havia me dado um vestido rosa com estampa de flores púrpuras. O pai não gostou muito do comprimento, nem do decote. Disse que isso não era vestido pra moça de família usar. Dei meu jeito, coloquei meu casaco verde xadrez por cima e uma meia bem grossa. Olhava-me no espelho e achava tudo lindo. Iria assim pela primeira vez ao baile. Não sabia o que me esperava. Falavam-me como era, mas eu não sabia como imaginar. Chegou o dia, era uma tarde linda. Ao entrar no salão as garotas me olhavam e eu percebia que cochichavam. Não sei se eu estava feia ou se estavam com inveja. Fiquei o tempo todo sob vigia da minha família. Dancei um pouco com meu irmão e ganhei um refresco do pai.

Quando o pai adoeceu resolveram dividir a herança. Meus irmãos ganharam todas as terras. Sou mulher, portanto não tive direito a nada. Isso era o que contava a tradição. Foi assim também na família do meu marido e ele me falava que isso era o certo, fui obrigada a concordar. Mas fiquei pensando se era mesmo correto. Poxa, eu trabalhava como os meus irmãos. Deixei de fazer muitas coisas que tinha vontade pra ajudar a família. Desisti de sonhos. Obedeci às normas. Isso era o certo?! Parei de pensar nisso, eu tinha meu serviço pra fazer. Uma pilha enorme de roupa pra passar e o jantar para preparar. Também precisava lustrar os sapatos dos meus meninos, ia ter festa de igreja no domingo. Moços bonitos como os meus eu deixava sempre engomadinhos. Estavam lindos. Os dois mais velhos quiseram ficar com o pai no trabalho da lavoura. O mais novo quis estudar e estudar. Arrumou suas coisas e foi-se para a capital. Quase não resisti, mas coração de mãe é forte e eu sei que ele não fez por mal.

Certa tarde eu estava no armazém comprando algumas coisas que faltavam na despensa. Uma jovem senhora veio até mim e apresentou-se como integrante do 'movimento das mulheres agricultoras'. Não compreendi muito bem o que era. No entanto, ela me falou muito bem. Convidou-me para uma reunião que ia ter mais tarde na igreja. Por ser na igreja meu marido deixou participar. Ao chegar, me deparei com mais de 50 mulheres. Algumas foram me cumprimentando e desejando boas vindas. Outras pareciam como eu, perdidas. Mas logo começou a reunião. E fui compreendendo e aprendendo o objetivo do movimento. Lutar pelos direitos

das mulheres agricultoras. Já tinham traçado um caminho importante. Já tinham comemorado muitas conquistas. Foi com a determinação delas que nós agricultoras somos consideradas ‘produtoras agrícolas’, pois não somos simples donas de casa, também trabalhamos para o sustento da nossa família. Também conquistaram o direito da aposentadoria aos 55 anos, benefícios em caso de acidente de trabalho. Fiquei encantada. Cheguei a me emocionar quando soube que tínhamos direito ao Salário Maternidade. Estava grávida de três meses. Interessei-me pela causa e decidi juntar-me a elas. O que me determinou, principalmente, foi a última frase da reunião “Transforme sua vida”.

O bebê que ela esperava era eu, a filha caçula. Recordo-me direitinho do dia em que me contou a história de sua vida. Foi assim, com estas palavras que acabo de lhes contar. Mas com um diferencial, com seu jeitinho único, meiga, tranqüila e carinhosa. Ela e minha família estão lá em Chapecó. Em 2008 me formo em Agronomia aqui em Lages e vou morar lá novamente. Quero aperfeiçoar os negócios dos meus irmãos e é claro de todas as famílias agricultoras da região. E sempre que eu puder passarei aqui para ver como andam minhas amigas.

Sinto muito a falta deles, mas principalmente dela. É uma mãe maravilhosa, uma heroína. Conseguiu transformar sua vida e de todos lá em casa. Foi difícil no início, papai não aceitava, os meninos achavam estranho, mas foram os primeiros a ceder e em seguida papai também acabou cedendo. Minha mãe passou a integrar e participar ativamente do movimento. Foi à rua protestar, lutar pela libertação e direito das mulheres. Transformou a vida de outras mulheres, assim como eu quero fazer aqui. Peço a vocês colegas que aos poucos vão buscando mudar. Juntem os nossos aconselhamentos e os apliquem. A mudança é necessária, não acontece rapidamente. É preciso determinação, paciência e esforço. E que na nossa próxima reunião possamos nos unir e ouvir mais algumas dizendo: Eu venci.

SÃO PAULO – Osasco**Eu, elas, nós***Maira Fessardi*

Escola de Educação Fundamental e Médio, Educação Profissional e de Jovens e Adultos Embaixador Assis Chateaubriand

– Fundação Bradesco

Professora orientadora: Marisa Spavieri Oliveira

Tic, tac, tic, tac. O barulho do relógio na recepção, alheio à dor e agonia que causava, mergulhava através de meus ouvidos e se acomodava agitado na minha cabeça, como se alguém estivesse martelando dentro dela impiedosamente, fazendo a região contundida latejar. Olhei para a origem do barulho insistente e inconveniente e vi que eram oito horas. Oito horas... Oito. Oito seria o meu número da sorte.

Curiosamente minha vida esteve sempre cercada por sucessões de número oito. Às oito horas da noite de ontem eu recebi de graça, vejam que sorte a minha, um olho roxo, além da dor de cabeça. Oito horas sentada em um hospital lotado de pessoas carentes. Oito anos de um compromisso de submissão e maus tratos que me levam a frequentar de oito em oito meses um hospital diferente, em qualquer lugar onde eu possa ir e que *ele* não possa descobrir.

“Até que a morte nos separe” foram as palavras usadas por *ele* para adquirir minha confiança. Bem, claramente *ele* está tentando levar isso para o sentido literal da palavra. Mas essa situação não é exclusividade minha. Eu não sou exceção, pelo contrário, sou maioria. Eu, eu, eu! Mas, afinal, quem sou eu? Meu nome não importa, poderia ser Gabriela, Mariana, Joana, Lúcia... Basta não possuir uma *droga* de cromossomo *y* para que as pessoas já lhe subestimem e julguem que você é facilmente repreensível e submissa, que podem aproveitar-se de você, usar as diferenças genéticas para levar vantagem.

Estou há horas nesse hospital esperando que alguém, algum médico, alguma enfermeira, saia de sua correria incessante e frenética e repare em uma das mulheres miseráveis, sentada, esperando... Sempre esperando. Esperando que alguma coisa seja feita contra um covarde dominador, em favor de minha integridade física, mas principalmente moral. Que a lei Maria da Penha seja aplicada ao meu caso ou que alguma autoridade desse país condescendente, mas com as pessoas erradas, faça alguma coisa pelas mulheres que não cumprem as “obrigações” exigidas pelos homens, que não pesam menos de 50 quilos e não têm cabelos lisos.

Tic, tac, tic, tac. No meio do meu devaneio, o barulho do relógio sobreposto por alguns segundos pelos meus pensamentos continua ínfimo, sutil em minha distração, mas insistente. Olhei para o lado e vi um homem encarando o nada. Seu olhar parecia

perdido em pensamentos, na verdade, perdido em sua própria mente, incapaz de expressar suas idéias e personalidade, ambas atadas por uma deficiência. “*Sexo imbecil o seu. Não presta nem pra ter filho, nem pra exercer a função que Deus lhe deu. Não é à toa que os antigos o equiparavam a crianças e doentes mentais. Talvez até estes pensem mais do que vocês*”, ele havia dito ontem, cuspidando um ódio infundado e um preconceito irrevogável enquanto eu me encolhia em um canto da sala com o exame de gravidez recém feito, e negativo, na mão. Preconceito contra nós e contra os deficientes. Preconceitos contra todas as minorias reprimidas, ele era só mais um *nojento* irracional que garantia a autoridade através da dominação e da violência, soberano, com medo de que fosse provado que era o incapaz da história, com medo de que sua força se tornasse obsoleta ou impotente.

Tic, tac, tic, tac. Oito horas e oito minutos. Muitos oitos em uma só frase. Vai acontecer alguma coisa agora, eu sei que vai, sempre acontece. Uma enfermeira vem do fim do corredor apressada e olha para mim. Ela vai me atender, finalmente vou poder tomar alguma coisa contra essa dor lancinante. Ela está a poucos passos de mim. Já começo a levantar-me para segui-la. Ouço barulho de alguma coisa pesada caindo ao chão. Alguém desmaiou. Rapidamente ela é atraída por uma nova emergência. E eu? Bem, eu espero. Porque o oito anuncia desgraça, não mudança. Já devia estar acostumada.

As enfermeiras desse hospital não devem apanhar do marido. Elas se sustentam, elas têm auto-estima. Por que preocupar-se com as *outras*? As que não tiveram a mesma sorte ou a mesma instrução? Eu lhe digo o porquê, o mundo gira rápido demais para que a maioria das pessoas esqueça-se de acompanhá-lo, tentando equilibrar-se para não cair e pense nos que já estão no chão há tempos. Indiferença, o mal do século. Indiferença com o planeta, com os pobres, com os doentes, com as mulheres, com aqueles que não têm oportunidade. Imagine a *desgraça* que é ser tudo isso de uma só vez!

Lembro-me que quando estudava, eu adorava assuntos feministas. Fiquei encantada em saber que Joana D'arc teve a coragem de lutar por um país que virava as costas para ela, uma França caótica, em busca de justiça e paz. Quando as pessoas decidiram encará-la de frente, foi para queimá-la em uma fogueira. Mas ela fez a sua parte, esforçou-se para mudar a situação em que seu país se encontrava. Foi contra tudo e todos, fez mais do que qualquer soldado homem que tinha tudo na mão, inclusive o apoio do país. Fiquei indignada ao saber que o dia internacional da mulher é uma homenagem às centenas de mulheres queimadas em uma fábrica por entrarem em greve, exigindo salários iguais aos dos homens e que as jornadas de trabalho desumanas fossem reduzidas e adequadas àquelas que respiravam como qualquer outro.

Fiquei curiosa ao descobrir que nas sociedades mais primitivas (dependendo do que se chama de primitivo), homens e mulheres tinham papéis iguais na sociedade e todos eram importantes. A partir do momento que se precisou de força física, os homens deram-se o direito de pensar que eram superiores e indispensáveis. E, por fim, lembro-me de ter ficado pensativa ao imaginar como seria o Brasil sem os portugueses terem vindo e implantado sua mentalidade machista em detrimento da distribuição igualitária e justa dos índios. Agora mais do que nunca penso: talvez o Brasil pudesse ser um país justo e equilibrado. *Sonho.*

Mas é muito fácil julgar as atitudes dos outros e ficar se lamentando pelos cantos sobre algo que aconteceu há quinhentos anos. Mas, pensando bem, a culpa também é minha. Cresci numa família só de mulheres, mas nunca aprendi que deveria valorizar-me, valorizar o meu sexo. Minha mãe vivia trocando de namorados, um mais ignorante do que o outro; perdi a conta das vezes que a vi machucada, até que um deles a matou de tanto socá-la. Ela morreu, nós ficamos sem nossa base, ele saiu impune. Pergunto-me o que aconteceu comigo, como cheguei neste ponto?

Cresci vendo o que não deveria fazer, como não deveria rebaixar-me a ninguém ou deixar que qualquer um me fizesse sentir inferior. Adorava a luta das mulheres na história, mas acabei cometendo todos os erros. Deveria ter sido ensinada pela vida a não os cometer. Abaixei a cabeça e aceitei. Esqueci que nada é fácil e que não é porque alguém levantou a voz para você, que você deve deixar-se abater. Nessas horas é necessária a coragem que só iminentes mães possuem.

Tic, tac, tic, tac. Que horas são?

É hora de não deixar mais que o Djair bata em mim porque não pude engravidar, só para que ele espere nove meses e venda mais um filho meu para o mundo, em um tráfico desprezível. Como se fosse minha culpa não poder engravidar depois que ele me bateu tanto e por esse motivo me fez abortar tantas vezes. E ele ainda tem a coragem de fazer com que eu sinta que a culpa é minha, que eu não “funciono” direito. É hora de não vender meu corpo para qualquer homem sedento de um prazer sem compromisso - enquanto sua mulher fica em casa preocupada, cuidando dos filhos - em troca de alguns trocados e muitos machucados. Apaixonei-me por um homem que nunca seria só meu, por um cafetão *ridículo*, deixei meu orgulho próprio de lado e deixei que palavras doces e dissimuladas fizessem a minha cabeça e permitissem que eu entrasse em um negócio maldito, perigoso e, acima de tudo, doloroso.

Eu sei quem sou eu, e sim, meu nome importa. Porque comigo será diferente. Meu nome é Isabela Oliveira, sou uma ex-estudante sonhadora e prostituta que já colocou várias crianças no mundo, mas nunca viu uma só delas, e penso que não poderei

mais ver um filho. Eu sou aquela que representa milhares de mulheres na mesma situação que a minha, que pensam ser tão impotentes diante de todo esse sofrimento, como eu pensava, antes de perceber que a vida é minha e que ninguém tem o direito de controlá-la. Estou cansada de esperar que alguém faça alguma coisa por mim. Está na hora de tomar as rédeas da minha própria vida, em vez de ser simplesmente conduzida, apática e conformada, pelos caminhos desse mundo cheio de provas de força e caráter. Eu levantei-me da cadeira quase cativa, saindo da mesmice das últimas horas, dos últimos anos, e andei em direção à porta que me levaria à liberdade.

Que horas são?

Não importa, oito, nove, dez horas: é hora de fazer algo, de tomar uma atitude.

É hora de deixar para trás essas páginas manchadas de sangue e tinta preta, de escrever uma nova história, de preencher as páginas em branco que ficaram no meio do caminho.

O barulho do relógio cessou. Não importa mais se tenho que estar no horário no bar. Não importa quanto tempo da minha vida foi desperdiçado. O que importa é o futuro. E este... Ah! este futuro não será feito de horas contadas, de lágrimas nos olhos, arrependimentos ou cabeça baixa. Estou assumindo o papel principal da *minha* vida. E este está longe de ser o meu final feliz. Este é apenas o *recomeço*, o começo que deveria ter sido escrito muito antes, um começo solitário, sem qualquer sílaba atrapalhando a sua pureza. O começo de um caminho oposto à cegueira e em direção ao sol e à luz de um novo dia. Quem sou eu? Eu sou aquela que sabe quem não quer mais ser.

Categoria Estudante de Ensino Médio

Relação das redações premiadas com Menção Honrosa

A íntegra das redações pode ser acessada em www.igualdadedegenero.cnpq.br

BAHIA – Salvador

Querido diário...

Helena Vitória Nascimento dos Santos

Colégio Estadual Luiz Pinto de Carvalho

Professor orientador: Alex Vieira dos Santos

BAHIA – Conceição do Jacuípe

Meninos e homens também engravidam?

Renimilson Sena de Jesús

Centro Federal de Educação Tecnológica – Santo Amaro

Professora orientadora: Jecilma Lima

MARANHÃO – São Luís

Das filhas deste solo és mãe gentil?

Mateus dos Santos Mancebo Borges Machado

Colégio Educator

Professora orientadora: Delcimara Batista Caldas

MINAS GERAIS – Lagoa da Prata

Cor e Coragem

Valéria Mendes Batista

Escola Estadual Monsenhor Alfredo Dohr

MINAS GERAIS – Juiz de Fora

O encontro fantástico

Francila Weidt Neiva

Colégio de Aplicação João XXIII

Professora orientadora: Maria Cristina Weitzel Tavela

MINAS GERAIS – Viçosa/MG

Número 11.340

Rafael Barbosa Fialho Martins

Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa

Professora orientadora: Silvana Marchesani

MINAS GERAIS – Conselheiro Lafaiete

A Saga

Tatiane Caroline Rocha Lemos

Colégio Nossa Senhora de Nazaré

RIO GRANDE DO SUL – Novo Hamburgo/RS

Uma beleza diferente

Mariana Fisher

Colégio Cenecista Felipe Tiago Gomes

Professora orientadora: Graziela Rinaldi da Ros

SANTA CATARINA – Itaiópolis

Culturas de desigualdades

Marceli Mengarda

Fundação Centro Educativo

Professora orientadora: Patrícia Steffen

SÃO PAULO – Louveira

Liberté, Égalité, Fraternité

Carla Corina Ono Bontus

Escola Estadual Professor Alberto Ferreira Rezende

SÃO PAULO – Santos

De dia é Maria, de noite é João

Mariana Varela Câmara

Centro Educacional Objetivo

SÃO PAULO – Mogi Guaçu

Uma ponta de Iago

Felipe Franco da Graça

Colégio Integrado de Mogi Guaçu – Objetivo

Professora orientadora: Morgana Barbosa Donegá

SÃO PAULO – Mogi Guaçu

A história da minha demissão

Sarah Brust Heringer

Colégio Integrado de Mogi Guaçu – Objetivo

Professora orientadora: Morgana Barbosa Donegá

SÃO PAULO – Mogi Guaçu

O importante é ser feliz

Gabriel Alves Sobreiro

Colégio Maria Imaculada



Promoção

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM/PR

Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT

Ministério da Educação – MEC

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM

www.igualdadedegenero.cnpq.br



Promoção

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM/PR

Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT

Ministério da Educação – MEC

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM

www.igualdadedegenero.cnpq.br